

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RONALDO BARROS SODRÉ

O MARANHÃO AGRÁRIO: dinâmicas e conflitos territoriais

São Luís – MA
2017

RONALDO BARROS SODRÉ

O MARANHÃO AGRÁRIO: dinâmicas e conflitos territoriais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica e natureza do espaço da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

São Luís – MA
2017

Sodré, Ronaldo Barros.

O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais. / Ronaldo Barros Sodré. – São Luís, 2017.

200 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior.

1. Conflitos. 2. Questão agrária. 3. Maranhão. I. Título.

CDU 332.2(812.1)

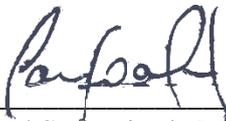
RONALDO BARROS SODRÉ

O MARANHÃO AGRÁRIO: dinâmicas e conflitos territoriais

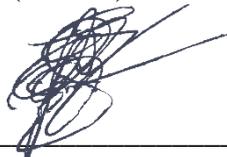
Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

Aprovada com distinção em: 15 / 09 / 2017

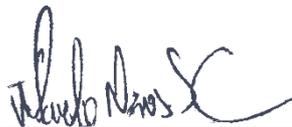
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior
(Orientador)
(UEMA)



Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi
1º Examinador
(FCT - UNESP)



Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro
2º Examinador
(UFMA)

Dedico

Aqueles que a mim se dedicaram,
Nélia e Raimundo

AGRADECIMENTOS

Aos que me acompanharam até o presente, quando o agora ainda se fazia distante. Externo e eternizo nessas linhas minha gratidão para que o futuro não me deixe esquecer a importância de cada um(a).

Minha gratidão maior a Deus, por ser presença maior em minha vida.

Sou fruto de uma relação de amor, entrega, respeito e de outras qualidades que busco seguir na minha conduta diária. Agradeço aos meus velhos pais pelo que eles são e pelo que me tornei. Obrigado, por mesmo sem estudos incentivarem os meus e me darem todo suporte necessário.

Das muitas pessoas que me possibilitaram crescimento, me ajudaram a superar desafios e a enxergar novos horizontes, reconheço a importância daquele que desde os meus primeiros meses de graduação me acompanhou. Pela orientação, diálogo, liberdade, autonomia, confiança e amizade, agradeço o meu orientador. Espero um dia poder retribuir a alguém o que ele fez por mim. E nas maiores das pretensões ser um pouco do profissional e do ser humano que ele é.

Aos amigos que Deus escolheu para que dividíssemos o mesmo ventre e o mesmo lar, embora não estejamos todos juntos como outrora, sei o quanto torcem por mim, da mesma forma que minha felicidade só é completa com a de vocês. Obrigado Renê, Bia e Kaká, por tabela, Gledson.

A CPT, pelo grandioso trabalho prestado na coleta de informações e dados.

Agradeço a Primeira Turma do PPGE0, pelo convívio e a solidariedade, sou muito honrado em poder tê-los como amigos. Minha gratidão a Edilana, Laécio, Karlla, Gisselly e Marquinhos, o companheirismo e alegria de vocês tornaram as coisas menos difíceis. Ao meu amigo Juscinaldo pelas muitas conversas e contribuições a minha pesquisa e ao nosso grupo. Também agradeço a parceria e confiança do meu amigo Danilo. Estendo minha gratidão e admiração a Alexssandra, Lilian, Kadja e Marinalva.

Agradeço a duas pessoas que muito tenho orgulho de tê-los como amigos, Samuel Maciel e Higo Ribeiro. Desde os tempos de graduação a irmandade de vocês é muito significativa para mim. Obrigado por acreditarem e estarem sempre na torcida. Vocês representam muito para mim, irmãos.

Aos professores do curso de mestrado, por todo o conhecimento e diálogo. Lembro aqui dos professores das disciplinas que cursei, Prof. Sampaio, Prof Antônio José, Prof^a Regina, Prof^a. Wasti. Agradeço de forma especial ao professor Cláudio Eduardo, sou grato pelas conversas, provocações e pela amizade, reconheço sua importância em toda minha trajetória acadêmica, meu respeito.

A coordenação do Programa, por toda dedicação e pelo diálogo horizontal. Saúdo ao Professor Fernando, pela dedicação, esforço e prestatividade. Reconheço a nossa querida Nana, por estar sempre disposta a ajudar, pela preocupação e torcida. Enfim, agradeço a todos que fazem o PPGE0.

A minha professora e amiga Rosalva Reis, por me apoiar e torcer por mim, sou muito grato pela sua amizade e carinho.

Agradeço a querida Professora Ana Rosa pelas conversas e ao Professor Terra, por toda ajuda e incentivo.

A Deusdédit Carneiro pela amizade e compreensão.

Ao Professor Marcelo Carneiro pelas suas contribuições ao nosso trabalho e aos estudos sobre a questão agrária maranhense.

Ao Professor Eduardo Girardi, por ter me recebido em Presidente Prudente e em meio a tantas atividades ter contribuído de forma indelével na construção deste trabalho. Agradeço a sua participação no exame de qualificação e na banca de defesa.

O meu estágio na FCT-Unesp foi uma experiência única. Agradeço ao Professor Carlos Feliciano, pela disposição em ajudar, sem ele não teria sido possível. Agradeço ao Professor Nino, por se mostrar tão preocupado e solícito, agradeço ainda pelas conversas e sugestões. Ao Jean da Silva Cruz, por muito ter me ajudado na minha conturbada chegada a Presidente Prudente. A Lucas Pauli por me apresentar o Philcarto e o Illustrator, obrigado pela paciência. Agradeço a Renata Menezes pelas muitas conversas e por sua preocupação. A Camila Ferracini pela sua atenciosidade e pelas palavras de incentivo.

Ao Professor Hervé Théry, agradeço a gentileza dedicada no minicurso e nos e-mails trocados.

Agradeço a todos os amigos do GEDITE, pela amizade e troca de conhecimentos. Destaco o grupo que esteve na frente das atividades nos últimos dois anos e que muito engrandeceram o nosso Grupo, sobretudo, Igor de Sousa, Layla, Juscinaldo e Marilene.

Agradeço de forma muito especial a Jocicléia, Silvino e Zuleide, amigos de tantos momentos compartilhados. Devo muito a vocês ter chegado até aqui. Também agradeço aos meus amigos Jodean, Tibério e Alcimar.

Aos meus amigos Gigi, Carlos, Renan, PP e Marcelo.

Aos amigos da zueira: Cuca, Chico, Thiago GG, Rebeca, Natalia, João, Crystian e Fábio.

A Gustavo e Vitória por alegrar meus dias

Aos muitos colegas e amigos do curso de Geografia, destaco Zeliane, Hector, João Manoel, Ester e Rafael.

A Renata por estar a tanto tempo me suportando, por me entender (ou não) e me apoiar.

A minhas alunas e amigas do cursinho voluntário, Carol e Thaís.

A minha amiga Jéssica, pela parceria de tanto tempo.

Agradeço e UEMA em nome de todos que fazem essa instituição.

Agradeço a FAPEMA por todo suporte com bolsas e ajudas de custos que contribuíram para os nossos trabalhos desde 2012.

RESUMO

A complexidade de formas adquiridas pela questão agrária brasileira ao longo do seu percurso histórico, criou expressões contraditórias que dão corpo a conflitualidade no campo, os conflitos agrários são representativos dessa afirmação. Nas relações de poder os conflitos nos/por territórios, resguardam distintas e contraditórias lógicas geradoras de possibilidades para quem nelas estão envolvidas, modificando o espaço geográfico através das dinâmicas territoriais. Os conflitos evidenciam a incapacidade institucional do Estado, ao tempo que mostram também a capacidade dos mais pobres na busca dos seus direitos pela luta que aponta caminhos para a cidadania. Apesar da grande extensão territorial do Brasil e das transformações sociais e econômicas das últimas décadas, os conflitos agrários continuam acentuados, sob a vigência do padrão da propriedade da terra. No Maranhão, estado com a população mais rural do país, eles envolvem um alto número de famílias camponesas que lutam para voltar/permanecer na terra, mesmo com todas as barreiras impostas pelo capital em diferentes momentos da história. Objetivamos por meio deste trabalho analisar os conflitos socioterritoriais como parte estruturante de elementos que contemplam a questão agrária maranhense no período de 2001 a 2015, buscamos ainda, identificar as regiões potencialmente conflituosas no Maranhão e chamar atenção para o avanço das estruturas conflituosas sobre os territórios camponeses, a partir das novas/velhas relações de trabalho no campo. Para alcançar os objetivos propostos, preliminarmente levantamos, analisamos e discutimos referenciais que discutem território (e seus processos), questão agrária, violência, conflitos agrários, entre outros. Levantamos ainda dados diversos que compõe esse trabalho, bem como confeccionamos mapas, levando em consideração a Cartografia Geográfica Crítica. Como resultados apontamos que os conflitos por terra são elementos paradoxais da questão agrária brasileira, geradores de desenvolvimento rural e de dinâmicas territoriais. Desde o início do século XXI, o estado do Maranhão quantifica os maiores números de casos de conflitos por terra do país. Embora eles estejam espalhados por todo o estado, é na região Leste, área de ocupação antiga e de expansão do agronegócio que os conflitos atingem os maiores quantitativos.

Palavras-chave: Conflitos; Questão agrária; Maranhão.

ABSTRACT

The complexity ways acquired through the Brazilian agricultural matter over its historical journey have created some conflicting expressions that give rise to the struggle in the field where the agricultural conflict are represented by this statement. In the power relations the struggles on/by territory protect distinct and rational conflicts that generate possibilities for the ones who are involved, modifying the geographical space through the dynamic lands. The struggles emphasize the State's institucional inability at the time they also show the ability of the poorest in search of their rights for the struggle that points paths to citizenship. Although the big territorial extension in Brazil and the social and economical modifications of the last few decades, the agrarian conflicts keep being significant under the surveillance of the property pattern of the land. In Maranhão, state with the most rural population of the country, they embrace a high number of peasant families that fight to go back/remain in the land, even with all the imposed barriers through the capital in different moments on history. By means of this work we aim to analyze the territorial conflicts as a structural part of elements that consider the maranhense agrarian question on the period of 2001 to 2015, we also seek to identify the potentially conflicting areas in Maranhão to call attention to the progress of the peasant lands, from the new/old relations of labour field. To achieve the intended objectives, we first and foremost raised, analyzed and discussed benchmarks that discuss land (and its process), agrarian matter, violence, agricultural conflict, among others. We also raised various datas that compose this paper, as well as making maps, taking into regard the Critical Geographic Cartography. As results we point out that the struggles are paradoxical elements on the Brazilian agrarian question, creators of agrarian development and territorial dynamics. Since the beginning of XXI century, the state of Maranhão measure the biggest numbers of struggle conflicts by land in the country. Although they are diffused all over the state, it is in the eastern region, old occupation area and expansion of agricultural business that the struggles reach the biggest numbers.

Keywords: Conflicts; Agrarian question; Maranhão.

SIGLAS

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

AQ – Área Quilombola

AR – Assentamento Rural

ATR – Associação dos Trabalhadores Rurais

CAEMA – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CODAGRO – Companhia de Defesa Agropecuária do Maranhão

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CGC – Cartografia Geográfica Crítica

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EMATER – Empresa Maranhense de Assistência Técnica

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos Cartográficos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Jnt – Rede Justiça no Trilhos

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MOQUIBOM – Movimento Quilombola

MST– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PEA – População Economicamente Ativa

PGC – Projeto Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária

PPCDAM – Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PT– Partido dos Trabalhadores

SAGRIMA – Secretaria de Agricultura

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Naturais

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

SITE - Sistema de Inteligência Territorial Estratégica

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

UDR – União Democrática Ruralista

UHE – Usina Hidrelétrica de Estreito

FIGURAS

- Figura 1 – Mapa – Localização do estado do Maranhão
- Figura 2 – Figura – Modelos de evolução do relevo
- Figura 3 – Figura – Uma proposta de modelização gráfica para o Maranhão
- Figura 4 – Figura – Arquidiocese e dioceses da Igreja Católica no Maranhão
- Figura 5 – Gráfico – Recursos do plano safra (2001 - 2006)
- Figura 6 – Gráfico – Desempenho dos estabelecimentos segundo área declarada
- Figura 7 – Gráfico – Assentamentos rurais (1985 - 2015)
- Figura 8 – Gráfico – Conflitos de terra por unidade da federal
- Figura 9 – Gráfico – Famílias envolvidas em conflitos de terra por UF (2000 - 2015)
- Figura 10 – Gráfico – Conflitos pela terra (1985 - 2015)
- Figura 11 – Gráfico – Violência no Brasil (2001 - 2015)
- Figura 12 – Gráfico – Evolução da violência no campo brasileiro (2001 - 2015)
- Figura 13 – Mapa – Violência no campo brasileiro (2001 - 2015)
- Figura 14 – Gráfico – Evolução da população do Maranhão
- Figura 15 – Gráfico – Evolução da densidade demográfica do Maranhão
- Figura 16 – Prancha – População e densidade demográfica - 2010
- Figura 17 – Prancha – População rural e urbana em 2010
- Figura 18 – Mapa – Predominância de população urbana e rural - 2010
- Figura 19 – Mapa – Taxa de masculinidade – 2010
- Figura 20 – Mapa – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2010
- Figura 21 – Mapa – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Educação, Renda, Longevidade
- Figura 22 – Gráfico – Evolução do PIB a preços correntes (Mil reais) (2002 – 2014)
- Figura 23 – Mapa – Principais países que importaram do Maranhão em 2015
- Figura 24 – Gráfico – Evolução da participação dos setores da economia no PIB do Maranhão (2002 – 2014)
- Figura 25 – Prancha – PIB e PEA ocupada - 2010
- Figura 26 – Prancha – PIB e PEA por setor da economia - 2010
- Figura 27 – Mapa – Índice de GINI - 2014
- Figura 28 – Prancha – Imóveis Rurais - 2013
- Figura 29 – Gráfico – Número e área dos estabelecimentos rurais

Figura 30 – Mapa – Área dos estabelecimentos rurais pequenos, médios e grandes - 2006

Figura 31 – Mapa – Uso da terra (predominância) – 2006

Figura 32 – Prancha – Valor da produção - 2015

Figura 33 – Prancha – Lavouras temporárias A - 2015

Figura 34 – Prancha – Lavouras temporárias B - 2015

Figura 35 – Prancha – Lavouras permanentes - 2015

Figura 36 – Prancha – Extrativismo vegetal - 2015

Figura 37 – Prancha – Silvicultura - 2015

Figura 38 – Prancha – Rebanhos – 2015

Figura 39 – Mapa – Regiões de abrangência dos polos de exploração madeireira no Maranhão - 2004

Figura 40 – Gráfico – Desflorestamento na Amazônia Maranhense

Figura 41 – Mapa – Desflorestamento na Amazônia Maranhense

Figura 42 – Mapa – Territórios legalmente atribuídos no MATOPIBA

Figura 43 – Gráfico – Conflitos por terra no Maranhão (2001 - 2015)

Figura 44 – Gráfico – Famílias envolvidas em conflitos por terra no Maranhão (2001 - 2015)

Figura 45 – Prancha – Conflitos por terra no Maranhão (2001 - 2015)

Figura 46 – Mapa – Sujeitos sociais em conflitos por terra no Maranhão (2011- 2015)

Figura 47 – Gráfico – Vazões outorgadas no Maranhão por finalidade de uso (2010 - 2011)

Figura 48 – Gráfico – Conflitos pela água no Maranhão (2002 - 2015)

Figura 49 – Gráfico – Famílias envolvidas em conflitos pela água no Maranhão (2002 - 2015)

Figura 50 – Prancha – Conflitos pela água no Maranhão (2002 - 2015)

Figura 51 – Gráfico – Ocupações e assentamentos no Brasil (1988 - 2014)

Figura 52 – Gráfico – Ocupações e assentamentos no Maranhão (1988 - 2014)

Figura 53 – Prancha – Assentamentos e ocupações (1988 - 2014)

Figura 54 – Gráfico – Ocupações e acampamentos no Maranhão (2001- 2015)

Figura 55 – Gráfico – Famílias envolvidas em ocupações e acampamentos no Maranhão (2001 - 2015)

Figura 56 – Prancha – Ocupações de terra no Maranhão (2001 - 2015)

Figura 57 – Prancha – Acampamentos no Maranhão (2001 - 2015)

- Figura 58 – Prancha – Ocupações por movimentos sociais (2001 - 2015)
- Figura 59 – Prancha – Acampamentos por movimentos sociais (2001 - 2015)
- Figura 60 – Gráfico – Assassinatos no Maranhão (2001 - 2015)
- Figura 61 – Gráfico – Tentativas de assassinatos no Maranhão (2001 - 2015)
- Figura 62 – Gráfico – Ameaças de morte no Maranhão (2001 - 2015)
- Figura 63 – Prancha – Violência no campo maranhense (2001 – 2015)
- Figura 64 – Prancha – Trabalho escravo no Brasil (2001 - 2004)
- Figura 65 – Gráfico – Denúncias de trabalho escravo no Brasil (2001 - 2015)
- Figura 66 – Mapa – Naturalidade e libertação dos trabalhadores escravizados (2007 - 2012)
- Figura 67 – Gráfico – Trabalho escravo no Brasil (2001 - 2015)
- Figura 68 – Prancha – Trabalho escravo no Maranhão (2001 - 2015)
- Figura 69 – Mapa – O Maranhão agrário

QUADROS

Quadro 1 - Evolução na estrutura fundiária do Maranhão

Quadro 2 - Estabelecimentos segundo grupos de área, quantidade e área

Quadro 3 - Área do MATOPIBA por estado

Quadro 4 - Empresas estrangeiras na região do MATOPIBA no Maranhão

Quadro 5 - Maiores solicitantes de outorgas de águas estaduais (2011 - 2015)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1_Abordagem e procedimentos metodológicos para compreender territórios	25
1.1 Da ideia concebida ao espaço construído, aportes conceituais precisos para entender territórios	26
1.2 Heurística do Poder, por um poder do território	32
1.3 Dos processos do território ao espaço vivido: territorialização e territorialidades	36
1.4 O mapa como território de uma cartografia crítica.....	38
1.5 O Mapa enquanto instrumento de poder.....	40
1.6 Reflexões sobre a modelização gráfica no âmbito da Cartografia Geográfica Crítica.....	42
1.7 Procedimentos metodológicos para compreender territórios.....	46
CAPÍTULO 2_A questão agrária em questão	52
2.1 Uma questão de paradigmas no campo da conflitualidade	53
2.2 A questão agrária, a propriedade e o Estado.....	60
2.3 As formas de uma questão sem reforma	62
2.4 Uma questão do século XXI	66
2.5 Assentamentos rurais, construções e reconstruções sem reforma	71
2.6 Conflitos no campo brasileiro.....	73
CAPÍTULO 3_O Maranhão agrário do século XXI	80
3.1 A formação do campesinato maranhense	81
3.2 A população maranhense	83
3.3 Indicadores sociais	93
3.4 Indicadores econômicos.....	97
3.5 Estrutura fundiária maranhense	104
3.6 A agropecuária maranhense	114
3.6.1 Lavouras temporárias	117
3.6.2 Lavouras permanentes	120
3.6.3 Extrativismo vegetal.....	121
3.6.4 Silvicultura	123
3.6.5 Pecuária	125
3.7 A Amazônia Maranhense.....	128
3.8 O MATOPIBA: a nova fronteira agrícola	137
CAPÍTULO 4_Conflitos e violência no Maranhão Agrário	142

4.1 A luta pela terra.....	143
4.2 Conflitos por terra.....	146
4.3 Um mar de conflitos no emaranhado de terras	151
4.4 Conflitos por água no Maranhão.....	156
4.5 A luta pela terra e os assentamentos	163
4.5.1 Assentamentos.....	164
4.5.2 Ocupações e acampamentos	168
4.6 Poder, conflito e violência	175
4.7 Trabalho escravo.....	184
4.8 Estruturas elementares para compreender o Maranhão Agrário.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

As problemáticas estruturais do capitalismo incorporadas a novos elementos do sistema, neste limiar de século, são responsáveis por processos que geram dinâmicas territoriais em menor velocidade de tempo. A pluralidade de conflitos se manifesta sob a forma de crises estruturais, que em ampla escala açambarcam territórios. Crises econômicas, crises de alimentos, crises migratórias, dentre outras, nos levam a concluir que o modelo societário capitalista que persiste neste início de século está em profundo estado de crise.

A diversidade e complexidade de interações espaciais articulam múltiplas escalas geográficas em diferentes dimensões espaciais. A proposta deste escrito foi realizada entre os anos de 2015 e 2017, no desenrolar de uma das mais graves crises da história do Brasil. Retroalimentada por determinantes políticos e econômicos dentro de uma conjuntura complexa, a crise que também é social e institucional tem levado a um cenário de incertezas que se instauram sobre a seguridade de conquistas e direitos sociais, produzindo transformações bruscas em diversas áreas.

A classe trabalhadora do campo, a exemplo de outras, tem padecido com as retrógradas decisões tomadas pelo governo que assumiu a presidência após o impeachment de 2016. A dissolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o desmonte e a fragilização de uma série de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa e a nomeação de uma equipe altamente conservadora para pastas importantes relacionadas à reforma agrária, são prenúncios de um temeroso período que se inicia.

A extinção de órgãos importantes, como exemplo, a ouvidoria agrária (que atuava na prevenção e mediação de conflitos agrários), constitui-se em uma ruptura que poderá gerar em curto período novas crises e contribuir para novos contornos nas dinâmicas espaciais no campo e na cidade, além de acentuar o contexto de violência, confrontos e conflitos que nutrem a conflitualidade da questão agrária.

Todavia, as problemáticas relacionadas ao uso, posse e propriedade da terra e do território no Brasil, são estruturais e não se restringem à devastação generalizada e sistemática das conquistas camponesas no presente. Os conflitos por terra, a exemplo, explicitam as relações de poder que se desenrolam nos/por territórios e avolumam a questão agrária.

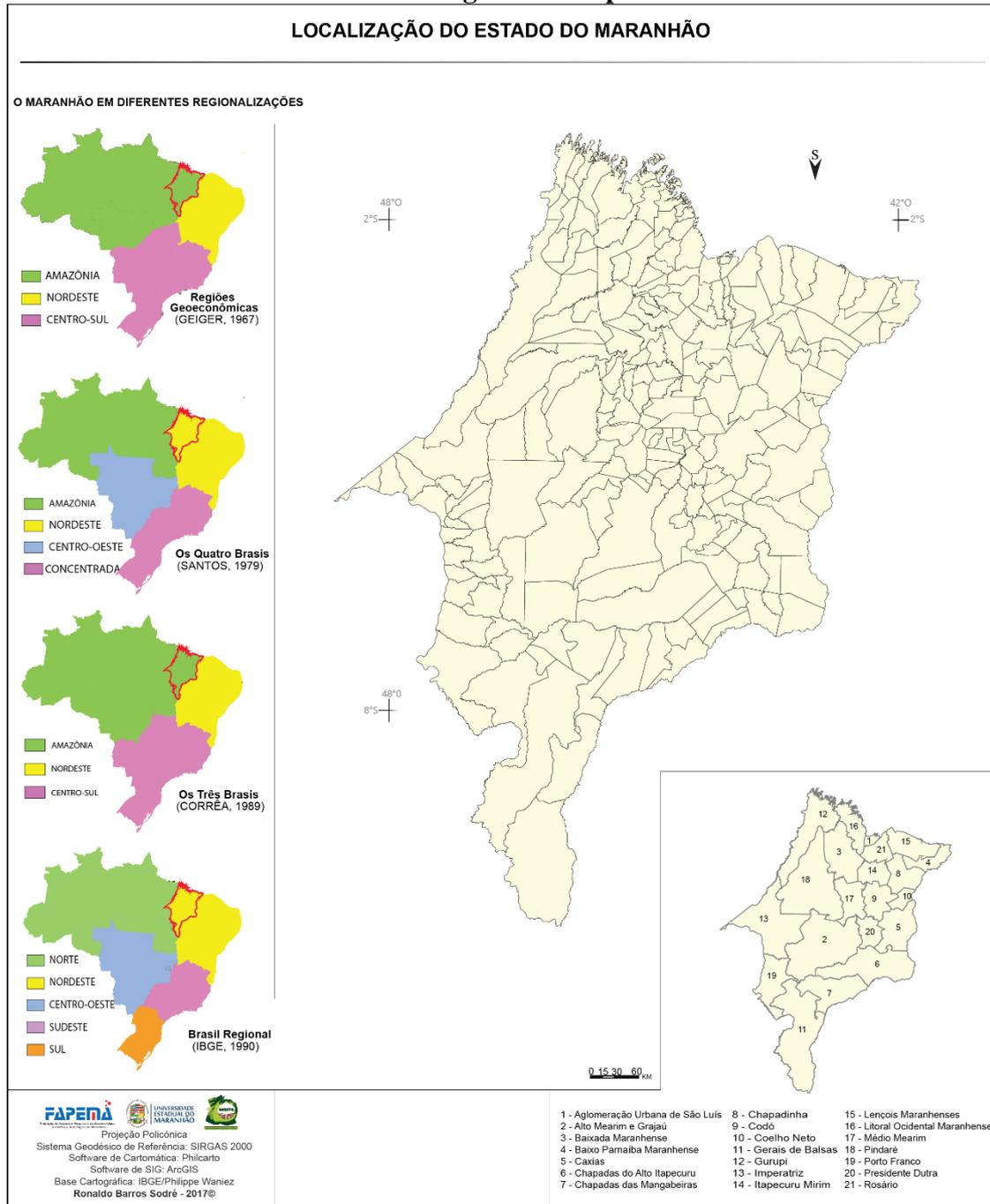
Um conflito agrário carrega a convergência de lógicas contraditórias que resulta em possibilidades paradoxais e gera desenvolvimento para um dos lados envolvidos. Os conflitos estão na formação territorial assim como na formação social do Brasil, em todos os estados eles continuam a existir e a formar novas dinâmicas territoriais, como é o caso do Maranhão, onde a disputa paradigmática em sua práxis cria uma diversidade de relações conflituosas tendo como objeto central o território.

Com uma extensão territorial de 331.937 km² distribuídos em 217 municípios, o Maranhão (Figura 1) é o oitavo maior estado brasileiro e o segundo do Nordeste. Localizado em uma região geo-política-física de transitoriedade ambiental apresenta um misto de características geográficas das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste¹. De modestas condições edafoclimáticas e de rica rede hidrográfica, o Maranhão se destaca ainda por possuir uma diversidade de ecossistemas (floresta Amazônica, cerrados, praias tropicais, mangues) que confluem em um variado conjunto de paisagens e que foram fundamentais para a formação territorial e econômica do estado.

No estado que tem proporcionalmente ao número de habitantes a população mais rural do país (IBGE, 2010), a pobreza e a miséria assolam a maioria das famílias maranhenses. Com frequência o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo –, observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que as ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015).

¹ Embora não seja nossa intenção discutir a inserção do Maranhão na regionalização do IBGE (1990), na Figura 1 apresentamos a situação geográfica do Estado em quatro regionalizações do país, que consideram o Maranhão ora no Norte, ora no Nordeste.

Figura 1 - Mapa



No contexto das novas territorialidades do capital maranhense, objetivamos por meio deste trabalho analisar os conflitos socioterritoriais como parte estruturante de elementos que contemplam a questão agrária maranhense entre os anos de 2001 a 2015, identificar as regiões potencialmente conflituosas no Maranhão e chamar atenção para o avanço das estruturas conflituosas sobre os territórios camponeses.

Os conflitos como expressão de contradições e possibilidades no âmbito da conflitualidade, nos estimula a investigar as dinâmicas do campo maranhense diante dos paradoxos criados pelos diversos sujeitos sociais que influenciam na configuração do espaço rural. Ainda que compartilhemos da ideia de que não existe um único procedimento filosófico para interpretação de realidades espaciais, o aporte do materialismo histórico-geográfico e dialético (SOJA,1993) apareceu como o mais apropriado alicerce teórico-metodológico a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa, haja vista nos fornece os aparatos necessários a compreensão dos paradoxos e contradições do sistema capitalista.

Não é nosso objetivo refazer uma trajetória da evolução dessa corrente do pensamento, mas utilizarmos-nos das concepções fornecidas por ela enquanto ponto de partida para a interpretação da realidade evidenciada no espaço, objeto de estudo e das configurações que este passaria a ter com a implementação de novas territorialidades. Tomamos como referencial teórico da pesquisa o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que doravante advogamos mais adequado para os territórios em apreço.

Esse estudo foi construído eminentemente por meio de leituras de referenciais teóricos, dados e mapeamentos. Valemo-nos pouco da empiria na construção direta da pesquisa, mas reconhecemos a importância que os trabalhos de campo tiveram na formação do pensamento crítico ora aqui presente. Admitimos ainda que as linhas que seguem são o acúmulo de discussões, pesquisas, disciplinas, eventos científicos, colóquios e outras atividades que temos realizado junto ao Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE).

Concomitante as disciplinas do Programa de Pós-Graduação, realizamos levantamentos, leituras e análises de referenciais teóricos que discutem questões pertinentes ao nosso trabalho, como: questão agrária, estrutura fundiária, políticas públicas, dinâmicas territoriais, conflitos agrários, violência no campo, entre outras.

Na consulta de dados que foram essenciais na pesquisa, destacamos o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fonte maior de dados sobre os conflitos por terra no Brasil.

A partir do material levantado nas fases anteriores da pesquisa, foram analisadas e interpretadas as diversas informações coletadas e dedicada exclusividade para elaboração da dissertação, composta de quatro capítulos.

A apreensão e compreensão dos conceitos e categorias que fazem parte de uma discussão científica são basilares no desenvolvimento de pesquisas em ciências sociais. Deste modo, optamos por desenvolver no Capítulo 1 – *Abordagem e procedimentos metodológicos para compreender territórios* - uma discussão sobre o território e seus processos e também apresentarmos os procedimentos metodológicos que utilizamos para compreender territórios.

O conceito/categoria território nos fornece suporte para entender as relações de poder que se estabelecem no espaço geográfico. Buscamos nesse capítulo fazer um paralelo de discussões de diversos autores que se debruçam sobre o tema. Embora saibamos que o território seja resultado das relações de poder que se plasmam no espaço – e por isso poder e território são indistintos – discutimos o conceito de Poder para além do território, entendendo como elemento central de todo conflito, apresentamos uma discussão sobre a territorialização e as territorialidades e do território da cartografia, com ênfase na abordagem Cartografia Geográfica Crítica (CGC). Por fim, delineamos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

A questão agrária em questão – é o título do nosso Capítulo 2, nele apresentamos a questão agrária como questão estrutural fruto das contradições do sistema capitalista. Inicialmente abordamos o debate paradigmático em torno da questão agrária que divide interesses, ideologias, desejos, determinações, compreensões e leituras distintas. Discutimos a questão agrária como parte do modelo de propriedade adotado, logo, como uma questão do Estado. O caso brasileiro ao longo de séculos até os dias atuais também faz parte desse capítulo, que finda com informações sobre os conflitos e violências no campo brasileiro.

No capítulo 3 – *O Maranhão Agrário do Século XXI* – Fazemos uma caracterização da estrutura fundiária e agrária maranhense segundo seus aspectos sociais e econômicos. Traçamos ainda, o quadro agropecuário, como parte dos elementos fundamentais para compreender a questão agrária. Finalizamos o capítulo trazendo o quadro atual da Amazônia, expressão aguda da questão agrária maranhense até pouco tempo. Assim como o do MATOPIBA, principal região de expansão do agronegócio não só do Maranhão, mas do Brasil.

Capítulo 4 – *Conflitos e violência no Maranhão Agrário* – entendemos o Maranhão Agrário como indistinto dos conflitos socioterritoriais, pois, as dinâmicas territoriais são resultados de conflitos que por sua vez provocam novas dinâmicas. Nesse capítulo dedicamos atenção aos conflitos por terra, água, ocupações e acampamentos e ao trabalho escravo, também distinguimos o conflito da violência, por entender essa, como um dos desdobramentos de uma situação de conflito. Por fim, apresentamos a configuração do Maranhão Agrário a partir de estruturas elementares que resultam em um mapa síntese, composto de elementos que consideramos imprescindíveis para compreender a questão agrária maranhense.

CAPÍTULO 1
ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA
COMPREENDER TERRITÓRIOS

1.1 Da ideia concebida ao espaço construído, aportes conceituais precisos para entender territórios

A definição de significados na teorização de um conceito perpassa pelo contínuo movimento entre método, teoria e realidade. É um processo em constante transformação do abstrato para o concreto. O conceito compreende e permite ser compreendido, isto é, dá-se a si mesmo uma forma e um conteúdo.

De acordo com Deleuze e Guattari (1992, p.25) o conceito não possui todos os componentes, tem contornos irregulares e é definido por uma cifra de seus componentes. O conceito é uma questão de articulação, corte e superposição. Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução. Por fim, o conceito é um todo que totaliza seus componentes, um todo fragmentado.

Em sentido semelhante, Hegel (1998, p.34, tradução nossa) complementa que “o conceito é um conhecimento verdadeiro, não é um pensamento como puro universal; além disso, o conceito é o pensamento, o pensamento em sua vitalidade e atividade, ou quando seu conteúdo se dá. O conceito é algo universal que particulariza a si mesmo [...]”.

Por ser universal o conceito é uma construção social inacabada composta por elementos que vão de acordo com a intencionalidade do pensador, suas visões, realidades, objetivos e ideologias. Partindo desse princípio, consideramos os conceitos aqui abordados como indispensáveis a uma análise sob a perspectiva da Geografia. Não pretendemos fazer uma revisão histórica ou mesmo construir uma antologia dos conceitos aqui trabalhados, entretanto, uma leitura e discussão aprofundada nos permite uma desconstrução sequente de uma construção de conceitos, como o de território, conceito na Geografia indissociável do de espaço.

As relações que compõem a estrutura social, são produtos do espaço geográfico, espaço produzido, totalidade que se fazem na amplitude de suas dimensões partindo de uma intencionalidade. O espaço geográfico não se trata de um substrato, nem tampouco do “espaço físico”, mas de um conjunto de relações estabelecidas.

Para Santos (2006, p. 39) o espaço é formado por um conjunto indissociável, de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não podem ser considerados isolados, mas a partir de formas solidárias e contraditórias. Isto é, não há indissociabilidade dos

sistemas de ações do conjunto de elementos naturais e dos objetos produzidos pelo homem.

É uma assertiva considerar que o espaço geográfico são as próprias relações sociais, na congênita disposição humana de se espacializar. As relações de poder referenciadas no espaço e movimentadas no tempo, dão origem ao território. Esse por sua vez possui processos próprios, que ocorrem no movimento do espaço. O território é um tipo de espaço, no seu conjunto dinâmico formado no campo relacional entre objetos e ações que se referenciam sobre uma base espacial em um tempo definido.

O território é concebido e mantido pelas relações de poder em um determinado limite. Não antecede a sociedade e nem a ela é exterior. É evidente que não se trata aqui de considerar o espaço como ponto de partida na direção daquilo que se constitui o território; pelo contrário, o território expressa as relações sociais que no espaço se estabelecem.

Desta forma, pode-se inferir que o espaço geográfico é uma formação espacial que se origina a partir das técnicas e de seus instrumentos, o conjunto dessas interações possibilitam a (re)produção do espaço a partir da criação e modificação de paisagens, lugares, regiões e territórios. Numa perspectiva geográfica essa condição analítica e também conceitual, nos permite vislumbrar os conflitos no campo maranhense tendo como unidade de análise o território e suas relações de poder.

As multiplicidades de territórios apresentam uma multidimensionalidade de espaços que se particularizam em sua totalidade. Para Costa (2005, p.6776) a acepção de poder contida no território carrega dois sentidos, um simbólico e um funcional/concreto. Em diferentes combinações todo território expressa ações de poder que se configuram como dominação (funcional) e apropriação (simbólico). A ação do homem sobre o espaço manifesta-se a partir da realização de funções e também na produção de significados.

A funcionalidade do território reside na ideia de território como recurso. O território é funcional seja como fonte natural, como proteção ou abrigo. A depender do modelo de sociedade vigente, pode haver uma intensificação na formação de territórios funcionais de tal forma que notadamente se observa uma sobreposição desses sobre os territórios simbólicos. Os territórios funcionais constituem de forma explícita campos de forças, econômicos e políticos; da mesma forma que os territórios simbólicos possuem elementos culturais, construções históricas e relacionais de identidade.

Dada a inseparabilidade, o território funcional não deixa de abrigar elementos do simbólico e vice-versa. O que nos permite distinguir e assim definir determinado território, são as relações que se sobrepõem a partir dos significados que o território carrega. Tomamos como exemplo hipotético para nos auxiliar na compreensão dos fenômenos que dizem respeito ao(s) território(s) e seus elementos, o caso de uma comunidade ocupada por posseiros há várias gerações. Mediante as investidas do capital por meio de documentação ilegal, os posseiros são desapropriados e nessa mesma área instala-se uma grande empresa capitalista.

No antigo território das famílias posseiras, além de sua funcionalidade como abrigo e da existência de recursos prontos (naturais) e continuamente construídos, agregavam-se no e sobre o território, uma gama de elementos peculiares ao seu *modus vivendi* que vão além do plano material. A instalação de uma empresa capitalista cria novas lógicas e novas funcionalidades serão dadas ao território. É evidente que espacial e temporalmente, territórios simbólicos serão criados, mas eles não são preponderantes. O território simbólico obedece a uma temporalidade vagarosa, diferente do funcional.

As multidimensionalidades do território adquirem multifuncionalidades a depender das relações e correlações que se manifestam nas suas escalas. De modo dual, Fernandes (2009, 2012b) propõe territórios com dimensões materiais e imateriais, sendo eles fixos ou fluxos. Da mesma forma que os funcionais e simbólicos, as dimensões por ele analisadas são indissociáveis. O território material é formado pelo espaço físico e seus objetos, mas se sustenta através das relações de poder que se externam como pensamento, conhecimento, teoria e ideologia, no território imaterial. Por sua vez, o território imaterial só existe porque há uma base material que permite o seu movimento e a sua materialidade.

O território imaterial diz respeito ao mundo das ideias e das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos, isto é, o mundo material (FERNANDES, 2008a, p.15). Existe uma relação dialética que se expressa como determinação das relações de poder e dos significados. O imaterial do território não é uma simples analogia ao pensar, no entanto, diz respeito a todo o conjunto de ideias ou pensamentos que se expressam em ações na construção de um território, seja por meio da dominação ou da apropriação. A descontinuidade do imaterial pode tomar multiescalaridades superiores ao território material, de acordo com a intencionalidade dos sujeitos que expressam nele suas ações.

Em sua obra “Por uma Geografia Nova”, Milton Santos (1978 apud 2006) propõe que a realidade geográfica possa ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Por fixos, se entende os elementos inamovíveis que permitem ações que modificam o próprio lugar através de seus fluxos novos ou renovados. Os fluxos resultam das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS,2006).

Fixos e fluxos interagem ininterruptamente no espaço, o meio geográfico atual – técnico-científico-informacional – apresenta uma maior e diversificada quantidade de fluxos (mais acelerados) sobre os fixos, cada vez mais artificializados. Podemos dizer que fixos e fluxos são nuances que podem se apresentar como tipos de territórios. No material e no imaterial do território temos fixos e fluxos, sendo que no material os dois elementos se apresentam indistintamente.

Todo território fixo é matéria, tem forma, é realidade palpável e funcional; contudo, é importante salientar que a ideia de território fluxo não se associa precisamente com o simbólico. Numa comunidade rural ou em uma empresa capitalista, muitas atividades são exercidas para justificar os elementos espacialmente fixados (artificializados). Falamos de dois opostos com funcionalidades e lógicas distintas, suas intencionalidades definirão os territórios fluxos e suas relações com os fixos.

O geógrafo Jean Gottmann (2012) contribui com o debate ao considerar o território como um dispositivo psicossomático, de outra maneira, ele se faz presente ao mesmo tempo na matéria e no psicológico. Os componentes naturais de qualquer território foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas segundo seus objetivos. O autor considera ainda o território como um espaço político, sendo os processos políticos responsáveis um tanto pela organização e compartimentação do espaço geográfico.

Através de uma extensa discussão, Costa (2010, p.40) nos dá elementos para distinguir o território na Geografia através de quatro vertentes, agrupadas a partir de uma síntese de várias noções do conceito. Embora de certa forma elas já tenham sido expostas aqui sobre a forma de outros conceitos, essa categorização nos fornece suportes para entender o(s) território(s) em todas suas dimensões.

As dimensões natural, cultural, econômica e política são focalizadas em Costa (2010, p.41) a partir de um patamar em que as abordagens são organizadas desde uma

fundamentação filosófica de cada uma. Os conceitos são discutidos segundo os binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo. Optamos nesse trabalho em fazer uma distinção entre as vertentes apresentadas, pois, sabemos que todas elas se desvelam de formas diferentes sobre dessemelhantes modos de ver o território.

A concepção naturalista do território carrega diferentes sentidos, que vão desde o etológico; o território é vinculado ao comportamento dos animais, ou seja, o território é restringido ao mundo animal ou mesmo o território dos homens sendo entendidos dentro de um comportamento “natural”; ao território definido por relações entre a sociedade e natureza (COSTA, 2010, p.44).

Rechaçando analogias e correspondências entre os comportamentos animal e humano, nos interessa na concepção naturalista o sentido que trata das relações sociedade e natureza, pela qual a própria Geografia foi erigida e que na abordagem territorial acaba por ser negligenciada.

A base material da existência coletiva humana quando tudo era meio natural, era constituída por partes ou aspectos da natureza considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando lugares e culturas. O meio natural era utilizado pelo homem sem grandes transformações, mas ainda assim, utilizando técnicas², alguns autores preferem utilizar para se referir a esse período, o termo “meio pré-técnico”. É importante ainda destacar que as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação (SANTOS, 2006, p.157).

Os meios natural e técnico são base para a existência humana, o conjunto de técnicas é que permite ao homem imprimir alterações na natureza e assim, se alimentar, se abrigar, dominar, entre outros. Os outros meios, posteriores ao natural, permitiram um avanço de relações mais complexas, sem, contudo, serem independentes do meio natural. Há sociedades que ainda guardam estreitas relações com o ambiente natural, sociedades assim chamadas de “tradicionais”, por preservar traços dessas relações, bem como, territórios naturais.

Algumas sociedades tradicionais possuem territórios naturais materiais e imateriais que não são vistos como tal para quem é exterior a elas. A exemplo, os que ainda guardam uma visão holística da natureza. Porto-Gonçalves (2011) alude que diversos grupos indígenas sequer têm um nome para a “natureza”, porque isso

² De acordo com Milton Santos (2006, p.16) as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço o geográfico.

significaria pensar o homem como exterior a ela. Povos remanescentes dos pré-colombianos utilizam o termo “Pachamama”, que significa a origem de tudo, fonte da vida e de todas as energias, em que todos nós estamos inseridos.

A dimensão cultural ou simbólico-cultural, privilegia o simbólico, o subjetivo do território. O território é visto, acima de tudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo. Para Bonnemaïson (2012, p.126) o território em questão apela para tudo aquilo que o homem se furta no discurso científico por considerar irracional. Ele é vivido é afetividade, subjetividade e muitas vezes, religiosidade.

Fazendo correspondência com o território natural, Bonnemaïson (2002) considera o território cultural como uma hierarquia de lugares, que se conectam por meio do físico e do simbólico, antes de ser reflexo de uma apropriação, o território é dotado de afetividade, cultura e identidade. O território é, ao mesmo tempo, um “espaço social” e um espaço “cultural”, respectivamente são espaços produzidos e vividos; têm funcionalmente social e cultural. São movidos de práticas socio-culturais e socio-espaciais.

A dimensão econômica do território, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. O território é entendido como uma fonte de recursos ou incorporado ao embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (COSTA, 2010). Muitas vezes essa vertente carrega um sentido economicista, que tem o território como uma simples localização num espaço físico concreto.

O território é palco das transformações que ocorrem mediante a produção do espaço, essas mudanças se realizam a partir dos fluxos: de capital, mercadoria, de informação, de tecnologia etc. Santos (2006, p.39) com base em Marx, ver essa concepção sob uma perspectiva materialista, considerando as forças produtivas como um sistema de forças produtivas e as relações sociais de produção como um sistema de ações, havendo uma alta interdependência entre esses sistemas.

As mudanças na produção agrícola, são ilustrativas de transformações espaciais que vão de encontro aos aspectos econômicos das territorialidades. Esses territórios são assim responsáveis por processos econômicos que se concretizam sobre o espaço. O território adjetivado de econômico, é fundamentado sobre uma base materialista.

O emprego do território como categoria de análise advém de correntes materialistas fundamentadas em analogias com as ciências naturais. Na Geografia o conceito nasce inspirado na natureza biológica do homem, Ratzel indica uma definição

do território enquanto Estado-nação, esfera única do poder. Costa (2010) alude que para Ratzel o Estado deveria ser concebido como um organismo em sua íntima conexão com o espaço, de acordo com as leis que regem os seres vivos na terra. Desse modo, o Estado nasceria, recuaria, estabeleceria relações e declinaria – isto é, a ideia de um corpo vivo, que mantêm uma nação.

O território da dimensão política fundamenta-se, sobretudo, pelas relações de poder, esse território pode ser adjetivado ainda de jurídico-político, quando as relações espaço-poder são institucionalizadas. O território em sua vertente política é dotado de matéria, símbolos e significados, que não se reduzem ao poder estatal. O território deixou de ser um a priori estatal e passou ser um possível elemento que reveste o Estado, tomado de aspectos capitais. Não confundimos, contudo, o território em sua dimensão política do território do Estado³.

O território apresenta diferentes concepções, que são concebidas e evidenciadas consoante a problemática espacial, objetivos e aos métodos utilizados por cada pesquisador, sem embargo, é consensual que toda aceção território é definida por relações de poder. O que é o poder, quem exerce, como é exercido são definições voltívolas de autor para autor.

1.2 Heurística do Poder, por um poder do território

O território é resultado das relações sociais de poder que se desenrolam no espaço sobre a forma de um exercício de apropriação e domínio social. Do mesmo modo que o território, o poder é uma construção coletiva; como relação social, só existe poder porque existe um indivíduo ou um grupo de indivíduos que são induzidos a proceder conforme lhe(s) é desejado. O poder não é uma coisa, (mas pode se fazer coisa) ou algo dado, mas uma relação que se faz presente em todas as esferas da sociedade, não obstante, ainda existe muitas definições controversas sobre o poder, outras já não tão aceitas.

Para Hobbes (1999, p.83) o poder consiste nos meios que se dispõe para obter um bem futuro. Nessa definição o poder pode ser *original* ou *instrumental*. Os poderes

³ Esse território é entendido em Bonavides (1967, p.49) como elemento estrutural sem o qual o Estado não existe. A natureza jurídica desse território é determinada por teorias como: a do Território-Patrimônio, Teoria do Território-Objeto, a Teoria do Território-Espaço e a Teoria do Território-Competência.

instrumentais são a eminência das faculdades do corpo e/ou do espírito, como a força, beleza, capacidade, prudência, eloquência, liberalidade ou nobreza. Os poderes instrumentais são adquiridos mediante aos poderes originais ou por obra do acaso, são meios para adquirir ainda mais poder: a riqueza, a reputação, os amigos e até mesmo a sorte, como um desígnio secreto de Deus.

O poder em Hobbes é dado por um conjunto de coisas que criam relações sobre causalidades reducionistas e regidas por leis universais. Essa rede causal é mecanicista, pois as relações estão conectadas através de uma predestinação. Não há liberdade nas escolhas. Por muito, o poder foi considerado algo concernido ao Estado. Em *O príncipe*, Nicolau Maquiavel discorre tanto sobre o poder como sinônimo do poder estatal, quanto algo relacional, ao considerar que o poder resulta da astúcia ou da força de quem se tornou poderoso (2011).

Na Geografia, a obra de Ratzel é seminal ao discutir uma sociedade sob o ponto de vista telúrico, conferindo um aspecto geográfico aos fenômenos. O poder é na obra ratzeliana uma manifestação do poder estatal, território e Estado são correlatos. Para Ratzel, citado por Moraes (1983, p.404) quando a sociedade se organiza para defender o território transforma-se em Estado. Dessa forma, observamos que o poder é entendido como imanente do campo político, concluindo que só tem poder quem está organizado por meio de um Estado.

Os sentidos político e jurídico/discursivo que o poder e o próprio território tomaram foi substancial para que limitadamente o território nacional e/ou o Estado-Nação, fossem consideradas as únicas formas de detenção de poder e do território. É importante distinguir que o poder é uma definição para além do território, esse por sua vez, só pode existir por meio do poder. Essa confusão ainda permeia entre muitas definições do conceito de território, dentre as quais o território revela-se como sendo unicamente um espaço de governança.

Sobre o poder, o filósofo Michel Foucault (1999, p.88) considera que ele deve ser compreendido como uma diversidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem sua organização. Foucault aparta a definição organicista e determinista de que o poder é o conjunto de instituições e aparelhos que sujeitam os cidadãos ao Estado – como propõe a abordagem de Ratzel, tampouco, pensa o poder como modo de sujeição por oposição a violência, forma de regra. O poder é naturalmente relacional e

está em todo e qualquer tipo de relação, outros grupos passam ser agentes territorializadores.

Em *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993, p.53) enumera uma série de proposições, do campo de poder, como campo de relações, visto em Foucault, que entende o poder como algo exercido a partir de inumeráveis pontos, não adquirido; as relações de poder não são entendidas por posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações, mas como imanentes a elas; o poder vem de baixo, não há posição binária e global entre dominador e dominados; as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; por fim, onde há poder há resistência.

Em *Microfísica do Poder* (2005, p.141), Foucault complementa: que o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, e mal coordenado, de tal forma que, é preciso munir-se de princípios de análise que permitam um estudo das relações de poder.

Raffestin (1993) aproxima as definições anteriores e as distingue, para ele, o termo poder carrega em si níveis de ambiguidade que podem ser diferenciados por meio de suas grafias. O “Poder”, escrito com inicial maiúscula, é o mais familiar, marcante e habitual, postula a soberania do Estado, é a forma da lei ou unidade global de uma dominação. Ele se manifesta através de aparelhos complexos que encerram o território e dominam os recursos, é visível, maciço e inidentificável.

O “poder”, nome comum, não possui a mesma carga expressiva. Se esconde atrás do Poder e de outras relações, está na curva de cada ação. Se aproveita de todas as fissuras sociais, podendo está infiltrado nos mais profundos sentimentos humanos. Por não ser identificável, ele se torna tão perigoso, ou superior ao Poder. Entende-se que ele é consubstancial e vem de todos os lugares, embora não estejam em tudo.

Podemos exercitar o poder por meio de instrumentos (riqueza, força, informação, conhecimento, prestígio, legitimidade, popularidade, amizade, bem como outros tipos ligações) ou coisas. Contudo, o poder não reside nesses, mas no que leva o outro a comportar-se de acordo com o que lhe é desejado (BOBBIO, 2009). As sociedades modernas elegeram o dinheiro – no seu amplo sentido – como coisa (meio) para induzir o outro a maneira como aquele que o possui, pretende. À vista disso, qualquer negociação é uma relação de poder, que só se sustenta se o outro desejar, caso contrário, o poder sobre as coisas e instrumentos é desfeito.

A terra, fator de produção e dispensa natural do homem, no sistema capitalista de produção tem servido como instrumento de acumulação e especulação, tendo por vezes assumido somente o sentido econômico, reserva de valor. Por isso, a terra é também uma coisa a qual desponta o poder, o seu caráter de renda, faz dela valorizada ainda que nela nada se possua ou produza. O Estado é o agente dessa relação imposta sobre aqueles que são alijados da terra.

Negar a imposição do poder pode resultar em um conflito. Ainda no caso de uma relação que possa vir a acontecer na/por terra, uma força contra hegemônica está representada nos movimentos socioterritoriais. A ocupação de terras é um meio de contestar a relação de poder imposta pelo capital. Com a possibilidade de uma desterritorialização da terra de caráter especulativo para uma (re)territorialização de uma terra de produção (de alimentos, de relações, de simbolismos etc.), conclui-se que o comportamento de ambos os lados foi decisivo para uma nova configuração territorial.

De acordo com filósofo Norberto Bobbio (2009, p.934) o exercício do poder pode ser dividido entre Poder Potencial e Poder Real. Quando a partir de uma relação se efetiva a capacidade de determinar o comportamento do outro, o poder é posto em ato e é transformado, de uma possibilidade a uma ação. O Poder Potencial é transformado em Poder Real.

O Poder em ato (atual) pode ser compreendido como uma análise de três aspectos do fenômeno. O primeiro diz respeito à procura do indivíduo ou grupo de indivíduos A em modificar intencionalmente o comportamento de B. O trabalho assalariado é ilustrativo dessa relação que se intermedeia por meio de interesses de quem exerce sobre quem executa, tendo uma moeda de troca como coisa. O segundo aspecto remete-se a modificação comportamental pretendida pelo(s) indivíduo(s) que exerce(m) o poder. O empregado ao aceitar o contrato, no primeiro momento, possui voluntariedade, embora, não é absolutamente consciente da vontade do patrão.

Falar em voluntariedade não significa também dizer que o comportamento do induzido seja livre. O poder pode ser coercitivo, um trabalhador que vive em condições análogas à escravidão, age segundo determinado comportamento por possuir, ainda que minimamente, voluntariedade. Nesse caso, não se comportar em conformidade com o que lhe é pretendido, poderá resultar em violência física. Através da força ou da violência, o trabalhador pode ser aprisionado, ferido ou morto. E essas são práticas comuns quando não se consegue exercer o poder. Por fim, o nexos que intercorre o poder

atual é o “acordo” entre ambos os lados de uma relação de poder, não existe assimetria, ademais as relações podem possuir maior ou menor reciprocidade.

O poder potencial é a capacidade de determinar o poder dos outros, enquanto o poder em ato é uma relação entre comportamentos. O potencial acontece através das relações entre atitudes para agir. Essa capacidade de exercer o poder existe quando se possui recursos e habilidade em converter recursos – em um amplo sentido que pode ir do conhecimento à riqueza – a sua disposição.

Complementamos com Souza (2009, p.66) que o poder é uma relação social, ou uma dimensão das relações sociais, e o território é a expressão espacial disso. O território em sua existência, é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com dada materialidade. Por fim, arremata-se que todo território tem poder e processos.

1.3 Dos processos do território ao espaço vivido: territorialização e territorialidades

Para que exista um território necessariamente deve ocorrer uma territorialização, Conforme Saquet (2007, p.70) a territorialização é marcada pelo movimento de (re) produção das relações sociais e por uma complexidade de forças produtivas.

A territorialização de um determinado grupo social acontece e se substantiva por meio da apropriação e dominação do território, se estabelece através de lógicas, dentre elas, naturais, culturais, econômicas e políticas. As lógicas que se instituem podem manter relações entre si, ainda mais quando um território está em disputa.

Para Costa (2005, p.6779), a territorialização tem quatro grandes fins ou objetivos. O primeiro é o abrigo físico, que é fonte de recursos materiais ou meio de produção; identificação ou simbolização de grupos através de suas referências espaciais; a territorialização tem como intento a disciplinarização ou controle através do espaço; por fim, a territorialização tem a finalidade de construir e controlar conexões e redes, isto é, fluxos.

A territorialização como movimento, é um processo contínuo. A desterritorialização, ou o fim do território, processo identificado por muitos estudiosos, é na verdade resultado incompleto da multiplicidade de territórios. Costa (2007, p.365), entende que a multiplicidade de espaços possui um processo indissociável de criação e

destruição de territorialização e desterritorialização, logo, o fim de um território implica em uma nova (re)territorialização. Não existe desterritorialização pelo fato de existir territorialização, essa não é uma relação dialética.

Os processos de territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização estão articulados e se completam. Embora complexos, podem ser compreendidos em todas as esferas do poder. A título de exemplo, podemos citar uma propriedade fundiária no Norte do país, desapropriada para fins de reforma agrária, a terra é desterritorializada e em seguida (re)territorializada por pessoas que já possuem uma territorialidade. Por territorialidade, entendemos a condição e também resultado o da territorialização.

Dessa forma, territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcione ao homem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre entendido em sua multiescalaridade e multidimensionalidade, material e imaterial, de “dominação” e apropriação” ao mesmo tempo (COSTA, 2010).

Na multiplicidade de territórios, desenrolam-se dessemelhantes relações que se manifestam sobre diferentes territorialidades. Entendemos, assim como Raffestin (1993, p.161) que a territorialidade se revela em todas as escalas espaciais e sociais, onde existir território; ela é consubstancial a todas relações e seria possível dizer que, de alguma forma, é a face vivida da forma agida do poder.

Na mesma direção, Saquet (2009, p.90) discorre sobre a territorialidade como correspondente ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, ainda que de forma temporária. A territorialidade corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, na família, no trabalho, na escola, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida.

No estudo do território cultural, Bonnemaïson (2002, p.99) analisa a territorialidade de forma correlata a Saquet. A territorialidade é simultaneamente fixação e mobilidade, dito de outra maneira, é uma junção de itinerários e lugares. A territorialidade é entendida muito mais pela relação social e cultural que os homens mantem com a trama de lugares e itinerários que compõem seu território, que propriamente sua apropriação e fronteira do território.

Pensemos nos Awá Guajá⁴, que rompem/escapam o sentido da fixação e que praticamente desconhecem fronteiras, – o que vem ameaçando sua reprodução física e cultural – mas que ainda assim, são conectados por pontos fixos e itinerários, pois possuem territórios e territorialidades.

Segundo Raffestin (1993, p.160) a territorialidade se origina num sistema tridimensional formado por sociedade-tempo-espaço. Dessa forma, concebe-se que a territorialidade é o conjunto de relações sociais constituída no espaço, transcorridas sobre determinado tempo. Assim sendo, não existe territorialidade sem território.

A territorialidade pode servir como meio de regulação das relações que se realizam sobre determinado território. A identidade de um grupo social reitera o poder que se constrói e se controla no território, os conflitos entre quebradeiras de coco babaçu e fazendeiros maranhenses são nesse caso elucidativos.

De acordo com Sack (1986 citado por Costa, 2005, p.6776), a territorialidade é entendida como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

À vista dessa definição, a territorialidade refere-se as ações humanas de controle e influência sobre o território. Embora Sack sustente uma definição estritamente política, a territorialidade abarca também as dimensões econômicas e culturais de um território, de acordo com a carga funcional e simbólica que lhe é atribuído.

O território como espaço onde desembocam ações e as territorialidades como sendo um conjunto de ações, podem ser espacializadas e representadas. Os mapas como elementos nobres do discurso geográfico, representam territórios e territorialidades, ao tempo que são uma forma de poder, portanto, também são territórios. As múltiplas dimensões, escalas e faces dos territórios da questão agrária são aqui interpretadas por uma série de mapas que buscam contribuir na discussão sobre a questão agrária maranhense.

1.4 O mapa como território de uma cartografia crítica

⁴ Os Awá-Guajá são um povo de língua tupí-guarani que habita o noroeste do Maranhão, é um grupo seminômade (um dos últimos das Américas) e semi-contatados. Os Awá vivem em situação de extrema vulnerabilidade e têm sido vítimas de agricultores, pecuaristas e madeireiros que invadem seus territórios e travam conflitos.

O território é um constructo de relações sociais de poder sobre o espaço organizado. Assim como as coisas tomadas de consciência tornam-se poder a partir de uma intencionalidade, os territórios podem ser formados, sem, contudo, se apresentarem explícitos. Nos campos que permeiam as relações sociais, os mapas além de instrumentos práticos de representação, orientação e localização, são territórios, referenciados em um contexto espaço-temporal. As ações práticas que tem os mapas como suporte para alcançar suas realizações asseguram elementos próprios de uma territorialização.

O engajamento com a superação e comprometimento com a afirmação de uma teoria do espaço do e para o homem tem se caracterizado como movimento de uma Geografia da Crise. Deixar de lado essa perspectiva renovadora é negligenciar o saber científico e sua capacidade de dar conta, compreender e explicar os problemas que se desenrolam no espaço geográfico, é caminhar em direção a Crise da Geografia (PORTO-GONÇALVES, 1978).

A Geografia Crítica tem contribuído com as bases filosóficas que norteiam o conhecimento da Geografia, trazendo à tona discussões até outrora, negligenciadas. Pensar uma Geografia da Crise é considerar o binômio compreensão-proposição dentro de uma lógica dialética do conhecimento. A Geografia crítica, com suas bases teórico-metodológicas, busca romper com a Crise da Geografia, ainda que em alguns momentos elas andem de mãos dadas. Os mapas como instrumentos por excelência da ciência geográfica, deveriam ter sua relevância inquestionável e independente de quaisquer correntes de pensamento. Contudo, a Geografia Crítica brasileira substanciou uma Crise da Geografia ao omitir o papel dos mapas e todo seu corpo retórico e textual.

No Brasil, há uma deficiência de estudos sobre as bases teórico-metodológicas dos mapas e da cartografia geográfica. Para Girardi (2008) essa negligência decorre do fato que a Geografia Crítica – principal corrente teórica da ciência geográfica brasileira – no início do movimento de renovação, associou o mapa e o mapeamento aos objetivos e análise das correntes da Geografia Tradicional e Pragmática, um equívoco.

Fonseca (2004) analisa que essa ação não ocorre em razão de uma análise consistente sobre o potencial da linguagem cartográfica, predominando uma postura irrefletida. Para a autora (p.219) a Geografia Crítica atua de modo a eliminar as práticas cartográficas do interior da disciplina, justificando-se por motivações ideológicas,

incompreensões, ou mesmo comodismo por parte do geógrafo por não possuir uma formação cartográfica, não questionando as razões teóricas desse afastamento.

Crampton e Krygier (2008) também reconhecem o engano de associar um rico campo multidisciplinar a uma corrente epistemológica, para eles a crítica cartográfica tem contribuído para sanar tal deslize, assim como vem dando suporte na compreensão dos aspectos teóricos do mapeamento. Na prática, a mobilidade e ubiquidade, também vem mudando a estrutura e produção dos mapas. É fora da academia que um grande número de praticantes, exploram cada vez mais os mapas.

O uso de ferramentas de representação espacial e a popularização dos produtos cartográficos por elas confeccionadas, são cada vez mais concebidos e recebidos como instrumentos de exatidão da realidade espacial, o que lhes confere reputação quase inquestionável. Dessa forma, se reforça a necessidade de discutir o que está por trás dos discursos dos mapas, através de um posicionamento crítico.

1.5 O Mapa enquanto instrumento de poder

A leitura dos mapas deve levar em conta o contexto espaço-tempo que eles estão inseridos. Como forma de linguagem os mapas devem ser observados como produtos culturais e político-ideológico, que possuem e transmitem significados.

A representação de uma porção do espaço apropriado sobre um espaço que não é o real, é condição de todo exercício de cartografia. Assim como a escrita, a linguagem dos mapas resguarda um conjunto de “universalidades”, que não necessariamente tratam-se de convenções, tais quais os símbolos da grafia. Mas de características compartilhadas, como o conhecimento, discurso e poder. Os mapas são modelos subjetivos de apresentação de uma realidade construída, sua funcionalidade como objeto de informação e comunicação o fazem valorosa fonte de conhecimento e de juízo de valor, logo, também possuem poder.

O geógrafo Brian Harley foi um dos principais expoentes da crítica dos mapas, para ele, os mapas são documentos sociológicos inseridos em um contexto histórico, são parciais e servem a um interesse, por isso representam poder, possuem ideologia e vigilância.

Para Harley (2009) o mapa é um produto social de funções complexas, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que eles representam e valorizam. A sociedade

através de seus valores exerce influência sobre o processo sutil de elaboração, por trás do criador de mapas se escondem relações de poder impostas por particulares, pelo Estado ou mesmo pelo mercado. Rompendo as regras da burocracia, pode-se reconstruir o conteúdo e o modo de representação gráfica: adaptando as projeções, manipulando escalas, aumentando ou deslocando os sinais ou a topografia, alterando cores, entre outros.

Ainda segundo Harley (2009) toda cartografia é uma ficção complexa e controlada, o conteúdo dos mapas tem tendência a criar desvios, distorções, variações ou abusos em relação à realidade. Esses desvios podem ter implicações políticas e consequências sociais, como exemplo, as propagandas governamentais como territórios imateriais inseridos em um contexto geopolítico. Lacoste (1973 apud CRAMPTON E KRYGIER, 2008, p,98) aponta que a principal motivação política expressa pelo mapa é servir ao poder estatal:

O mapa, talvez a referência central da geografia, é, e tem sido, fundamentalmente um instrumento de poder. Um mapa é uma abstração da realidade concreta que foi desenhado e motivado por preocupações práticas (políticas e militares); é um modo de representar o espaço que facilita sua dominação e seu controle [...].

As palavras de Lacoste dizem respeito a necessidade de explicitar o caráter estratégico dos mapas, marcadamente associados ao projeto imperialista ou pós-colonial. Muito embora, consideramos que o poder de abrangência desse tipo de representação é ainda maior, mesmo tendo sido apropriado e, portanto, favorecido as classes dominantes de determinado espaço-tempo.

O modo como os mapas vieram a fazer parte de um sistema de signos políticos foi guiado pela sua criação pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual. As flechas ideológicas foram atiradas num só sentido, no seio da sociedade, os poderosos em direção aos fracos. Diferentemente da literatura, da arte ou da música, a história social dos mapas não parece comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos (HARLEY, 2005, p.19).

A análise de Crampton e Krygier (2008) também segue pela ótica da teoria social, onde o mapa está longe de ser um instrumento científico com neutralidade. Contudo, o contexto histórico remete a popularização e as ferramentas de distribuição em massa, onde as tecnologias de mapeamento e uso dos mapas não está restrito aos cartógrafos.

A expansão de novas tecnologias – com destaque as ferramentas digitais de construção e visualização de mapas – permitem maiores possibilidades de manipulação de dados, associando e espacializando um número maior de informações, o que não exclui a existência de intencionalidades e de controle espacial.

1.6 Reflexões sobre a modelização gráfica no âmbito da Cartografia Geográfica Crítica

Girardi (2008) com base em referências que discutem uma leitura crítica do/para o mapa, apresenta uma proposta teórica-metodológica que busca romper com a concepção da cartografia como um campo unicamente técnico. A Cartografia Geográfica Crítica (CGC) busca uma aproximação com a Geografia Crítica, primeiramente através da teoria crítica do mapa e em segundo, na ênfase analítica das desigualdades sociais através do mapa, isto é, enfatizando as desigualdades sociais do espaço geográfico através de mapeamentos.

Na teoria crítica do mapa são admitidos seus aspectos retóricos e textuais, o que permite reconhecê-lo como indispensável na análise geográfica e para o discurso geográfico. Na CGC, assumimos que esta concepção crítica só é contemplada no processo de mapeamento com a adoção, de forma associada, de três abordagens cartográficas: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica. Além da adoção da teoria crítica do mapa, a crítica de nossa proposta teórico-metodológica está em assumir os fundamentos da Geografia Crítica e, por isso, enfatizar o uso do mapa para a análise das desigualdades e contradições do espaço geográfico e dos diferentes territórios (GIRARDI, 2008, p. 28).

Essa proposição consiste, não só em adotar fundamentos teóricos do mapa e da Geografia Crítica, mas também da técnica e do método. Dessa forma, julgamos a CGC como a mais adequada para nos auxiliar numa leitura crítica da realidade através da discursividade dos territórios que são os mapas.

A semiologia gráfica⁵ é o conjunto de signos organizados que possibilitam a organização, entendimento e comunicação de informações de um mapeamento. Segundo Girardi (2008, p.69) ela é a base do mapeamento, pois apresenta as regras para obter melhor comunicação a partir do mapa, ela é anterior as outras abordagens cartográficas.

⁵ C.F BERTIN

A visualização cartográfica é todo o processo que envolve a confecção do mapa, consiste em descobrir e gerar novas informações por meio do mapeamento, o mapa é considerado instrumento de investigação e de análise espacial. Essa abordagem apresenta grau de interatividade entre o homem e o mapa, ainda mais com o advento da computação e de seus conjuntos de ferramentais para mapeamento, inclusas aqui, os Sistemas de Informação Geográficas (SIG), atlas interativos, animações e softwares de cartomática (GIRARDI, 2008).

A terceira abordagem da CGC é a modelização gráfica, também conhecida como coremática⁶, é uma proposta de análise regional criada pelo geógrafo francês Roger Brunet. Segundo Théry (2004) e Girardi (2008) ela busca analisar os sistemas de forças resultantes da interação entre os diferentes atores na produção do espaço geográfico. Cada lugar está situado em uma série de “campos” que estruturam o espaço, cuja interferência irá formar um sistema. Para Brunet (1990 apud GIRARDI, 2008) esses sistemas de força, ou sistemas geográficos, produzem as figuras geográficas, que expressam a estruturas elementares pelas quais passa o domínio do espaço.

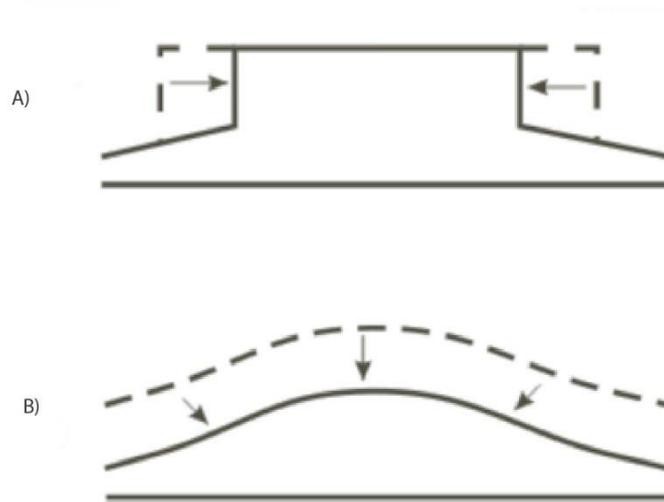
Para Brocard (1993 apud FONSECA, 2004, p.17) a modelização gráfica é geográfica, pois diz respeito às formas espaciais produzidas na apropriação do espaço pela sociedade. A expressão gráfica se encontra com as estruturas do espaço geográfico. A modelização gráfica, que utiliza dos fundamentos da semiologia gráfica de Bertin, pode ser considerada também uma “semiologia geográfica”, pois consegue ser mais do que um inventário de imagens.

Uma outra hipótese que reforça a importância da modelização gráfica, é o uso de modelos como instrumentos simplificadores e redutores provisórios. As estruturas e suas combinações podem ser representadas por modelos. Esses modelos têm expressão gráfica, isto é, conseguem ser melhores adaptados para simbolizar a organização espacial, são sintéticos e possuem forte eficácia demonstrativa (THÉRY, 2004), a Geografia assim como outras ciências, tem uma tradição na utilização de modelos que funcionam como um *a priori* de uma representação complexa, mas que se tornam

⁶ As figuras geográficas são recorrentes, Brunet propõe um conjunto de 28 delas que são chave e compõem a base de um alfabeto geográfico. A essas formas elementares, Brunet dá-lhes o nome de “coremas” (*chor*, “extensão, espaço”), fazendo uma clara alusão à função dos “fonemas” na linguagem humana. Os coremas estão para a geografia, tal qual os fonemas estão para a linguística (GIRARDI, 2008).

acessíveis pela facilidade de apreensão e reprodução. Na Figura 2 temos exemplos de uma representação de modelos utilizados na Geografia.

Figura 2 – Figura – Modelos de evolução do relevo



Contraste entre back-wearing (A), proposta por Penck e down-wearing (B), proposta por Davis

Adaptado de Casseti, 1996

Assim como os mapas, os modelos são territórios dotados de um conjunto de importantes informações, sua construção não é isenta de valores. Como imagens cartográficas, mapas e modelos são elementos híbridos (nem puramente natural e nem cultural), ambos são abstratos, muito embora os modelos carreguem uma carga muito mais imaterial, segundo Théry, os modelos são um tratamento pós-cartográfico, ou meta-cartográfico⁷. Sobre os modelos, é importante ainda situá-los como o cruzamento de lógicas que constituem o espaço, não sendo, pois, "esquemas" de simplificação dos mapas.

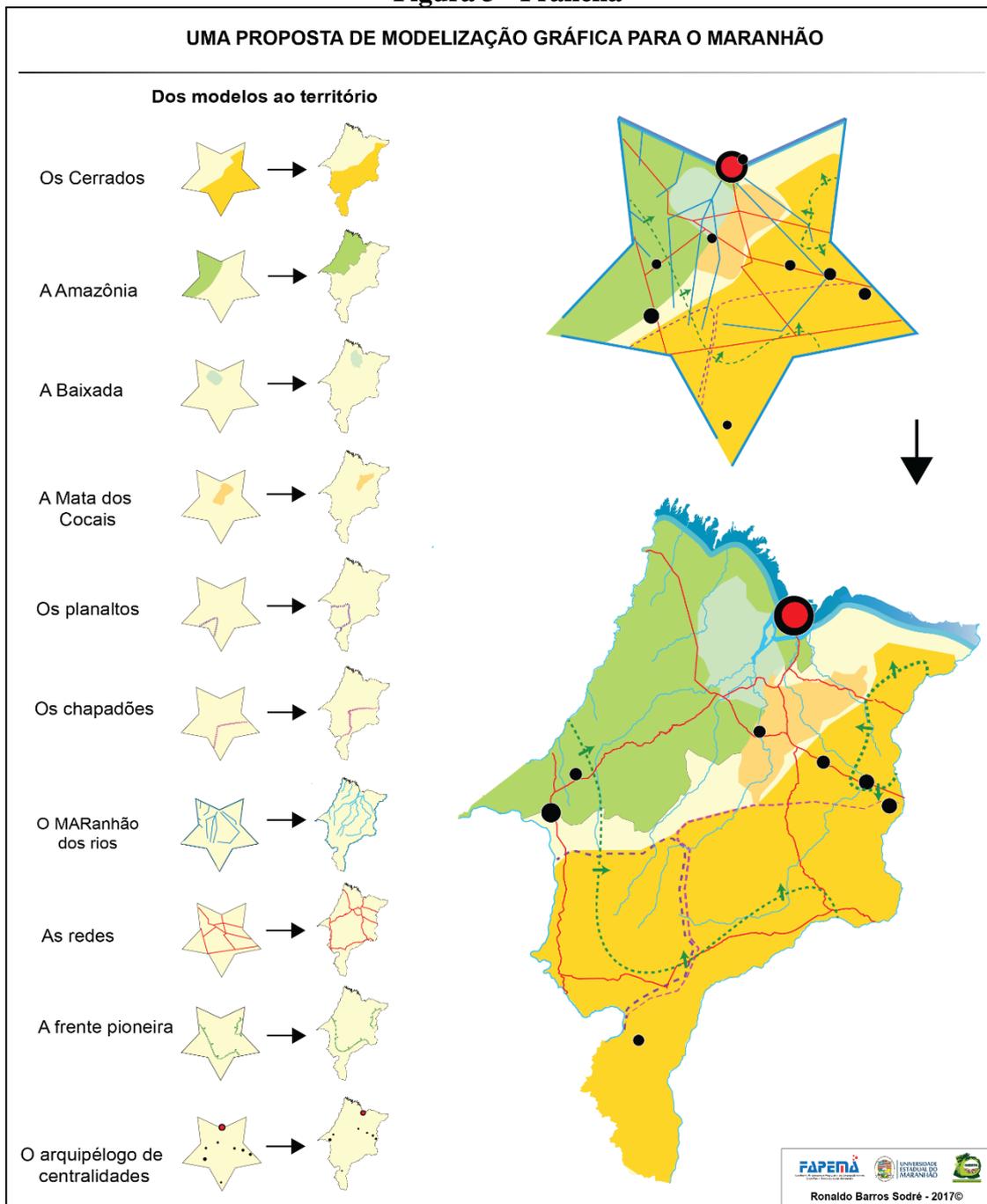
Concordamos com Girardi (2008) que os modelos gráficos não substituem os mapas, eles são complementares um do outro. O mais importante de um modelo gráfico é identificar as suas estruturas e representá-las; de forma sucinta é possível compreendermos fenômenos geográficos estruturais de interesse do autor explicar o espaço geográfico e, ao mesmo tempo, elaborar questões com base nas configurações

⁷ Informação verbal durante o minicurso "Contribuições da cartografia temática e da modelização gráfica à avaliação de territórios", realizado em 11 de setembro de 2016, na FCT-UNESP de Presidente Prudente – SP.

verificadas. Além de servir à análise regional, a modelização é destacadamente um instrumento de comunicação da informação espacial.

Na Figura 3 apresentamos uma proposta de modelização para o estado do Maranhão composta por dez modelos elementares. Não é nossa intenção desenvolver uma discussão sobre esses modelos neste trabalho, mas apresentar os modelos como formas de compreender territórios.

Figura 3 - Prancha



1.7 Procedimentos metodológicos para compreender territórios

Em traços gerais buscamos aqui apresentar os procedimentos metodológicos que nos deram suporte para o entendimento dos territórios analisados. Para delinear os procedimentos, antecipadamente consideramos a não admissão de visões isoladas, parceladas e estanques em uma pesquisa. Acreditamos que o processo de pesquisa se desenvolve por meio de interação dinâmica, retroalimentando-se e reformulando-se constantemente. Leituras, notícias, troca de informações e entrevistas são alguns dos instrumentos que quando analisados e interpretados podem nos recomendar novos encontros e, assim, nos permitir explorar aprofundadamente o mesmo assunto ou outros, que nos ajudam a atingir o nosso problema inicial (TRIVIÑOS, 1987).

Desta feita, dividimos a metodologia em etapas para fins de apresentação, todavia, devemos considerar que elas se inter cruzam, nesse sentido, um levantamento bibliográfico pode ocorrer concomitantemente a uma análise documental, por exemplo. A discussão bibliográfica como baliza das discussões que propomos em um trabalho científico foi precedida por um extenso levantamento de obras bibliográficas nas bibliotecas da Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual Paulista - Campus Presidente Prudente e da biblioteca do GEDITE, realizamos ainda levantamentos de obras na biblioteca da Comissão Pastoral da Terra em São Luís.

A análise e interpretação das obras, seguiu uma crítica interna e externa, que segundo Lakatos (2003, p.49) são juízos de valores sobre determinado documento científico. Separa-se a crítica externa da interna, sendo que a primeira leva em conta o documento analisado em si e uma função do que está analisado. Por sua vez, a crítica interna, aprecia o sentido e conteúdo que foi redigido.

Ao tempo que realizamos levantamentos, análises e interpretações de materiais bibliográficos, também levantamos e organizamos documentos que de forma gradual resultou em um extenso banco de dados com mais de vinte categorias. Os endereços eletrônicos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, CPT, IBGE, SIDRA-IBGE, IMESC, IPEA, MMA, MTE, MDIC e NERA foram fundamentais para nossa pesquisa. Visitamos ainda a Superintendência Regional do INCRA no Maranhão, a

Cáritas Brasileira e a Sede da CPT, afim de encontrar documentos que pudessem contribuir para o nosso trabalho.

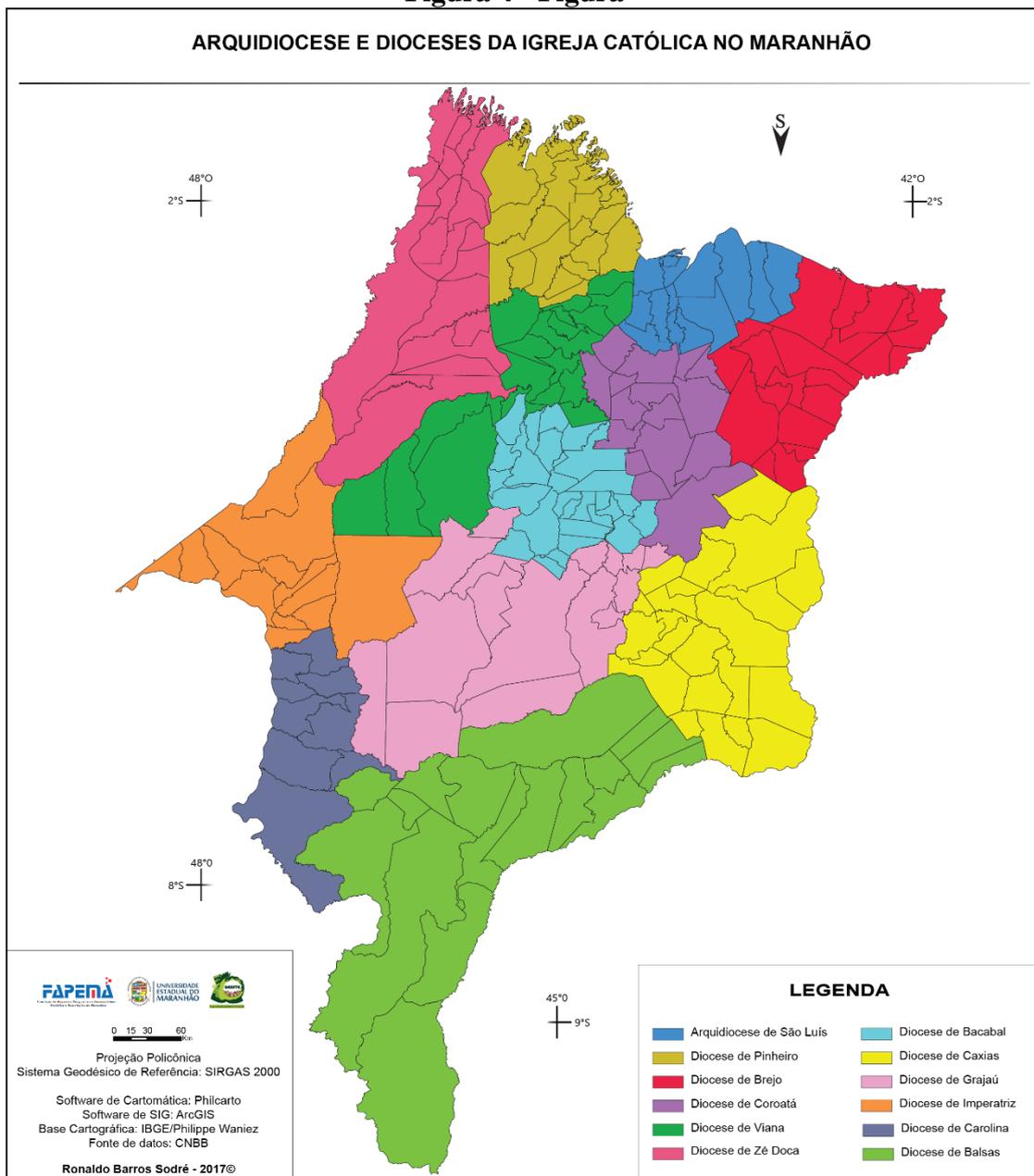
Por se tratar de uma das fontes mais completas e sérias sobre a questão agrária no Brasil, os dados da CPT foram utilizados demasiadamente em toda a pesquisa. Concordamos com Girardi (2008, p.296, grifo do autor) que:

[...] as publicações da CPT permitem o contato mais sensível com esta realidade e nos faz compreender melhor os dados. Mais do que números, os dados da CPT são informações sobre a situação dos *homens e mulheres do campo* e retratam a luta dos camponeses brasileiros e as violências por eles sofridas. Certamente esses dados não abrangem a totalidade, mas compreendem parte significativa da realidade, cuja totalidade é ainda mais violenta e desigual. Mais do que algarismos, os números devem ser compreendidos como vidas.

A CPT do Maranhão, ao longo dos anos vem desempenhando importante papel ao registrar parte de uma história esquecida ou que se faz invisível por parte da sociedade. Além de coletar informações sobre os conflitos no campo a Comissão, dentro de suas limitações, acompanha judicialmente as famílias camponesas em conflitos.

Chamamos atenção para a metodologia de coletas de dados da CPT no Maranhão, que pode refletir diretamente nos resultados dos dados sobre os conflitos agrários. Organizada em Equipes de Bases que funcionam nas dioceses da Igreja Católica, conforme a Figura 4, até o ano de 2016, – portanto, durante o nosso período análise – a CPT esteve distribuída geograficamente em quatro Equipes de Base (Pinheiro, Coroatá, Grajaú e Balsas) e um Escritório Estadual (São Luís). A última mudança na organicidade da CPT Maranhão, as Equipes de Base foram divididas em duas: Equipe Norte (Pinheiro e São Luís) e Centro-Sul (Balsas, Coroatá e Grajaú).

Figura 4 - Figura



Devido alguns dados da CPT que por hora utilizamos, serem resultado da soma dos conflitos que ocorreram ao longo dos anos em um determinado espaço, eles levarão a um resultado que pode distorcer a realidade dos fatos. Vejamos o caso hipotético de 20 famílias atingidas pela construção de um empreendimento, durante um período de 5 anos de obras, essas famílias serão contabilizadas pela CPT, no final do empreendimento a soma das famílias envolvidas nesses conflitos chegará a 100. O que não corresponde à realidade, pois, trata-se de um mesmo caso.

Embora não tenhamos utilizado diretamente nessa pesquisa os trabalhos de campo como fonte principal de informação, não negamos a importância da empiria no desenvolvimento deste trabalho. Nesse sentido, realizamos alguns trabalhos de campo que contribuíram para as análises que aqui desenvolvemos.

Durante o curso de mestrado, um dos primeiros campos que realizamos foi na microrregião de Rosário, marcadamente conhecida por ser região de promessas, no sentido da não concretização de alguns projetos desenvolvimentistas que ali se instalaram e não foram concluídos. A fim de conhecer esses projetos visitamos os municípios de Bacabeira, Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Morros, Santa Rita e Icatu, onde conhecemos algumas comunidades tradicionais.

Realizamos trabalhos como técnico na coordenação das atividades de aplicação dos questionários do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), nos municípios maranhenses de Vitória do Mearim e Cajari. A aplicação dos questionários fez parte das atividades coordenadas pelo Laboratório de Extensão Rural (LABEX) da Universidade Estadual do Maranhão, por meio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Essas atividades nos permitiram contatos com um número significativo de famílias camponesas dos municípios em questão.

No município de Vargem Grande, fomos conhecer a planta de um complexo de aves e grãos que está se instalando no estado. Visitamos ainda os municípios de Chapadinha, Anapurus e Brejo, onde realizamos entrevistas com representantes de empresas ligadas ao agronegócio de grãos e famílias que estão ameaçadas pelo avanço da frente pioneira.

Em virtude de um estágio de curta duração, visitamos o município de Três Lagoas-MS, onde participamos de um trabalho de campo com o intuito de conhecer os impactos ocasionados por indústrias de celulose no urbano e no rural da cidade. Além de visitas a condomínios de alto padrão e de aglomerados urbanos que contrastam com a riqueza de uma pequena parcela da população, conhecemos ainda um assentamento rural do município.

No âmbito do XVII Curso de Verão promovido pelo Centro de Estudos Ibéricos, realizamos trabalhos de campo na Rota Ibérica, onde tivemos a oportunidade de conhecer as problemáticas do rural de Portugal⁸ e da Espanha⁹, sobretudo, do acentuado

⁸ Em Portugal, conhecemos diversas localidades como Guarda, Melo, Moimenta da Serra, Santa Marinha, Folgoso, Sabugueiro (Aldeia de Montanha; a pastorícia e o queijo da serra), Serra da Estrela,

envelhecimento da população rural e do abandono do campo nas regiões com economia menos dinâmica.

Destacamos ainda o estágio acadêmico realizado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Presidente Prudente, em um período de três meses. O estágio acadêmico estimulou a expansão de novos horizontes ao proporcionar experiências com profissionais de outras instituições, somando visões distintas e/ou complementares sobre nosso objeto de pesquisa. Durante o estágio participamos de colóquios, eventos científicos, disciplinas e trabalhos de campo.

Nesse período também tivemos contato com diferentes softwares de cartografia e cartomática, o que modificou inteiramente o nosso projeto de pesquisa¹⁰. Tendo ciência de que não podemos deixar de lado o inegável papel dos mapas no processo de conhecimento, na busca da própria essência da informação na Geografia, pois quando fazemos nossos mapas estamos fazendo Geografia (MARTINELLI, 2009, p. 97). Iniciamos a criação de um banco de dados para processamento de informações cartográficas e posterior confecção de mapas.

Por considerarmos a cartografia como instrumento nobre da pesquisa em Geografia, destacamos a utilização de mapas para apresentar os resultados da pesquisa. Evidenciamos o mapa *O Maranhão Agrário*, elaborado a partir dos diversos mapas presentes no texto, consideramos ele a síntese da questão agrária maranhense neste início de século.

A maioria dos mapas foram construídos com o software de cartomática e exploração dados, Philcarto. Também utilizamos o Cartes & Données e o ArcGIS para confecção de alguns mapas. Utilizamos o ArcGIS como programa de SIG para elaborar as coordenadas e escalas a partir da compatibilidade de malhas digitais disponibilizadas

Miradouro do Vale Glaciário do Zêzere, Covão da Ametade, Nave de Santo António, Covão do Ferro e Vale Glaciário de Alforfa, Covão do Boi, Torre, Varanda dos Carquejais, Covilhã.

⁹ Em trabalho de campo na Província de Salamanca conhecemos diversas localidades como Ciudad Rodrigo, Baatuecas, La Alberca, Sotoserrano, Miranda del Castanar, Sequeiras, além de outros lugares da Sierra de Francia y Béjar.

¹⁰ O desenvolver dessa pesquisa foi permeado por conflitos entre vontades e possibilidades. As possibilidades nos impuseram limites, mas também deixaram-se vencer e tornaram-se concretas. A partir do estágio no NERA alteramos nosso projeto de pesquisa, que antes objetivava estudar os conflitos por terra na região leste do estado. A vontade de trabalhar com a Cartografia Geográfica Crítica emergiu ainda durante a graduação, quando tivemos contato com o trabalho de Girardi (2008). Ainda na Unesp, participamos de um minicurso com o professor Hervé Thery, que nos apresentou de forma mais aprofundada a discussão sobre modelização gráfica e os modelos para entender territórios.

pelo IBGE (2010). O sistema de coordenadas teve a seguinte configuração: projeção policônica, Datum Sirgas 2000 e meridiano central 45° W. Para a edição final utilizamos o software Adobe Illustrator.

No capítulo que segue, dedicamos atenção a discussão do paradigma ao qual essa pesquisa está alicerçada, assim como apresentamos um histórico da questão agrária brasileira antes de adentrarmos na questão agrária maranhense na perspectiva dos conflitos socioterritoriais.

CAPÍTULO 2
A QUESTÃO AGRÁRIA EM QUESTÃO

2.1 Uma questão de paradigmas no campo da conflitualidade

O desenvolvimento do capitalismo imprimiu modificações multiescalares nas dinâmicas do espaço geográfico, abarcando formas desiguais de organização e alterando os modos que os homens se relacionam entre si e com o meio natural. No campo, problemas conexos ao uso, posse e propriedade da terra, irão processar-se doravante a estruturas primitivas no feudalismo e se intensificam a partir da formação dos Estados Modernos e do surgimento do capitalismo, que nasce estritamente dependente dos recursos naturais.

A estruturação de *plantations* nas colônias e a sujeição da renda da terra são exemplos da penetração primitiva do sistema capitalista de produção no campo, que posteriormente se transfigura com pacotes tecnológicos – que não se limita a uma questão agrícola, pois são postas mudanças nas relações de trabalho – com a evolução do sistema em fases ainda mais “modernas”, como a industrial e monopolista-financeira.

Quanto mais desenvolvidas forem as relações capitalistas no campo, maiores serão a concentração fundiária e a concentração de riquezas. Criando assim uma questão agrária que se intensifica e (re)produz desigualdades sociais, econômicas, danos ambientais, expropriações e outras formas de violências, em um espaço onde a dependência dos meios naturais se faz ainda mais notório (SODRÉ, 2015, p.14).

Temos no campo brasileiro uma questão agrária, que também é vista como uma questão rural, pois só podemos caracteriza-la assim, por sua vinculação a uma questão agrícola. Embora a questão agrária nos remeta ao espaço rural, até mesmo por algumas definições recorrentes, que a consideram como sinônimo de “problemas rurais”. Ela se origina de problemas do/no campo, mas não se limita a ele. Em outro trabalho, mostramos que as adversidades sociais, econômicas, ambientais – e por que não política? – do urbano, podem ser analisadas sob a ótica de uma revisão histórica de processualidades iniciadas no campo.

[...] de modo a ilustrar, a macrocefalia urbana brasileira tem uma das suas vertentes a Lei de Terras de 1850, quando os negros iniciaram a favelização nos centros urbanos, a ocupação de áreas de riscos, etc., ou ainda a partir da intensificação do êxodo rural com a ascensão de uma elite industrial, que tomam o poder das oligarquias rurais na década de 1930 – não temos a pretensão de fazer essa discussão, mas mostrar que as vicissitudes que a questão agrária sofreu a tornaram superior no espaço e no tempo [...] (SODRÉ, 2015, p.21).

A questão agrária é fruto das contradições estruturais do capitalismo, que simultaneamente produz a concentração de riqueza e pobreza, impossibilitando a superação da questão, pelo contrário, a sua perpetuação ocorre constantemente por meio de seu paradoxo (o movimento da questão agrária).

As relações sociais que envolve classes opostas no campo brasileiro, são mediadas pelo poder que emana da defesa e/ou da imposição dos territórios e seus modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa e o agronegócio são incongruentes e por isso alimentam e transformam a questão agrária.

Nessa perspectiva, Fernandes (2008b, 2013) analisa a questão como inerente a outra dimensão, a da conflitualidade, ou seja, a partir do enfrentamento dessas contradições. Transcendente a um confronto ou um conflito, a conflitualidade não pode ser resolvida, pois está em constante reprodução pelas relações sociais dentro dos territórios.

A conflitualidade da questão agrária é uma dimensão que adentra as discussões teóricas e promove disputas intelectuais entre “think tanks” que objetivam legitimar seus pontos de vistas a partir do domínio da política através de suas produções científicas. A natureza da questão agrária e seus sujeitos, fatores e processos, passa a ser entendida por dois paradigmas que analisam o campesinato no capitalismo.

Esses paradigmas confrontam diferentes interesses, ideologias, desejos, determinações, compreensões e leituras, que indicam sempre alternativas distintas, às vezes opostas, antagônicas e nem sempre complementares. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) discutem respectivamente, a (re)criação do campesinato e em antinomia, o seu fim (FELÍCIO, 2006, p.20).

Contemplamos a questão paradigmática sob uma perspectiva sectária e maniqueísta de relações de poder, pois a correlação de forças sugere a continuação ou a eliminação do sistema capitalista, na imposição de um conjunto de elementos que constituem suas perspectivas e história. Dessa forma, consideramos os paradigmas como essenciais no debate sobre a questão agrária.

O Paradigma da Questão Agrária compreende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, as lutas de classes são o ponto de partida para explicar as disputas territoriais e as conflitualidades que engendram o desenvolvimento que viabilize a autonomia dos camponeses. O Paradigma do Capitalismo Agrário, entende as desigualdades no campo como um problema conjuntural, que pode ser superado por

meio de políticas públicas que visam integrar o camponês ou o agricultor familiar, no mercado capitalista e assim superar o atraso (FERNANDES, 2008b, 2013).

Intrinsicamente ambos os paradigmas fazem discussões distintas sobre o campesinato como condição *sine qua non* para existência de uma questão agrária. Compreendemos o campesinato como o conjunto de grupos sociais, existentes em um território, que criam relações sociais próprias e se reproduzem através dos recursos naturais e culturais desse espaço delimitado. A base da sua produção tende a ser familiar e a apresentar distintas formas de autonomias, pois, a família é a base de consumo e de produção.

Os sujeitos do campesinato são os camponeses, indivíduos que lutam no território ou pelo território. Os povos das florestas, os agroextrativistas, castanheiros, os ribeirinhos, pescadores artesanais, posseiros, foreiros, assentados, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, etc., são todos camponeses – embora, nem sempre eles se reconheçam como tal, o que não os diminui. Não é só uma definição vocabular, mas acima de tudo política, que insere os camponeses em uma estrutura de classes – quando esses entram em conflito (SODRÉ, 2015, p. 22).

Segundo Abramovay (2007), quando mencionados em Marx, os camponeses são uma espécie de bárbaros condenados a diferenciação, em que nem mesmo fica claro a definição e origem de seus rendimentos. Marx considera apenas duas classes (burguesia e proletariado) como incorporadoras de elementos para a organização da sociabilidade contemporânea.

Em sua clássica obra “A questão agrária”, Karl Kautsky (1986, p.25) considera uma grave falta reputar apenas duas classes como únicos fatores da sociedade atual, desviando a atenção para as outras, como a dos camponeses.

Para Paulino (2006, p.21) esse é um debate reducionista da história, dando a entender que os conflitos da sociedade capitalista se dão no embate de apenas duas classes. Mesmo em Kautsky, os camponeses são vistos como uma classe em si, isto é, não se constituem como sujeitos políticos capazes de superar as condições de exploração e opressão.

Para os que fundamentam suas análises no paradigma teórico do Capitalismo Agrário, o campesinato é um resíduo histórico no modo capitalista de produção e para tanto, deve ter o seu fim, pois não tem nenhuma contribuição para o desenvolvimento social e econômico de um país, devendo, pois, o campesinato se adequar ao capitalismo.

Desde o século XIX, quando a apropriação e a modernização da agricultura marginalizaram ainda mais os camponeses, o pressuposto do desaparecimento da classe camponesa é tido como certo. Diversas teorias foram apropriadas para dá consistência teórica naquilo que estudiosos da questão agrária brasileira vem chamando de Paradigma do Capitalismo Agrário, dentre elas, os estudos de Karl Kautsky e Vladimir Lênin.

Para Kautsky (1986) o camponês representa o atraso econômico e social do campo, a reprodução do campesinato seria um processo de auto exploração, quase uma barbárie. O território camponês evidencia a marginalização, pois por obstáculos políticos e ideológicos o capital não consegue se instaurar.

O antagonismo de classes existentes entre explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses. Todo esse processo começou [...] durante a Idade Média, mas unicamente o modo de produção capitalista o acelerou a ponto de subordinar-lhe toda a população rural. Ele ainda não chegou ao fim, e ainda hoje prossegue, abarcando novas regiões, transformando novas esferas de produção camponesa para o consumo pessoal em domínios de produção de mercadorias, aumentando das mais diversas maneiras a produção de dinheiro por parte do lavrador, substituindo o trabalho de família pelo trabalho assalariado (Ibid. p.35)

A exploração capitalista sobre a propriedade camponesa é irreversível, até mesmo um trabalho político é inútil para frear o declínio. A superioridade técnica e econômica do capitalismo agrário demonstra isso. Conforme Kautsky (1986, p.35) o capital não restringe sua ação a indústria e apodera-se da agricultura. A agricultura tende a se industrializar, mas esse é um processo que açambarca somente aqueles que tem condições de incorporar técnicas e a organizar seus estabelecimentos, os camponeses serão, portanto, subordinados a esse processo.

A exploração agrícola moderna é uma exploração genuinamente capitalista, a superioridade técnica da grande exploração, irá acentuar ainda mais as desigualdades. A tese do fim do campesinato também é vista em Lênin (1980), a partir da transformação do camponês em um produtor de mercadorias, isto é, da sua proletarização e da perda do controle dos seus meios de produção e de sua autonomia.

Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura, contudo, esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de

um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. (LÊNIN, 1980, p.45).

O trabalho de Lênin nos fornece elementos para compreender o campesinato como um conjunto de relações subsistentes no capitalismo, mas que não são parte dele, pois as relações de produção são diferenciadas das impostas pelo capital. Segundo Felício (2011, p.54) a história tem demonstrado que apesar da tendência fundamental do capitalismo, consistir na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura o campesinato persiste em lutar para se desenvolver no capitalismo mantendo sua independência, mesma que relativa.

Contemporaneamente o fim do campesinato é suscitado em autores como Ricardo Abramovay (2007, p.32) que pensa as famílias camponesas como dependentes do Estado e subordinadas ao capitalismo agrário. Para ele, seria um equívoco considerar que as políticas públicas agrícolas resultam fundamentalmente da pressão e do interesse dos agricultores, mas são entendidas como estratégias do modo de produção capitalista para diminuir o preço da alimentação dos assalariados.

Desse modo, o autor diferencia agricultura camponesa de agricultura familiar, supondo que a sociedade capitalista se apropriou dessa última. O que de certa forma é equívoco, pois toda agricultura camponesa é familiar. O inverso não se faz verdade se consideramos o termo agricultura familiar como uma apropriação.

Ainda sobre a proposta de Abramovay (2007, p.36) no desenvolvimento da estrutura pulverizada da agricultura, a intervenção do Estado foi fundamental para desenvolver o capitalismo, sem, contudo, priorizar um único segmento da sociedade. A agricultura familiar representa assim, um papel crucial no desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade.

A passagem do camponês para agricultor familiar, seria uma forma de integrá-lo ao capitalismo, pois o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado para se desenvolver. A eliminação das bases objetivas e simbólicas do território camponês, cede espaço para o capitalismo agrário em sua totalidade, e não considera a capacidade dos camponesas em se recriar por formas diversas, como a resistência ao capital.

Oliveira (2007, p.9) analisa a interpretação do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista no interior da produção agrícola, cujas,

são guiadas por visões distintas de processos dentro da teoria clássica do campesinato e ocorrem por dois caminhos. Um seria a destruição do camponês ou do pequeno produtor familiar de subsistência pela diferenciação interna causada pelas contradições da inserção no mercado capitalista.

Dessa forma, o camponês fica dependente do mercado, que lhe exige mais produção de mercadorias, conseqüentemente, ele torna-se vítima do processo de flutuação de preços, dos juros decorrentes da compra de incrementos para a produção, entre outros. Esse caminho leva a duas classes de camponeses, uma rica, composta por pequenos proprietários capitalistas e uma classe de camponeses pobres, que vendem suas mão de obra para os primeiros.

Outro processo de transformação das relações no campo e de inserção do camponês no capitalismo. É o caminho da modernização do latifúndio. Que permite que latifundiários e camponeses estejam unificados em uma classe, vindo a formar empresas rurais capitalistas.

Esses caminhos levam a um único destino, inserir de forma plena o modo capitalista de produção na agricultura, pois o camponês, é um empecilho para esse desenvolvimento, uma vez que ele ainda possui relações residuais de modelos anteriores.

Se considerarmos que os paradigmas são guiados por pretensões de uma classe mediante seus interesses, ideologias, determinações e desejos. Ir de acordo com o paradigma do capitalismo é concordar com a subalternidade econômica e social e desconsiderar o protagonismo histórico da atuação dos camponeses enquanto classe. A solução para questão agrária, nesse sentido, seria resolvida pelo próprio capitalismo, inserindo a agricultura familiar no contexto do agronegócio, a integrando e tecnificando.

Essas afirmações contribuem para a criação de políticas públicas que visam o desenvolvimento econômico tanto de grandes como de pequenos produtores, haja vista que, o Estado desempenha papel crucial na agricultura quando realiza interferências para a organização territorial agrária visando aumentar a produção agrícola. O desenvolvimento territorial privilegia o agronegócio, entendido aqui como uma totalidade, que abarca culturas parciais.

O Paradigma do Capitalismo Agrário não leva em consideração a concentração fundiária, a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação por que passam as famílias camponesas, os conflitos territoriais, nem as desigualdades e conseqüências

negativas que sofre o campesinato com o avanço das relações capitalistas no campo, que lhes são impostas.

Ainda que o capital subjugu a terra e o sujeito em seu território, o camponês resiste: ele se territorializa é desterritorializado e contraditoriamente se reterritorializa. Os autores contemporâneos do PQA concordam que essas processualidades acontecem por meio da luta pela terra e pela reforma agrária: ocupando terras, montando acampamentos, resistindo, conquistando assentamentos. Essa é uma luta contínua que deve ser fortalecida ainda, na busca de infraestruturas, trabalhando, estudando, industrializando-se, vendendo e comprando; mostrando a possibilidade de desenvolvimento em meio às contradições, contestando a estrutura fundiária na luta por uma efetiva reforma agrária.

Para Alexander Chayanov mesmo com o capitalismo, o campesinato continua existindo e se desenvolvendo, faz parte dele e contraditoriamente não faz, pois não é guiado pela lógica do capital. O camponês é um produtor de mercadorias e embora participe do mercado, ele não é necessariamente um capitalista (FELÍCIO, 2011, p.55).

Dentro da família camponesa é possível encontrar elementos que não correspondem à racionalidade capitalista. Mas que não deixa de ser um empreendimento que possui uma racionalidade econômica. Cada família camponesa representa assim, uma Unidade Econômica Camponesa (UEC).

Para Chayanov, a família é o fundamento da empresa camponesa – na sua condição de economia sem assalariamento –, uma vez que é tanto o ponto de partida como objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho, a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é que o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo, unidade de produção e unidade de consumo (COSTA, 2014).

Para Teodor Shanin (2005) os camponeses não podem ser compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem levar em consideração sua estrutura societária. É uma realidade mistificada que dificulta a teorização daqueles que o estudam, pois não existe um camponês no seu sentido imediato e estritamente específico como é descrito.

Shanin (1983, p.8) analisa um quadro comparativo que emerge de complexas partículas da comparação internacional camponesa, e conclui ser mais complexo e multidirecional do que o modelo de diferenciação inicial poderia admitir. A transformação capitalista da agricultura parece ocorrer não de uma, mas mediadas por três tendências principais (diferenciação, pauperização e marginalização),

simultaneamente em diferentes regiões e partes do mundo e, às vezes, dentro da mesma sociedade.

Diferente do que enuncia outros autores, para Shanin o camponês é sim um sujeito político e por isso, transformador de sua história, resiste no seu modo de vida e, além disso, reafirma-se enquanto sujeito histórico, político e transformador. O camponês é agente principal de sua história, tem em si a capacidade de lutar pelo território, e reafirmar a sua função social de um território (FELÍCIO, 2011, p.107).

Conforme Fernandes (2008, p.179) o camponês se apresenta como um relevante sujeito político na construção de seus territórios. Das condições para a criação e recriação do campesinato, uma delas é a política como construção de existência dos camponeses, isto ocorre segundo o exercício da política do campesinato, por exemplo, a luta pela terra. A ocupação e a conquista da terra, significa a destruição de uma fração de um território capitalista. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência.

A outra forma de criação e recriação camponesa, é mais abrangente, e está em praticamente todas as sociedades, ela se apresenta sobre a forma das constantes reproduções ampliadas das contradições do capitalismo no campo. Este também é o limite da atuação política, pois os camponeses não possuem controle político das relações econômicas.

2.2 A questão agrária, a propriedade e o Estado

A questão agrária pode ser descrita como uma área do conhecimento que estuda a natureza dos problemas das sociedades relacionados ao uso, posse e propriedade da terra, ou seja, respectivamente a forma como o homem se apropria da natureza para organizar a produção agrícola, quem são os sujeitos que moram e vivem em um determinado território e a condição jurídica – a partir do capitalismo – da terra, bem como os meios que levaram a sua propriedade (STEDILE, 2012, p. 641).

A gestão das formas de usos conferidas a uma área apropriada da natureza, ocorre segundo uma conformação específica para os fins que lhes é dado. Cada indivíduo, grupo de indivíduos, empresa ou instituição, que tem a terra como posse, organiza-a em concordância com seus interesses, podendo ela ter fins diversos, que vão

do agrícola ao especulativo. Por fim, o uso da terra é uma condição independente da condição jurídica que envolve a posse e a propriedade.

A posse da terra possui uma natureza fática, é um direito de uso, refere-se a um usufruto sobre uma porção de um território. A posse tem um caráter social e econômico sobre a terra, não raro, carrega efeitos jurídicos, todavia, a posse não pode ser confundida com a propriedade, que possui uma outra natureza.

Da posse à propriedade há uma transformação estrutural que vai da igualdade para desigualdade, fazendo-se imprescindível um terceiro elemento “superior” a tudo isso, isto é, o Estado. Falamos de um Estado, que não é entendido unicamente como um agente regulador dos princípios da liberdade e da igualdade, mas que possui interferências de uma classe que pretende se manter como dominante e privilegiada. Esse Estado nasce inegavelmente vinculado à propriedade privada (FELICIANO, 2015a).

A propriedade, pensada como atributo em seu amplo sentido, se constitui elemento indispensável na vida do homem com base em convenções sociais, podendo ser coisa ou meio de se exercitar o poder. No sistema capitalista, a terra como propriedade é uma condição jurídica que se transforma em mercadoria, permitindo sua compra por aqueles que possuem recursos. Porém, o dinheiro-capital, não é a única forma de se possuir a propriedade da terra, como exemplo, a utilização de meios ilícitos, como é o caso do uso títulos falsos de terra mediante a práticas de falsificação.

Feliciano (2015b, p.81) afirma que a funcionalidade da propriedade privada da terra estabelece um conjunto de dimensões, são elas: a exploração do trabalho, a extração de riquezas e a apropriação da renda e do poder.

Essas condições com características tão distintas, são complementares ao possibilitar uma análise dos problemas relacionados a terra. A questão agrária é uma questão da terra e do território. A condição de bem natural, impossibilita um valor econômico a terra, mas o modo de produção capitalista torna-a um equivalente do capital, pois ela proporciona lucro e renda da terra.

Segundo Paulino e Almeida (2010, p.10), a terra somente proporciona lucro, quando está envolvida em um circuito produtivo, por meio do trabalho assalariado. O lucro é a mais valia, o trabalho que foi gerado e não devolvido em forma de salário. Já a renda da terra, é uma riqueza indistintamente apropriada por todos os proprietários da terra, estejam eles produzindo ou não. É importante ainda mencionar que a terra será

valorizada, quanto maior for a demanda por alimentos, moradia e demais necessidades sociais, essa valorização se converte em renda.

A formação da propriedade privada da terra no Brasil foi parte da formação do Estado-Nacional brasileiro, bem como, da formação de classes sociais. Segundo Martins (1994, p.81) o modelo brasileiro inverteu o modelo clássico, como consequência, reforçou no sentido político, a irracionalidade da propriedade fundiária e o sistema oligárquico nela apoiado.

De acordo com Paulino e Almeida (2010, p.83) o monopólio fundiário potencializa o tributo social, isto é, o lucro, o trabalho excedente. Dessa forma, quanto menos proprietários de terra, maior será a possibilidade de uso produtivo condicionado a altas taxas de juros. Destarte, o modelo clássico dita que os burgueses devem ser triunfantes na disputa contra os proprietários de terra, isso significa para esses últimos a perda do poder hegemônico sobre o aparelho estatal.

O uso de mecanismos institucionais, como por exemplo, a distribuição de terras por meio de uma reforma agrária, pode atenuar a renda precedente da concentração fundiária e dessa forma fragilizar o poder das oligarquias do campo, não por acaso, grandes potências mundiais tiveram reformas agrárias ou limitaram o tamanho de suas propriedades. Não foi o que aconteceu no Brasil, onde o industrial nasce do modelo anterior e ainda hoje detém grande poderio.

2.3 As formas de uma questão sem reforma

Ainda nas primeiras formas de administração territorial das terras que viriam ser o Brasil, a exploração impiedosa da mão-de-obra se fez presente, de maneira a iniciar uma acentuada desigualdade social, que no decorrer dos anos dividiu uma elite composta, entre outros, por grandes fazendeiros, barões e intelectuais, de uma população pobre.

Sendo a questão agrária uma problemática estrutural do capitalismo, é elucidativo que o conjunto de problemas que persistem e dão corpo a questão tenham origem ainda na formação do Estado brasileiro.

Gorender (1994, p.19) analisa a formação do capitalismo no Brasil através de um divisão de três processos que guardam estreitas relações com a questão agrária: o primeiro está relacionado a uma acumulação de capital por um processo pré-capitalista

ou não-capitalista, de meios não monetários, que não se verifica dentro do modo de produção capitalista; o segundo processo, é a liberação da mão-de-obra de quaisquer vínculos jurídicos e patrimoniais, coações jurídicas e de quaisquer meios de produção, constitui-se em uma das fases do capitalismo, que é incompatível a escravos e servos. Por fim, e não menos importante, foi preciso incrementar uma nova divisão social do trabalho.

A princípio esses processos acompanham a desterritorialização em seus vários aspectos de usurpação da riqueza material e imaterial indígena e dos negros escravizados durante o colonialismo. Seguidamente a regulamentação da propriedade privada da terra conferiu uma nova organização da sociedade, antes mesmo da promulgação da Lei Áurea (1888), pois o papel visionário da Lei de Terras (1850), deixou os negros escravizados a mercê de um sistema metamorfoseado.

Nunca houve no Brasil um conflito central de interesses entre proprietários de terras e capitalistas. Até mesmo na Revolução de 1930, em que a política urbano-industrial ganha impulso, os proprietários tiveram um papel fundamental como agentes da agroexportação, consolidando uma aliança econômica e social entre classes.

Ainda assim, a conjuntura criada a partir do primeiro lustro da década de 1940 estimulou o surgimento de diversas organizações ligadas ao campo, tais como movimentos sociais, associações e uniões que fortaleceram e ainda fortalecem a luta no campo.

Segundo Martins (1994, p.72) é indicativo do pacto político-territorial estabelecido, o fato de Getúlio Vargas ter proposto e consolidado as Leis de Trabalho para regular a questão trabalhista nas fábricas e nas cidades, sem que tenha estendido esses direitos aos trabalhadores rurais. Isso mostra que Vargas não desejou ou foi impossibilitado de enfrentar seus grandes aliados, os proprietários de terras, que historicamente não tem seus interesses contrariados por governantes.

A Ditadura Militar brasileira, é um outro episódio da história brasileira que corrobora o poder dos proprietários de terra. No final dos anos 1950, a concentração de terras já polarizava muitos debates e aparecia nos planos de muitos governantes como algo essencial para o desenvolvimento econômico do país, assim como as outras reformas que compunham as “reformas de base” (bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária) que começaram a ser discutidas no governo de Juscelino Kubitschek e avançam no governo João Goulart (SODRÉ, 2015, p.31).

O governo João Goulart foi deposto por meio de um Golpe de Estado arquitetado por setores da elite brasileira. Os proprietários fundiários surgem apoiados por interesses estrangeiros em consistente aliança com a classe militar. O caráter rentista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é *sui generis* ao fundir em uma única pessoa a figura do capitalista e do proprietário de terra. Esse modelo alcançou seu apogeu nos eventos que sucederam a segunda metade do século XX, mas seu início remonta tempos longínquos, quando o capitalismo era precedido por formas pré-capitalistas do capital.

Em tese, a propriedade privada da terra tem em sua natureza o dever de assegurar funções e direitos regulados por intermédio do Estado. No campo brasileiro o dito se faz inválido, haja vista que a propriedade privada inicia um processo histórico de concentração monopolista via latifúndio, o Estado desempenhará papel relevante na formação da burguesia, que nasce proprietária de terras e beneficiária de incentivos.

A capacidade que os proprietários fundiários têm demonstrado de fazer o aparelho do Estado um mediador em favor de seus interesses certamente denota a singularidade do embate de classes na sociedade brasileira, daí a importância de atender a atual estrutura agrária, cujos contornos foram redefinidos desde que o latifúndio e a empresa passaram a compartilhar um objetivo comum: o monopólio fundiário, fruto do entrelaçamento entre terra e capital e fundamento da acumulação. Dessa maneira, não se trata mais de uma herança própria da ordem espoliativa colonial, mas de uma estratégia estrutural de classes a reafirmar a centralidade da terra no modelo de desenvolvimento [...] (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p.87).

Não raro, a dominação patrimonial tem forte relação com o poder político, que se constitui como uma ferramenta de manutenção de uma classe dominante. De forma que nessas circunstâncias, manter o poder político é também manter o poder econômico. A questão agrária brasileira é um corpo dinâmico, que reflete os desdobramentos das alianças que tomaram os detentores do lucro e da renda da terra e através de suas ações, geraram novos arranjos territoriais, leia-se, controle dos territórios por uma classe hegemônica.

O regime militar representa na história recente a afirmação de uma classe na reorganização dos territórios, a atuação dos grandes proprietários exprime a negação de suas expropriações por um projeto de pequenos camponeses proprietários de terras.

De acordo com Paulino e Almeida (2010, p.87) esse período é marcado por um embate entre dois projetos societários para o país. O primeiro é baseado na reforma agrária como uma alavanca para o desenvolvimento, a democratização da propriedade e

o mercado interno são imprescindíveis para o próprio desenvolvimento do capitalismo, o outro projeto vai numa linha contrária.

O outro projeto é estritamente baseado no crescimento econômico, prioriza o aumento da capacidade produtiva do país, a agricultura é um ramo, tal como a indústria, a siderurgia entre outros. Emerge a proposição política da concentração empresarial na agricultura que tem no Estatuto da Terra, um instrumento contraditoriamente modernizador para o período¹¹. Para Martins (1994, p.32) a estabilidade do Regime foi conquistada graças a um servilismo parlamentar notório.

Nas décadas seguintes, grandes projetos agropecuários recebem incentivos fiscais, isenção de tributos, créditos, fortalecimento nos setores de comercialização e de insumo, concessões fundiárias, entre outros. O campo torna-se um grande atrativo do capital monopolista, as políticas da “Revolução Verde” abriram precedentes no uso de recursos públicos para atrair empresas industriais. Que formará uma tríplice aliança entre indústria, bancos e latifundiários.

Em defesa de uma mediação patrimonial na política, atuam as primeiras entidades organizadas para defender os interesses dos latifundiários, como a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e surge a União Democrática Ruralista (UDR). No aparelho do Estado a defesa da propriedade privada da terra e/ou da expansão do paradigma capitalista na agricultura, será cristalizada na figura de parlamentares dentro do Congresso Nacional, que constituem uma das maiores bancadas tanto na câmara dos deputados como no senado e também em pastas importantes dentro dos governos.

Afora os políticos de diferentes profissões e vinculações político-partidárias, tem entre seus membros insuspeitos empresários do agronegócio, mas também parlamentares que enfrentam processos de acusação por assassinatos de trabalhadores e lideranças do campo, por crimes ambientais, por grilagem de terras e mesmo por manutenção de trabalhadores em regime de trabalho análogo ao da escravidão em suas fazendas, fato recorrente no país. É por essas mãos que os pilares da proteção às expressões do arcaico são renovadas ao sabor da conjuntura (PAULINO, 2015, p.12).

¹¹ O Estatuto instituiu o cadastro de todas as propriedades de terra do país; desapropriou terras que subutilizavam seu potencial agrícola; criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que era o que hoje veio a ser o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); estabeleceu uma classificação geral para todas as propriedades segundo critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção, etc. Os militares ainda incentivaram a migração de grandes levas de migrantes como forma de colonizar a Amazônia e acabar com os vazios demográficos no Norte, principalmente as margens da megalomaniaca estrada Transamazônica, além de criar incentivos fiscais para grandes empresas agropecuárias (ESTATUTO DA TERRA, 2005, p.147).

A constituinte aprovada em 1988 tem um caráter reacionário em relação a reforma agrária, resultado das ações contra os mecanismos reformistas pensados no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), onde a mobilização das bases eleitorais dos ruralistas e aliados agiram na salvaguarda de um projeto antidemocrático da terra.

As últimas décadas do século XX no Brasil foram marcadas por configurações sociais, políticas e ideológicas advindas de políticas neoliberais que abarcam todos os setores, conjuntura resultante de uma política econômica mundial. As reivindicações da sociedade, quando acudidas, tem caráter parcial e acobertado por interesses que não se restringe aos de quem primeiramente os pleiteiam – o Banco da Terra pode ser usado como expressão que contrafaz os interesses de uma elite agrária e propaga uma política de distribuição de terras a la modo “civilizado”¹². É o Estado escondendo-se por trás de um protecionismo através da política do faz de conta.

O Brasil sai do século XX com uma série de crises de repercussões internacionais, no campo, conflitos e mortes revelam a face bárbara de uma sociedade que em quatro séculos não teve uma política de reforma agrária e nem quaisquer medidas de combate ao modelo de dominação capitalista no campo.

2.4 Uma questão do século XXI

A chegada de um novo governo de esquerda a presidência alimentou muitas esperanças que foram eliminadas com o Golpe de 64, inclusive a da reforma agrária. Ainda no primeiro ano de governo, Luís Inácio Lula da Silva lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)¹³, a distribuição de terras era tida como certa e nos dizeres do presidente, seria feita com apenas uma “canetada”. O texto do Plano traz um diagnóstico da estrutura fundiária e agrária, assim como reconhece o papel relevante da agricultura familiar camponesa e a omissão dos governos em destinar créditos na mesma proporção que para a agricultura comercial (2013, p.13):

¹² A maior reforma agrária do mundo, tornou-se nas palavras de Carvalho (2003, p.14) a maior contra-reforma agrária já realizada, haja vista, a área total controlada por imóveis acima de 2000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares. Trata-se de uma astuciosa armadilha política, institucional e administrativa eficazmente implantada no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso.

¹³ A proposta inicial do II Plano Nacional de Reforma Agrária apresentada pela equipe de especialistas coordenada pelo professor Plínio de Arruda Sampaio pretendia assentar em quatro anos de governo 1.000.000 de famílias, o Plano foi recusado e substituído por outro que reduziu o número de famílias a serem assentadas, a 400.000. Contudo, somente o terceiro ano do segundo governo Lula as metas do plano foram alcançadas (OLIVEIRA, 2007).

A agricultura familiar corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. Em toda a década de 90, a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal: entre 1989 e 1999, aumentou sua produção em 3,79% [...] este desempenho da agricultura familiar tem ocorrido sem que haja um acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. Responde por 37,8% da produção, mas consome apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, que responde por 61% da produção, consome 73,8% do crédito.

Embora se tivesse conhecimento da importância da agricultura familiar camponesa para o país. Em nome da “governabilidade” alianças foram firmadas, renúncias e reposicionamentos foram tomados em relação ao plano de governo eleito e aos poucos os governos do Partido dos Trabalhadores foram aderindo a uma democracia e a um Estado de caráter burguês.

Prevaleceu o poder dos latifundiários, transmutados na concepção de agronegócio. Os problemas estruturais da questão agrária não foram combatidos, a reforma agrária foi substituída por uma reforma agrária de mercado, criou-se menos assentamentos do que se esperava e apesar do bom relacionamento com os movimentos sociais, ações como a revogação da Medida Provisória nº 2.109-50¹⁴ não foram realizadas.

As renegociações da dívida agrícola tiveram sequência, do mesmo modo que outras pautas que impedem a justiça social no campo em nome dos interesses da elite agrária, fortalecida com uma grande bancada ruralista. Costa (2012, p.14) enumera alguns projetos de leis que tramitaram nos últimos treze e guardam profunda relação com a conjuntura daquele momento.

I) [Desacordos no] projeto de Emenda Constitucional nº 265/2004 a PEC do Trabalho Escravo (que prevê a expropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo, do mesmo modo que a PEC 438/2001 que propõe dar nova redação no art. 243 da Constituição Federal e altera o termo gleba para imóvel rural na desapropriação onde ocorram as irregularidades; II) Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana – CPMI da Terra (objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura

¹⁴ Em 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a medida provisória nº 2.109-50, a fim de impedir a criação de acampamentos. O governo passa a proibir a desapropriação de uma terra enquanto a mesma estiver ocupada e por dois anos subsequentes à desocupação.

fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terras; III) Medidas Provisória 422 convertida na Lei Nº11.763 [...] (que instituiu normas para licitações e contratos da administração pública e teve como objetivo permitir a regularização de áreas de quinze módulos rurais 1.500 hectares) na Amazônia Legal, com dispensa de licitação); IV) Medida Provisória 458 convertida na Lei Nº 11.952 [...] (dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal) e V) CPI do MST – A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar supostos repasses de verbas públicas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Podemos ainda falar do Projeto de Lei da Câmara 34/2015 que desobriga a indicação de produto transgênico e do Novo Código Florestal. Paulino (2015, p.10) alude que depois de uma década de articulações favoráveis e contra, em 2012, foi sancionada a Lei N.12.651 que revogou o Código Florestal Brasileira, legislação de cunho conservacionista cujos princípios estavam em vigência a mais de um século. Ainda que estudos científicos de importantes e sérios comitês tenham sido feitos, evidenciando a fragilidade da Lei e até indicando alternativas mais promissoras economicamente dentro dos princípios de gestão ambiental, um novo código foi instituído e nele retrocessos jurídicos à salvaguarda ambiental do país.

De forma parcialmente flagrante a classe hegemônica de proprietários utiliza-se de ações nada furtivas como instrumentos para se manter e se perpetuar no poder, as leis ambientais e agrárias a exemplo, reverberam a conveniência do capitalismo agrário brasileiro, que necessita degradar ambientes e precarizar a mão-de-obra barata. A ideologia do direito à propriedade privada da terra é assegurada pelo amplo poder de participação nos rumos da política brasileira, ousar romper com essa estrutura decrépita poder levar a uma queda institucional.

A participação da agricultura na economia brasileira, rejeita a possibilidade da democratização da terra, naquilo que para autores como Martins (1997, p. 12) seria a solução da questão agrária, uma reforma. Privilegiar o setor responsável pelo superávit econômico está dentro da lógica do Paradigma do Capitalismo Agrário.

No processo de formação territorial do Brasil, tem-se evidências seculares do desempenho da agricultura através da guarida do Estado. Mesmo em períodos de recuos econômicos e financeiros, preserva-se os investimentos, ainda que para isso perigosas manobras sejam realizadas, comprometendo as limitações ditas pelas políticas fiscal e monetária de controle das finanças públicas.

Existe uma intocabilidade nesses recursos, cortes ou atrasos podem comprometer estruturalmente o cenário político e econômico do país. No início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, enquanto realizava um duro ajuste fiscal e privatizações, que afetavam, sobretudo, a classe trabalhadora, o governo não só mantinha como incentivava ainda mais o agronegócio com pacotes de recursos financeiros.

O adiantamento do Plano Safra e o atraso dos repasses dos recursos da União para o Banco do Brasil (que financia o Plano), é demonstrativo dessa realidade. Embora perícias tenham comprovado a inexistência de atos comissivos da presidente Dilma Rousseff, esse ato de improbidade administrativa contribuiu para sustentar a tese de crime de responsabilidade fiscal, subterfúgio para o segundo impeachment de um presidente brasileiro.

O impedimento da presidente Dilma teve forte apoio de um conluio de setores conservadores, representados por parte do alto escalão do Judiciário, da mídia hegemônica, dos partidos e políticos que dominam o Congresso Nacional, dentre eles aqueles que compõem a bancada ruralista (COSME, 2016, p.314). Certamente entre as motivações que levaram a bancada ruralista a apoiar esse processo não incluem a ausência de privilégios.

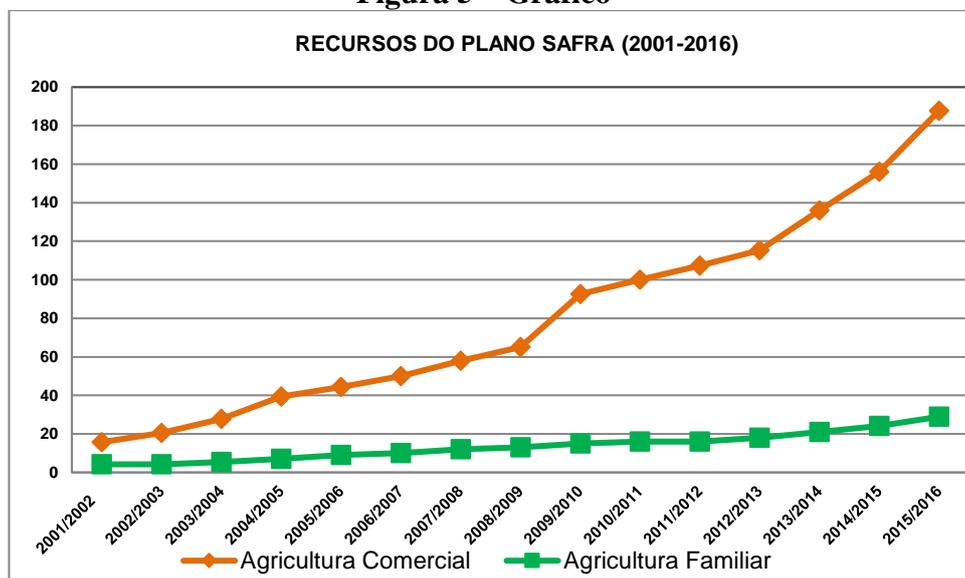
Os governos da presidente Dilma não tiveram efetivamente uma política de reforma agrária, a falta de densidade social e política da presidente contribuíram para distanciar o governo dos movimentos sociais, imprescindíveis nos processos eleitorais que levaram a esquerda ao poder. A indicação no segundo mandato, do nome da senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu¹⁵, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) expressa o modelo de desenvolvimento rural escolhido pelo governo.

A Figura 5 apresenta os números dos díspares investimentos realizados pelo governo federal no âmbito da agricultura. Desde o início do século, os recursos a juros controlados e livres, mais que decuplicaram no que tange a agricultura comercial, lê-se, ao agronegócio. No Plano Safra de 2001/2002 a agricultura de mercado recebeu investimentos inferiores a 16 bilhões de reais, em menos de duas décadas, os números

¹⁵ A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) é conhecida pela sua ardorosa defesa ao agronegócio como única saída para o desenvolvimento do campo. No âmbito dos movimentos sociais Kátia abreu é conhecida por cognomes como “rainha da motosserra” e “miss desmatamento”. Crítica das políticas dos governos Lula e Dilma, sua indicação como ministra intensificou a aliança do Estado com o agronegócio, atingindo os povos do campo através da violência e dos cortes de recursos públicos para demarcação de territórios.

são exatos e comprovam a tese de escolha do capitalismo agrário como força motriz para o desenvolvimento, pensando em sua dimensão econômica.

Figura 5 – Gráfico



Fonte: MDA, 2016

Org.: Sodré, 2017

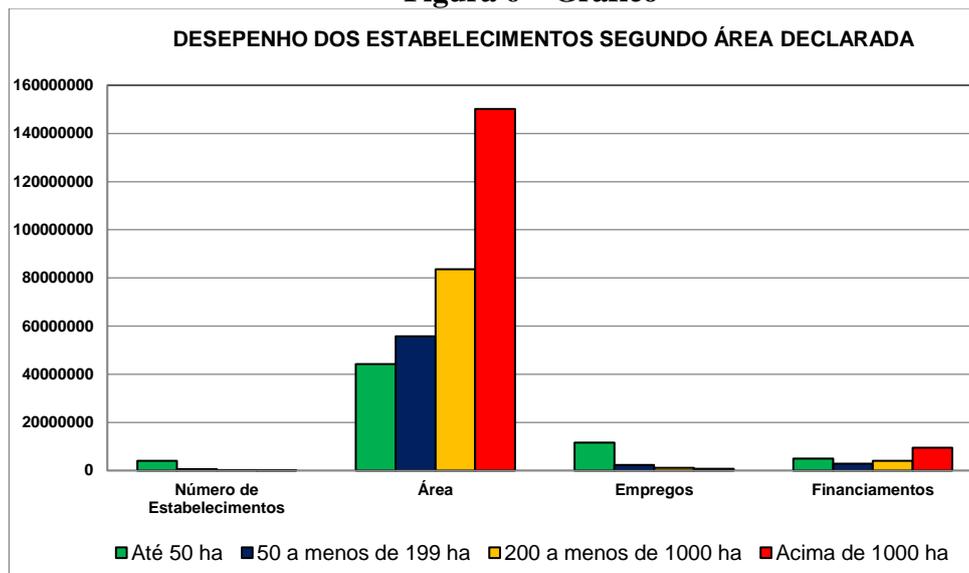
Como já salientado, o cenário de ajuste da política macroeconômica e de menor crescimento econômico do país não afetam o agronegócio, no Plano de 2015/2016 foram investidos 187,7 bilhões de reais. Nos últimos dezesseis anos a agricultura familiar camponesa recebeu pouco menos de 208 bilhões, ou seja, 10,8 % a mais que o último Plano Safra destinado a agricultura comercial.

Não se nega os impactos positivos dos investimentos em diferentes políticas públicas, construídas com diferentes governos e movimentos sociais organizados. Contudo, não podemos deixar de mostrar as contradições que envolve a relação dialética entre quem tem muita terra, pouca ou nenhuma terra.

Utilizamos a mesma metodologia que Paulino (2015) tendo como base o Censo Agropecuário (2009), pois a medida estabelecida pela Lei Agrária, o módulo fiscal, é variável, podendo variar entre 8 e 110 hectares¹⁶. É importante ainda lembrar que no Censo são computadas as áreas declaradas, ou seja, dos 642,2 milhões de hectares sobre controle privado, foram divulgados apenas 329,9 hectares. Dessa forma, a Figura 6 apresenta dados de uma amostragem de 48,4% das terras brasileiras.

¹⁶ Essas medidas levam em conta as condições médias da produção e o rendimento monetário agrícola do município.

Figura 6 – Gráfico



Fonte: IBGE, 2009

Org.: Sodré, 2017

As relações de poder, obrigam o Estado brasileiro a alimentar números contraditórios. As pequenas propriedades (com áreas de até 50 ha) possuem 83% dos estabelecimentos rurais do país, ainda assim possuem a menor área, apenas 13%. Enquanto as grandes propriedades (acima de 1000 ha) representados por ínfimos 1% dos estabelecimentos, possuem uma área de 45% das terras.

As pequenas propriedades são responsáveis ainda por potencializar a geração de empregos. As unidades de produção familiar representam 73% dos empregos, enquanto as dos grandes proprietários empregam 5%. Ainda assim, de acordo com o Censo, o auxílio monetário bruto dos grandes proprietários corresponde a 44% dos investimentos feitos pelos governos.

Os dados da realidade do campo brasileiro contabilizados pelo Censo Agropecuário podem ser ainda mais desiguais, dada a conjuntura brasileira na última década. Infelizmente, o Censo que é realizado no Brasil desde 1920, não ocorreu em 2016 por faltas de recursos financeiros.

2.5 Assentamentos rurais, construções e reconstruções sem reforma

As conquistas tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar camponesa resultam das investidas de classes distintas sobre o Estado, mediante os meios que são utilizados nas relações, nutrindo a conflitualidade da questão agrária.

Dessa forma, do mesmo modo que o agronegócio, as políticas públicas direcionadas a agricultura familiar camponesa são triunfos das contradições geradas no âmago do modo capitalista de produção. As linhas de créditos agrícola, a assistência técnica e os assentamentos rurais, são por assim dizer, a cristalização da resistência, ação e reação dos camponeses.

Para os governos, todo esse pacote é caracterizado como sendo a reforma agrária que o Brasil nunca fez. Alguns estudiosos¹⁷ chegam a considerar a redistribuição através dos assentamentos rurais como sendo reforma agrária, que se completa pelos parques incentivos governamentais. Discordamos dessa sinonímia, assim como divergimos de que a discriminação entre as políticas públicas agrícolas diz respeito a reforma agrária, por considerar que se trata de um subterfúgio favorável aos governos, que justificam nas políticas a sua ausência na democratização da propriedade privada.

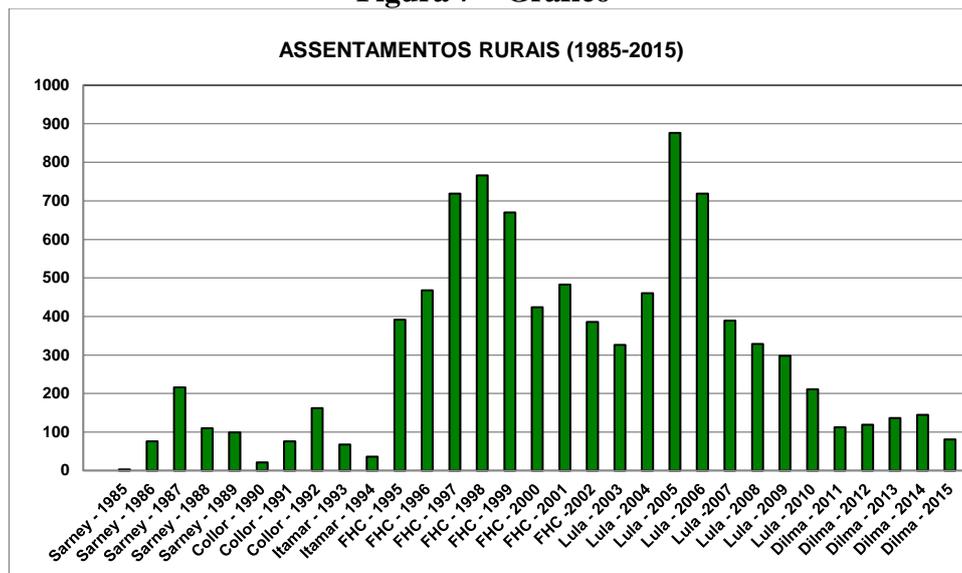
Os assentamentos rurais são programas de governo que procuram distribuir terras para famílias camponesas, porém é uma política limitada e não afeta a estrutura da propriedade da terra, esses programas ajudam a resolver problemas sociais localizados, mas ainda assim são importantes para a reprodução do campesinato na luta pela terra (STEDILE,2012, p.665).

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), por mais que a criação de assentamentos não seja um processo maciço, eles oferecem elementos para uma avaliação da proposta da reforma agrária e da reestruturação da propriedade privada no Brasil. Na Figura 7 apresentamos dados que mostram uma queda do número de assentamentos desde a redemocratização do país em 1985, não bastasse a limitação dessa política, deve-se considerar que os números são ainda menores que os divulgados¹⁸.

¹⁷ José de Souza Martins, um dos mais respeitados estudiosos da questão agrária brasileira, alude que a diferenciação entre assentamentos rurais e reforma agrária é feita por intelectuais orgânicos que partidarizam sua visão do problema. Nas Palavras de Martins (2000, p.107) “um [...] questionamento da ação governamental é o da impugnação da política de assentamentos sob o pretexto de que assentamento não é reforma agrária. Ora, assentamento é a forma de redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária”.

¹⁸ Segundo Oliveira (2007) parece haver mágica na divulgação de dados sobre o número de assentamentos e famílias assentadas. Por exemplo, no primeiro ano do governo Lula, foram assentadas 14.327 novas famílias, o governo propagandeou ter assentado 36.301 famílias.

Figura 7 – Gráfico



Fonte: DATALUTA e INCRA, 2016

Org.: Sodré, 2017

A tendência de diminuição no número de assentamentos criados, apresenta uma previsão brusca de queda para os anos seguintes. Movimentos sociais e organizações do campo denunciam que no ano de 2016 nenhuma família foi assentada e nenhuma propriedade que descumpra a função social da terra foi desapropriada para criação de assentamentos rurais, como determina a Constituição (CPT, 2017).

Ainda segundo a CPT, o Programa da Reforma Agrária foi suspenso em virtude do Acórdão nº755/2016, do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo parcialmente liberado nos últimos meses do ano. A medida paralisou a criação de assentamentos, novas concessões de benefícios, de assistência técnica e de créditos, impactando e deixando desamparadas milhares famílias rurais assentadas e sem-terra.

2.6 Conflitos no campo brasileiro

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, tem nos recursos físicos e humanos partes importantes do seu contexto de expansão, o que vem resultando em elevados números de conflitos agrários. Os dados da CPT, mostram que o início do século XXI tem sido marcado por diferentes intensidades de conflitos e de violência no campo, em que pesem sua refração e intensificação nos últimos anos.

O ano de 2003 se destaca em praticamente todas as situações de conflitos. A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, trouxe novas esperanças de transformações e avanços no campo. A trajetória de sindicalista do presidente, o

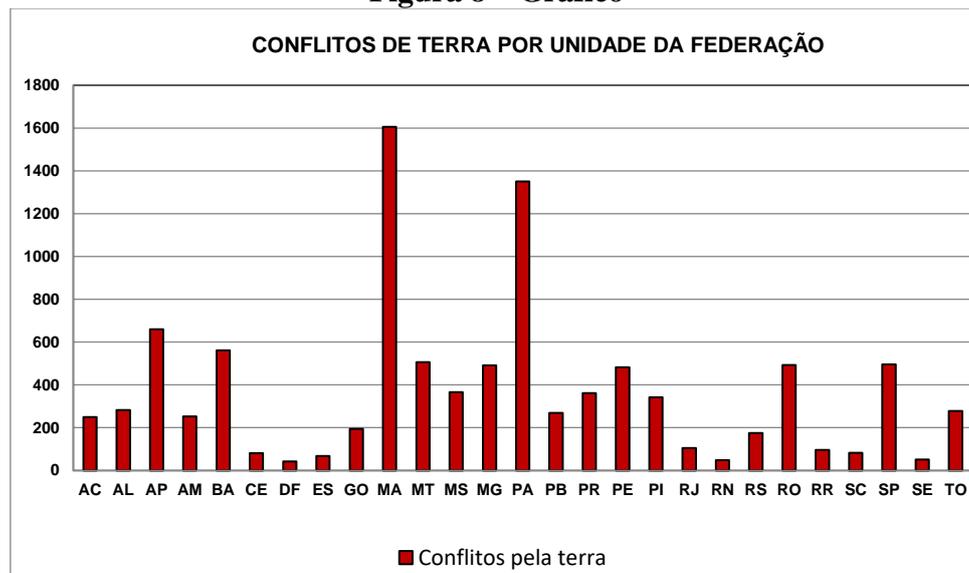
histórico de grande parte de sua equipe, as boas relações com os sindicatos e movimentos sociais e a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária e seu texto conhecedor da realidade agrária brasileira, levou milhares de famílias a montar acampamentos, ocupar e resistir na beira das estradas. Contudo, os dados revelam uma outra direção.

Segundo Oliveira (2015, p.36) esses processos declinantes vêm ocorrendo desde o ano de 2004, e decorrem das mudanças nas opções políticas desencadeadas na maioria dos movimentos socioterritoriais e sindicais, que diminuíram a luta pela terra e pela reforma agrária. Essa mudança de orientação política ocorreu mesmo frente ao crescimento dos conflitos e a luta das diferentes categorias sociais dos camponeses brasileiros.

De acordo com Porto Gonçalves *et al.* (2015) a atual dinâmica agrária da sociedade brasileira tem seu caráter altamente contraditório materializado no elevado e crescente número de localidades em conflito por terra, de ocorrências de conflitos e de famílias neles envolvidas.

Através de uma leitura que envolve a relação espaço-tempo e tomando os conflitos pela terra como referência – pois, o conflito pela terra é um conflito pelo território e seus recursos – observamos através da Figura 8 que os conflitos no século XXI estão espacializados em todo o território brasileiro. Embora alguns estados se destaquem pela maior quantidade, todos quantificam conflitos pela terra. Distingue-se, porém, as particularidades dos casos em cada estado, isto é, os desdobramentos dos enfrentamentos pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a territórios, que desencadeiam na maioria das vezes, diferentes formas de violência.

Figura 8 – Gráfico



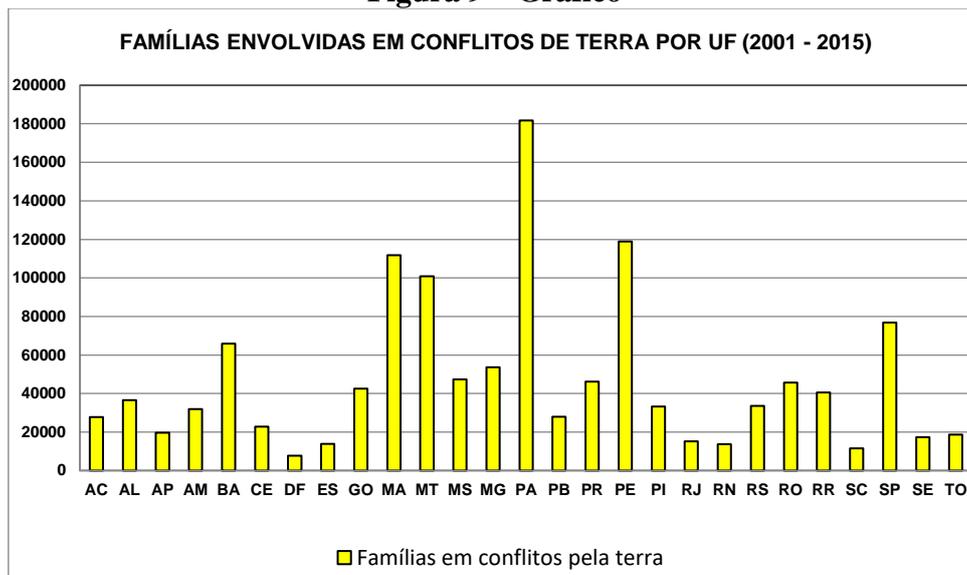
Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

De todos os estados brasileiros, o Maranhão é o que apresenta o maior número de conflitos por terra, em termos percentuais, os números correspondem a 16% dos conflitos registrados no país. Os dados revelam uma média de pouco mais de 107 conflitos por ano no Maranhão, o que nos permite afirmar que nesse estado, existe uma latente disputa de interesses por territórios. Em seguida estão os estados do Pará, Amapá, Bahia e Mato Grosso, o que nos permite afirmar que os conflitos ocorrem principalmente na Amazônia e em áreas de expansão da fronteira agrícola.

A Figura 9 demonstra o número de famílias envolvidas nesses conflitos em igual período. Existe um distanciamento entre o número de conflitos e o número de famílias envolvidas nesses. O estado do Pará, que apresenta o segundo maior número de conflitos por terra, aparece como o primeiro em quantidade de famílias. Enquanto o Maranhão, que registra o maior número de conflitos, é o terceiro a quantificar o maior número de famílias, ficando atrás do Pará e Pernambuco. Respectivamente esses estados são responsáveis por 14,3%; 9,4% e 8,8% do total de 1.263.810 famílias brasileiras em situações conflituosas entre 2001 e 2015.

Figura 9 – Gráfico

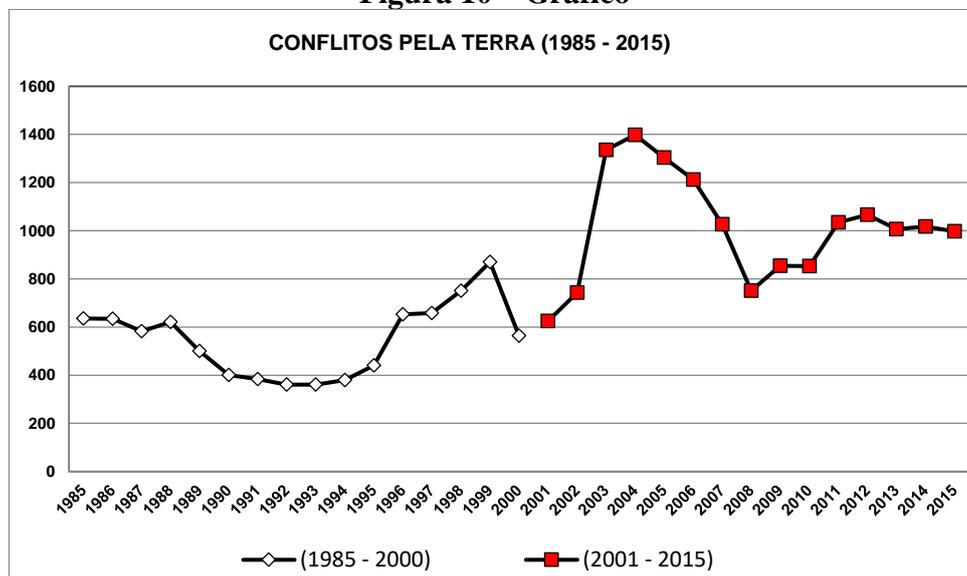


Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

A Figura 10, expressa o aumento dos conflitos pela terra no Brasil, a partir de uma linha evolutiva que inicia na segunda metade da década de 1980 e que segue crescente.

Figura 10 – Gráfico

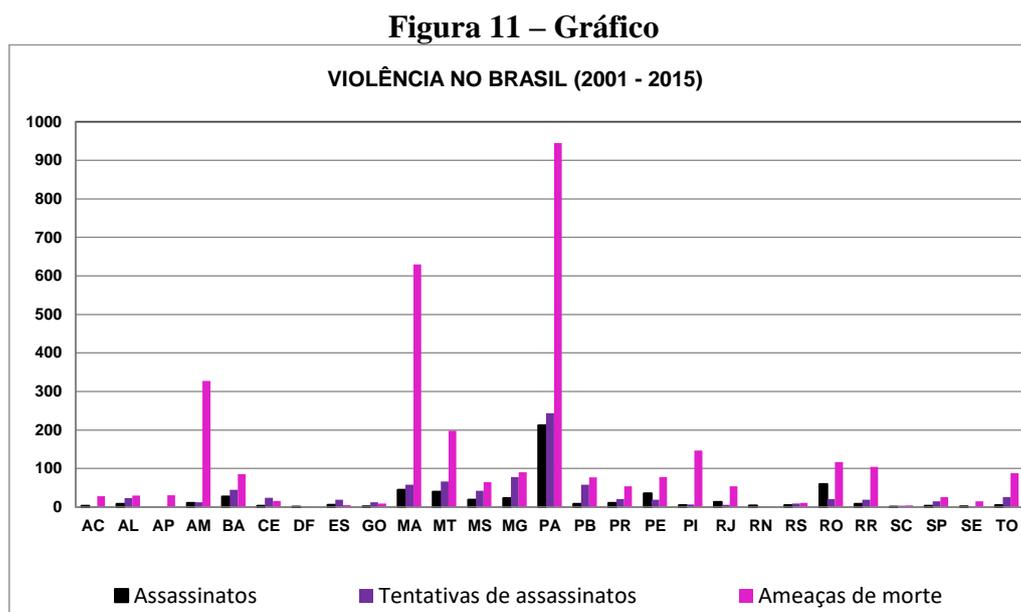


Fonte: CPT, 1985 – 2015

Org.: Sodré, 2017

Nos quinze primeiros anos do século XXI foram contabilizados 15.227 conflitos por terra em todo país, enquanto que nos últimos quinze anos do século XX, foram somados 115.227 conflitos da mesma categoria. Se compararmos iguais períodos, verificaremos um aumento de 173% dos conflitos.

Em 15 anos a CPT registrou mais de 20.000 conflitos agrários no Brasil que envolveram mais de 10.000 pessoas. Nesse período foram assassinadas 562 pessoas, 830 tentativas de assassinatos e 3.236 ameaças de morte, o que mostra o lado violento dos conflitos no campo brasileiro. A Figura 11 apresenta de forma sintética o quantitativo de assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte por estado brasileiro.



Fonte: CPT, 2001 – 2015

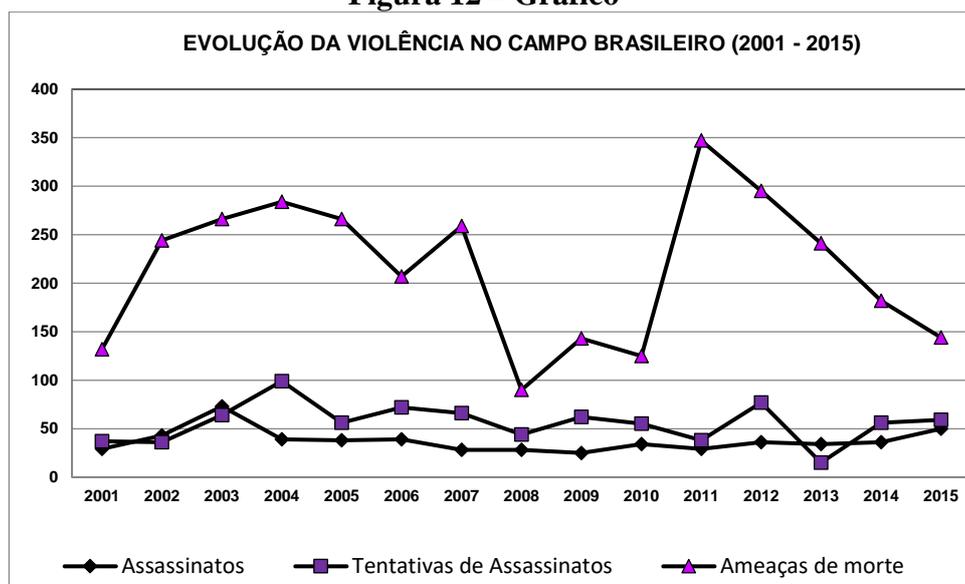
Org.: Sodré, 2017

Os estados do Pará, Rondônia e Maranhão são os que possuem os maiores números de assassinatos, juntos eles somam 317, enquanto as demais unidades federativas quando juntas totalizam 244 assassinatos. Quanto ao número de tentativas de assassinatos, o Pará fica em primeiro lugar, seguido de Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão. Esses quatro estados somam 446 tentativas de assassinatos, a soma dos demais chega a 384. Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso encabeçam a lista dos estados com mais ameaças de mortes registradas pela CPT entre 2001 e 2015, juntos, os estados somam 2.100 ameaças, os demais estados, 1.136 ameaças.

Na Figura 12 temos a evolução da violência no campo brasileiro, entre 2001 e 2015 os assassinatos representaram uma média de 37,4 casos. Nesse período, o ano de 2003 é o que tem o maior número de assassinatos, 73, logo em seguida, vem o ano de 2015 com 50, o que aponta para um crescimento desse tipo de crime. As tentativas de assassinatos foram superiores aos casos que se concretizaram, a média foi de 55,5

casos/ano. Em 2004 houveram 99 tentativas, esse ano se destacou como o com mais casos registrados, logo em seguida está o ano de 2012, com 77 casos. Os casos de ameaças de morte são ainda maiores, a média anual é de 215/ano. Em 2011 foram registradas ameaças a 347 pessoas e em 2012, 295, respectivamente, os anos com os maiores casos registrados.

Figura 12 – Gráfico

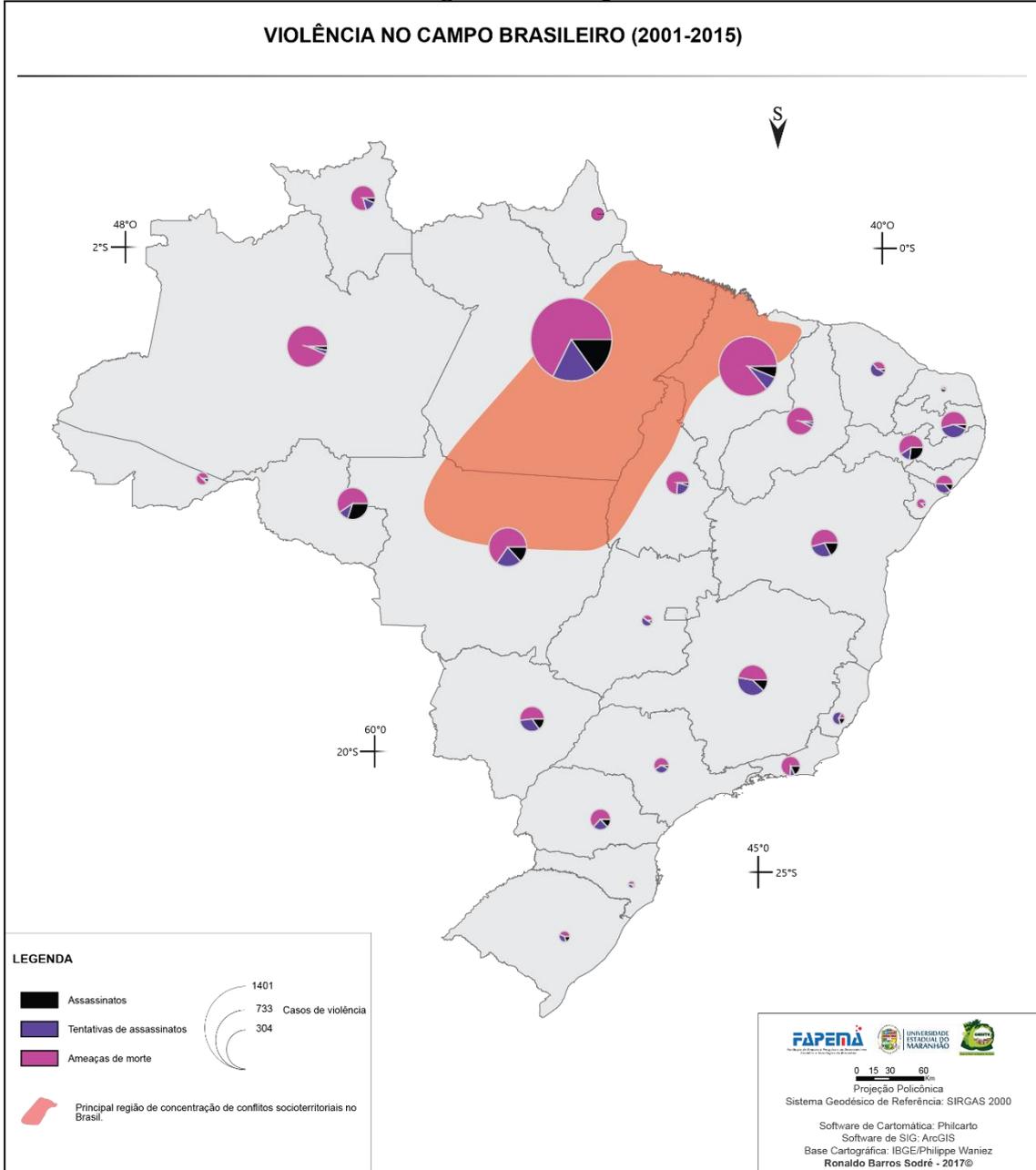


Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

A Figura 13 traz a espacialização da violência no campo brasileiro, destacamos o Norte do país, principalmente o sudeste do Pará e o leste do Maranhão, onde a fronteira agrícola avança e entra em disputa pelos territórios camponeses que ali estão estabelecidos. Essa violência atinge uma diversidade de camponeses e é parte *sine qua non* não podemos entender a questão agrária brasileira. Nesse sentido, buscamos nas páginas que seguem entender a questão agrária no Maranhão, sobretudo através do conflito.

Figura 13 - Mapa



CAPÍTULO 3
O MARANHÃO AGRÁRIO DO SÉCULO XXI

3.1 A formação do campesinato maranhense

O multifacetário conjunto de agrupamentos sociais que compõem o rico e diversificado campesinato maranhense, permanece em constante movimento de luta por seus territórios. A composição étnica-racial formada por índios, negros e brancos deram origem ao conjunto de sujeitos sociais (indígenas, quilombolas, extrativistas, quebradeiras-de-coco-babaçu, trabalhadores, ribeirinhos, pescadores, meeiros, foreiros, sem-terra, assentados, entre outros) que através de seus vínculos societários de comunidade, desafiam o planejamento neoliberal nas suas investidas de apropriação de territórios.

A unidade de produção camponesa estruturada secularmente oferece novos desafios à globalização dos mercados. Ao tempo que se sente fragilizada, ameaça aos resultados esperados e as intervenções oficiais em curso (PEDROSA, 1999). Contudo, apesar do potencial de resistência e de conformação de novas identidades, os grupos tradicionais, como assim são conhecidos, sofreram com imensuráveis perdas ao longo dos anos.

A expansão territorial do Maranhão iniciou com o extermínio dos diversos grupos indígenas que nessas terras viviam. De acordo com Leite Filho *et al.* (2013) no século XVII havia no Estado aproximadamente 250 mil índios distribuídos em cerca de 30 etnias, nações inteiras foram extintas. Além das doenças contagiosas, guerras de extermínio, avanços das frentes de expansão, imposição de modelos e padrões culturais, muitos índios foram capturados, vendidos e escravizados.

Atualmente a população indígena do Maranhão é de 35.272 habitantes (IBGE, 2010) que compõem 8 grupos étnicos situados em 16 terras indígenas demarcadas e mais 4 em fase de estudos (FUNAI, 2017). Apesar da demarcação, esses povos convivem com problemas como os de intrusão, desmatamento, mineração, abertura de estradas, duplicação de ferrovias, extração ilegal de madeira que abastecem carvoarias e serrarias e tentativas de apropriação de seus territórios, seja por posseiros, mineradoras ou grandes empresários.

A desterritorialização indígena no século XVII significou em um mesmo espaço-tempo a territorialização de uma etnia branca. Segundo Assunção (1996 apud PEDROSA, 1999) o trabalho nas fazendas trouxe milhares de colonos ao Maranhão,

criminalizados pela legislação da época, muitos juntaram-se aos quilombolas e demais posseiros do sertão, tidos como vadios e praticantes do ócio.

Além dos indígenas e dos brancos, deve-se considerar a população negra na formação étnica do estado. Segundo o IBGE (2010) 74% da população maranhense é composta por negros, considerando que fatores históricos pensem na autodeclaração, esse percentual pode ser ainda maior. A população negra do Maranhão foi formada a partir do sistema escravista de trabalho nas fazendas de arroz, algodão e posteriormente nas fazendas de cana-de-açúcar.

Entre o final do século XVIII e início do XIX o Maranhão teve uma das maiores economias do país, resultado do comércio de arroz e algodão, as transformações sucedidas não foram apenas econômicas, Caio Prado Júnior (2006, p. 57) comenta que “o algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão”, ele faz referência às transformações que sofrera a composição étnica do estado, composta até então por índios e brancos.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1984) o trabalho do algodão era feito por mãos escravas e para manter o ritmo de crescimento os negros que viviam no Maranhão não eram suficientes, era preciso traficar. Desembarcavam anualmente milhares de cativos africanos pelo porto de São Luís. Entre os anos de 1812 e 1820 o Maranhão importou 36.456 negros escravizados. Segundo Assunção (1996 apud PEDROSA, 1999) às vésperas da independência, o Maranhão apresentava a maior população de negros escravizados do império (55%).

Os cativos que viviam nas fazendas recebiam tratamentos muito rigorosos, chegava a ser uma ameaça muito temida entre os escravos de outras regiões, a de exporta-los para o Maranhão. A saída para muitos foram os “mocambos”, como eram chamados os quilombos (ANDRADE, 1984). Embora tenham sido formados quilombos com grande população de fugidos por meio de insurreições como a Balaiada (1838 – 1841) e a Invasão de Viana (1867), vai prevalecer no estado os quilombos de pequeno porte. Segundo Cantanhede Filho, Pedrosa e Costa (1998, p.246):

[...] o modelo palmariano não foi o modelo mais usual na resistência negra à escravidão. É apenas, talvez, aquele que chama mais atenção. A luta por autonomia e contra a imobilização da força de trabalho alcança uma dimensão muito maior quando percebemos que essa luta não foi travada com movimentos de grandes dimensões, mas comportava toda uma série de estratégias entre as quais até mesmo a decisão de não se juntar a outros na mesma condição para evitar chamar atenção.

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2017), o Maranhão tem o segundo maior número de comunidades quilombolas do país, 653, sendo 474 certificadas. Esses territórios, também denominados de “terras de preto” estão distribuídos por um grande corredor que vai do Vale do Itapecuru, Baixo e Médio Mearim, Baixo Pindaré, região do Turi, Munim, e estende-se até as Baixadas Ocidental e Oriental e chega até o Baixo Parnaíba.

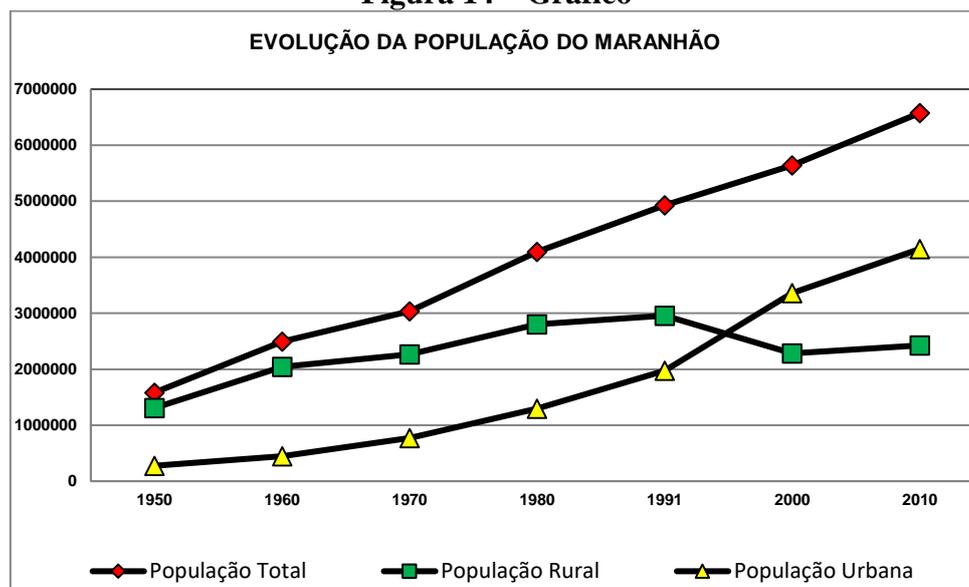
As vicissitudes de forças sociais e econômicas enfrentadas por camponeses ao longo dos anos no Maranhão resultou em uma condição camponesa resistente e complexa. Sendo, a população atual do estado o principal reflexo do quadro desenhado ao longo do tempo.

3.2 A população maranhense

O Maranhão é o décimo estado brasileiro mais populoso e o quarto da macrorregião Nordeste, segundo contagem do IBGE a população total em 2010 era de 6.574.789 habitantes, o que correspondia a pouco mais de 3% da população do Brasil e cerca de 12% da nordestina. Da população residente no estado, 4.147.129 habitantes (63%), vivem em áreas urbanas enquanto 2.427.640 habitantes (37%) formam a população rural.

Como demonstra a Figura 14 em sessenta anos a população do Maranhão mais que quadruplicou. Em 1950 a população total era de 1.583.248 habitantes, em relação ao ano de 2010 houve um aumento de 315%. Ainda que em intensidades e proporções diferentes, o estado segue a tendência nacional de crescimento populacional e de inversão da predominância rural para a urbana. Em 1950 a população urbana era de 275.491 habitantes, em sessenta anos houve um expressivo aumento de 1405%. Por outro lado, houve um decréscimo de 86% população rural, que somava na década de 1950, 1.307.757 habitantes.

Figura 14 – Gráfico



Fonte: IBGE, 2010

Org.: Sodré, 2017

A Geografia privilegiada do hoje estado do Maranhão em diferentes momentos foi atrativa a migrantes que contribuem e contribuíram para a formação socioespacial, sociocultural, socioeconômica e territorial do estado. Tal importância reporta ao século XVII quando vaqueiros da frente pastoril nordestina entraram na “Região dos Pastos Bons” foram responsáveis por uma das frentes de expansão do estado¹⁹. De acordo com Barboza (2013) e Ferreira (2011) no período do Brasil Império, o Maranhão recebeu levas de migrantes nordestinos, sobretudo, cearenses, que fugiam das periódicas secas e se estabeleciam em colônias institucionais ou particulares, para trabalhar em lavouras ou obras públicas.

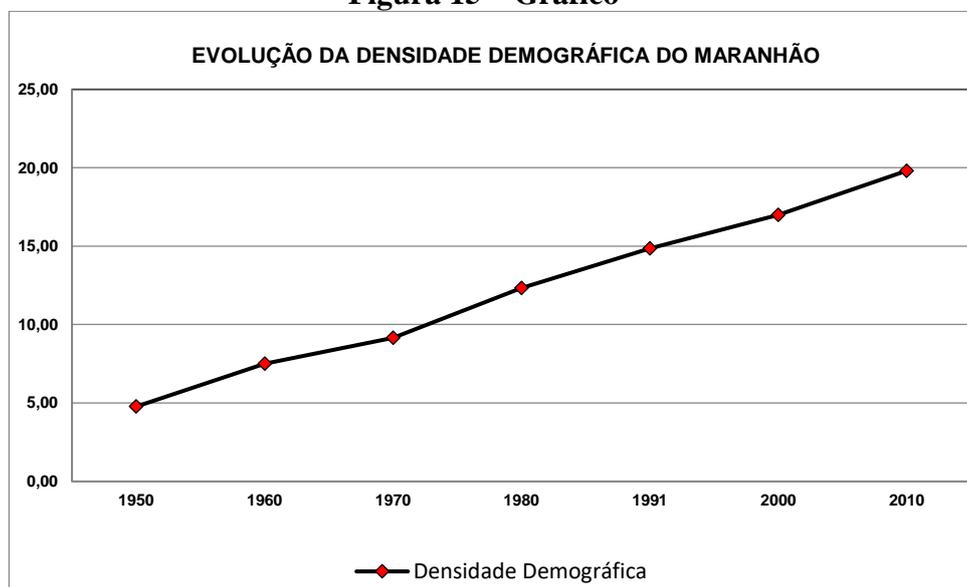
Entre os séculos XIX e XX o sonho do Eldorado maranhense continuava a atrair migrantes para o “rumo do pôr do sol” onde havia muitas terras devolutas de solos úmidos, cobertura arbórea e altos índices pluviométricos. O alto número de migrantes irá contribuir para o crescimento populacional, entre os anos de 1950 e 1960 a taxa de crescimento populacional do estado foi de 4,5%. Entre 1960 e 1970, década em que foi assinada a Lei Sarney de Terras, a taxa foi de apenas 1,94%. Nesse período houve uma desaceleração no crescimento da população rural (11%) que teve um aumento de 56% na década anterior.

¹⁹ C.F Cabral, 1992.

Os mecanismos estatais de concentração fundiária e violência serão responsáveis pelo aumento do êxodo rural no Maranhão a partir da década 1970. A CPT (1985) denunciou a intensidade e o caráter político dos conflitos no Maranhão. Concluindo a existência de um “terrorismo de estado”, onde o número de feridos, assassinados e ameaçados de morte por si só expressam a barbárie. A Figura 13 mostra que somente na década de 1990 a população urbana cruza a rural, nessa década a taxa média de crescimento populacional foi de 1,54%. Em 2010, a taxa de 1,52% revela que o ritmo de crescimento médio da população diminuiu, esse encolhimento está relacionado a mudança de perfil da família maranhense, mas também, a migração de uma parte pobre da população.

A Figura 15 mostra a evolução da densidade demográfica do Maranhão no período de sessenta anos. Em todo esse período, somente na década de 1960 haverá uma queda na evolução da densidade. Nos anos que seguem haverá um progressivo crescimento, comparando o período inicial ao final o aumento foi quatro vezes superior. Com uma densidade demográfica de 19,81 hab./km² o estado tem uma média inferior à brasileira (22,43 hab./km²) e a nordestina (34,15 hab./km²).

Figura 15 – Gráfico



Fonte: IBGE, 2010

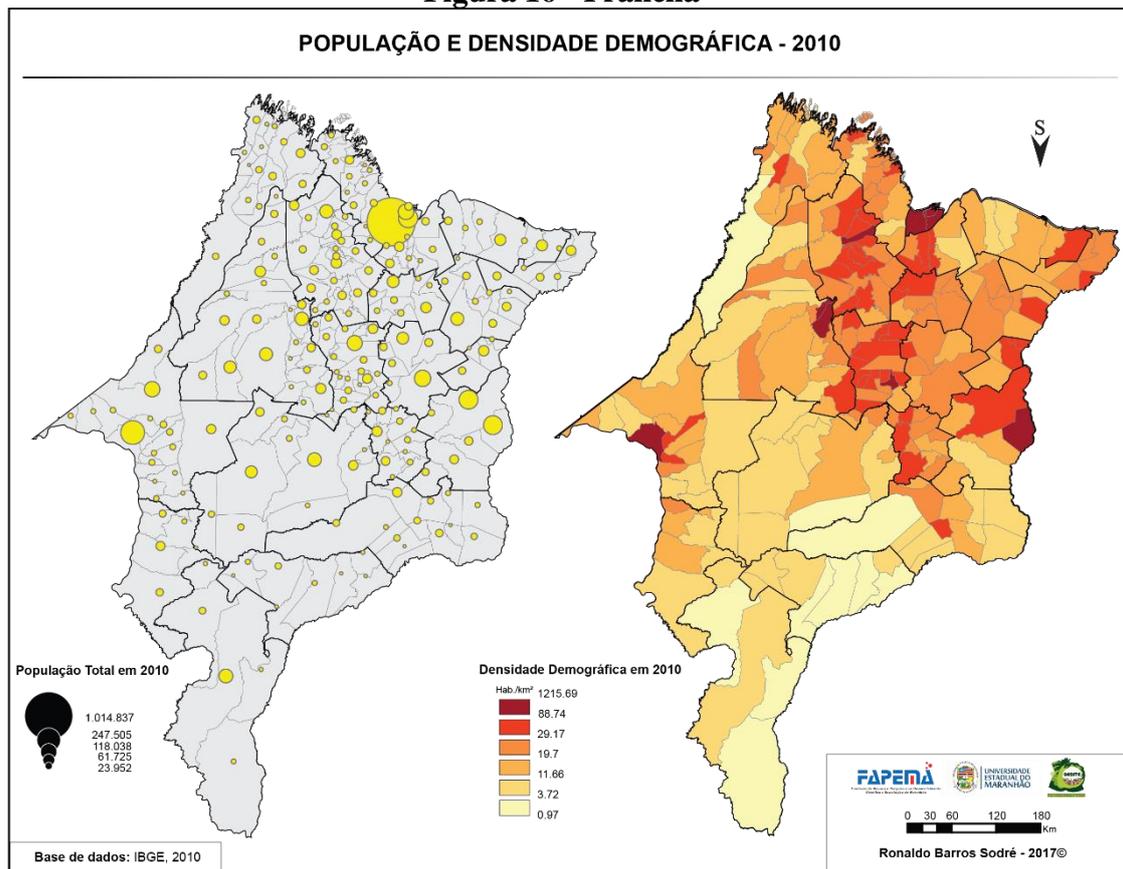
Org.: Sodré, 2017

A atual situação da população maranhense é apresentada na Figura 16. A capital, São Luís, concentra o maior efetivo populacional, 1.014.837 habitantes. O segundo município mais populoso é Imperatriz, com 247.505 habitantes. O estado ainda tem 7

municípios com população superior a 100.00 e inferior a 200.00 habitantes. 83 municípios com mais de 20.000 habitantes e inferior a 100.000. Possui ainda 87 municípios com população superior a 10.000 habitantes e inferior a 20.000 e 35 municípios com menos de 10.000 habitantes.

No tocante a densidade demográfica, São Luís, tem a maior população relativa, 1.213,69 hab./km², o que significa uma quantidade de habitantes por quilometro quadrado quase sessenta e duas vezes a do estado do Maranhão. Os outros três municípios a possuírem maior população relativa são, respectivamente, Paço do Lumiar (842,63 hab./km²), São José de Ribamar (419,82 hab./km²) e Raposa (419,10 hab./km²). Todos esses municípios conformam a grande Ilha do Maranhão, com forte dependência de São Luís, podem ser classificados como cidades dormitórios.

Figura 16 - Prancha



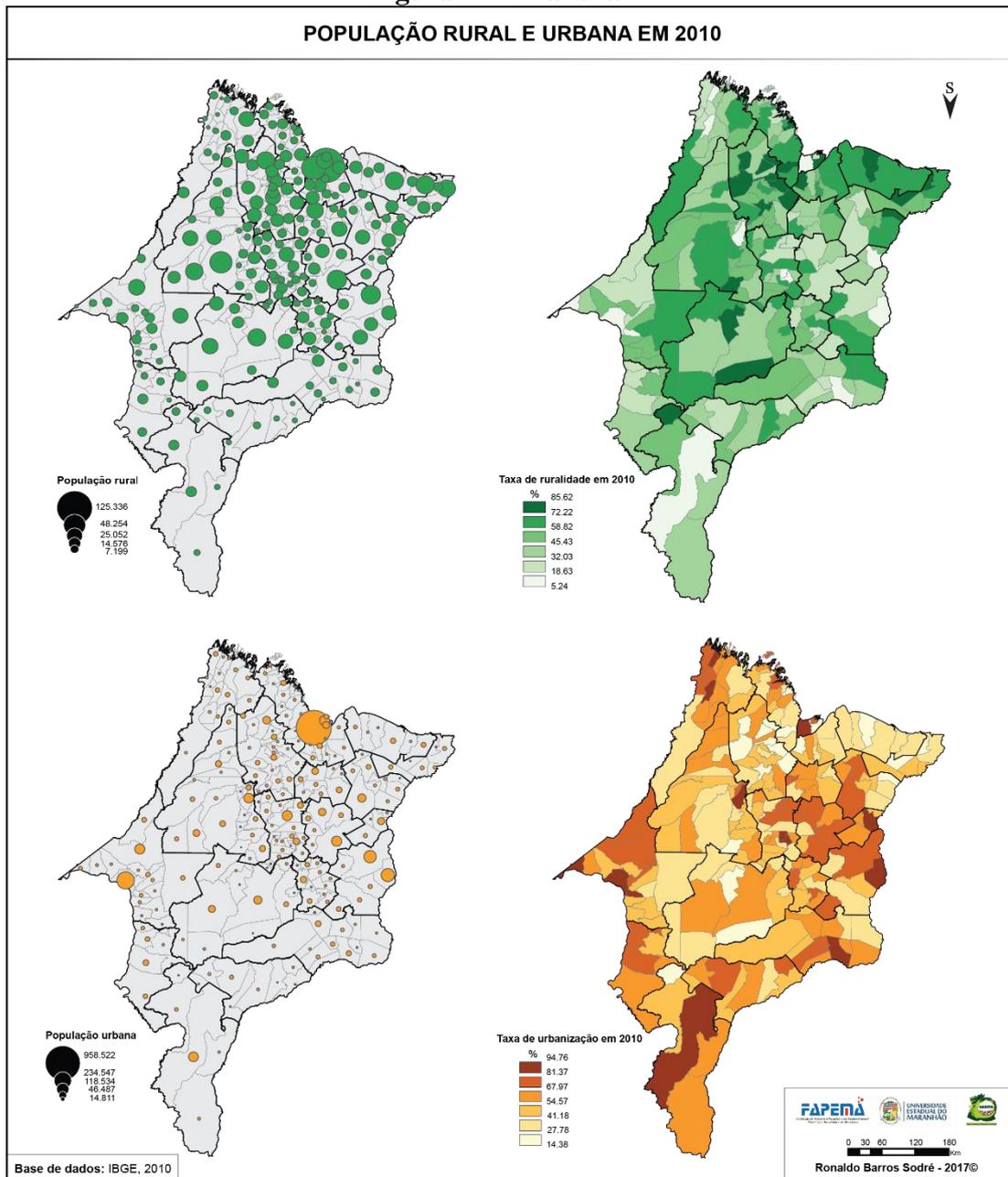
Embora o Maranhão tenha a grande maioria de sua população em áreas urbanas (63,1%) o estado é considerado o mais rural do país, pois proporcionalmente ao número de habitantes, possui o maior percentual de população morando em área rurais entre os

demais estados brasileiros. O município de Marajá do Sena, localizado na microrregião de Pindaré, é o que possui o maior percentual de habitantes em áreas rurais (86%). Ainda segundo o IBGE (2010) esse município detém o quarto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e o segundo do Maranhão, ficando atrás apenas de Fernando Falcão, que possui 84% de sua população morando em áreas rurais. O que leva conclusão imediatista que a população rural do estado é a que possui as piores condições de vida.

Merece destaque o caso dos municípios de São José de Ribamar e São Luís, ambos na Grande Ilha, eles possuem a maior quantidade de população rural, respectivamente, 125.336 e 56.315 habitantes. A porcentagem de habitantes na zona rural em relação a população total de São José de Ribamar é de 77%, em São Luís, a população rural representa 6% de mais de 1 milhão de habitantes que estão concentrados na zona urbana. A população urbana desses municípios em muito se deve ao processo migratório que leva muitos maranhenses a buscarem melhores condições de vida na capital ou nos municípios vizinhos. Muitas vezes, isso significa habitar nas áreas periféricas.

Os mapas da Figura 17 mostram a distribuição da população urbana e rural do Maranhão. Os mapas de população rural e de taxa de ruralização apresentam a distribuição da população de forma mais uniforme que a rural. Com exceção de São Luís, os menores quantitativos de população rural e de taxa de ruralização, podem ser vistos nos municípios que possuem baixa densidade demográfica.

Figura 17 - Prancha



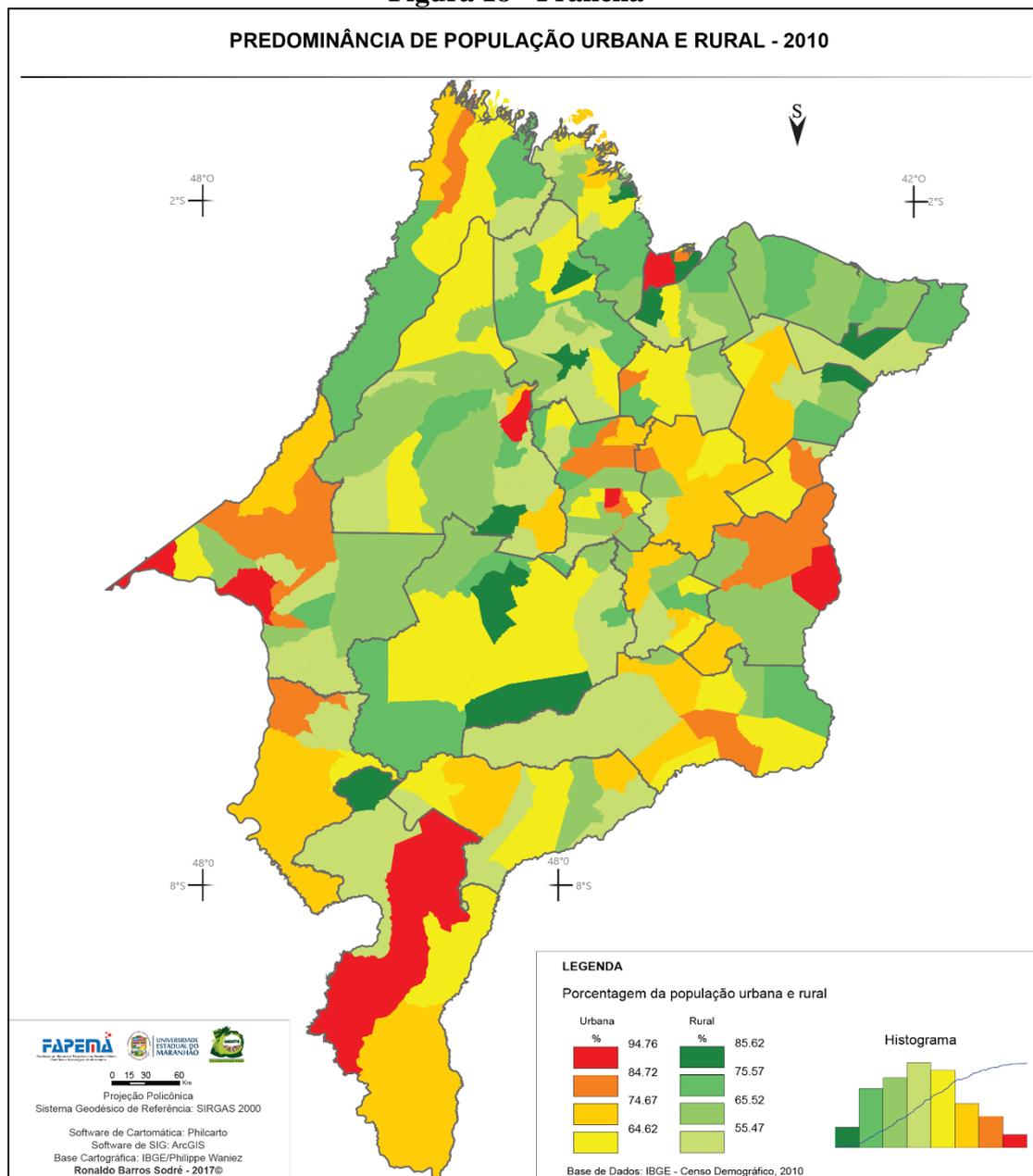
A população urbana do Maranhão apresenta crescimento, contudo, ainda está concentrada em poucos municípios. Os dez municípios com maior população urbana (São Luís, Imperatriz, Timon, Caxias, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia, Bacabal, Santa Inês e Balsas) possuem 51% da população urbana do estado. Desses, apenas quatro (Timon, Codó, Bacabal e Santa Inês) não estão entre os dez municípios com maiores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Na Figura 17, observamos nos mapas de população urbana e de taxa de urbanização que a espacialização da população urbana está em áreas que foram frentes

de expansão, áreas de ocupação antiga ou áreas de frente pioneira, como é o caso de Imperatriz, Açailândia e Balsas. Dessa forma, a produção do espaço urbano maranhense está associada ao processo de ocupação antiga e contemporaneamente associada as áreas de desenvolvimento econômico.

A Figura 18 apresenta a predominância de população urbana e rural do Maranhão. Dos 217 municípios maranhenses, 116 possuem predominância da população urbana superior a 50% e 101 municípios possuem até 50% de sua população em áreas rurais. A microrregião dos Lençóis até o Baixo Parnaíba apresenta majoritariamente predominância de população rural, assim como as microrregiões de Pindaré, Médio Mearim e Baixada Maranhense. Em relação a predominância da população urbana, destacam-se as microrregiões Aglomeração São Luís, Codó, Coelho Neto e Gerais de Balsas.

Figura 18 - Prancha



Ainda sobre a dinâmica populacional, é importante enfatizar a questão dos deslocamentos populacionais contemporâneos e as suas transformações. A questão agrária maranhense sempre esteve atrelada aos fluxos migratórios, contudo, essa condição se inverteu a partir da década de 1990, quando uma grande quantidade de habitantes passou a condição de emigrantes.

Segundo Baeninger (2012), na primeira década do século XXI, o Maranhão foi o segundo estado do Nordeste com maior contingente de emigrantes (677.350 habitantes), ficando atrás apenas da Bahia (1.119.515 habitantes). Entre 2000 e 2010, chegaram ao

Maranhão 268.487 imigrantes oriundos de outros estados, enquanto 677.350 maranhenses emigraram para outros estados brasileiros. O estado teve a segunda maior quantidade negativa de Trocas Migratórias do país, isto é, teve um maior número de emigrantes em relação ao de imigrantes, foi quantificado um saldo de -408.863 habitantes, a Bahia registrou os maiores números negativos, -510.310 habitantes.

A emigração é para muitos uma das poucas alternativas, frente as tantas dificuldades de reprodução no espaço maranhense. Os deslocamentos quanto ao tempo, ocorrem de acordo com o êxito ou não das perspectivas que antecederam a saída. Em relação ao espaço, os fluxos migratórios estão distribuídos em vários territórios. De acordo com Doria, 2009, N.P:

O Maranhão [...] tornou-se o maior exportador de gente do país. Na primeira década do século 21, você encontraria maranhense nos lugares mais improváveis: nos garimpos da fronteira com a Venezuela, no corte de cana do interior paulista, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, na lavoura do Tocantins, no Amapá, nas Guianas, até em Florianópolis — que jamais havia visto um maranhense ao vivo, salvo turista. A maioria dos passageiros que, partindo de São Luís, seguia no trem da ferrovia Carajás em direção ao Pará, era de maranhenses que possivelmente nunca mais voltariam. Espalhavam-se pela Amazônia como formiguinhas sem rumo em busca de migalhas. No sul do Pará, um em cada quatro habitantes já era maranhense. Dos 19 sem-terra assassinados em 1996 pela PM do Pará em Eldorado dos Carajás, 11 tinham vindo do Maranhão.

Segundo Carneiro (2013, p.171) o elemento central da disponibilidade de tantos trabalhadores reside na situação vivenciada desses migrantes nos seus locais de origem, o não acesso aos recursos produtivos e a carência de equipamentos públicos de acesso coletivo, principalmente no que se refere a saúde e educação.

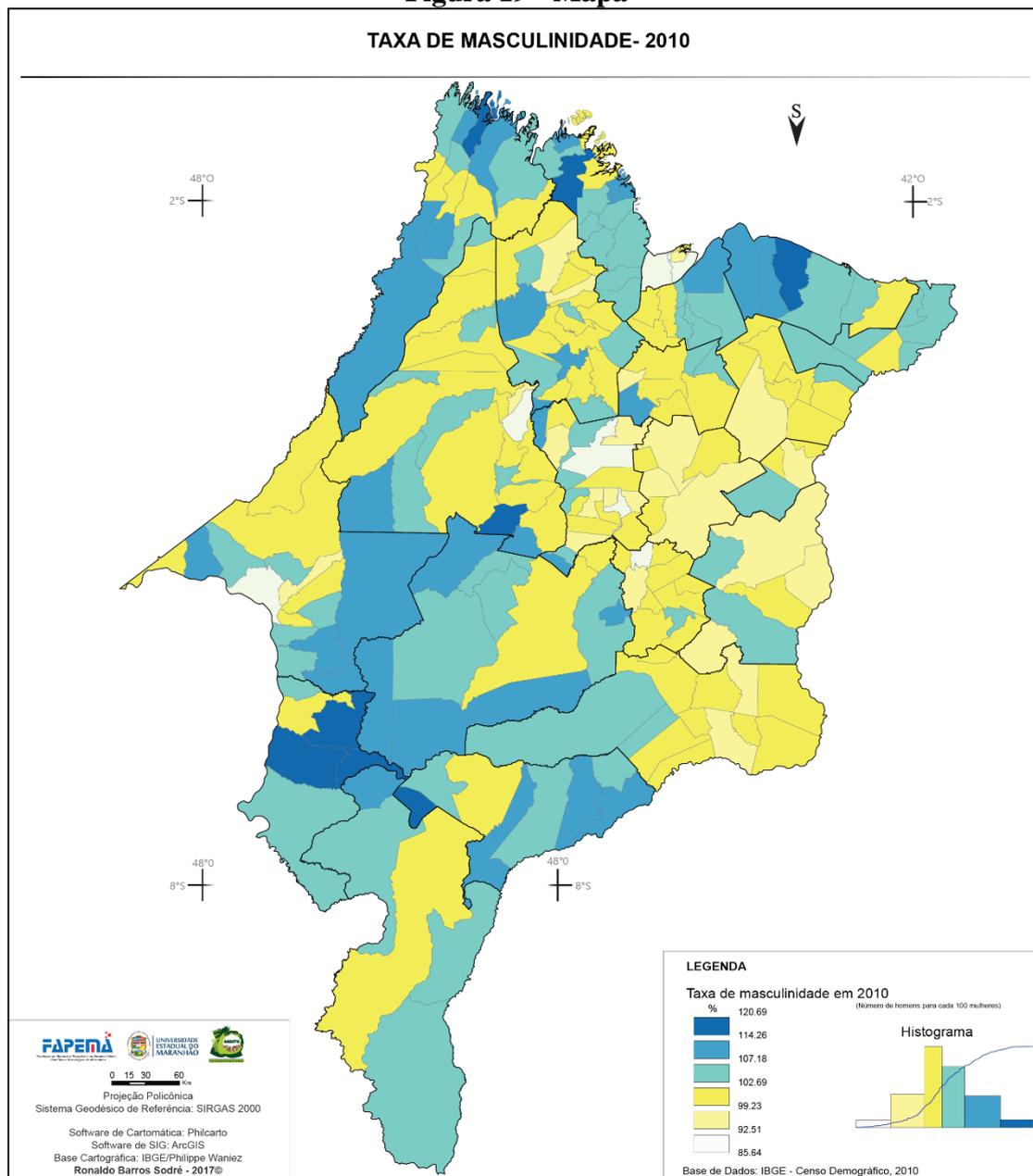
A saída para o corte da cana é um dos principais motivos pelos quais muitos maranhenses deixam suas terras, apesar das longas viagens para outros estados como São Paulo e Goiás, ou até mesmo para outros municípios do Maranhão; das estafantes jornadas de trabalhos, onde muitas vezes as condições de trabalho são análogas ao trabalho escravo; das precárias condições de habitações e do distanciamento do seio familiar, a migração é considerada por muitos trabalhadores como um investimento. Analisando o caso das migrações do município de Timbiras para o estado de São Paulo, Carneiro conclui que:

Seria um equívoco pensar que o movimento migratório dos trabalhadores de Timbiras [e de muitos outros municípios maranhenses] se fundamentam apenas na injusta estrutura fundiária [...] ela também se alimenta dos resultados obtidos por esses trabalhadores na lavoura da cana, particularmente, da possibilidade de acumular alguns recursos para investir na aquisição de bens (casa, móveis, eletrodomésticos) e na realização de algum tipo de investimento, caso da aquisição de motocicletas, da montagem de um pequeno negócio urbano ou mesmo a compra de uma ou duas cabeças de gado (Ibidem, p.172).

A taxa de masculinidade é um indicador que nos permite entender os movimentos migratórios contemporâneos a partir de uma análise conjugada com outros mapas, a Figura 19 nos possibilita dizer que as áreas com menor taxa de masculinidade possivelmente são aquelas da onde sai os trabalhadores que fazem serviços braçais, tais como corte de cana-de-açúcar, construção civil, entre outros. As áreas com altas taxas de masculinidade podem estar associadas a absolvição desses trabalhadores. Em alguns casos, notamos que elas coincidem com regiões onde frequentemente deflagram-se casos de trabalho escravo.

De acordo com Sant'Ana Júnior (2016, p.39) um dos efeitos nefastos provocados pelo desenvolvimento que inclui diminutos setores da sociedade maranhense é o fato do estado, ter se tornado, nos últimos anos, um dos estados brasileiros com os maiores números de imigrantes. Por outro lado, a dificuldade, quando não a impossibilidade, de produzir na própria terra, tem obrigado, principalmente homens a buscar oportunidades em outras paragens, sujeitando-se a sorte da exploração, não por acaso o Maranhão vem sendo conhecido como o maior exportador de trabalhadores para o trabalho escravo.

Figura 19 - Mapa



3.3 Indicadores sociais

O estado social em que vive a maioria da população maranhense é revelado através dos baixos indicadores sociais que o Maranhão encabeça a anos. De acordo com o IBGE (2010) o estado possui a maior população de pobres (39,53%) e de miseráveis (22%) do Brasil; proporcionalmente a população, o Maranhão possui a maior porcentagem de mortalidade infantil do país (28,03%); apenas 51% da população possui banheiros e água encanada e quase 90% não possui esgoto (IBGE, 2010), a baixa

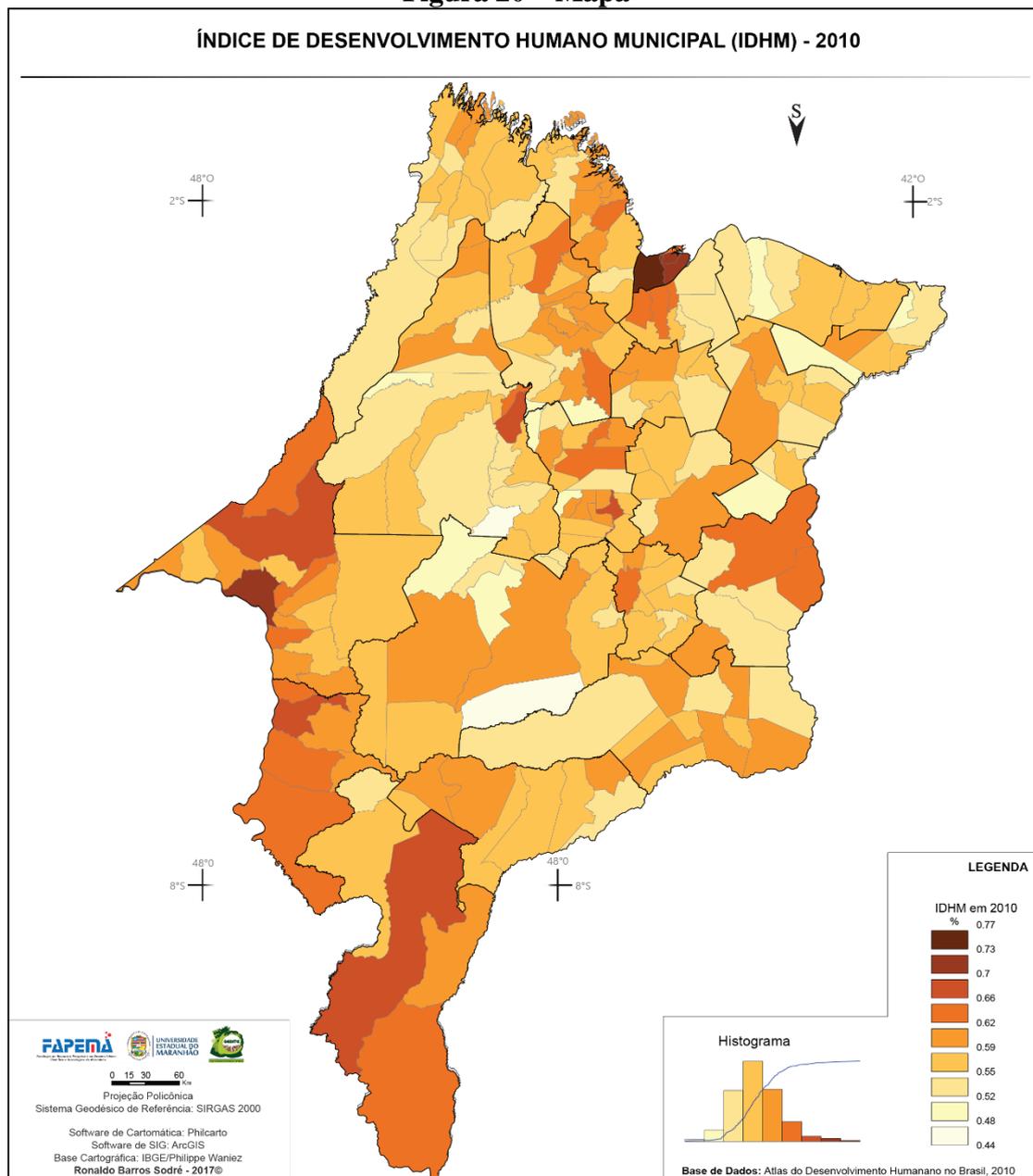
qualidade de vida e a falta de políticas públicas fazem também com que a expectativa de vida seja a menor do país, 70,3 anos – a brasileira é de 75,5 anos (IBGE, 2015).

O IDH do Maranhão é o segundo menor do país (0,639), ficando atrás apenas do estado de Alagoas (0,631). Considerando as ressalvas feitas por Girardi (2008, p.152) sobre esse índice, analisamos a sua adaptação para os municípios maranhenses a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A Figura 20 apresenta a espacialização dos municípios maranhenses em 2010 segundo o IDHM. Nenhum município foi classificado no índice como muito alto (de 0,800 a 1000). Quatro municípios apresentaram IDHM alto (de 0,700 a 0,799), São Luís, Imperatriz, Paço do Lumiar e São José do Ribamar, além do IDHM esses municípios apresentam em comum alta densidade demográfica e predominância de população urbana. Quanto sua localização, somente um, Imperatriz, não está situado na Ilha do Maranhão.

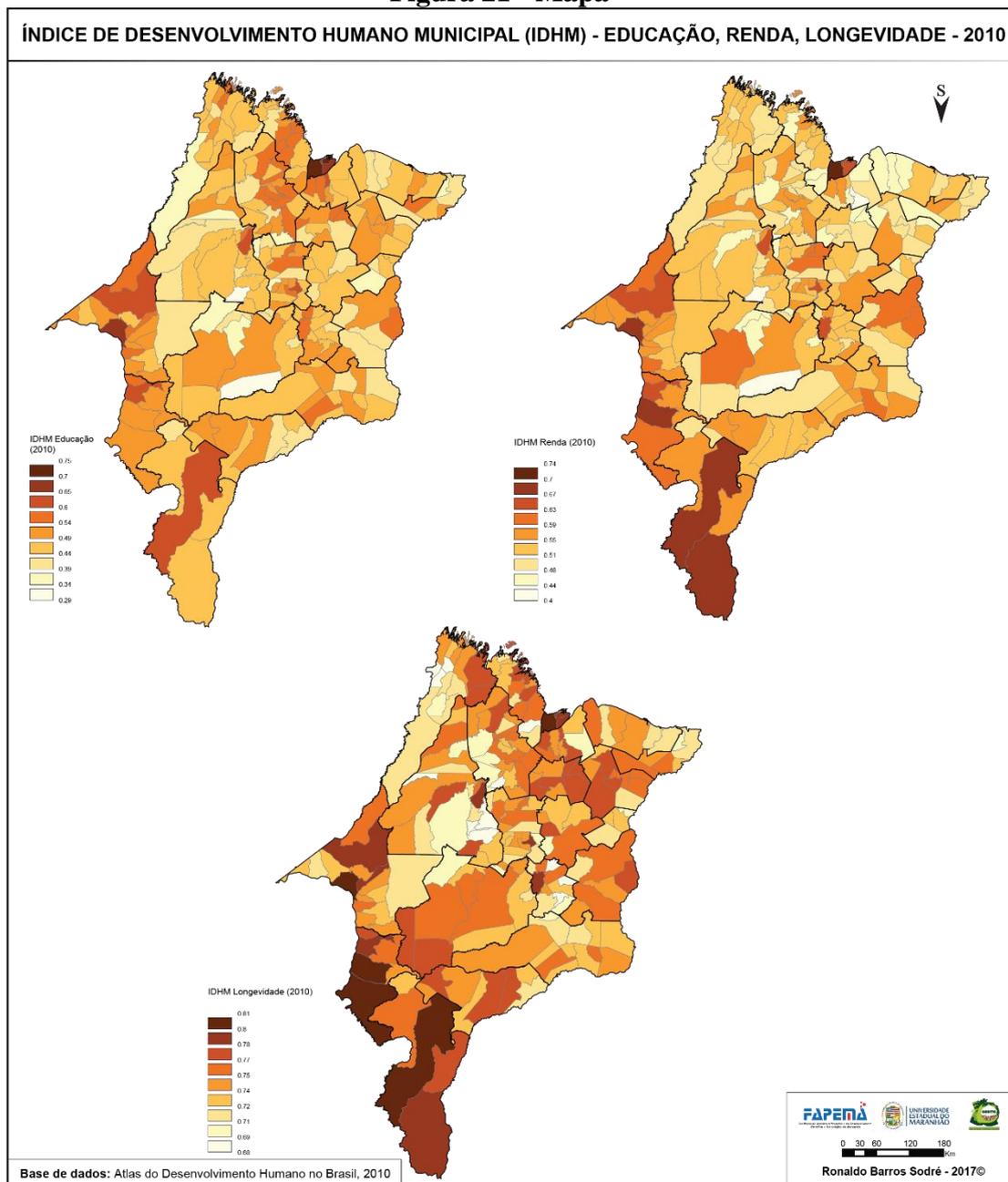
Com médio IDHM (de 0,600 a 0,699), somaram-se 54 municípios. A maior quantidade de municípios é classificada como sendo de baixo IDHM (0,500 a 0,599), isto é, 155 municípios, o que corresponde a mais de 70% dos municípios maranhenses. O estado ainda tem 4 municípios com IDHM muito baixo (de 0,000 a 0,499), são eles Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras e Satubinha. Todos municípios apresentam predominância de população rural, sendo Marajá do Sena e Fernando Falcão, respectivamente, o primeiro e o terceiro mais rural do estado.

Figura 20 – Mapa



Apesar de o IDHM ser composto pela síntese das dimensões: educação, renda e longevidade. No Maranhão, separadamente as dimensões apresentam-se de formas bem distintas quanto a sua distribuição conforme mostram os mapas da Figura 21.

Figura 21 - Mapa



O IDHM-Educação apresenta uma distribuição bem próxima ao “IDH-M Geral”, contudo, os municípios com IDHM-Educação alto (de 0,700 a 0,799) diminuem para 3 e os que apresentam índice baixo (de 0,000 a 0,499) sobe para 14. Outros dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) que não fazem parte do Índice, colaboram no entendimento do problema da educação no Maranhão, como é o caso da taxa de analfabetismo. O estado possui a pior taxa de analfabetismo de habitantes entre 11 e 14 anos, 7,59%, a mediana brasileira é de 3,24%. A taxa de habitantes acima de 18

anos com ensino fundamental completo é a segunda menor do país (44,36%), ficando atrás apenas da Paraíba (42,55%).

Na dimensão renda somente São Luís apresenta IDHM alto (de 0,700 a 0,799), os municípios com classificação muito baixa (de 0,000 a 0,499) totalizam 54. Apesar de o IDHM levar em consideração o PIB per capita, esse dado nos permite entender a dimensão da desigualdade social do Maranhão. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), as desigualdades sociais no estado apresentam extremos, a razão da renda apropriada pelos 10% mais ricos para os 40% mais próximos é de 28,61%, sendo que a quarta maior taxa do Brasil, que possui um grau de desigualdade de 22,78% considerando a variável medida.

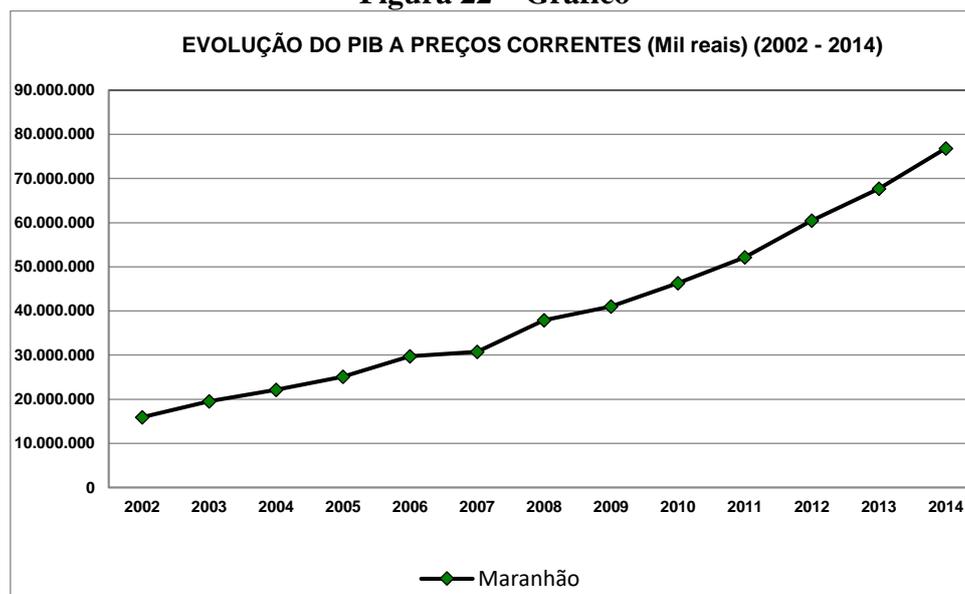
No IDHM-Longevidade, o Maranhão conta com 5 municípios com classificação muito alta (de 0,800 a 1000) e 195 municípios com IDHM alto (de 0,700 a 0,799) 17 com IDHM médio (de 0,600 a 0,699). Apesar de um elevado número comparado aos índices anteriores, contudo, mais uma vez vale ressaltar que a expectativa de vida é a menor entre os estados brasileiros.

3.4 Indicadores econômicos

Concordamos com Girardi (2008, p.172) que a análise do Produto Interno Bruto (PIB) e da População Economicamente Ativa (PEA) pode fornecer fortes indicações sobre a produção e organização do espaço geográfico. Dessa forma, em nossa caracterização do quadro agrário do Maranhão, destacamos alguns dados que contribuem para uma reflexão conjunta com os indicadores sociais já apresentados.

A soma de todas as riquezas do estado em 2014, chegou a R\$ 76,842 bilhões, o que torna o Maranhão, o décimo sétimo (17º) estado com o maior PIB do Brasil e o quarto (4º) entre os estados do Nordeste (IMESC, 2016). Entre 2010 e 2013 o estado apresentou taxa de crescimento de 15,7%, ficando acima da média de crescimento nacional (2,7%). A Figura 22 mostra uma linha de crescimento que inicia em 2002 e se mantém constante até 2006, entre 2006 e 2007 o cenário de crescimento econômico praticamente permanece inalterado. Entre 2009 e 2014 a linha segue crescente.

Figura 22 – Gráfico



Fonte: IMESC, 2016

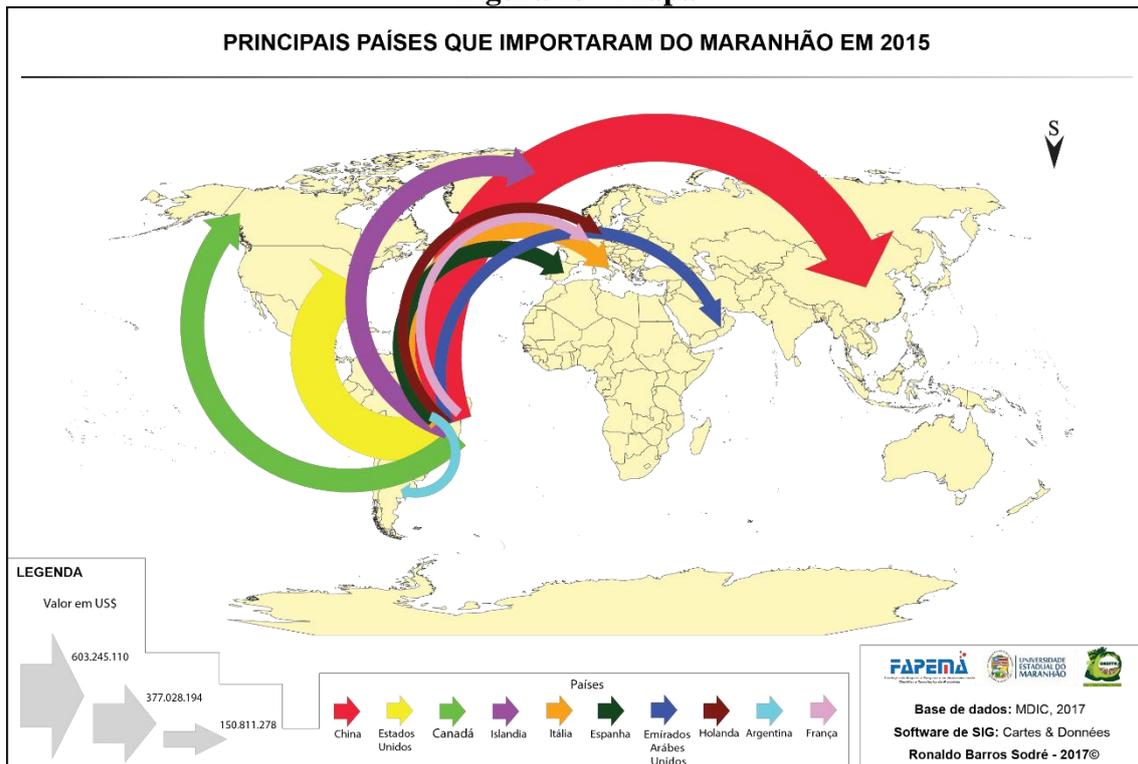
Org.: Sodré, 2017

Contudo, apesar do crescimento econômico, diante de uma população de quase 7 milhões de habitantes, o PIB per capita de R\$ 11.216,37 leva o Maranhão a última posição entre os estados brasileiros.

A economia do Maranhão possui elevada vulnerabilidade às oscilações da economia internacional, principalmente do nível de atividades da China e dos Estados Unidos, principais importadores das *commodities* produzidas no estado. Em 2014, as exportações da economia maranhense apresentaram concentração nas *commodities* do Complexo Alumínio (35,2%), Grãos – soja, milho e algodão – (26,5%), Celulose (16,3%), Ferro (13,8%) e Ouro (2,9%), somadas, representaram 94,7% do valor das exportações (IMESC, 2016).

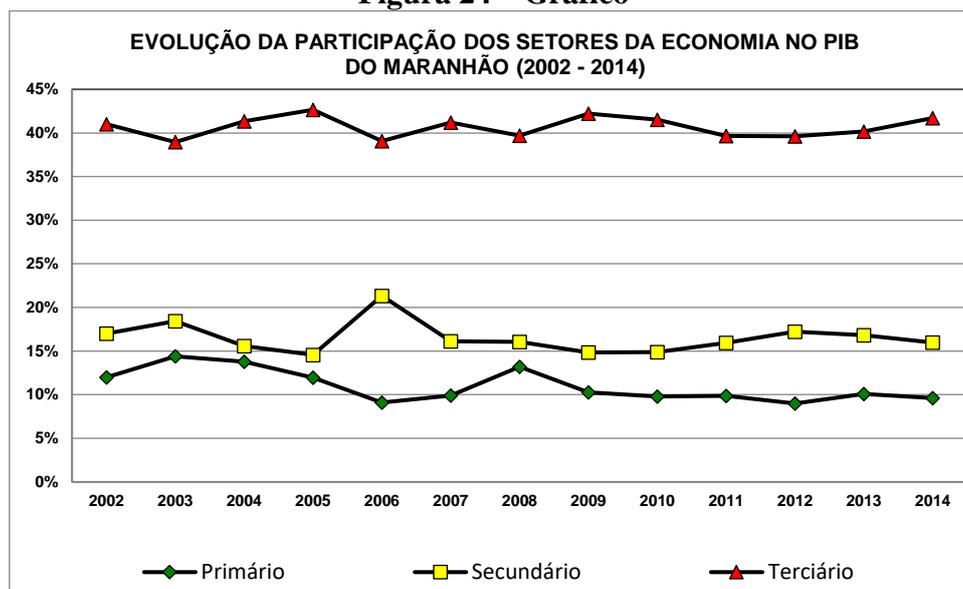
Em 2015, as exportações do Maranhão progrediram em 9,11%, o principal produto da atividade de exportação foi a alumina calcinada, correspondente a 35,14% as exportações, seguida pela pasta de celulose, que contribuiu em 16,31% das exportações maranhenses e teve aumento de 58,43% em relação a 2014. A soja foi o terceiro produto mais exportado e o segundo a acrescentar na economia do Maranhão, 26,54% (MDIC, 2015). Na Figura 23 apresentamos os dez principais destinos das exportações do estado, destacam-se como principais importadores dos produtos maranhenses: a China, Estados Unidos e Canadá.

Figura 23 - Mapa



A composição do PIB por participação dos três setores da economia acompanha a mesma situação do Brasil quanto a ordem, em 2014 a participação dos setores primário, secundário e terciário na economia do Maranhão correspondia respectivamente a 10%, 16% e 42%. Conforme a Figura 24, apesar das variações, a posição em que ocupam os setores se mantem inalterada desde o início dos anos 2000.

Figura 24 – Gráfico



Fonte: IBGE, 2010

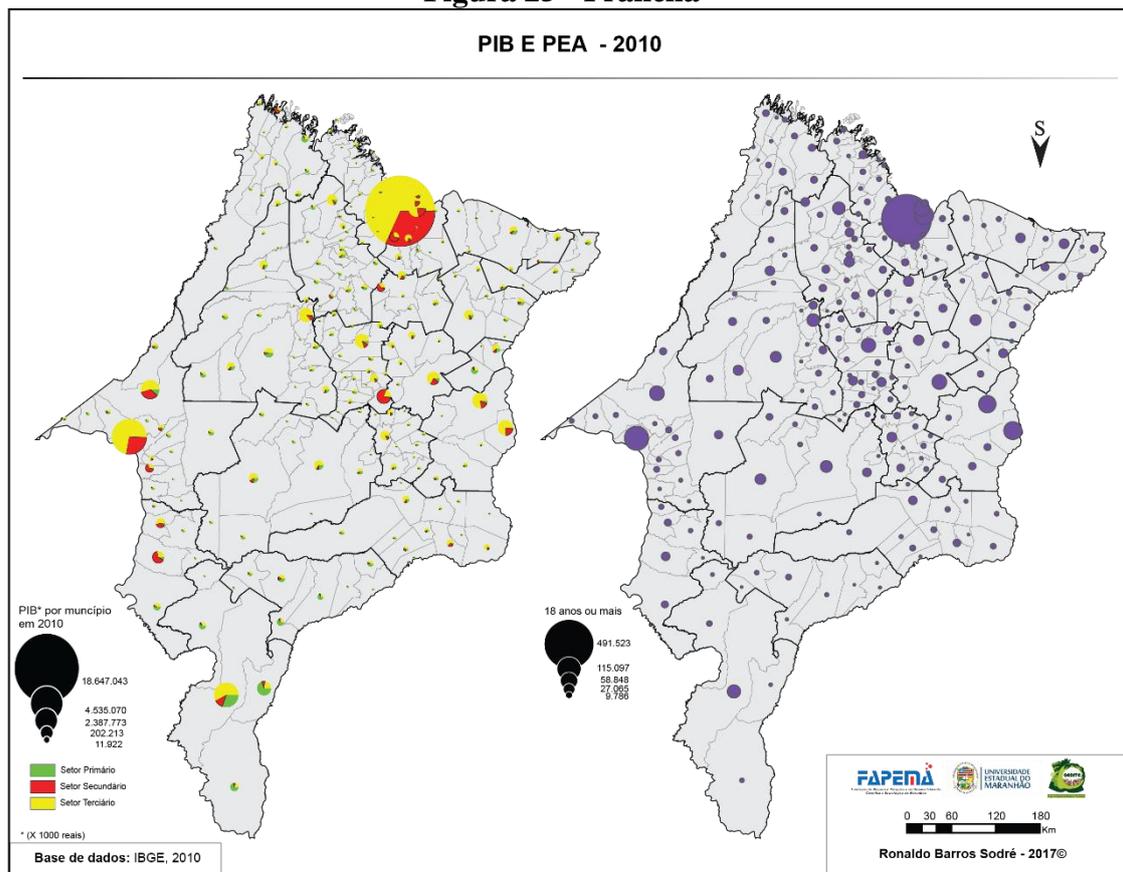
Org.: Sodré, 2017

Com relação a PEA, considerando a população com 18 anos ou mais, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010 a População Economicamente Ativa Ocupada era formada por 2.421.375 habitantes (58,8%), a PEA Desocupada era composta por 352.619 habitantes (8,6%) e a População Economicamente Inativa somava 1.345.391 habitantes, o que correspondia a 32,7%. A taxa de ocupação do Maranhão é 58,78%, a segunda menor do Brasil, maior apenas que a do estado de Alagoas (58,69%), a taxa de desocupação, é de 8,54%, a nona maior do país.

Na Figura 25 observamos a espacialização do PIB por setor da economia proporcionalmente ao PIB total e da PEA Ocupada. O PIB do estado está concentrado em cinco municípios, São Luís, Imperatriz, Balsas, Açailândia e São José de Ribamar, juntos eles representam 50,11% do PIB do Maranhão. O setor de serviços é preponderante em todos eles, o secundário aparece como o segundo que mais contribui para o PIB, com exceção de Balsas, onde o setor primário é o segundo mais importante, com 25% de contribuição ao PIB do município.

Em relação a PEA Ocupada, a distribuição segue parecida com a do PIB, salvo a microrregião de Balsas, onde a PEA é baixa considerando outras microrregiões. Nessa região, há um alto grau de especialização do agronegócio, que apesar de gerar riquezas econômicas se caracteriza por empregar pouca mão de obra em suas atividades.

Figura 25 - Prancha



Ainda no tocante a PEA, o setor terciário possui taxa de 36,07%, a menor entre os estados brasileiros, que possuem uma média de 44,29%. A PEA secundária possui uma taxa de 4,96%, comparado com outros estados, é maior apenas que a do Acre (4,41%). O setor primário é o que tem maior número de ocupados, a sua taxa é de 30,45%, a maior entre os estados brasileiros, que possuem uma taxa média de 13,55%. Essas informações reforçam que o Maranhão é essencialmente um estado rural.

Na Figura 26 analisamos conjuntamente o PIB e a PEA por setor econômico, na maioria dos municípios maranhenses o setor primário apresenta grande relevância na soma de todas as riquezas, o mesmo pode ser observado quanto a PEA, que apresenta uma certa uniformidade em sua distribuição, devido ser o setor com maior número de ocupados. Mais uma vez, chamamos atenção para os municípios que se destacam em atividades ligadas ao agronegócio pelo elevado PIB e pouca população ocupada, é o caso de Alto Parnaíba, Tasso Fragoso e Sambaíba, na microrregião Gerais de Balsas. Por outro lado, existem municípios com baixo PIB primário, mas com alta PEA nesse

setor, é o caso de Fernando Falcão – como já mencionado, em 2010 esse município possuía o quarto menor IDH -M do Brasil e o menor do Maranhão.

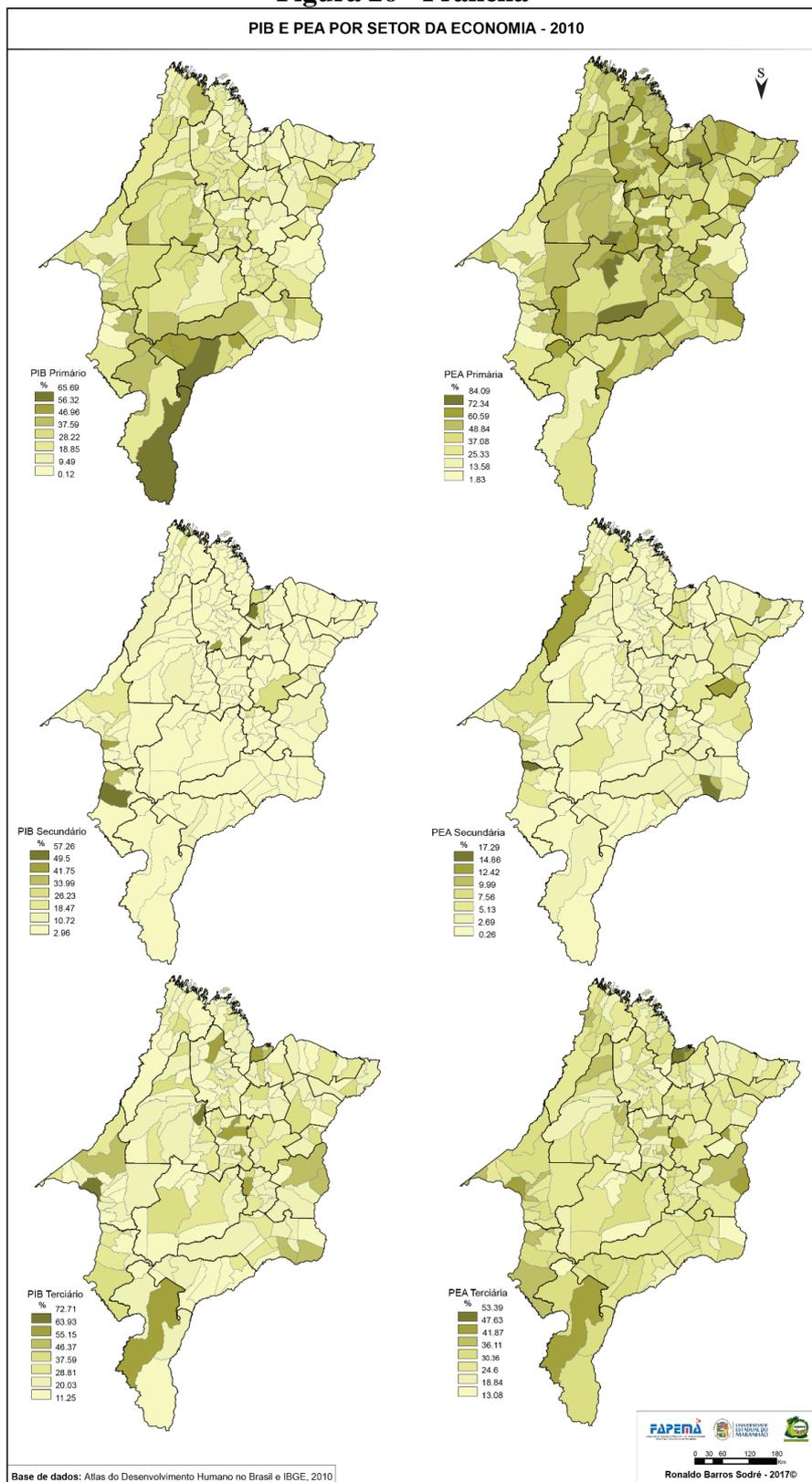
O setor secundário, tem pouca expressão no mapa do PIB maranhense, três municípios destacam-se em meio aos demais, Miranda do Norte, Bacabeira e Estreito. Em 2010, foi inaugurada em Miranda do Norte a Usina Termoelétrica Gera Maranhão (UTE Gera), desde sua construção a UTE criou empregos e postos de trabalho que beneficiam a mão de obra local. Ainda em 2010, foi anunciada a construção da Refinaria Premium I em Bacabeira, a Refinaria que seria a maior do Brasil, atraiu dezenas de empresas e milhares de trabalhadores para o município, contudo, o empreendimento foi cancelado, tendo como consequências prejuízos diversos para Bacabeira e para o Maranhão, como um todo²⁰. Estreito também teve destacável PIB relacionado ao setor secundário, o setor energético também é o principal responsável pelos números, mais especificamente por conta da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) que começou a ser construída na divisa do Maranhão com o Tocantins na segunda metade da década de 2000, modificando não só a economia, mas as dinâmicas ambientais e sociais na região.

A PEA secundária também se apresenta esparsa, os municípios com os maiores PIBs ligados ao setor, não necessariamente possuem altas taxas de população empregada na indústria. No mapa da PEA ocupada no setor secundário, se sobressai o município de Campestre do Maranhão, na microrregião de Porto Franco, que possui uma usina de produção de cana e apresenta proximidade geográfica de Estreito. Outro município com alto número de ocupados no setor secundário é Aldeias Altas, localizado na microrregião de Coelho Neto, também possui duas indústrias de produção de etanol.

O setor terciário é o que apresenta o menor distanciamento entre PIB e PEA como mostram os mapas. Observamos uma distribuição do PIB em algumas “ilhas” que exercem influência sobre alguns municípios do entorno. Os maiores PIBs do setor são de Santa Inês, Imperatriz, Pedreiras e São Luís. Por sua vez, a População Economicamente Ativa do setor está concentrada em São Luís, Paço do Lumiar, Imperatriz e São José de Ribamar.

²⁰ Em 2015 a Refinaria Premium I teve oficialmente seus projetos de construção cancelados. A crise financeira na Petrobras ocasionada por altos esquemas de corrupção, levaram a paralisação das obras que chegaram até a terraplanagem.

Figura 26 - Prancha



3.5 Estrutura fundiária maranhense

A estrutura agrária de um território resulta e é resultado de sua estrutura fundiária demarcada no contexto histórico de formação social e econômica de uma sociedade. O Maranhão, assim como os demais estados brasileiros têm um perfil de distribuição de terras concentrado. Por meio de arcabouços políticos, jurídicos e das supras estruturas que compõem o Estado, a organização das terras obedece um quadro injusto que deixa alheias as classes que pouco contribuem economicamente para a reprodução do capital.

A concentração fundiária é entendida em Oliveira (2007, p.66) como mecanismo de aumento de poder de exploração e de produção de capital. Sabendo que a terra não tem valor, mas sim um preço, ela deve ser entendida ainda como produto de uma relação social. A classe que a detém como propriedade privada só permite sua utilização como meio de produção através da cobrança de impostos, a terra é nesse caso renda, o suposto proprietário a usufrui como melhor convier sob o argumento do direito à propriedade privada. Não por acaso, a elite brasileira nunca permitiu a realização de uma reforma agrária como necessidade estrutural de tentar corrigir a questão social originada pela concentração fundiária.

O antagonismo dos segmentos sociais no campo maranhense expressa a contradição existente no desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, que se caracteriza por ser concentrador e excludente e impossibilita a reprodução de uma maioria camponesa que depende da terra. Ao longo de séculos o aparelho estatal contribuiu para redefinir a propriedade privada da terra e conseqüentemente gerar uma série de baixos indicadores sociais que refletem a realidade de muitos maranhenses.

Até 1940 apenas 10% da área total do Maranhão se encontrava nas mãos de particulares. A maioria do território era de terra devoluta, onde camponeses posseiros cultivavam a lavoura tradicional na base da “roça do toco”. Muitas dessas terras eram ocupadas por um contingente populacional oriundo de outros estados da região nordeste que se espalharam pelo sul e oeste do estado (PEDROSA, 1999).

Lago (1998 apud MATTOS JÚNIOR, 2010, p. 69) relata que a grande quantidade de terras contribuiu para o apossamento sem que os trabalhadores rurais se preocupassem com a legalização, pois as mesmas eram consideradas livres. Registra-se que entre as décadas 1930 a 1950 houve ocupações das regiões de Itapecuru Mirim,

Mearim e Pindaré através da pecuária do arroz e, num terceiro momento, com a intervenção do Governo do Estado destinando as terras livres para projetos de exploração agropecuária, agroindustrial, madeireiro e de mineração.

As ocupações das terras livres eram acompanhadas por muitos conflitos, envolvendo principalmente pecuaristas e posseiros, as regiões do Pindaré e do Mearim, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960 foram sacudidas por uma série desses litígios, o gado criado solto adentrava os roçados e destruía as lavouras, situações como essas eram revidadas com a morte do gado por partes dos posseiros. Para manter o controle das áreas ocupadas e dirimir os conflitos, o Estado criou projetos de colonização²¹ que prometiam assentar famílias, contudo, segundo Asselin (2009, p. 159) o Governo do Estado criara alternativas de entrega de suas terras, enquanto isso as lutas políticas e econômicas se esboçavam de forma violenta.

Os preços baratíssimos de grandes extensões de terras atraíram muitas empresas e grupos de fora do Maranhão como a Varig, Cacique, SANBRA, Sharp, Mesbla e Pão de Açúcar, ocasionando o surgimento de novos conflitos. Muitos posseiros foram violentamente expulsos de terras que há muito já moravam, pela polícia e/ou milícias

No final da década de 1960 o governo maranhense sob os comandos de José Sarney cria a Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, também conhecida como “Lei Sarney de Terras”, de acordo com Pedrosa (1999) mais uma vez o discurso do governo era que essa lei funcionaria como instrumento legal para solucionar os conflitos no estado, ocupar outras regiões, sobretudo, a Amazônia, e ainda promover políticas de atração de grupos empresariais.

Ainda segundo Pedrosa (1999) data desse período a pilhagem que se sucedeu sobre as terras devolutas do estado. A grilagem, implantada com a vinda das grandes empresas do Sul e do Centro-Oeste do país, açambarcou inclusive os corredores de 200 km de largura ao longo das rodovias maranhenses, destinadas por decretos à colonização. O único refúgio para os camponeses chegou a ser os 30 metros de terra ao longo das rodovias, empurrados pelas cercas dos latifundiários.

De acordo com Azar (2011) a concentração fundiária é um elemento central da questão agrária maranhense, ela é resultado do tempo, e tem no Estado o sujeito

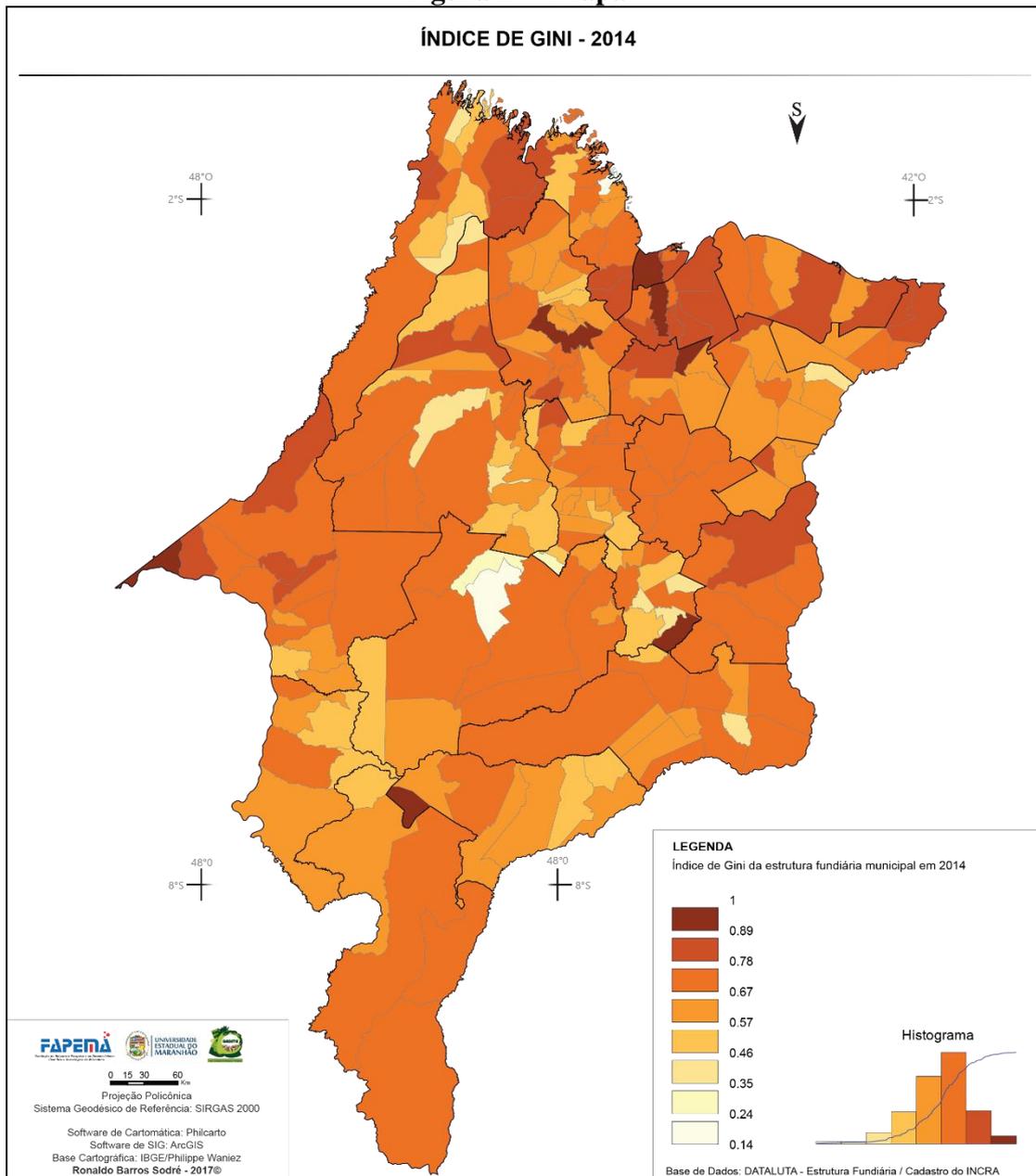
²¹ C.F. Ferreira, 2008.

mediador que garante os privilégios das classes dominantes, consoante a configuração nacional.

Para uma visão geral da concentração fundiária utilizamos o índice de Gini da estrutura fundiária, ponderando que ele mede as desigualdades, isso significa que mesmo em uma área onde há pouca desigualdade, poderá haver alta concentração de terras. Considerando os imóveis rurais do Maranhão em 2014, o índice de Gini da terra era de 0,667, valor considerado médio. Os municípios com índice de Gini baixo (até 0,500) correspondiam a 21 municípios e compreendiam 10% da área dos imóveis. Os municípios com grau de concentração média (0,501 – 0,800) somavam 169 municípios, isto é, 78% dos municípios maranhenses. Os municípios com alto grau de concentração da terra (acima de 0,800) totalizavam 27 municípios, juntos eles detêm 12% da área total dos imóveis (DATALUTA, 2014).

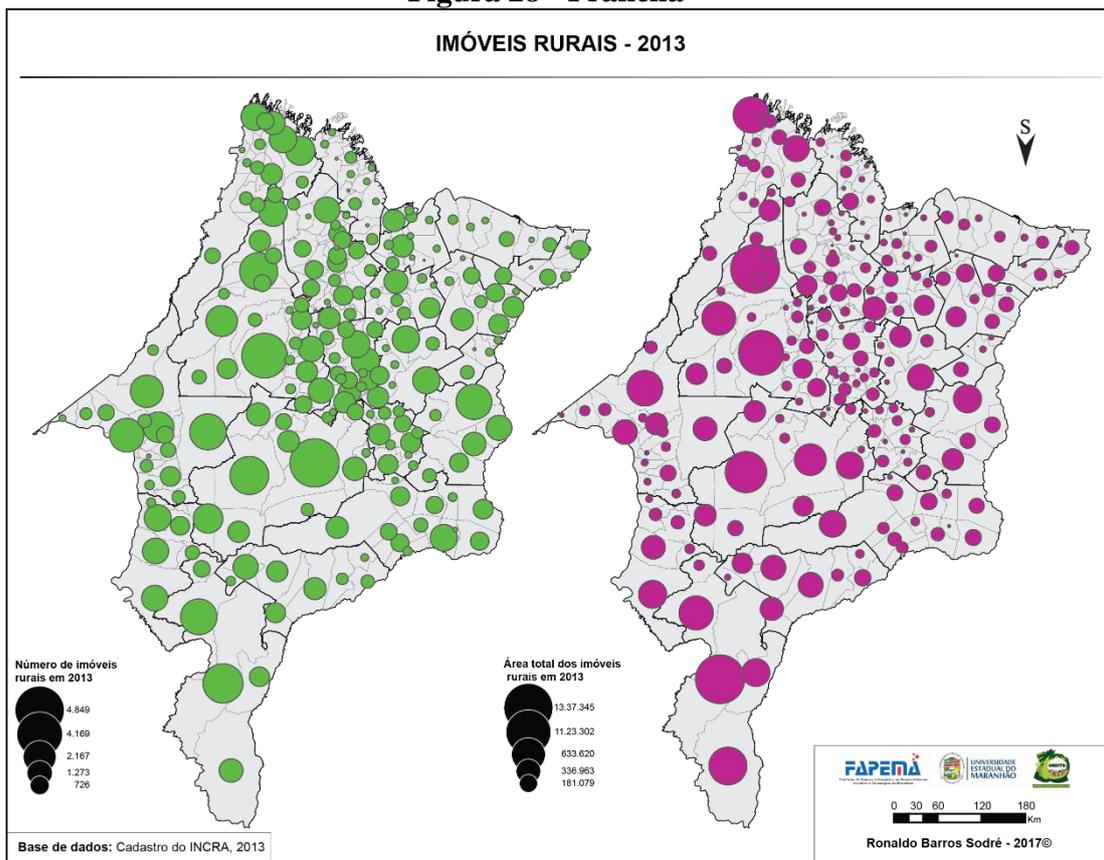
A Figura 27 apresenta o índice de Gini da estrutura fundiária espacializado nos municípios maranhenses, predominam em todas as regiões do estado graus médios de concentração da terra, se destacando pelos baixos índices: Jenipapo dos Vieiras (0,135) Porto Rico do Maranhão (0,181). Viana (0,997) Fortuna (0,977) Rosário (0,939) São Luís (0,934).

Figura 27 - Mapa



A quantidade de imóveis rurais e a área ocupada por eles também nos ajudam a compreender o patamar de desigualdade na organização da estrutura fundiária. Em 2013 os imóveis rurais do Maranhão somavam 138.399 e compreendiam uma área de 27.517.371,80 ha. Os mapas da Figura 28 evidenciam de forma detalhada a diferença entre os números de imóveis rurais e de suas áreas total. A região que vai do centro ao leste do estado apresenta um menor número de imóveis, bem como, menores áreas em relação ao oeste e sul do estado.

Figura 28 - Prancha



Embora no Maranhão não tenha havido redução significativa no grau de concentração da terra nos primeiros anos do século XXI, observamos no Quadro 1 que a evolução da estrutura fundiária passou por taxas de aumento tanto no número de imóveis quanto na área total desses imóveis. Em 2003 foram contabilizados 87.979 imóveis, em 2014 esses números saltaram para 133.232, um acréscimo de 34%. Mas por outro lado aumentou também a área dos imóveis que era 17.624.568,0 hectares em 2003 e saltou para 49.690.047,4 hectares em 2014, um acréscimo de 65% na área total.

Quadro 1

EVOLUÇÃO NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MARANHÃO				
Ano	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
2003	87.979	2,1	17.624.568,0	4,2
2010	121.518	2,4	25.084.396,3	4,4
2011	126.485	2,4	25.702.429,6	4,4
2012	133.232	2,4	26.551.255,0	4,4
2014	158.392	2,6	49.690.047,4	6,7

Fonte: DATALUTA, 2014

Org.: Sodré, 2017

Acompanhamos Girardi (2008, p.219) quanto as hipóteses lançadas para o aumento dos imóveis e as áreas acrescidas à estrutura fundiária. A maior parte do acréscimo provavelmente ocorreu pela incorporação de novas terras, processo característico da fronteira agropecuária. Um outro fator a ser destacado são os possíveis desvios nos dados, de forma que parte deste acréscimo pode estar associada a estratégias dos detentores que anteriormente não declarariam a área real de seus imóveis. Deve ser considerado ainda que parte dos proprietários só declare as áreas exploradas de suas propriedades para que não sejam configuradas como terras improdutivas e para não pagar impostos sobre essas terras. Desta forma, nos últimos anos, com o aumento da demanda por terras, terras que eram improdutivas e não declaradas, teriam passado a ser utilizadas para a produção e também declaradas.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 também nos auxiliam no entendimento da estrutura fundiária do Maranhão. Existiam naquele ano 287.039 estabelecimentos distribuídos em uma superfície de 13.033.568 hectares. Os imóveis rurais menores de 10 hectares representam boa parte dos estabelecimentos, 47,38%, porém, ocupam uma área total de apenas 1,37%. De forma contrastante, os imóveis acima de 1.000 hectares representam apenas 1,37% das propriedades e ocupam 36,12% da área total. O Quadro 2 apresenta por grupos de área o total de estabelecimentos e a área total, além da disparidades de muitos com poucas terras e poucos com muitas, chamamos atenção para a quantidade de produtores sem áreas.

Quadro 2

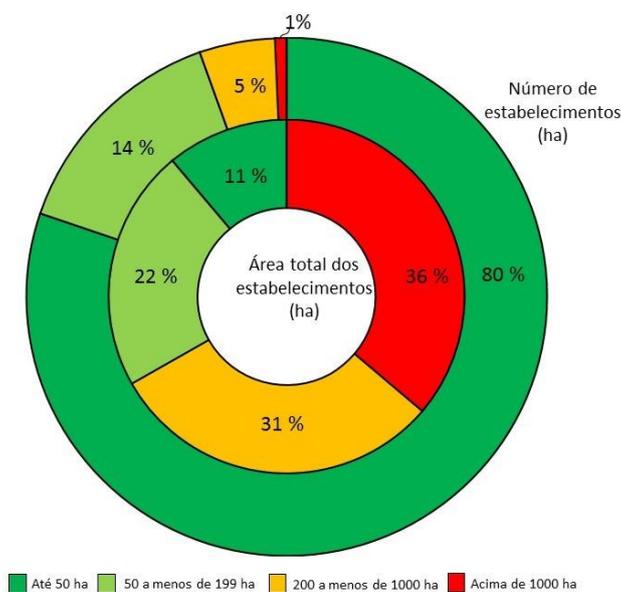
ESTABELECEMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, QUANTIDADE E ÁREA		
Grupos de área total	Total de estabelecimentos	Área total (ha)
Maior de 0 a menos de 0,1	17.896	498
De 0,1 a menos de 0,2	4.183	586
De 0,2 a menos de 0,5	19.059	5.903
De 0,5 a menos de 1	37.340	25.647
De 1 a menos de 2	32.347	40.529
De 2 a menos de 3	8.857	19.290
De 3 a menos de 4	5.057	15.971
De 4 a menos de 5	2.511	10.635
De 5 a menos de 10	8.764	59.309
De 10 a menos de 20	13.092	180.167
De 20 a menos de 50	33.851	1.082.713
De 50 a menos de 100	21.092	1.352.359
De 100 a menos de 200	11.682	1.533.434
De 200 a menos de 500	8.359	2.475.596
De 500 a menos de 1000	2.249	1.510.350
De 100 a menos de 2500	1.193	1.731.942
De 2500 a mais	523	2.988.638
Produtor sem área	58.984	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Org.: Sodré, 2017

Na Figura 29 apresentamos o quadro da estrutura fundiária maranhense a partir de quatro grupos de áreas, estabelecimentos com até 50 ha, de 50 ha a 199 ha, de 200 ha a menos de 1000 ha e acima de 1000 ha.

Figura 29 – Gráfico
Número e área total dos estabelecimentos rurais

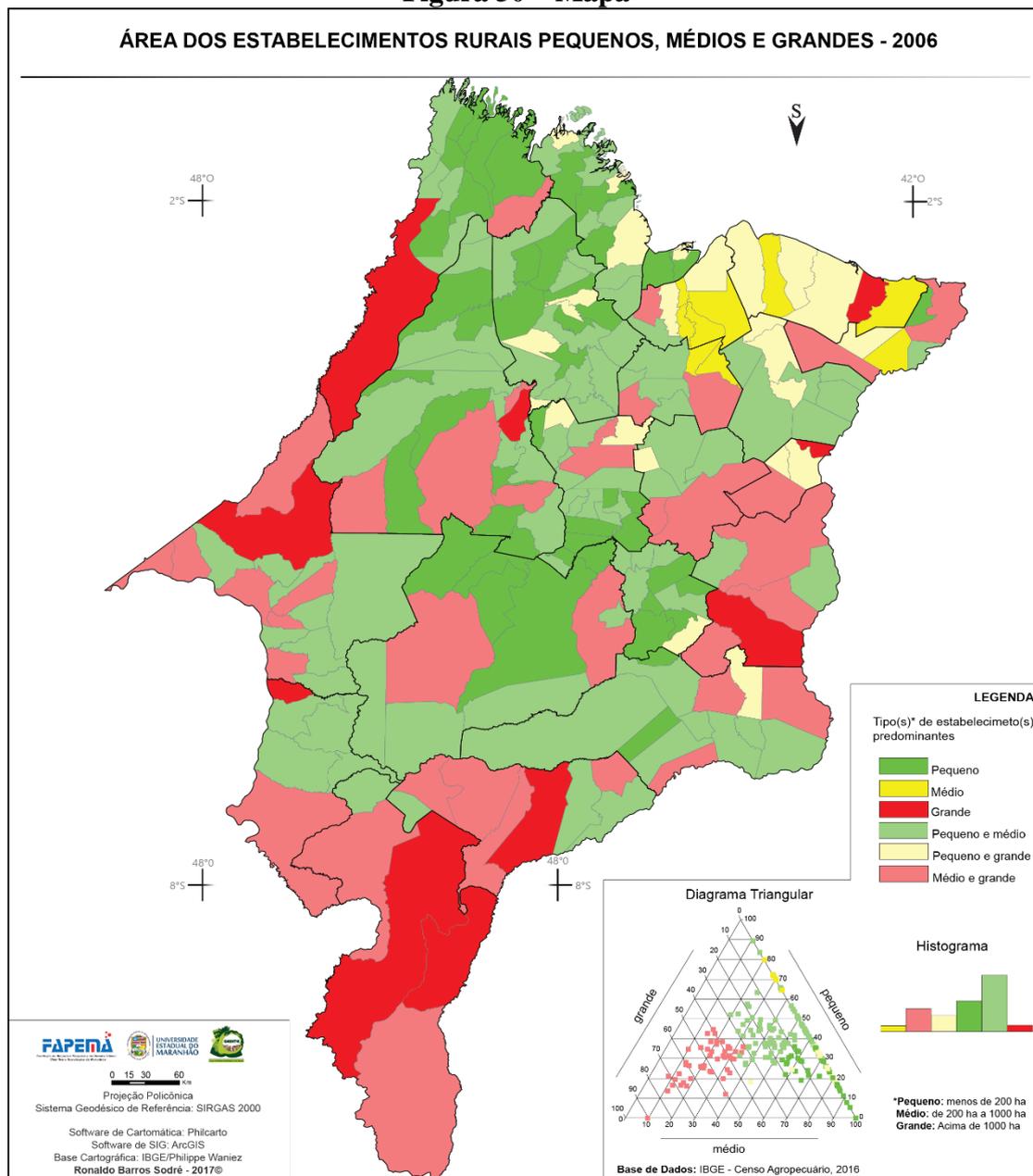


Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Org.: Sodré, 2017

Utilizando os dados de área dos estabelecimentos agropecuários, classificamos na Figura 30 os municípios maranhenses segundo a sua predominância de área, para isso estabelecemos como critérios para definir os estabelecimentos pequenos aqueles com área inferior à 200 hectares; médios, de 200 a 1000 hectares e grandes, aqueles que comportam superfícies superiores à 1000 hectares.

Figura 30 – Mapa



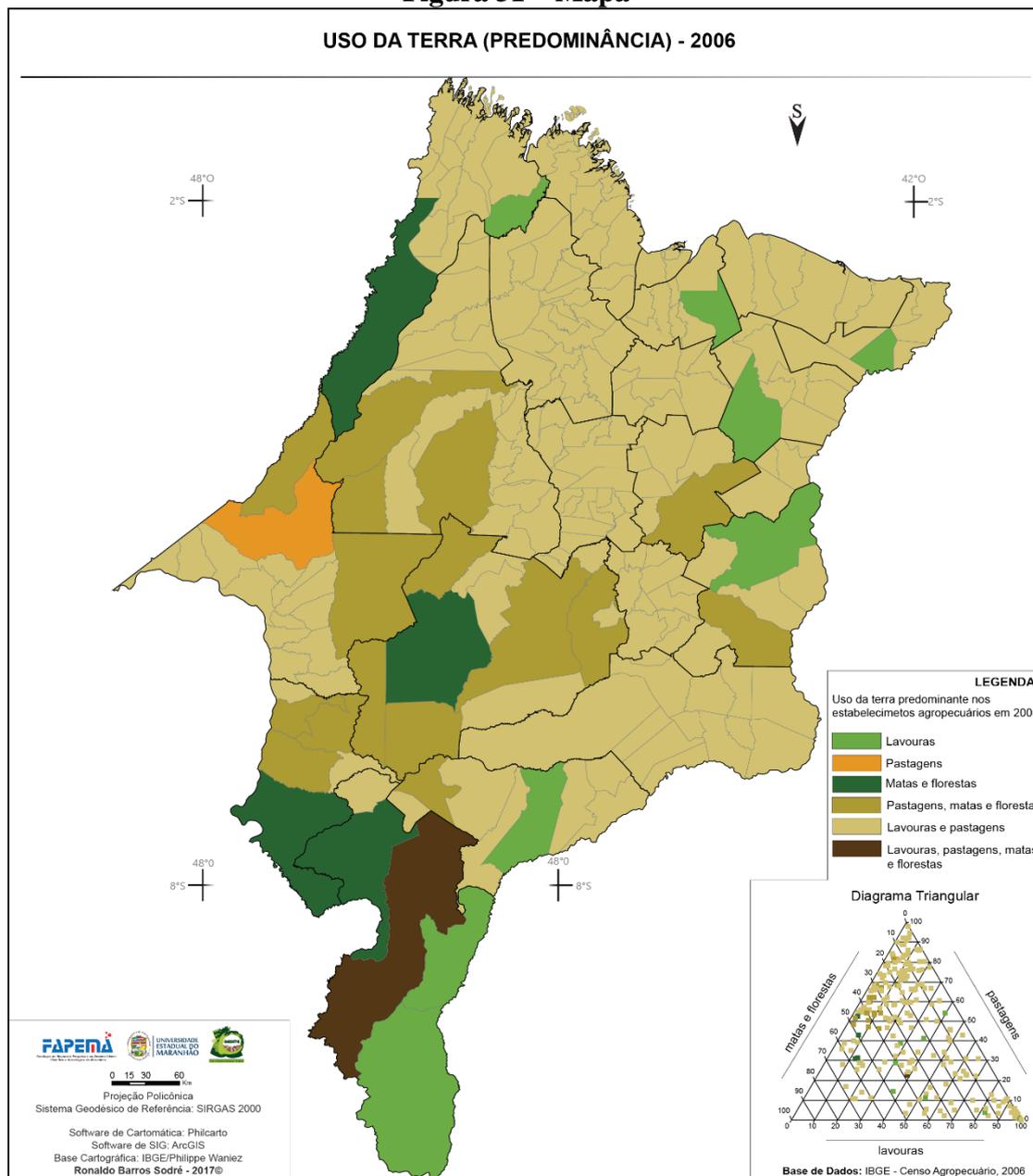
Observamos na Figura 30 que há uma predominância de “pequenos” e “pequenos e médios” estabelecimentos em quase todo o Maranhão, a exceção são as microrregiões de Rosário e dos Lençóis Maranhenses, onde predominam “médios” e “pequenos e grandes” estabelecimentos, também, no oeste, leste e sul do estado, há uma predominância de estabelecimentos considerados “grandes” e “médios”, essas regiões são marcadamente conhecidas pelo alto grau de especialização do agronegócio, o que vai ao encontro da lógica capitalista de produzir.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, os 287.039 estabelecimentos agropecuários existentes no Maranhão ocupam uma área de 13.033.568 hectares, desses, 19% são ocupados por lavouras, dessas, predominam lavouras temporárias. Em maior número estão as áreas de pastagens, 44%, número que tende a crescer dado o aumento da pecuária extensiva no estado. Matas e florestas ocupam 25% das terras. De forma não sistêmica, as terras cultivadas com espécies florestais, lavoura e pecuária, representam 7%. As terras não ocupadas por lavouras, pastagens, matas e florestas representam 5%.

A Figura 31 apresenta a predominância do uso da terra segundo o Censo Agropecuário de 2006. Segundo o Censo, em grande parte do Maranhão predominam áreas de lavouras e pastagens, podemos associar essa predominância a agricultura camponesa, ou ao agronegócio, quando temos uma predominância de somente de pastagem, como é o caso do município de Açailândia, ou somente de lavouras, como é o caso de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso. Matas e florestas são predominantes em apenas seis municípios, – Centro Novo do Maranhão, Grajaú, Carolina e Riachão – o que poderá ser revertido em pouquíssimo tempo, pois como podemos observar, muitos municípios vizinhos desses, já são predominantes matas e florestas com áreas destinadas a pastagens.

O município de Balsas apresenta uma distribuição complexa quanto ao uso da terra, sua extensão territorial e o alto grau de especialização do agronegócio levam a uma predominância de áreas de lavouras e pastagens, ao tempo que continuam de pé áreas de matas e florestas.

Figura 31 – Mapa



3.6 A agropecuária maranhense

O resultado do conjunto de técnicas utilizadas no campo nos ajudam a decifrar as dinâmicas territoriais e a organização do espaço maranhense atualmente. Podemos assim, entender o campo maranhense como fruto das relações contraditórias e dialéticas de capitalistas e camponeses, enquanto de um lado, o Maranhão vêm se tornando um notável produtor de *commodities*, na posição contrária à subordinação neoliberal, os camponeses continuam a manter uma estrutura produtiva agrícola diversificada.

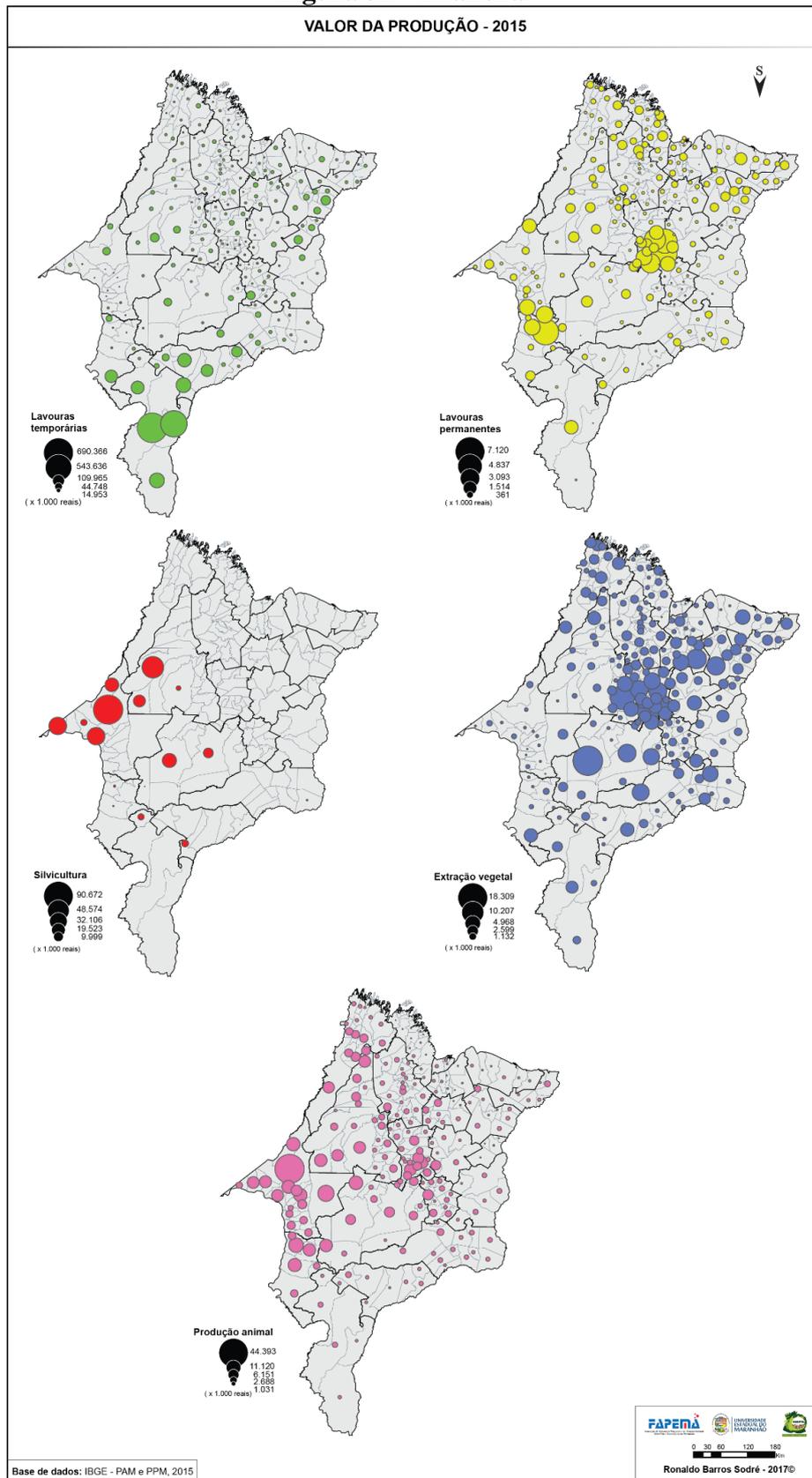
No centro dessas relações estão os mais diversos tipos de conflitos agrários, pois a manutenção da estrutura fundiária e produtiva são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo no campo. De acordo com Girardi (2008, p.250) a tendência é que o agronegócio se expanda cada vez mais, pois a participação do Brasil no capitalismo mundial é através da exportação de produtos, situação essa, fruto da divisão internacional do trabalho e das formas como o país tem sido governado.

Na Figura 32 analisamos o valor da produção das lavouras permanentes e temporárias, silvicultura, extração vegetal e produção animal. A distribuição espacial é bastante diversificada entre as regiões do estado, contudo, notamos uma certa concentração nos valores produzidos de uma determinada produção sobre outra.

As lavouras temporárias são as que possuem os maiores valores de produção, em 2015 elas geraram R\$ 3.793.910, a soja desempenha um papel importante nesse todo, ela foi responsável por adicionar R\$ 1.949.912, o que representa 51% do valor de todas as lavouras temporárias do estado. Os produtos da silvicultura ocupam a segunda posição entre os maiores valores registrados pelo IBGE, o valor foi de R\$ 284.706. O carvão vegetal de eucalipto foi produto que mais contribuiu com o total, com R\$ 170.845 o carvão representou 60% de toda produção da silvicultura.

A produção de origem animal ficou na terceira posição entre os maiores valores da produção maranhense em 2015, ela correspondeu a R\$ 460.102, sendo o leite bovino, o produto que mais acrescentou na soma final, R\$ 414.548, em termos percentuais esses valores correspondem a 90% da produção de origem animal. A extração vegetal maranhense teve um valor de R\$ 352.692, o carvão vegetal foi o produto que mais contribuiu para esses números, foram R\$ 154.672, ou seja, 44 % do valor da extração vegetal. Por último, temos as lavouras permanentes, que somaram R\$ 92.740 em 2015, o valor das bananas produzidas chegou a R\$ 73.892, o que corresponde a 80 % do valor adicionado as lavouras permanentes.

Figura 32 – Prancha



3.6.1 Lavouras temporárias

Em 2015 as lavouras temporárias totalizavam 1.802.598 hectares, as culturas que ocupam as maiores áreas das lavouras temporárias estão ligadas ao agronegócio, como é o caso da soja (42,23%) e do milho (25,34%), logo em seguida culturas que fazem parte da base da agricultura camponesa maranhense, como o arroz (13,26%), a mandioca (9,36%) e o feijão (4,81%).

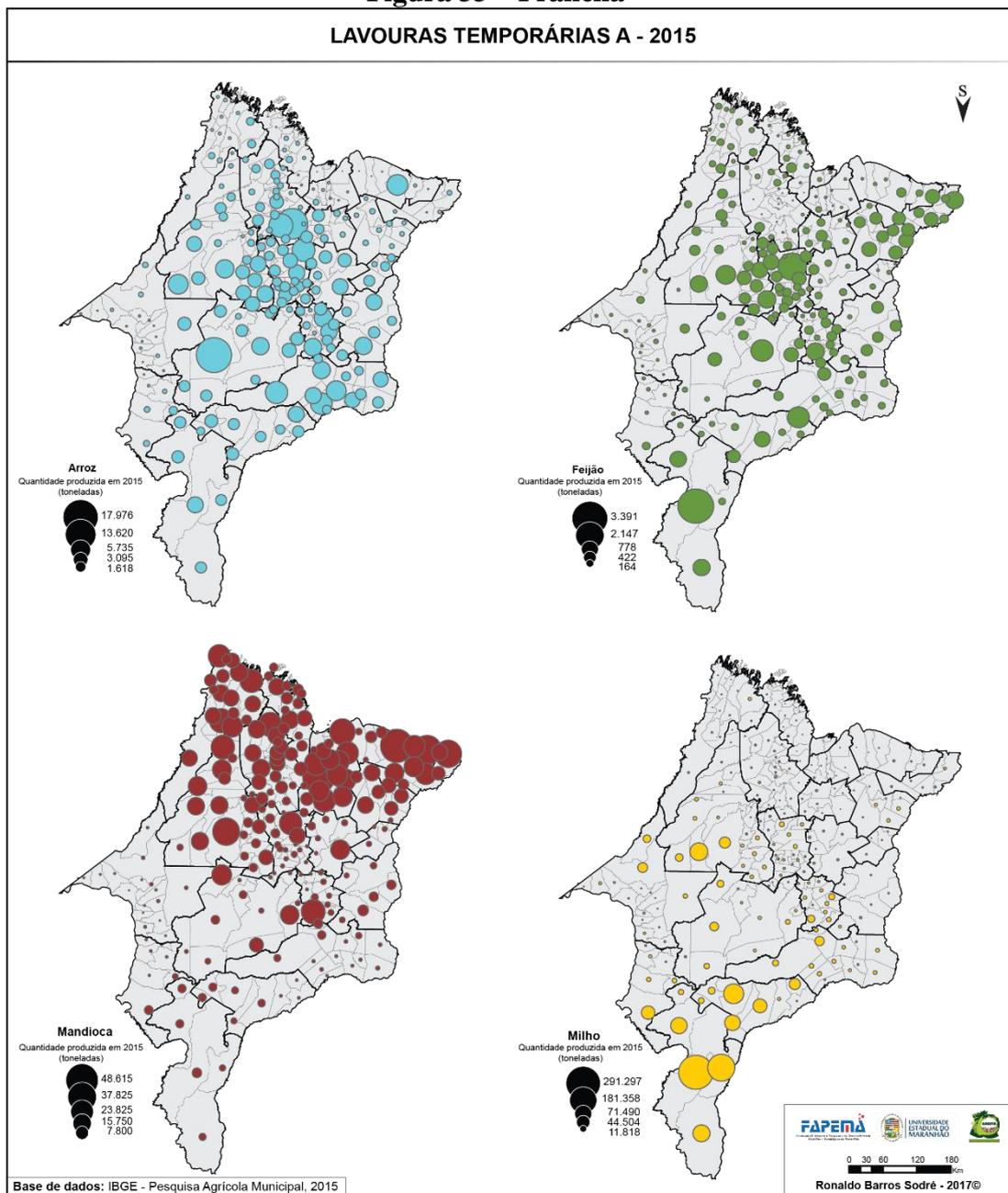
A Figura 33 nos permite analisar a distribuição de produtos essenciais ao abastecimento das casas maranhenses.

O arroz apresenta maior incidência nas áreas da agricultura camponesa. Apesar de municípios como São Mateus, Arari e Vitória do Mearim despontarem com a produção em algumas médias e grandes propriedades, o arroz se destaca como produto da agricultura de subsistência, muito embora já tenha sido um dos principais produtos de exportação do Maranhão. O feijão é outro produto de lavouras temporárias que está intimamente relacionada a agricultura camponesa, ele se concentra, sobretudo, nas microrregiões do Médio Mearim, Presidente Dutra, Chapadinha e Baixo Parnaíba.

A mandioca também está entre os produtos de lavoura temporária plantados por camponeses no Maranhão, matéria prima da farinha, um dos principais produtos da alimentação maranhense, a mandioca apresenta grande quantidade produzida em quase toda área que abrange as mesorregiões Centro e Norte maranhense. Destacam-se as microrregiões de Rosário, Gurupi, Baixada Maranhense e Médio Mearim, Pindaré e Baixo Parnaíba. Segundo Josué de Castro, a mandioca é o produto básico da Amazônia Brasileira, a farinha de mandioca, regionalmente chamada de farinha d'água, constitui um complemento obrigatório de quase tudo que se come nessa região (CASTRO, 1984).

O milho é uma cultura ligada tanto ao agronegócio (no sul) quanto a agricultura camponesa (nas demais regiões). Nas regiões de plantio de soja, o milho é plantado na entre-safra como forma de rotacionar a terra, por conta do baixo valor do produto, muitas vezes os grandes proprietários permitem que os camponeses utilizem a terra sob a forma de arrendamento ou não, no Leste Maranhense esse tipo de relação pode ser observada com a inclusão de outros produtos como arroz e feijão.

Figura 33 – Prancha

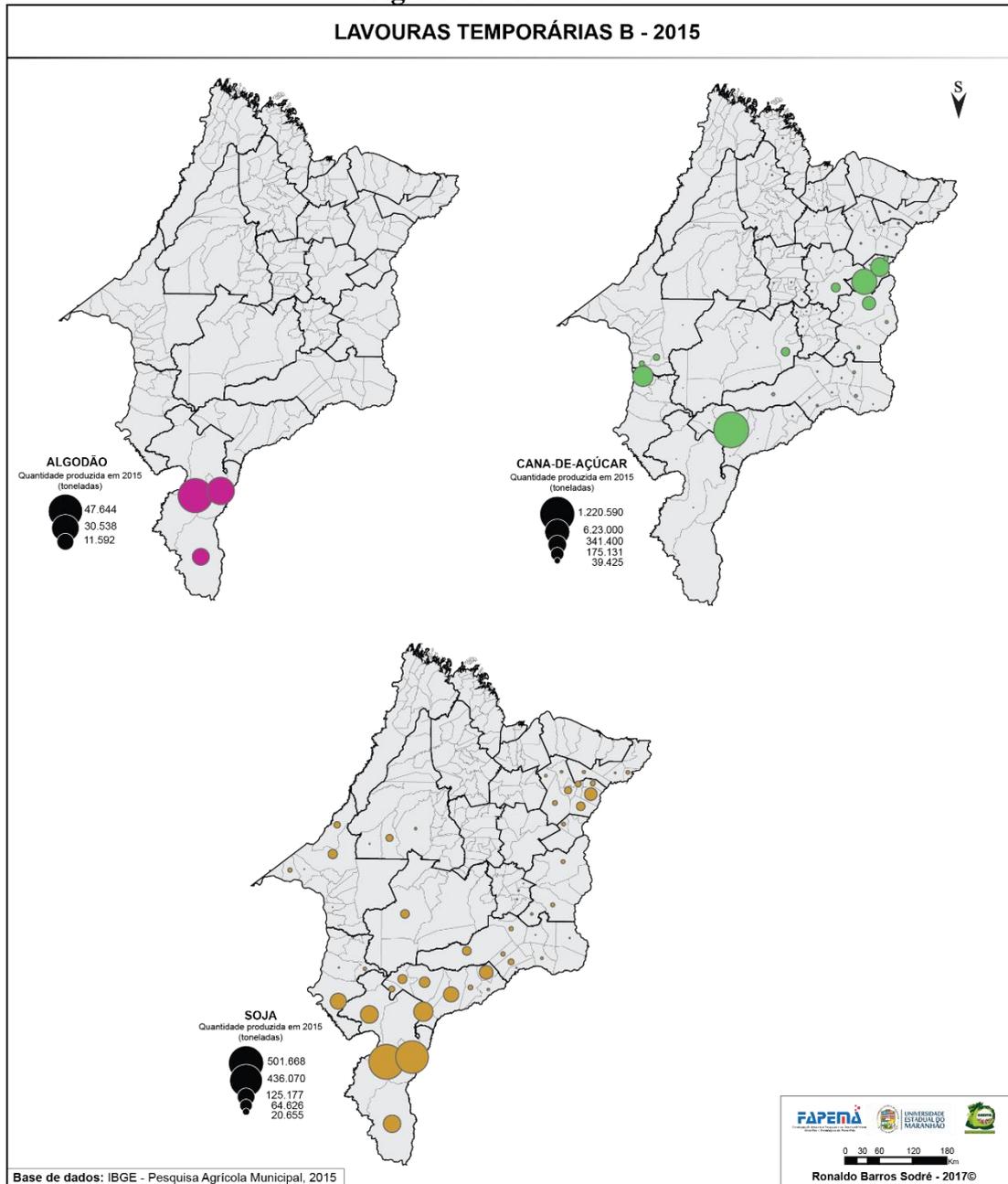


Na Figura 34 continuamos analisando produtos de lavouras temporárias que fazem parte do território do agronegócio no Maranhão. Observamos novamente uma territorialização do algodão no sul do estado, nos municípios de Alto Paranaíba, Balsas e Tasso Fragoso. A cotonicultura vem abastecendo o o mercado interno com caroço para ração e óleo, enquanto, a fibra abastece o mercado internacional.

A cana-de-açúcar é outro produto que volta a ser cultivado com maior intensidade no Maranhão. No período recente, o Programa Nacional do Álcool

(PROALCOOL), foi o principal responsável pelo aumento do cultivo da cana no estado, primeiramente no leste e depois no sul. Atualmente a cana está concentrada nos municípios de Aldeias Altas, Campestre do Maranhão, Coelho Neto, Tuntun e São Raimundo das Mangabeiras, em todos esses municípios existem ao menos uma usina de produção de açúcar ou de álcool. Com o advento do

Figura 34 – Prancha



Conforme aponta Girardi (2008) a soja é a cultura mais importante do agronegócio brasileiro e a sua produção pode ser tomada como um indicador na territorialização do agronegócio. A soja em pouco menos de três décadas tornou-se não só a cultura mais importante do agronegócio maranhense, mas, também o produto da agricultura mais importante economicamente do estado. De acordo com Carneiro *et al* (2008), os primeiros cultivos de soja em larga escala em terras maranhenses serão registrados pelo IBGE em 1978, nos anos noventa a produção sojícola ganhará impulso definitivo, concentrando-se inicialmente na mesorregião sul maranhense (mais precisamente nos municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, S. Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba). Nos últimos anos do século XX, a produção de soja se consolida no sul do Maranhão e avança para outras regiões do estado, principalmente para o centro (Grajaú, Formosa da Serra Negra, Fortuna e Fernando Falcão) e o leste maranhense (Chapadinha, Brejo, Anapurus).

3.6.2 Lavouras permanentes

As lavouras permanentes ou de longa duração, possuem baixa produção se compararmos com as lavouras temporárias no Maranhão. Embora as áreas cultivadas sejam muito pequenas, não há esforços de desenvolver a fruticultura, como em outros estados do nordeste oriental. A banana, o coco-da-baía e a laranja são os principais produtos de lavouras permanentes do estado.

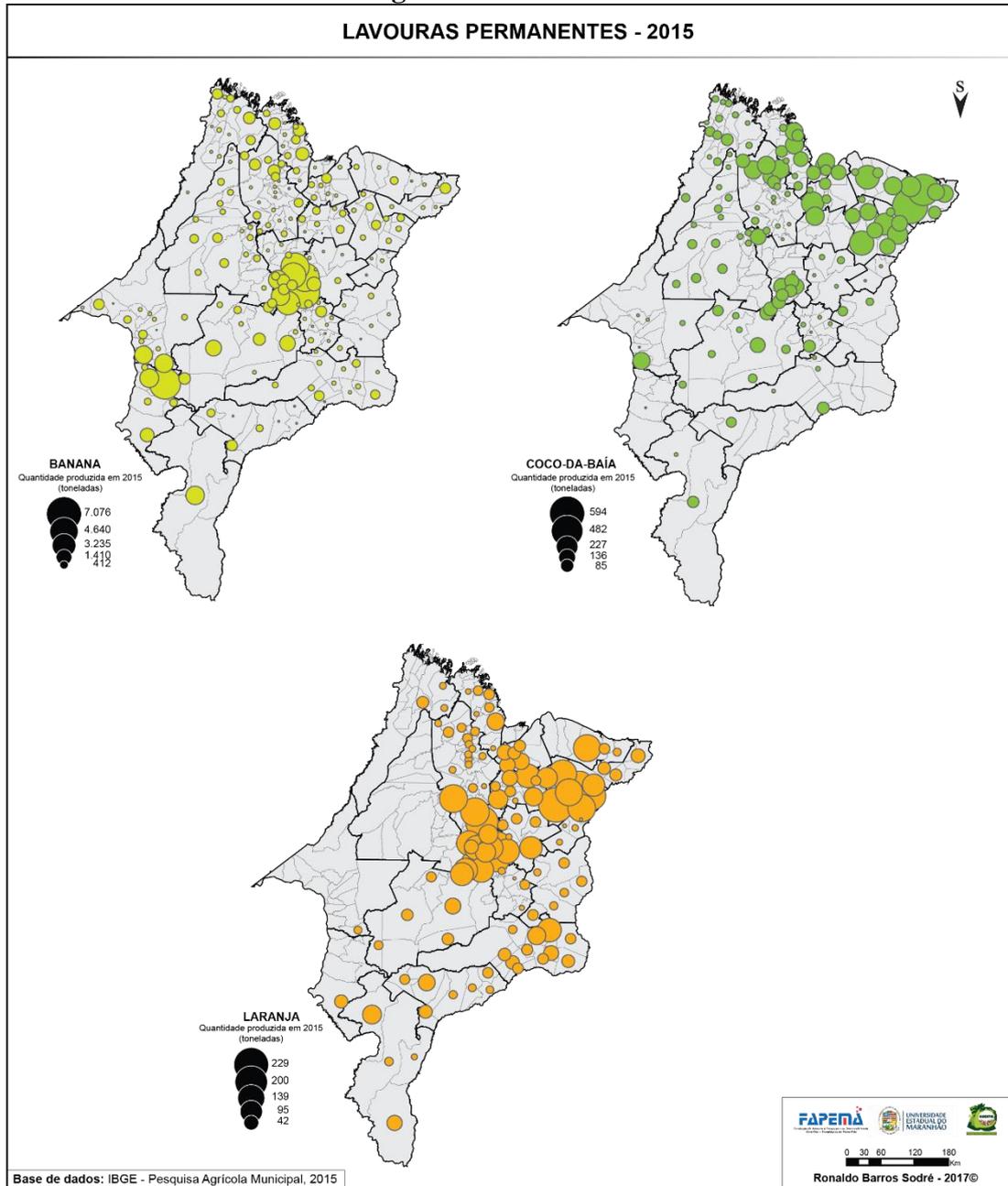
Segundo Mattos Júnior (2017, informação verbal) essas lavouras são resultantes de unidades demonstrativas da extinta Empresa Maranhense de Assistência Técnica (EMATER). Na década de 1990, por meio da também extinta, Companhia de Defesa Agropecuária do Maranhão (CODAGRO), a Secretaria de Agricultura (SAGRIMA) distribuiu mudas e sementes de culturas como a banana, o coco-da-baía e de laranja.

Apesar de não ter havido um acompanhamento e maiores esforços por meio dos órgãos estaduais ligados a agricultura, por serem permanentes, muitas dessas lavouras ainda existem, muito embora sua produção seja mínima.

Na Figura 35 analisamos a distribuição dessas lavouras, a banana está em praticamente todo o Maranhão, com maior concentração no Médio Mearim, o coco-da-baía aparece com mais frequência no norte, nas regiões com maior salinidade. A laranja

também está distribuída em praticamente todo o estado, com exceção da Amazônia. As regiões com maior quantidade de frutos são o Médio Meariam e o Baixo Parnaíba.

Figura 35 – Prancha



3.6.3 Extrativismo vegetal

A extração de produtos vegetais não cultivados pelo Homem ainda é prática comum entre os camponeses do Maranhão. As florestas que ainda permanecem de pé sustentam uma grande quantidade de trabalhadores, que frequentemente entram em

conflitos pela preservação dos ecossistemas, tanto do que resta da Amazônia quanto dos cerrados. Girardi (2008, p.263) chama atenção para a distinção extrativismo da floresta e extrativismo na floresta. O extrativismo predatório de madeira é conflitante com o extrativismo praticado pelos povos da floresta, que vivem da exploração dos produtos da floresta e que precisam dela viva.

O extrativismo de madeira, está quase inteiramente relacionado a grandes estabelecimentos capitalistas, notamos uma predominância no oeste, principalmente nas microrregiões do Gurupí e de Pindaré, áreas com alto grau de desflorestamento da Amazônia. A falta de aparato da segurança pública torna quase impossível a possibilidade de monitorar e coibir a extração de madeira que abastece as madeiras e guseiras da região. No leste, o cerrado também vem sendo impactado, o uso de “correntões” para implantação de lavouras para abastecer o mercado tem sido a principal causa desse tipo de extração vegetal.

O extrativismo de lenha, é encontrado em quase todo estado, foge à regra o oeste, onde, como já observado, predomina um outro tipo de extrativismo e de atividades ligadas a silvicultura. O carvão vegetal também está espalhado em todo estado e está ligado a uma produção camponesa, a exceção estar em alguns municípios cortados pela BR 222 no Alto Mearim e Grajaú.

O coco babaçu é um produto historicamente relacionado ao extrativismo vegetal em pequenos estabelecimentos do Maranhão, no século XX ele foi um dos principais produtos da economia maranhense²² e causa de muitos conflitos agrários ao longo dos anos.

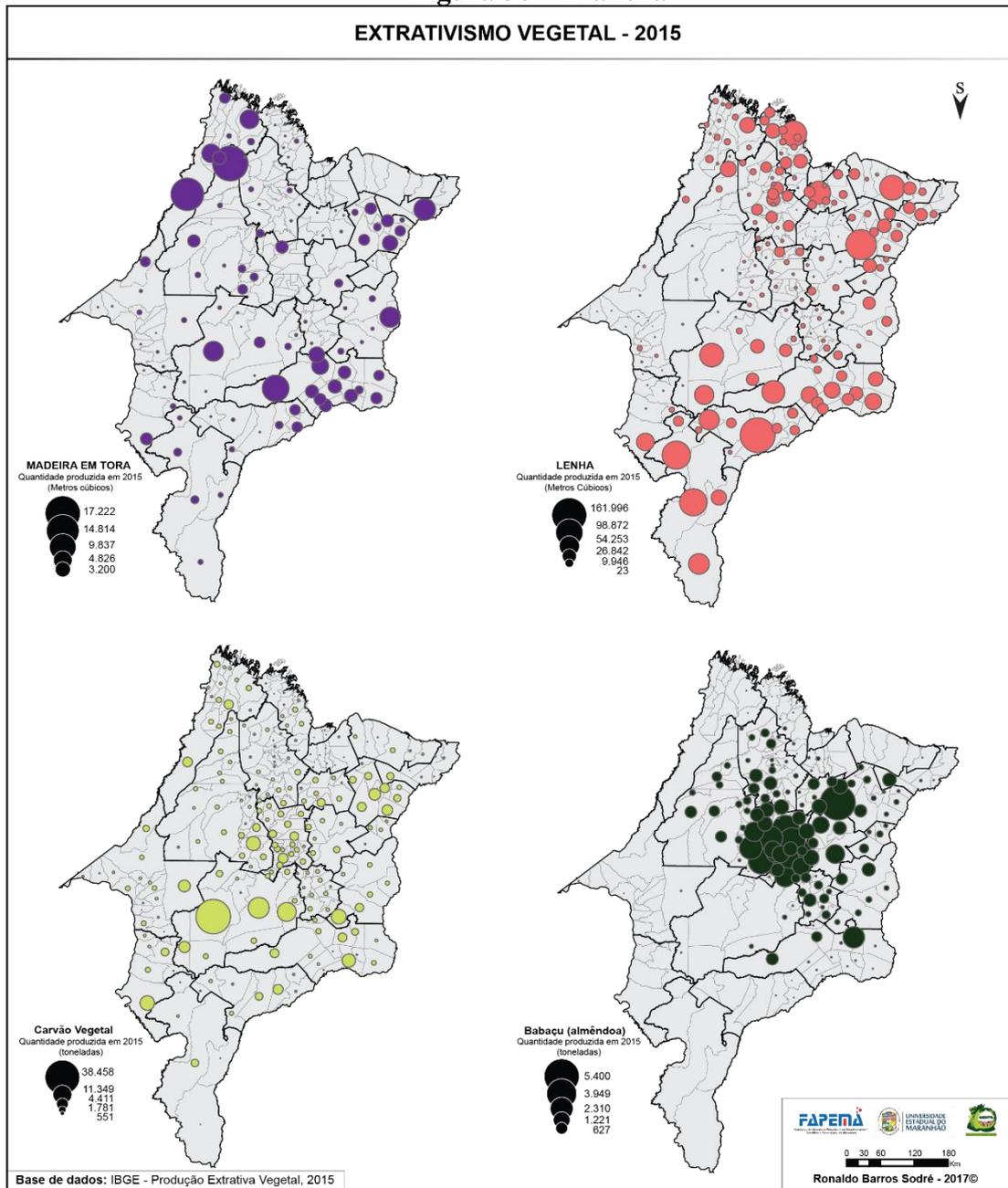
Atualmente, verificamos que o babaçu vem ganhando uma nova valorização econômica e transformando as relações de trabalho no campo. Se antes as quebradeiras extraíam o coco, quebravam, vendiam a amêndoa, óleo e/ou o carvão, hoje algumas mulheres estão se tornando coletoras de coco para empresas. Ao longo dos anos, o território das quebradeiras vem ganhando representatividade e visibilidade econômica, atualmente ele é o principal produto exportado da agricultura camponesa. As principais

²² Conforme Amaral Filho (1990, p. 25) em 1911 o Maranhão exportou pela primeira vez o babaçu para Alemanha, será esse país o principal comprador do produto, principalmente, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1915), quando houve uma desorganização do mercado internacional. Andrade (1984, p. 81) escreve que no período de 1918-1928 diversas empresas estrangeiras se interessaram pelo comércio da oleaginosa e empregaram vultosos capitais, mas em pouco tempo essas empresas verão seus intentos malogrados devido a diversos fatores: desorganização da produção, falta de conhecimentos geoeconômicos nas áreas produtoras, contingências de produção e problemas ligados ao mercado internacional.

regiões de produção de coco babaçu são a Região dos Cocais, Médio Mearim, Itapecuru e Baixada.

Na Figura 36 temos a espacialização das principais atividades relacionadas ao extrativismo vegetal no Maranhão.

Figura 36 – Prancha



3.6.4 Silvicultura

A silvicultura, atividade voltada para o desenvolvimento e povoação florestal que na maioria das vezes visa o mercado, é uma atividade estritamente ligada a grandes estabelecimentos. No Maranhão, observamos uma produção voltada a lenha concentrada nos municípios de Feira Nova do Maranhão e Sambaíba, na microrregião Gerais de Balsas.

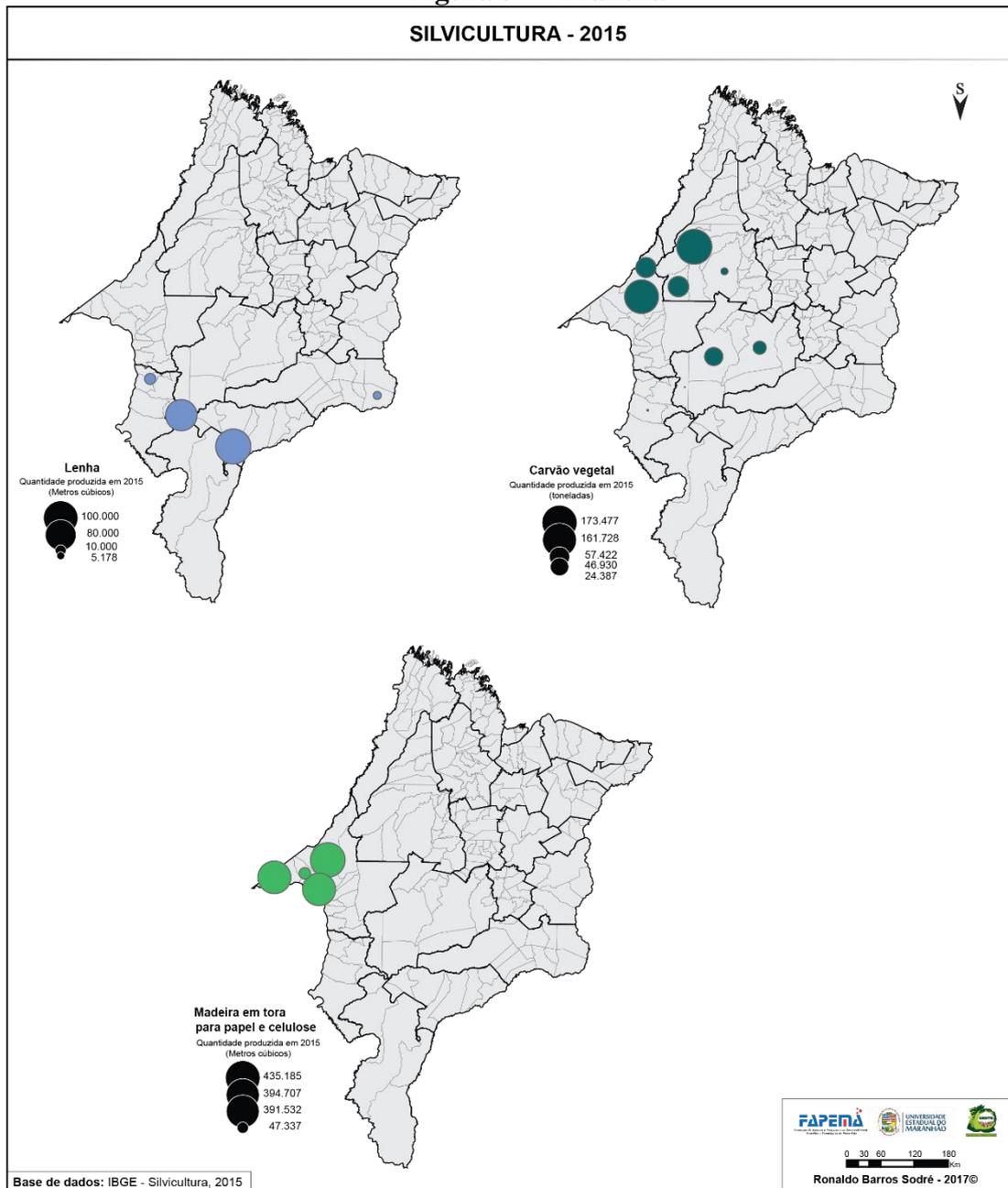
O carvão vegetal ainda é bastante utilizado pelas famílias camponesas, assim como para fins industriais como na produção siderúrgica e nas olarias. Seu uso se sobressai nos municípios de Bom Jardim e Bom Jesus das Selvas na microrregião de Pindaré e em Açailândia e Itinga do Maranhão, microrregião de Imperatriz.

A madeira em tora para papel e celulose está concentrada no extremo oeste do estado, na microrregião de Imperatriz. O suprimento de madeira visa abastecer, sobretudo, a fábrica da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, uma das mais modernas plantas do ramo no Brasil e no mundo. Os quatro municípios em ordem de produção são: Açailândia, São Pedro da Água Branca, Itinga do Maranhão e Cidelândia.

Na Figura 37 estão espacializadas a silvicultura relacionada a lenha, carvão vegetal e madeira em tora para papel e celulose.

Figura 37 – Prancha

SILVICULTURA - 2015



3.6.5 Pecuária

A pecuária de animais de grande porte é praticada predominantemente de forma extensiva, devido à grande disponibilidade de terras. Esta prática é um dos fatores que contribuem para a subutilização da terra no Brasil (GIRARDI, 2008, p.267). No Maranhão o gado bovino está espalhado em todas as regiões, com destaque para a microrregião de Imperatriz, onde existe propriedades com um grande efetivo e tecnologia qualificada. A conquista do título de zona livre da aftosa em 2013 fez

umentar substancialmente a produção de leite, couro e pela primeira vez em 2015, o estado exportou gado bovino vivo.

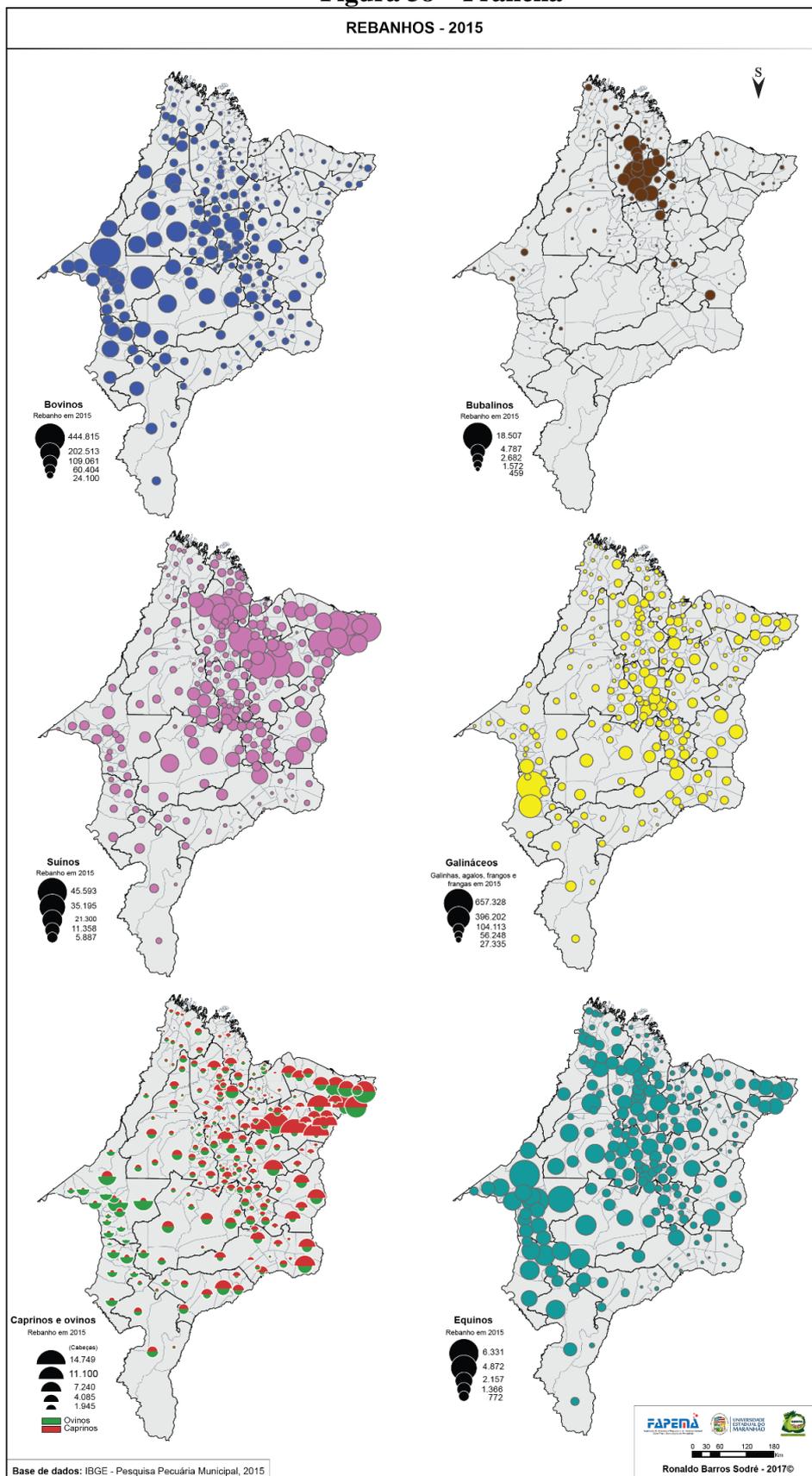
O gado bubalino está concentrado na microrregião Baixada Maranhense, onde as condições adequadas de temperatura, relevo, e solo dos campos inundados permitem uma melhor reprodução dos búfalos. O rebanho de suínos está estritamente ligado a agricultura camponesa, criado de forma extensiva e na maioria das vezes em condições insalubres, o maior efetivo está em uma longa faixa que vai da Baixada e se estende até o Baixo Parnaíba Maranhense.

Espalhados por todos os municípios, os galináceos além de fazerem parte da alimentação maranhense, funcionam como reserva de valor para muitas famílias. Segundo a revista Exame (2016) o potencial para a avicultura do estado já vem sendo utilizado por alguns municípios como Estreito, Porto Franco, Campestre do Maranhão, São João do Paraíso e Ribamar Fiquene. Justamente nesses municípios se concentram os maiores rebanhos.

Os rebanhos de caprinos também estão associados aos camponeses, nas microrregiões de Itapecuru, Chapadinha e Baixo Parnaíba estão concentrados os maiores rebanhos, ligados a pequenas e médias propriedades. Os rebanhos de ovinos estão em maiores números nas microrregiões de Imperatriz e Porto Franco, contudo, cabe enfatizar que a quantidade de cabeças ainda é pequena e historicamente o Maranhão não possui tradição nesse tipo de criação.

O efetivo de equinos, está espalhado em todo o estado, notemos que sua concentração corresponde onde há uma grande efetivo de gado bovino, pois, se segue uma tradição histórica e cultural de tanger o gado bovino, utilizando os equinos. Esses animais ainda funcionam como importante meio de locomoção e de transportes de cargas. Na Figura 38 temos a espacialização dos rebanhos citados.

Figura 38 – Prancha



3.7 A Amazônia Maranhense

Localizada na porção mais oriental do estado, a Amazônia Maranhense compreende uma superfície de 81.208,40 km², representando 24,46% do território, nela estão situados 62 municípios. De acordo com Moura *et al.* (2011) até meados da década de cinquenta do século passado, a porção oeste do Maranhão, era uma das regiões menos conhecidas, menos exploradas e menos habitadas do Brasil. Hodiernamente a maior densidade demográfica da Amazônia legal é encontrada no Maranhão e a sua cobertura florestal está reduzida a menos de 25% da original, a exploração predatória e o crescimento desordenado, em ordem aos projetos desenvolvimentistas na região, foram mais rápidos e mais efetivos que o ordenamento territorial.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília (BR 010), a região começa a ser integrada ao território nacional no momento que o país passava por grandes mudanças, como a instalação de um parque industrial automobilístico e da construção de Brasília, nesse período, acentua-se os fluxos migratórios de diferentes regiões do país para o Norte, onde diversos grupos empresariais se apropriaram de grandes extensões de terras.

Ainda segundo Moura *et al.* (2011) com a abertura da Belém-Brasília o município de Imperatriz, às margens do Rio Tocantins, tornou-se o principal polo da região. De um momento para o outro Imperatriz, viu-se dotada de uma atividade econômica intensa, que atraiu grande contingente de população e estimulou processos de grilagens de terras, com seus conflitos agregados. A construção de outra estrada, a BR 222 (que liga a Belém-Brasília a São Luís), favoreceu ainda mais toda essa dinâmica socioeconômica, adicionando novas fronteiras madeireiras e fazendo surgir repentinamente povoados, muitos deles hoje municípios, em áreas onde outrora, só havia floresta.

Os vales do Pindaré e do Mearim tiveram importante desenvolvimento socioeconômico a partir das estradas mencionadas. A construção de redes geográficas como parte de um sistema territorial se constitui como um dos elementos fundamentais da organização espacial, nas palavras de Raffestin (1993, p.151):

Esses sistemas de tessituras, de nós e redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que passa a ser distribuído, alocado e /ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder.

Nesse sentido, a malha viária teve importante papel na ocupação fundiária do estado do Maranhão, ligando regiões e valorizando o preço de terras. A proposta de “ordenar” o território e de acabar com as tensões sociais por meio de projetos de colonização, funcionou como instrumento legal de concentração da terra e de corrupção. Soma-se ainda a Lei Sarney de Terras, que tumultuou a regularização fundiária e entregou terras públicas na Amazônia por meio de fraude cartorial, segundo Asselin (2009, p.29):

[...] seguiram para o Norte os goianos do Sul, os mineiros, os fazendeiros paulistas e os chamados “gaúchos”, tanto do Rio Grande do Sul como do Paraná e, a partir da década de 1970, as empresas vinculadas a bancos e grupos multinacionais, buscando terras para pecuária e agricultura, exploração vegetal e mineral, ou assegurando espaços para a remessa de investimentos arrancados do Imposto de Renda e para futura especulação. E quando não havia caminhos para se chegar a essas novas fronteiras, estradas foram rasgadas com o sacrifício de muitos posseiros e índios. Os que se encontravam ou se colocaram no caminho, foram expulsos ou esmagados. Com a invasão desenfreada do capital e da força do Sul, chegou, como seu melhor instrumento de domínio, a grilagem, que se tornará o meio privilegiado de incorporação ao capitalismo, das terras chamadas “livres”.

O oeste maranhense foi um dos principais palcos de conflitos pelo acesso à terra do país na segunda metade do século XX. Indignados com as diversas violências praticadas a mando dos latifundiários, os camponeses da região reagiram por meio da luta que levou ao assassinato de dezenas de camponeses. Embora o país estivesse sob regime de uma ditadura em meados dos anos 60, a conjuntura não impediu o surgimento de movimentos sociais, sindicais e de partidos políticos que carregavam a reforma agrária como um dos eixos estruturantes para o desenvolvimento.

Data da década de 1980 um outro grande projeto de ocupação e exploração da Amazônia Maranhense, nessa década iniciam as operações da Estrada de Ferro Carajás (EFC) (EF- 496), do Terminal da Ponta da Madeira (Porto da Vale) e da ALUMAR, todos produtos logísticos do antigo Projeto Grande Carajás (PGC).

O PGC foi um programa de ações muito além do que a exploração de minério de ferro, de acordo com Sant’Ana Júnior (2017, p.36) ele atuou em pelo menos três frentes integradas: projetos mínero-metalúrgicos; projetos agropecuários e florestais; projetos

de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens). O PGC funcionou como um catalisador de desenvolvimento regional em grande parte da Amazônia oriental.

A Estrada de Ferro Carajás foi inaugurada em 1985 após três anos de obras, de acordo com Carneiro (2013, p.106) a ferrovia contribuiu para aguçar as pretensões dos grupos empresariais que constituíram latifúndios na região, reforçando suas práticas violentas de controle do espaço. Num segundo momento, quando entrou em funcionamento, a ferrovia passou a exercer papel similar ao que as beiras das estradas tiveram para processos de luta pela terra, permitindo visibilidade do processo de ocupação para um contingente numericamente muito expressivo de camponeses que se deslocavam pela rodovia.

A ferrovia – que atualmente está em fase de duplicação – foi construída para transportar minérios de ferro do Pará até o porto em São Luís, no Corredor do Carajás (complexo composto pelas minas-ferrovia-porto). Em seus 892 km, a EFC atravessa 4 municípios do Pará e 23 do Maranhão, nesse percurso os trilhos cortam um mosaico de territórios, formados por assentamentos rurais, terras indígenas, comunidades quilombolas, sítios arqueológicos, unidades de conservação, entre outros (SILVA, 2014).

Pela EFC circulam simultaneamente 35 trens, entre os quais um dos maiores trens de carga em operação regular do mundo, com 330 vagões e 3,3 quilômetros de extensão (VALE, 2017). De acordo com Pinto (2014, p.56) cada trem tem 300 vagões de 80 toneladas, que arrastam mais de 24 mil toneladas, todos os dias 24 trens transportam cerca de 576 mil toneladas do melhor minério da crosta terrestre. Essa carga diária vale quase 60 milhões de dólares até chegar ao seu destino final.

Apesar da riqueza carregada diariamente pelos trilhos dos trens da Vale, existe um longo distanciamento geográfico e econômico entre a fonte de riqueza e quem delas se beneficia, para as comunidades cortadas pela Estrada de Ferro restam diversos impactos humanos e ambientais, que reforçam as contradições do capital.

A Rede Justiça no Trilhos (JnT) (2017) enumera como os principais impactos humanos e ambientais causados pela Estrada de Ferro Carajás a perda de território, poluição sonora, poluição por partículas de minério de ferro, poluição por partículas de poeira, doenças respiratórias e cânceres, atropelamentos humanos, atropelamento de animais silvestres, atropelamento de animais de carga, danos às estradas vicinais, trepidação, rachaduras em casas, desmoronamento de poços, insegurança ou

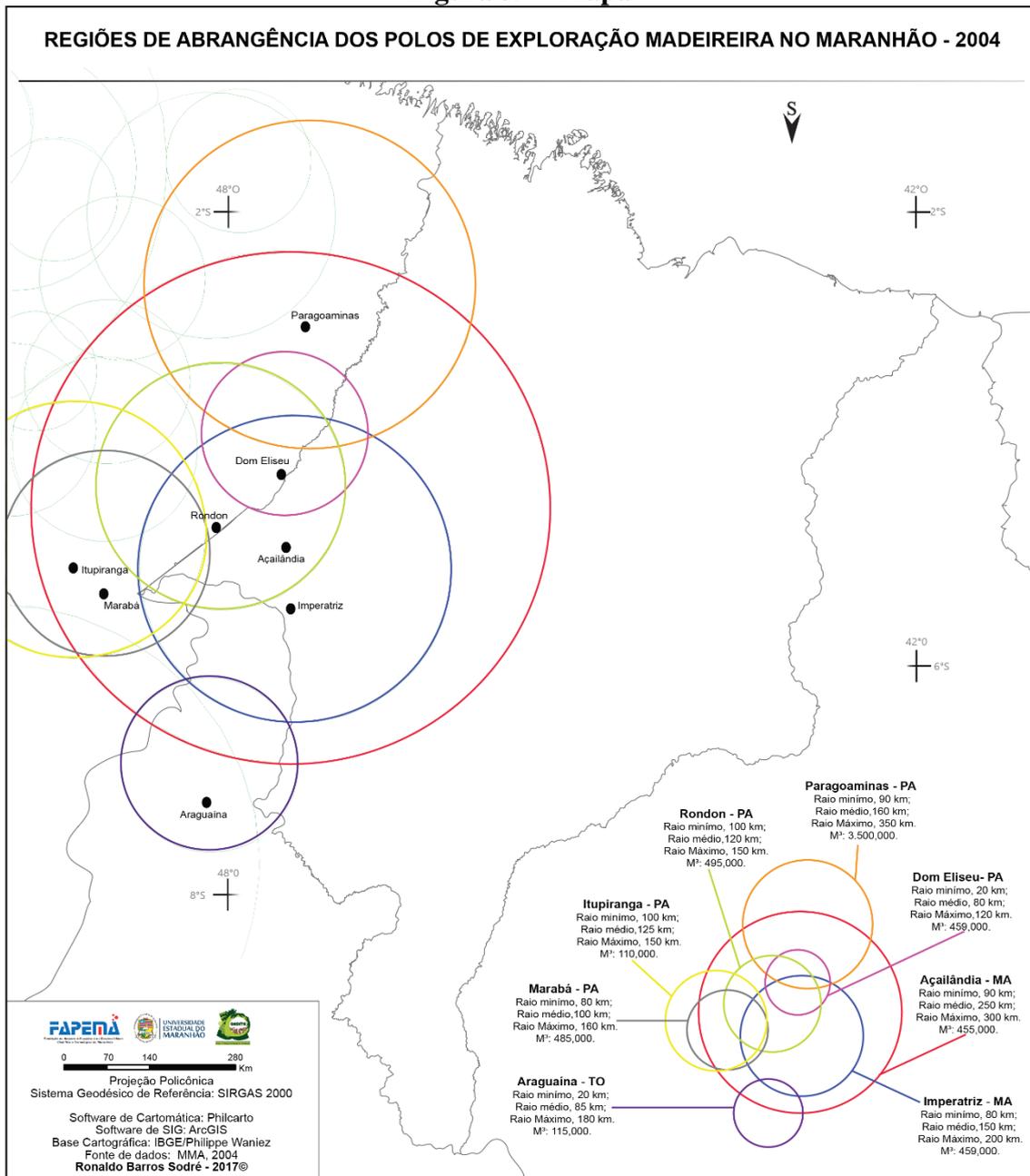
impedimento de travessia, reforço à insegurança alimentar, deslocamentos forçados, intensificação da violência, aterro de fontes hídricas, assoreamentos de rios e igarapés.

O complexo instalado entre o Pará e o Maranhão como parte do projeto desenvolvimentista de interesse do capital – diga-se de passagem, que continua em expansão – apropria-se de forma direta e indireta da natureza, do mesmo modo, cria e recria novas relações de trabalho, em suma precarizadas, tendo como marcas centrais a exploração e a subordinação. O parque siderúrgico-guseiro formado ao longo da ferrovia em áreas antes ocupadas pela floresta, abriga centenas de altos-fornos de produção de ferro gusa, as carvoarias, quase sempre ilegais, são movidas na maioria das vezes por trabalhadores em condições análogas à escravidão.

A produção de ferro gusa requer uma vultuosa quantidade de carvão vegetal, segundo o Greenpeace (2012) são necessários 16,7 metros cúbicos de carvão para produzir um metro-cúbico de ferro gusa. Para se chegar a essa quantidade de carvão são necessários 33,41 metros de madeira seca. Estima-se que 60% da madeira que entra nos fornos são provenientes de desmatamento ilegal, por se tratar uma fonte mais barata.

A Figura 39 apresenta abrangência dos polos de exploração madeireira que influenciam o estado Maranhão. Além dos municípios maranhenses de Açailândia e Imperatriz – esse último já possui exploração madeireira pouco relevante – que influenciam uma grande área do oeste e do centro do estado, notamos influência de municípios paraenses como Paragoaminas, Dom Eliseu, Rondon, Marabá e Itupiranga no oeste do Maranhão; do Tocantins o raio de abrangência do polo de exploração madeireira de Araguaína adentra o Maranhão no município de Carolina.

Figura 39 – Mapa



A mão-de-obra também está de acordo com a lógica do lucro e ainda guarda remanescentes de um sistema pré-capitalista, dada a condição de exploração dos recursos naturais e de toda a atividade carvoeira, definida por Carneiro (2013, p.134) como “o conjunto de ocupações existentes na produção de carvão, as funções centrais e auxiliares, sem as quais o carvão não poderia ser elaborado e chegar até as indústrias”.

Além da baixa remuneração, os empresários mantêm seus empregados em condições de insalubridades e com pouca alimentação, as dívidas adquiridas durante a viagem até as carvoarias são exorbitantes em relação ao salário recebido, alguns

trabalhadores são obrigados a trabalhar sob ameaça de violência física para pagar suas dívidas. Os movimentos repetitivos na atividade carvoeira levam a dores constantes; sem equipamentos de proteção os trabalhadores são expostos as altas temperaturas, a poeira e a fumaça que contêm substâncias químicas que causam problemas respiratórios, além de cânceres, a curto e médio prazos (GREENPEACE, 2012).

De acordo com a CPT, entre 2003 e 2011 foram libertos em condições análogas a de escravidão em carvoarias 2.700 trabalhadores entre adultos, adolescentes e crianças²³, os estados do Pará e do Maranhão foram os que registraram os maiores números de libertos. Segundo Carneiro (2013) dada a posição marginal, frente aos circuitos de produção, consumo e fruição de bens públicos uma oferta de trabalho com as promessas oferecidas torna-se indispensável.

Outra problemática contemporânea na ocupação da Amazônia Maranhense diz respeito ao avanço das florestas de eucalipto, conforme analisamos em outro trabalho (SODRÉ, 2015, p. 60) malgrado os estudos de impactos ambientais condenem a forma como o agronegócio se apropria dos biomas brasileiros, aos olhos dos grandes capitalistas eles são meramente instrumentos burocráticos que podem ser interpretados conforme lhes for de interesse, paradoxalmente aquilo que é condenado por uma classe, obedece uma outra lógica para outra.

Almeida (1998, p. 95) aponta que os planejadores oficiais como o BNDES e o IBAMA, além de defenderem esse discurso ambiental, acreditam nas potencialidades do eucalipto no mercado internacional. As indústrias de papel e celulose são apresentadas como modernizadoras diante das estratégias de mercado, o mesmo pode se dizer das indústrias de carvão vegetal.

As empresas que trabalham com a silvicultura do eucalipto na Amazônia Maranhense tinham suas atividades voltadas para o atendimento dos polos guseiros do Maranhão e Pará, a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tinha em parceria com outras empresas, a Celmar - indústria de Papel e Celulose, logisticamente estabelecida na fronteira entre os dois estados. Atualmente a principal empresa silvicultora não só do oeste, mas de todo o Maranhão é a Suzano Papel e Celulose. Instalada em Imperatriz, a empresa utiliza o ramal da ferrovia Norte Sul e segue até o

²³ Uma análise mais aprofundada pode ser encontrada em Carneiro (2013).

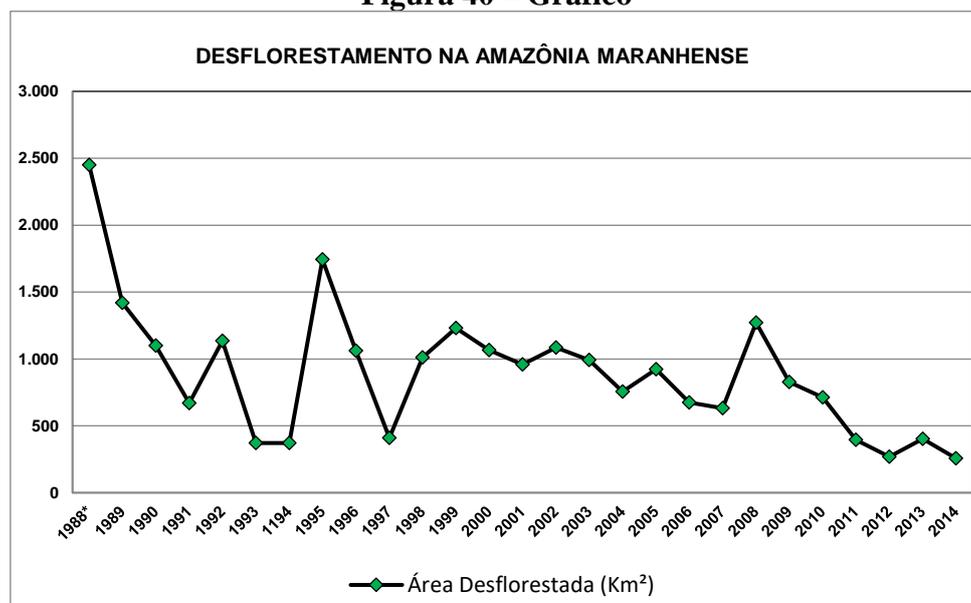
porto em São Luís, de onde a celulose é exportada para os Estados Unidos e Europa (SODRÉ, 2015).

As ações tomadas pelo capital no Maranhão apontam como funciona o modelo predatório de ocupação da Amazônia brasileira, o desflorestamento é o fator primário dessa ocupação, a lógica de exploração permanece a mesma: extração → esgotamento de recurso → expansão da área de extração → abandono da área esgotada.

O Maranhão é o quarto estado da Amazônia Legal em extensão da área desflorestada, de 1988 a 2015 foi desflorestada uma área de 24.404 km². Na Figura 40 analisamos uma elevada média de desflorestamento entre os anos 1987 e 1988, desde então, observamos uma oscilação de altas e baixas taxas durante toda a década de 1990 e quedas com pequenos picos de crescimento durante os primeiros anos do século XXI, entre 2001 e 2015 a média de área desflorestada era foi de 691 km², enquanto os últimos treze anos do século XX a média de área compreendia 936 km².

Em 2015 tivemos a menor taxa registrada na série histórica, 209 km², essa, em muito tem a ver com o aumento de fiscalizações e ações de combate ao desmatamento, em 2004 foi instituído pelo governo federal o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que desde então representa importante papel nas questões relacionadas à prevenção e combate ao desmatamento.

Figura 40 – Gráfico



Fonte: IBGE, 2010

Org.: Sodré, 2017

O cenário que aponta para uma diminuição das áreas desflorestadas na Amazônia, coincide com o triste quadro, que nas piores das previsões, é irreversível. Os assentamentos humanos e a exploração dos recursos naturais, destruiu o habitat de diversas plantas e animais. Além de ter expulso povos e comunidades que tinha estabelecidos nessa região seus territórios.

A Amazônia Oriental, assim, desde a década de 1960, tem sido alvo de políticas de desenvolvimentistas promovidas pelos governos federal e estaduais, contando com a participação ativa de grandes grupos econômicos privados e com financiamento de agências multilaterais de desenvolvimento e bancos estatais privados, levando à implantação de grandes projetos industriais, de extração mineral, pesqueiros, turísticos, agropecuários e à expansão do desmatamento de áreas florestais, do cerrado e de manguezais. São múltiplas as consequências (políticas, sociais, culturais, ambientais, religiosas e étnico/raciais) e a presença de conflitos socioambientais e, associados ao domínio e uso de territórios e de seus recursos naturais, apresenta-se como um processo cada vez mais recorrente (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, 38).

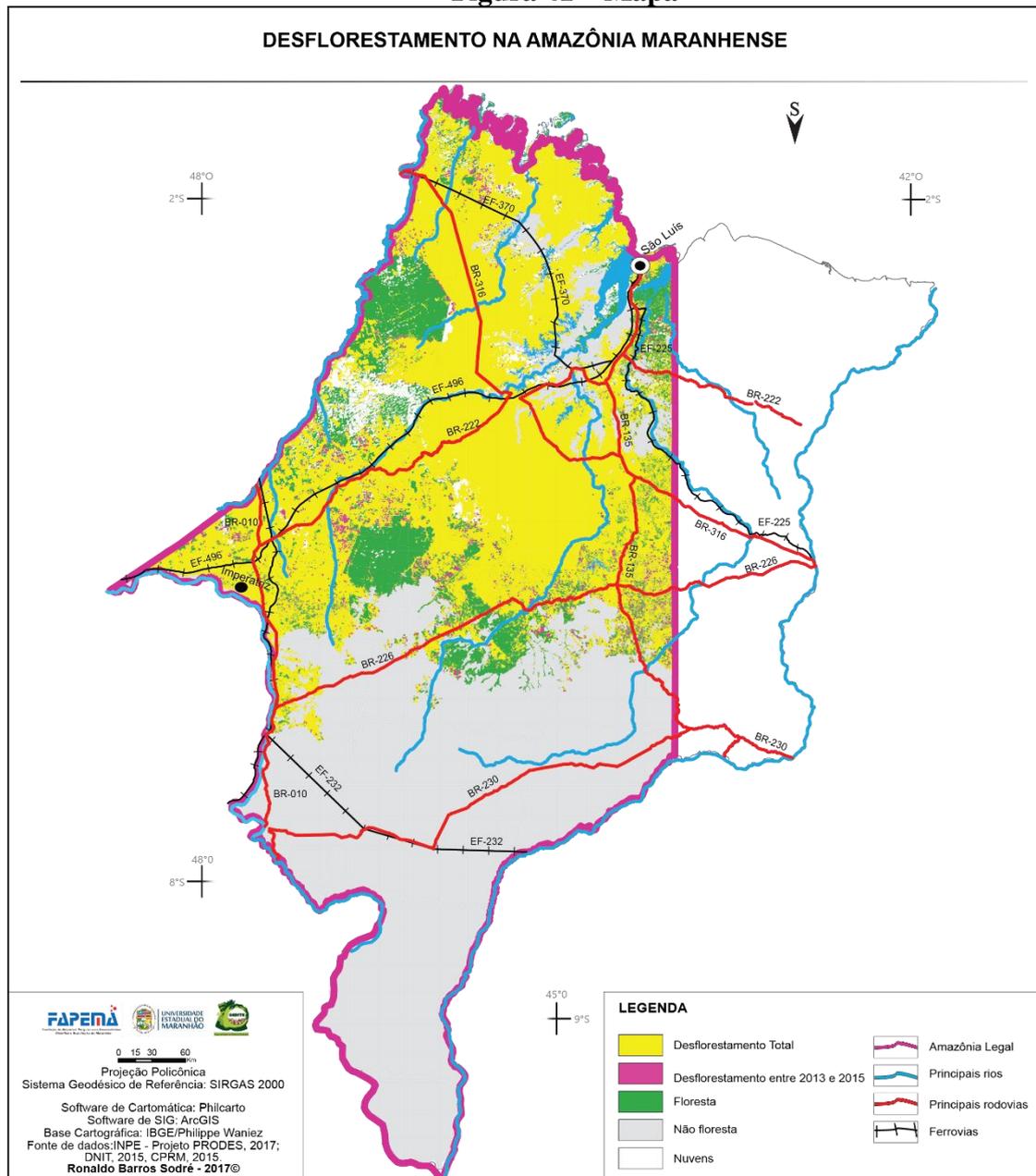
A Figura 41 nos ajuda a entender a dimensão do desflorestamento na Amazônia maranhense. O pouco que sobrou de floresta está nas áreas de reservas indígenas como o Alto Turiaçu no norte do Estado, onde estão encontram-se os povos Urubu Kaapor, Awá-Guajá e Tembé. No centro do estado, nas regiões dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua, a Terra Indígena Araribóia abriga povos Guajajara e Awá-Guajá. Também ainda é possível encontrar grandes extensões de áreas verdes em municípios do centro maranhense como Barra do Corda, Fernando Falcão, Grajaú, Itaipava do Grajaú, áreas dos povos Guajajara e Canela.

É possível constatar que o desflorestamento ocorrido entre 2013 e 2015, em sua maioria, foi no entorno das terras indígenas. A ação dos madeireiros tem ocasionado conflitos com índios e causado preocupação com o desaparecimento de povos como os Awá-Guajá. A ausência do Estado, tem levado esses povos a agir em defesa dos seus territórios, no ano de 2014 por exemplo, índios da etnia Kaapor promoveram uma caçada exitosa e aprisionaram madeireiros que agiam de forma ilegal nas matas do Alto Turiaçu.

Conforme podemos ver na Figura 40 a maioria dos rios genuinamente maranhenses nascem na região da Amazônia, em áreas onde já não possuem cobertura vegetal, uma outra questão diz respeito a preservação das reentrâncias e dos manguezais, sobretudo, no litoral ocidental.

A atual configuração da Amazônia Maranhense é resultado de desdobramentos impulsionados por um modelo predatório de desenvolvimento que privilegia o capital, por meio de exploração dos recursos naturais e pela implantação de atividades ligadas a agropecuária. Podendo a curto prazo passar por uma nova configuração a partir da implantação de novas atividades relacionadas ao agronegócio.

Figura 41 – Mapa



3.8 O MATOPIBA: a nova fronteira agrícola

Hodiernamente o avanço do capital no campo maranhense é expresso na dinâmica socioespacial de uma fronteira agrícola que se expande e consolida um novo espaço de (re)produção social e econômica. Ela carrega as múltiplas contradições das áreas de territorialização do agronegócio, somadas as perspectivas de expansão de novas áreas que derivam novas paisagens no rural e no urbano, bem como, criam novas relações de trabalho pautadas na unidade de produção capitalista.

Nesse contexto são intensificados conflitos e impactos ambientais sobre os territórios das comunidades ditas “tradicionais”. Através da violência as classes hegemônicas se impõem sobre as demais e criam novas relações que obedecem o ritmo de acumulação de capital, nesses lugares são (re)criadas manifestações movidas pelas diferenças de estilos de vida e de riquezas, dividindo privilegiados de um lado e excluídos do outro (ALVES, 2015, p.13).

Os desdobramentos da geografia desses espaços são acompanhados com atenção pelos governos que visam o desenvolvimento por meio de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento econômico através de incentivos fiscais e infraestrutura de logística. Nesse sentido, desde 2008 ocorreram estudos para balizar tecnicamente a criação de uma nova fronteira agrícola que além do Maranhão abarcará outros estados, o MATOPIBA, é uma região que recobre áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, daí o acrônimo formado pelas iniciais desses estados.

Em maio de 2015 foi aprovado o Decreto 8.447, que dispunha do “Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA” assim como a criação de um comitê gestor. A região é resultado de cooperação direta entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), foi formulado um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica (SITE). Este Sistema é composto de escolhas de fatores territoriais como divisão administrativa, dinâmica econômica e natural, para escolha de cinco elementos que são: quadro natural, quadro agrícola, quadro agrário, quadro de infraestrutura e quadro socioeconômico.

O MATOPIBA abrange uma área de 73.137.485 ha, o Maranhão ocupa 33% desse total, ou seja, 23.298.346 ha. O projeto abarcará ainda 135 municípios maranhenses, mais da metade dos 217 que conformam o estado. Esses números tornam

o Maranhão o estado com a segunda maior área dentro do MATOPIBA, ficando atrás apenas do Tocantins, conforme o Quadro 3

Quadro 3

ÁREA DO MATOPIBA POR ESTADO				
Estado	Área total no MATOPIBA	Área no MATOPIBA (%)	Número de microrregiões	Municípios
Maranhão	23.298.346 ha	33%	15	135
Tocantins	27.772.052 ha	38%	08	139
Piauí	8.204.588 ha	11%	04	33
Bahia	13.214.499 ha	18%	04	30
Total	73.173.485 ha	100%	31	337

Fonte: GITE, 2014

Org.: Sodré, 2017

Dentro dos limites dessa região há um complexo quadro agrário e um conjunto de problemáticas fundiárias formadas pelo conjunto de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Assentamentos Rurais e de outras comunidades tradicionais, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu. Segundo o GITE existem no MATOPIBA, 42 Unidades de Conservação em uma área 8.838.764 ha; 28 terras indígenas que juntas possuem 4.157.189 ha; 34 comunidades divididas em 249.918 ha; e 865 assentamentos rurais cobrindo uma superfície de expressivos 3.706.699 hectares.

O governo federal em parceria com os quatro estados que compõem a região, em pouco menos de dez anos investiu em pesquisas e infraestrutura que atende o desenvolvimento do agronegócio voltado a produção de grãos e fibras. No lançamento do plano de desenvolvimento do MATOPIBA em 2015, a então ministra Kátia Abreu (PMDB) anunciou para a região investimentos entre R\$ 29 e 66 bilhões até 2035, sendo o MATOPIBA o principal alvo das políticas públicas voltadas para o agronegócio no segundo governo Dilma Rousseff.

Desde 2008 a região mais setentrional do cerrado brasileiro atraiu investidores nacionais e estrangeiros, que encontraram nela uma possibilidade de superação da crise econômica mundial daquele ano. Desde então a região tem passado por um processo de acumulação por espoliação, isto é, de violenta apropriação e expropriação dos recursos naturais e dos territórios das comunidades ditas “tradicionais”.

Além das muitas dezenas centenas de empresas que atuam no MATOPIBA, segundo o DATALUTA (2015) até o ano de 2015 haviam na região 41 empresas operacionalizadas com capital transnacional, muitas dessas atuavam diretamente na estrangeirização da terra nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Dessas empresas, 10 atuam no Maranhão, sendo que três estritamente na compra e vendas de terras, como evidencia o Quadro 4.

Quadro 4

EMPRESAS ESTRANGEIRAS NA REGIÃO DO MATOPIBA NO MARANHÃO				
	Razão social	Empresas e fundos relacionados	Origem do Capital	Uso do solo
1	Amaggi & LD Commodities S.A.	Fiagril	Brasil**	Grãos (em rotação)*
2	Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	Cresud; JP Morgan; Credit Suisse Heldging-Griffo; Elie Horn; Kopernik Global Investors	Argentina; EUA	Grãos (em rotação)*; Mercado de terras
3	Bunge Alimentos S.A.	DuPont; The Solae Company	EUA	Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*
4	Cargill Agrícola S.A.	Black River Aseet Management; Grupo Ruette	EUA	Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*
5	Mitsui	Multigrain; SLC Agrícola	Japão	Café
6	Multigrain S.A.	Agro Xingu; SLC Agrícola; Mitsui; CHS	EUA; Japão	Algodão; Grãos (em rotação)*
7	Odebrecht Agroindustrial S.A.	Amirys; BNDES-Par; Odebrecht.	Brasil**; EUA; Japão; Reino Unido	Cana-de-açúcar
8	Radar S.A.	Cosan; Mansilla Participações S.A.; Royal Dutch Shell; Raízen; Tellus S.A.	Brasil**	Mercado de terras
9	SLC Agrícola S.A.	Mitsui; Black Rock; Credit Suisse Hedging-Griffo; Kopernik Global Investors	Brasil**; EUA	Algodão; Grãos (em rotação)*
10	Sollus Capital	Los Grobo; Touradji Capital Management; Vinci Partners	Argentina	Mercado de terras

* soja, milho, canola, colza e sorgo **Empresas brasileiras com presença de capital estrangeiro

Fonte: DATALUTA, 2015

Org.: Sodré, 2017

A estrangeirização de terra é mais um dos impactos da frente territorial agroexportadora no contexto da questão agrária maranhense. O preço das terras aumenta, bem como, a concentração fundiária e a grilagem. O MATOPIBA não traz novas peculiaridades na estrutura social e agrária brasileira, pelo contrário, perpetua um quadro que ganha novos elementos.

Oliveira (2016, p.447) relata que uma característica comum das empresas voltadas a produção de grãos e fibras que atuam no Brasil é a monopolização do território pelas empresas mundiais monopolistas. A propriedade privada capitalista da terra continua hegemonicamente controlada pelos proprietários de terras nacionais, demonstrando que a estrangeirização das terras no Brasil, ainda é reduzida, serve na maioria das vezes para exemplificar a aliança de classe em nível mundial, entre a burguesia nacional – que é proprietária da terra rentista – com a burguesia mundial.

Exemplos dessa relação podem ser encontrados nas regiões produtoras de soja tanto do sul como no leste maranhense, onde empresas multinacionais como a Bunge e a Cargill a partir de pequenos escritórios negociam a safra e o armazenamento dos grãos com grandes, médios e pequenos produtores, funcionam, pois, como um elo entre a produção e a circulação de mercadorias.

Apesar dos investimentos, das projeções de crescimento produtivo e de expansão daquela que é considerada a última fronteira agrícola do país, o departamento criado em 2015 para atender o MATOPIBA foi extinto por meio de decreto presidencial em outubro de 2016, tendo como justificativa a contenção de gastos. No mesmo dia da extinção do Departamento, a senadora Kátia Abreu reagiu no plenário do Senado:

Infelizmente o Mapa [Ministério da Pecuária e Agricultura] achou por bem desmanchar o departamento criado para atender essa última região de fronteira agrícola do país. Mas o Matopiba não depende mais da vontade de um governador, um governo federal, um ministério. O Matopiba é uma realidade que não volta mais atrás. Os empresários decidiram que o Matopiba é o lugar: é a última fronteira agrícola do país (MATHIAS, 2017).

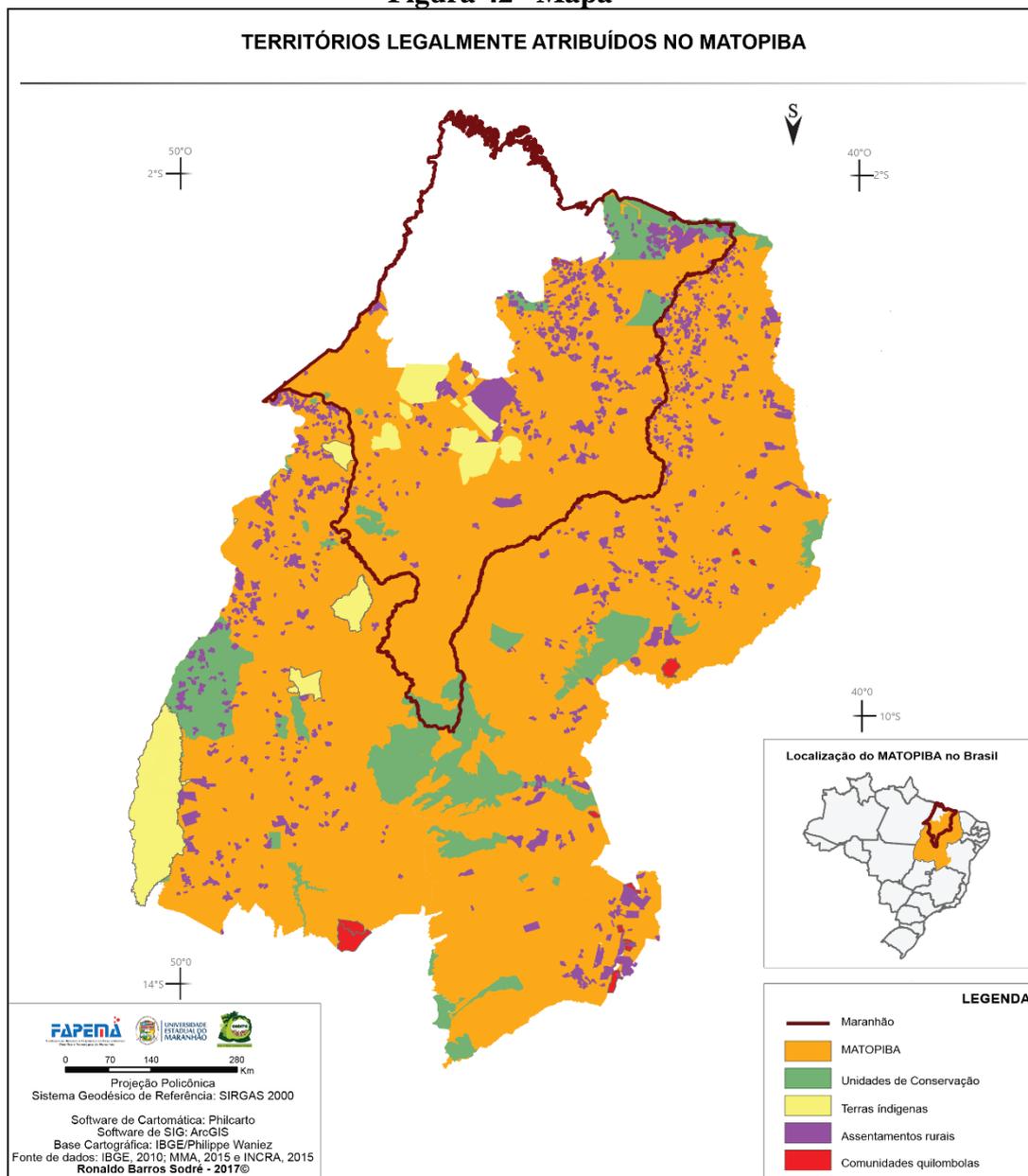
Também acreditamos que embora tenha havido uma desinstitucionalização do MATOPIBA, a região não deixará de receber investimentos, sejam privados ou públicos, embora esses últimos com menor intensidade. As comunidades que vivem na região continuarão ameaçadas independente de institucionalização. O fim do Plano pode até mesmo aumentar ainda mais a invisibilidade das comunidades e intensificar os conflitos por territórios por meio de sua forma velada.

Concordamos com Costa (2015) que o território do MATOPIBA possui outra face que não está posta nos estudos do GITE, mas que assinala a trajetória de povos e comunidades tradicionais do Maranhão, diante dos conflitos permanentes e estrutura

agrária concentrada e exploradora, o que leva por exemplo, a um alto número de conflitos.

Na Figura 42 temos a delimitação do MATOPIBA e do quadro nele presente, segundo o GITE, existem 42 Unidades de Conservação (UCs), 28 Terras Indígenas (TIs), Áreas Quilombolas (AQs) que compreendem 34 comunidades e 865 Assentamentos Rurais (ARs).

Figura 42– Mapa



CAPÍTULO 4
CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO MARANHÃO AGRÁRIO

4.1 A luta pela terra

O Maranhão do século XXI na perspectiva do território, deve ser entendido como um tecido complexo e dinâmico da realidade, resultado de territorialidades constituídas no tempo e no espaço, hoje expressas em um quadro físico e socioeconômico em transformação. As dinâmicas territoriais são aqui entendidas como resultados e resultantes de conflitos, sejam eles entre classes, grupos ou indivíduos. Nesse escopo, o conflito se pronuncia como uma assimetria intrínseca a um sistema, os conflitos agrários, por exemplo, não devem ser dissociados do sistema de complexidades, universalidades e particularidades que é a questão agrária.

A disputa e defesa de territórios manifesta-se nas diferentes formas de luta, prática e organização social, por meio ou não, de representações com alto grau de organização e mobilização coletiva. Para os camponeses, a luta pela terra opera como contrapartida as formas de apropriação e expropriação dos seus territórios pelo capitalismo agrário.

Da formação social e econômica do Maranhão aos dias atuais, os camponeses têm empreendido diversas lutas que buscam garantir suas reproduções como sujeitos sociais inseridos em um contexto considerado “arcaico”, cujo o “fim”, ao longo dos anos, é dado como certo. “As inter-relações e as contradições no meio rural buscaram determinar uma cultura de sujeição dos camponeses às classes dominantes, embora esses mostrem resistência e enfrentamento ao sistema que lhes impõe diferentes relações sociais, econômicas, políticas e culturais” (SODRÉ, 2015, p. 65).

O quadro de indicadores sociais que figura no estado retrata a exclusão de uma maioria da população aos aparatos básicos que asseguram condições dignas de vida, a luta pela terra aparece como saída, onde a máxima “quando não se tem nada, não há nada a perder”, guia as ações dos camponeses por meio da luta pela/na terra.

O principal marco histórico das lutas camponesas nas terras que hoje conformam o Maranhão é a Balaiada (1838 – 1841), considerado um dos movimentos populares mais notáveis do Brasil, a Balaiada iniciou na província do Maranhão e se expandiu para as províncias do Piauí e Ceará, reunindo mais de 10.000 camponeses.

De um lado, grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, dominados e

explorados por governos clientelistas e autoritários formados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do país (DIAS, 1995, p.73).

Embora o levante tenha atingido os grandes proprietários rurais, senhores de engenhos, fazendeiros, chegando até mesmo a ameaçar a aristocracia de São Luís, o movimento entrou em declínio, devido as divergências entre suas lideranças. A derrota dos balaios, manteve as péssimas condições de vida da população e fortaleceu ainda mais as oligarquias rurais. Contudo, a Balaiada contribuiu para criação de um imaginário que acompanhou e ainda acompanha a organização de lutas que congregam sujeitos em torno de uma coletividade.

A luta pela terra no Maranhão ao longo dos anos adquiriu novos contornos conforme a conjuntura que se apresentara, apesar do longo distanciamento temporal entre a Balaiada e as lutas que eclodiram no século XX, a luta de classes figuradas nas relações de capital e trabalho foi reconfigurada através da agregação de novas formas a velhas práticas que implicam no acirramento de tensões e conflitos.

Segundo Pedrosa (1999) até antes da Lei de Terras de 1969, predominavam no nas regiões de colonização antiga, conflitos em função das abusivas cobranças de rendas e da exploração dos produtos do extrativismo, como o coco babaçu. Em decorrência dos movimentos migratórios durante a primeira metade do século passado, emergiu o desequilíbrio na demanda camponesa por terras, principalmente nas áreas decadentes do Vale do Itapecuru. A violência dos proprietários impulsionou uma nova corrente migratória em busca das terras livres em direção ao norte, onde a grilagem também foi intensificada, tendo em vista a instalação de grandes empresas e do desenvolvimento da malha viária.

Tendo como recorte as décadas de 1950,1960 e 1970, Almeida (2015) analisa as formas autônomas de mobilização política e as ações de solidariedade das famílias camponesas em decorrência das problemáticas enfrentadas no campo. O autor destaca as formas de organização mediante a associações e sindicatos, que contribuíram para a formação e mobilização política de camponeses através de congressos, conferências e comissões que tinham como pauta a reforma agrária. A Igreja Católica é outra entidade que desempenhará nesse período importante papel através de um programa de ações sociais destinado às populações rurais, dada a gravidade dos conflitos por terra.

Na década de 1970 o pressuposto da introdução de grandes projetos agropecuários, a exploração de minérios e recursos florestas reorientou as políticas oficiais de desenvolvimento agrário. Mediante aos mecanismos jurídicos, o Estatuto da Terra forneceu o instrumental para a resolução dos conflitos pontuais entre proprietários e posseiros. Contudo, as transformações no campo fizeram com que se intensificasse os conflitos entre os camponeses e criadores de gado. Na região da Baixada a visão desenvolvimentista dos planejadores fez introduzir nos campos inundáveis rebanhos bubalinos, cujas consequências desastrosas ao meio ambiente levaram a mais conflitos com trabalhadores rurais e pescadores (PEDROSA, 1999).

Apesar das lutas camponesas organizadas, principalmente na região de Pindaré, é importante lembrar que esses camponeses estavam sob regime de uma ditadura militar, as lutas aconteciam, mas eram pontuais e localizadas. A redemocratização em 1985 possibilita que diversos organismos sociais voltem a lutar pelos seus direitos, eclode assim diversas ocupações urbanas e rurais. As ocupações de terras irão se intensificar principalmente na região oeste onde sem terras se concentravam em cidades como Imperatriz e Santa Luzia, é nesse período que o MST é construído no Maranhão e passa a incentivar muitos camponeses a reivindicar o direito da terra, a euforia causada pelo PNRA também provocará litígios na região. A luta dessas famílias resultará na criação de assentamentos rurais nos anos seguintes do governo do agora presidente, José Sarney (SODRÉ, 2015, p.55).

Se por um lado a década 1980 ficou marcada com a consolidação do projeto capitalista de ocupação do espaço maranhense ela também ficou marcada pelas lutas camponesas. De acordo com levantamento feito por Carneiro (2013, p.88) entre 1985 e 1993 foram ocupadas ao menos 23 fazendas na região da Amazônia, representando uma área de pelo menos 466 mil hectares, dimensão comparável as ocupações de terras ocorridas no Pará e na zona da mata pernambucana.

No Norte do estado os conflitos também chegaram sob a forma de projetos voltados para o desenvolvimento econômico, em São Luís, foi implantada a Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão) em parceria com a ALCOA, para a produção de alumina a partir da bauxita. Segundo Costa (1997, p. 13) malgrado os relatórios oficiais condenassem a instalação do complexo devido aos impactos ambientais, o Governo do Estado sob o comando de João Castelo (1979 –1982), além de ter concedido a permissão, incentivos por meio de subsídios e isenções fiscais de todas as ordens, vendeu a preços simbólicos 10 mil hectares de terras para a Alumar, retirando mais de cinco mil famílias da zona rural.

No município de Alcântara, entre os anos de 1986 e 1987, 312 famílias quilombolas de mais de 20 povoados foram compulsoriamente remanejadas para sete agrovilas no interior do mesmo município. Na área que viviam as famílias – considerada geograficamente bem localizada para lançamentos espaciais – foi instalado o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), uma organização de comando da Aeronáutica. Aos quilombolas restou se adaptar as novas terras, menores em extensão territorial, com solos ruins para a agricultura e distantes do mar, de onde tiravam quase toda a alimentação (MORIM, 2015).

Pedrosa (1999) relata que ainda na década de 1980, foi praticamente concluído o processo de expropriação das massas camponesas nas regiões anteriormente denominadas de “terras livres”. Os grandes projetos que açambarcaram grandes áreas na região oeste começam a penetrar as áreas de colonização antiga, como o Baixo Parnaíba. No sul do estado, levas de migrantes sulistas consolidaram as lavouras para exportação, muitos deles, foram apoiados pelas instituições oficiais e utilizaram diferentes meios para expulsão camponeses de seus povoados.

Nesse início de século, o agronegócio, como face mais “moderna” do capitalismo no campo, está estabelecido em todas as regiões do Maranhão, com a instalação de polos estratégicos de produção de soja, eucalipto, bambu e cana-de açúcar, encontram-se ainda em algumas regiões atividades ligadas a exploração aurífera e de gás natural. Esses projetos demandam, invariavelmente, grandes extensões territoriais e de força de trabalho precarizado. Nesse sentido, muitas famílias camponesas, que dependem primordialmente da terra, são expropriadas dos seus territórios, restando muitas vezes vender suas forças de trabalho ou entrar em conflito através da luta pelo território (AZAR, 2013).

4.2 Conflitos por terra

A incompatibilidade de situações é uma das definições mais usuais quando nos referimos a um conflito, seja ele entre indivíduos ou pessoal (intrap síquico), em ambas as situações, o conflito é um desequilíbrio com possibilidades de resolução através de mecanismos específicos e por isso ele carrega múltiplas conotações.

A partir da experiência de registro e monitoramento dos conflitos agrários no Brasil, a CPT (2000, p.85) desenvolveu uma classificação para esses conflitos composta por duas grandes categorias: conflitos de terra e conflitos trabalhistas. Compreende-se por

conflitos de terra, aqueles que estão relacionados as lutas pelos meios de trabalho ou produção. Abrangem o uso, posse e propriedade do território, envolvem posseiros, sem-terra, remanescentes de quilombos etc. Podem estar ainda relacionados ao uso, posse e propriedade da água ou aos seringais, babaçuais, castanhais etc.

Os conflitos agrários trabalhistas são relativos às relações de trabalho patrão-empregado: desrespeito à legislação trabalhista; superexploração de trabalho e trabalho escravo; impedimento de intervalos, folgas e férias; falta de estrutura sanitária; alimentação de má qualidade; transporte inadequado; falta de equipamentos de proteção individual; uso indiscriminado de agrotóxico e de risco a saúde do trabalhador.

A CPT segue ainda uma outra metodologia de apresentação das informações, onde os conflitos agrários são classificados em quatro categorias: conflitos por terras (conflitos possessórios, ocupações e acampamentos); conflitos trabalhistas (desrespeito à legislação trabalhista); trabalho escravo (ocorrências de situações de trabalho escravo) e por último, a categoria Outros (conflitos em tempo de seca, conflitos por água e em áreas de garimpo).

Estabelecidas distinções e categorizações, dedicamos atenção para o tipo de conflito que faz parte de qualquer regime fundiário e está sempre associado a diferentes disputas no uso da terra, na posse e propriedade.

Antes de investigarmos as causas e efeitos dos conflitos por terra, consideramos importante desprende-los de algumas definições usuais que aparentam se tratar da mesma coisa. Não há discordâncias de que um conflito de terra é um conflito social por uma porção do território, o que torna o conflito por terra também um conflito socioterritorial, mas nem todo conflito social é pôr e/ou a partir do território.

Uma situação de conflito social é resultado de um exercício de poder, embora nem toda relação de poder tenha como efeito o conflito. O conflito é produto de toda estrutura social e está envolvido em um processo dialético, em que sendo solucionado, ocasionará mudanças. Para Pasquino (1998, p.225) o “conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”.

Cada situação de conflito terá seus recursos particulares, podendo eles assumirem uma ou mais causas, o território por exemplo, – instituído a partir da afirmação de um indivíduo ou grupo de indivíduos em um espaço apropriado – pode

ser um recurso de conflitos sociais, políticos, econômicos, entre outros. (SODRÉ e MATTOS JÚNIOR, 2016a).

A terra como elemento analítico do conflito socioterritorial, por excelência é um recurso em disputa. Diversos instrumentos são utilizados nas situações conflituosas que a envolvem. As sociedades que não conseguem diluir ou diminuir essas disputas, tendem a criar um campo de barbárie, que não necessariamente ocorre segundo a contraposição de classes ou grupos opostos.

O conflito por terra aparece ainda categorizado dentro do conflito agrário, essa é uma delimitação espacial a qual os conflitos sociais e/ou socioterritoriais podem estar inseridos. Um conflito agrário não se abaliza a um conflito por terra, não se trata unicamente de um conflito socioterritorial. Conflitos trabalhistas, sindicais, que envolvem trabalho escravo, entre outros; podem ser conflitos agrários, dada determinada delimitação geográfica.

Cabe ainda diferenciar os conflitos por terra e os conflitos na terra, esses últimos não se limitam a uma luta antagônica, podendo ser uma relação divergente intraclasse no território conquistado. Temos como exemplo um assentamento rural composto por famílias de diferentes regiões geográficas, a diversidade de famílias pode motivar desencontros pessoais e culturais e ocasionar conflitos que vão além do conflito de opiniões (SODRÉ & MATTOS JÚNIOR, 2016^a, p.349).

A tipologia dos conflitos pela terra merece devida atenção dada a sua diversidade. De acordo com Santos, Teixeira e Becker (1999) citados por Buainain (2008, p.47), os conflitos por terra podem assumir os seguintes tipos: possessórios, que envolvem situações de posse, uso e propriedade da terra; renda ou foro, disputa em torno do pagamento da renda da terra; parceria e meação, disputas em torno de termos de contratos de parceria e meação de produtos; conflitos decorrentes da criação de barragens; conflitos que envolvem extrativistas ou suas áreas; conflitos com ribeirinhos (agricultores ou pescadores); e conflitos em torno de dívidas bancárias.

O processo de acumulação sem enfrentamento aos obstáculos que se manifestam ao longo do tempo em uma sociedade, promove um tipo de desenvolvimento social e econômico marcadamente desigual, conservador. A questão agrária brasileira e suas formas arcaicas destacam-se como impedimento a superação das desigualdades. Entre essas formas estão os conflitos por terra, intrínsecos à questão agrária.

Os conflitos por terra, assim como todo conflito agrário, evidenciam a incapacidade institucional do Estado, ao tempo que mostram também a capacidade dos mais pobres na busca dos seus direitos através da luta que aponta caminhos para a cidadania. Quando se rebelam contra os seus opostos, os camponeses demonstram suas vontades políticas, ainda que para isso, considere-se a possibilidade de sofrer violências e de perder a própria vida.

Ao tempo que um conflito possa levar a violência e/ou a morte, nascem também a vida e a esperança. Esse paradoxo se concretiza nas ações dos camponeses, que negam as forças do capital e se recriam através da luta pela terra e na terra, contrariando um tipo de desenvolvimento que não lhes envolve.

Existem lógicas distintas no que concerne ao desenvolvimento rural para grandes proprietários de terras e camponeses, onde um, depende do infortúnio do outro para sua realização. Por não levar em consideração essa dualidade, muitos estudiosos costumam separar o conflito agrário do desenvolvimento rural, entendendo, inclusive, que um conflito prejudica o desenvolvimento. Fernandes (2008b) entende que o conflito agrário e o desenvolvimento rural são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente.

Pensemos nos quilombos distribuídos por todo o país, lugares que mantêm vivas as histórias dos povos negros através de uma organização social própria e das relações de trabalho, das lutas, das religiões, tradições, da vida. O lugar de refúgio dos escravos contra as forças do capitalismo, deu vez a um lugar de manifestação da existência humana.

Um assentamento rural também pode nos dar suporte para entender essa relação, pois ele se constitui um espaço em que as famílias buscam desenvolver-se nas suas dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, mas que se originou de um conflito – não necessariamente de um confronto – com a lógica capitalista.

A essência do sistema capitalista converge ao mesmo tempo no desenvolvimento e no conflito. Fernandes (2008b, 2013) alerta para a que o conflito não seja tratado como um processo externo ao desenvolvimento, isto é, o capitalismo como promovedor do desenvolvimento e a luta pela terra como motivo e causa unicamente dos conflitos. Desenvolvimento e conflito não são externos um ao outro.

Apesar das transformações sociais e econômicas, a questão agrária e os conflitos agrários, continuam sob a vigência do padrão da propriedade da terra. A modernização

das estruturas agrícolas e a participação substantiva do agronegócio no superávit da balança comercial, relegam e negam os problemas da concentração fundiária e a concentração de renda. A modernização conservadora do latifúndio reforçou a propriedade da terra e o seu caráter excludente (BUAINAIN, 2008).

Os conflitos agrários nesse início de século persistem como resultado da implantação de um modelo agropecuário “moderno” de uma sociedade profundamente desigual e excludente, tanto em termos econômicos como sociais, políticos e culturais. A expansão do agronegócio no Brasil contraria as afirmações dos seus defensores, que veem nele uma revolução pacífica, quando na realidade se observa o agravamento do problema agrário e a manutenção da violência no meio rural. (SAUER, 2008, p.239).

O aumento dos conflitos no campo está atribuído a uma série de fatores, que pesem o modelo de desenvolvimento com base na modernização conservadora, da ineficácia das políticas de acesso de acesso à terra e o fracasso da reforma agrária. Segundo Buainain (2008, p.46) decorrem ainda, da crise da agricultura familiar, reestruturação dos sistemas produtivos e sua absorção de mão-de-obra, desemprego e falta de alternativas para as famílias rurais que perdem suas terras ou ocupações no trabalho.

Além dessas razões mais estruturais somam-se ainda causas mais específicas como: construção de grandes obras públicas ou privadas, que provocam o deslocamento de populações residentes (Mesmo que algumas obras tenham projetos que incluam reassentamentos, dificilmente eles englobam a todos); geração súbita de superpopulação relativa ao fim de grandes projetos; degradação ambiental por meio de derrubadas e queimadas de árvores ou mesmo por desastres ecológicos; regulamentação de terras indígenas já ocupadas; conflitos em torno da definição do domínio, posse ou uso da terra; conflitos entre beneficiários de assentamentos e o governo; entre outros (BUAINAIN, 2008, p.47).

Observamos que muitos conflitos são resultantes da implementação de projetos desenvolvimentistas e seus processos severamente excludentes, modelo assumido desde o processo de ocupação do território brasileiro e ainda hoje mantido.

Em contraposição existem forças que buscam esterilizar as desigualdades através do questionamento da lógica capitalista. Enquanto a problemática das questões relacionadas a estrutura fundiária persistirem, os conflitos perduram, temporalmente

passam por pequenos refluxos e se inflam. Seus sujeitos também mudam de acordo com as novas estruturas capitalistas que levam a uma nova organização social.

Nos últimos 20 anos, a criação de uma ingente quantidade de movimentos sociais rurais, que lutam por terra, revela a vigência dos conflitos no campo. Conflitos que perpassam as relações de propriedade, o domínio político, o controle econômico, o reparto dos lucros etc. Conflitos que definem a dinâmica do meio rural muito mais que a busca conjunta pelo desenvolvimento através de uma participação esvaziada de sentido e de objetivo (GOMEZ, 2006, p.105).

Ainda segundo Gomez (2006), em uma análise sobre políticas de desenvolvimento rural, por mais que se tente vender por meio de políticas públicas um desenvolvimento em que prevaleça a harmonia social, ela se resume a uma aparência criada. A competitividade e a concorrência de territórios não incorporam os excluídos ao Sistema. Os conflitos entre grupos continuam porque os desequilíbrios permanecem e, geralmente, se acirram.

Os conflitos por terra resultam e são resultados de uma nova configuração territorial no rural brasileiro, são antes de tudo, elementos de transformação social, com essa afirmação não estamos em defesa da permanência dos conflitos, nem tampouco, valorando os desdobramentos. Vejamos por exemplo, o Regime Militar brasileiro, que segundo Buainain (2008, p.28) foi, pelo menos em parte, motivado pelos conflitos agrários, que eram percebidos pelo seu caráter “revolucionário”.

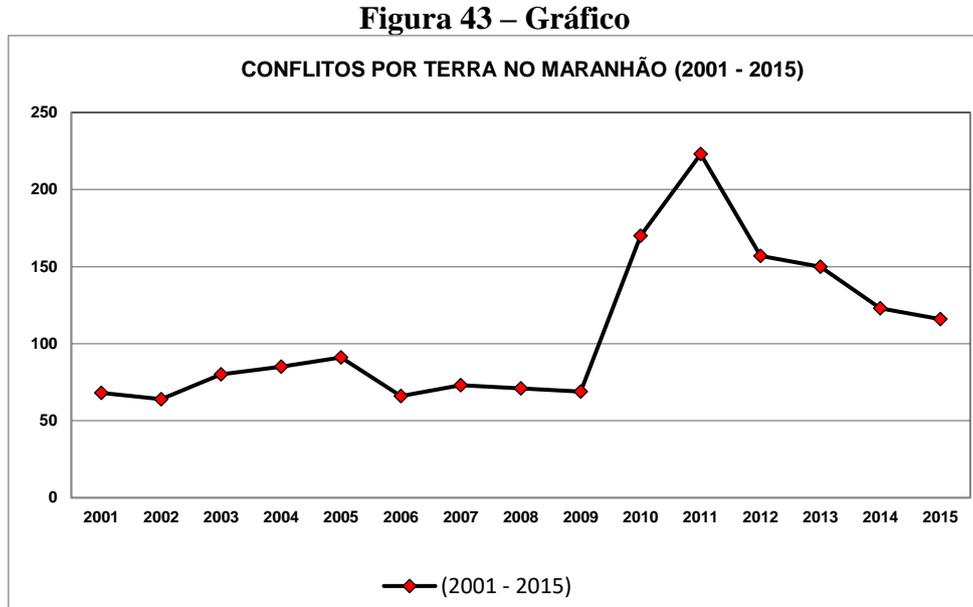
4.3 Um mar de conflitos no emaranhado de terras

Em dessemelhantes escalas, os números revelam a atual conjuntura agrária formada ao longo de séculos e que se modifica no tempo e no espaço de acordo com novos elementos que a ela são incorporados. No estado brasileiro com os maiores números de conflitos por terra, a questão agrária adquire singularidades além dos contornos comuns a questão agrária brasileira.

O Maranhão chega ao século XXI com um dos mais elevados quadros de pobreza e desigualdades sociais do país. A maioria da população sobrevive em péssimas condições de vida e não desfrutam de direitos assegurados pela Constituição como saúde, educação, moradia, emprego, entre outros.

Entre os anos de 2001 e 2015 foram registrados pela CPT, 1.606 conflitos pela terra. A partir do ano de 2010 nota-se um significativo aumento, quando os casos mais

que dobraram em relação ao ano anterior e continuaram aumentando no ano de 2011. A Figura 43 mostra uma queda do número de conflitos a partir de 2012, mas ainda assim, os últimos quatro anos apresentam uma média de pouco mais de 136 casos de conflitos pela terra por ano.

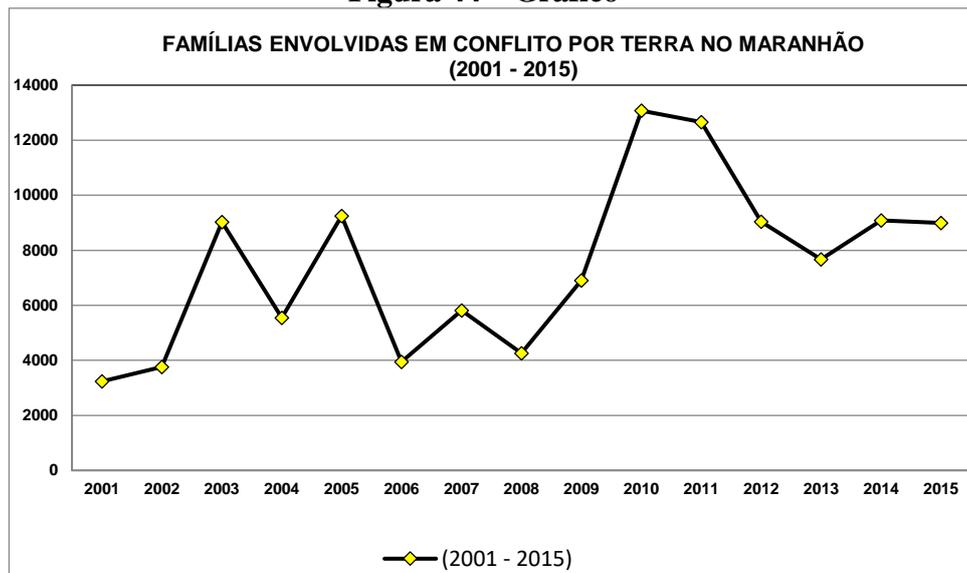


Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

O número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Maranhão também teve aumento nos últimos anos em comparação ao início do século. A soma totaliza 105.465 famílias envolvidas em situações de conflitos no período de 2001 a 2015. A Figura 44 exhibe variações com algumas quedas, contudo, os números se mantêm altos.

Figura 44 – Gráfico



Fonte: CPT, 2001 – 2015

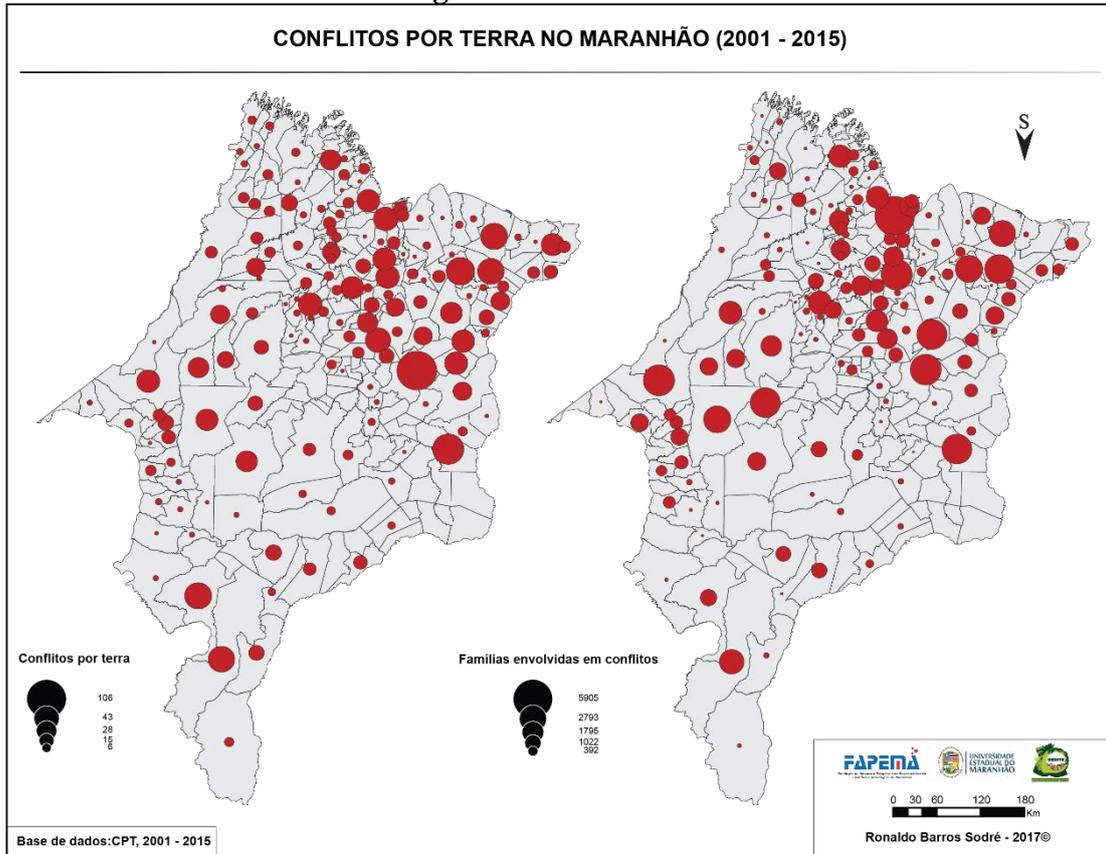
Org.: Sodré, 2017

A Figura 45 apresenta a distribuição territorial dos conflitos por terra no Maranhão e também o número de famílias envolvidas nesses conflitos. Os casos cobrem grande parte do território maranhense, dos 217 municípios, 54 não tiveram registros de conflitos por terra nos últimos quinze anos, o que significa dizer em termos percentuais que 75,12% dos municípios tiveram ao menos um conflito entre os anos de 2001 a 2015.

Na primeira representação, chamamos atenção a concentração de conflitos no leste do estado, onde o agronegócio tem se expandido nos últimos anos e entrado em disputa com o modo de vida ali existente. A exemplo, tem-se o município de Codó, de povoação antiga, o quinto município mais populoso do Maranhão (IBGE,2010) tem sido palco de diversos conflitos que envolvem comunidades quilombolas, posseiros e capitalistas. Em quinze anos, o município teve contabilizados 106 conflitos por terra, o que equivale a 5,3% dos conflitos ocorridos no Maranhão em igual período.

No que tange as famílias envolvidas em conflitos chamamos atenção a capital do estado, São Luís. Com 1.014.837 de habitantes, o município possui apenas 6% de sua população morando na área rural (IBGE,2010), mesmo assim, São Luís registra o maior número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Maranhão, de acordo com a CPT entre 2001 e 2015, foram somados 5905 conflitos entre posseiros, assentados, pequenos proprietários e pescadores e grandes empreendimentos que constantemente ameaçam os camponeses da capital.

Figura 45 – Prancha



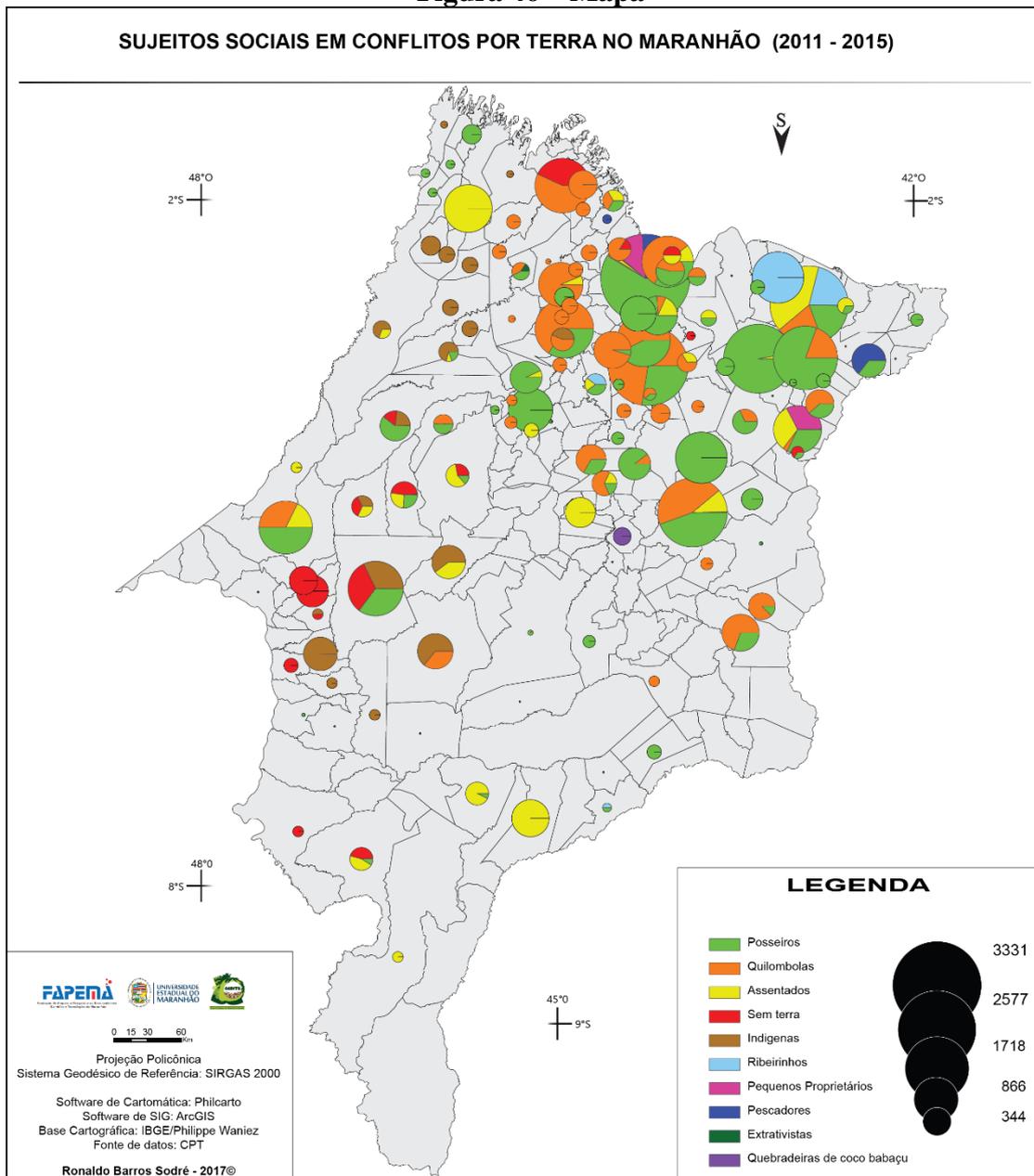
O modelo de desenvolvimento social e econômico baseado na monocultura se expande e entra em atrito na disputa pelos territórios do diversificado campesinato maranhense. Avançando sobre Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas, Assentamentos Rurais e outros territórios, o agronegócio busca a máxima exploração para se consolidar a partir do controle territorial.

A Figura 46 exhibe a diversidade de sujeitos envolvidos em conflitos pela terra no estado entre os anos de 2011 e 2015, entre eles, famílias de posseiros, quilombolas, assentados, sem-terra, indígenas, ribeirinhos, pequenos proprietários, pescadores, extrativistas e quebradeiras de coco babaçu.

Nesse recorte temporal foram contabilizados 1042 conflitos envolvendo 44.495 famílias, dessas, 17.325 eram posseiras, 12.782 quilombolas e 5.589 assentadas. Respectivamente esses números correspondem a 38,5%, 28,4% e 12,4% das famílias maranhenses em situação de conflito pela terra. Esses números indicam que a conflituosidade no campo é nutrida pelas intencionalidades concebidas no sistema capitalista. No jogo de forças, dois elos disputam entre si territórios para suas

realizações, de um lado o capital e suas formas exploratórias, do outro, os camponeses que buscam autonomia e a manutenção de seus territórios.

Figura 46 – Mapa



No Maranhão, o início do século XXI tem sido marcado pelo acentuado grau de desigualdades sociais impulsionadas pelo avanço do capital. No contexto das novas territorialidades do capital, os conflitos levam alterações sociais, econômicas, culturais e naturais no espaço por meio de diferentes formas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. As articulações e intermediações dos arranjos

espaciais interagem no contexto espacial e temporal em que estão inseridas e criam novas territorialidades, modificando as configurações espaciais.

4.4 Conflitos por água no Maranhão

É na Natureza e pelos seus recursos, que se desdobra a trama da luta de classes. Os elementos naturais são transformados em mercadorias, recursos. As limitações desses recursos geram o desequilíbrio entre demanda e oferta, concebendo assim, potenciais focos de conflitos. O desequilíbrio hidrológico tem desenhado cenários de conflitos de diferentes intensidades em todo o mundo. As disputas não se restringem somente a disponibilidade de águas em si (superficiais ou subterrâneas), mas pelo controle das nascentes ou mesmo controle de cursos d'água que percorrem vários territórios. Majoritariamente a ocorrência desses conflitos dá-se em regiões onde a disponibilidade de água está historicamente relacionada as condições naturais. A situação das águas em regiões transfronteiriças, quase sempre marcada pela incompatibilidade de interesses e da incapacidade de cooperação e de quadros legais e institucionais, tende a estimular conflitos (SODRÉ & MATTOS JÚNIOR, 2016b, p. 215).

Os conflitos pelo uso da água também estão relacionados a mercantilização, o que pressupõe a sua privatização e a existência de um poder político sobre a água e o seu uso. De acordo com Thomaz Junior (2010, p.99) mais recentemente a privatização segue o ritmo de diferentes tipos de investimentos, ou estão direcionados a produção de energia elétrica, e na apropriação de fontes para posterior envase e comercialização para o consumo humano, processo que virou monopólio de grandes grupos empresariais como a Pepsi, Nestlé, Coca-Cola e Danone.

A privatização da água segue a onda neoliberal criada por órgãos ditos multilaterais que ditam regras e tentam justificar a apoderação de um bem comum sem considerar os diversos territórios e suas formas de gestão de recursos. Não é levado em conta que para além das relações dos bens naturais com o capital, existem relações anteriores, que resistem e/ou se manifestam concomitantemente a essas. Isso explica que embora a privatização e a mercantilização da água sejam uma realidade global, a oposição dos povos a ela também é (SODRÉ & MATTOS JÚNIOR, 2016b).

Constitucionalmente as águas brasileiras são um bem da União assegurado na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei N°9344/1997) (Brasil, 1997), logo, não podem ser privatizadas. Contudo, a Lei possui suas ambiguidades, a água é dotada de valor econômico, o que pressupõe o seu uso privado. No artigo 5º, que trata dos instrumentos dessa Lei, consta a outorga como dispositivo que regula o uso da água. A partir do “contrato” com o Estado, que na prática é um título de posse, é garantido o uso – na maioria das vezes desmensurado e injusto – da água.

O argumento da normatização do uso da água pela outorga – instrumento de controle do uso – é legítimo, mas ele é apenas o pretexto para o uso intensivo da água de forma legal e tantas vezes ilegal, além de predadora. Mesmo que funcionasse como instrumento de normatização, a outorga não garante a equidade social no uso da água, já que o capital tem o poder de reservar para si volumes que as populações não têm (MALVEZZI, 2011, p.86).

O Quadro 5 ilustra a supremacia do capital e sua relação de uso e controle da água no Maranhão.

Quadro 5

Maiores solicitantes de outorgas de águas estaduais (2011 - 2015)	
1º	Vale S.A.
2º	Grupo Camargo Corrêa S.A.
3º	CAEMA
4º	CODEVASF
5º	Suzano S.A.

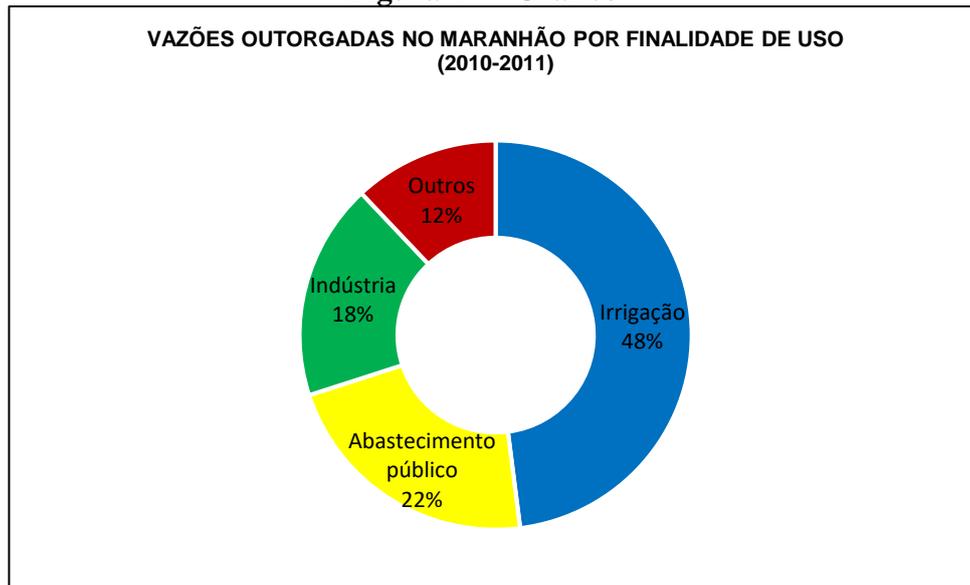
Fonte: SEMA, 2016

Org.: Sodré, 2017

A multinacional brasileira Vale S.A. lidera o primeiro lugar entre as maiores requerentes de outorgas de águas estaduais. Segundo a rede Justiça nos Trilhos (2017) as operações da Vale utilizam 1,2 bilhão de metros cúbicos de água por ano, o correspondente ao que consome 18 milhões de pessoas. O segundo maior solicitante é o Grupo Camargo Corrêa S.A. que tem negócios que vão dos setores de engenharia até o de transporte. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), atende 162 sistemas de abastecimentos de água dos 217 municípios maranhenses (CAEMA,2011), ela ocupa o terceiro lugar no número de solicitações. Seguidamente está a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e a Suzano S.A. (SEMA, 2016).

Os dados da Agência Nacional de Águas (ANA) e de órgãos estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, nos possibilita traçar um panorama de como as águas são distribuídas no Maranhão. Entre agosto de 2010 e julho de 2011 houve uma vazão outorgada de 5,12 m³/s. Na Figura 47 mostramos a porcentagem correlata as vazões outorgadas por setores (ANA, 2015).

Figura 47 – Gráfico



Fonte: SEMA, 2016

Org.: Sodré, 2017

O setor de irrigação é responsável por quase 50% das vazões outorgadas no Maranhão. A expansão da fronteira agrícola nos leva a antever o aumento dos usos da água. A expansão do agrohidronegócio sugere uma (re) organização espacial que culmina com distintas situações de conflitos. Logo em seguida vem a irrigação com 18% das vazões outorgadas, o abastecimento público corresponde a 22% e outros fins, 12%.

Distinguindo-se de outros estados do Nordeste, o Maranhão possui rios perenes com drenagem exorréica, que correm o estado no sentido norte-sul. De acordo com Maranhão (2002) existem oito rios genuinamente maranhenses nas principais bacias hidrográficas, além de três grandes rios nas bacias limítrofes. Somam-se ainda aos caudalosos rios, uma variedade de bacias lacustres que formam um conjunto de grandes lagos comunicantes com outros menores e de águas subterrâneas, produto do excedente

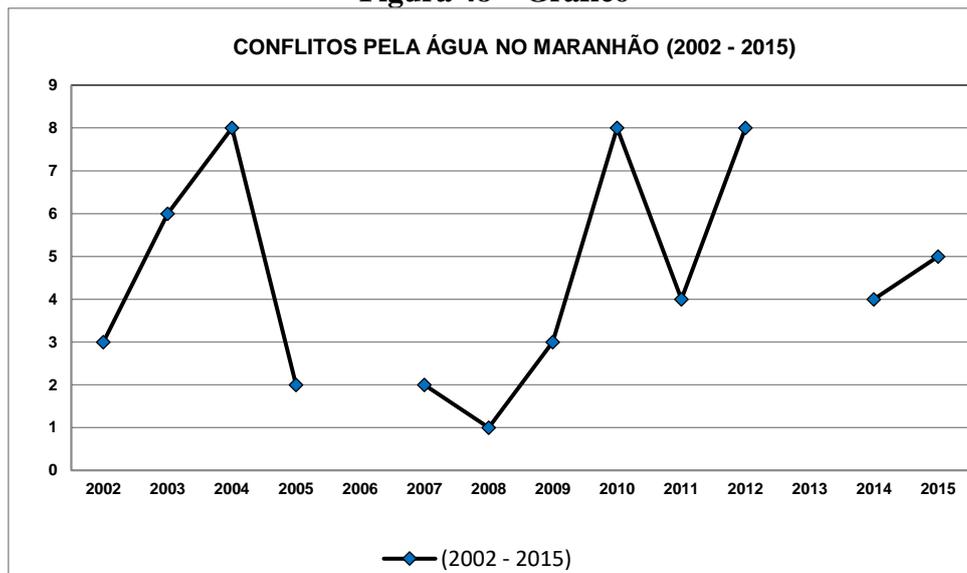
hídrico dos altos índices pluviométricos e da porosidade da estrutura geológica (FEITOSA & TROVÃO, 2006, p.83).

Com toda essa riqueza de águas, era de se esperar que o capital navegasse no estado, legitimado pelo desembarque do “desenvolvimento” e antecedido pelo incerto comprimento da proa dos conflitos. O uso desmedido da água e a sua apropriação privada multiplicam os conflitos territoriais, onde o capital se espraia. Os conflitos pela água ocorrem correlatos as relações de poder no espaço, isto é, disputas em torno dos territórios, uma vez que os conflitos por água são também por terra, o contrário não necessariamente se sustenta (SODRÉ & MATTOS JÚNIOR, 2016b, p.219).

Os conflitos sociais existem porque a água está ameaçada como bem comum. O aprisionamento da água para uso privado, para a sua mercantilização direta ou na forma de minérios, energia, insumo na produção agrícola e industrial, é o que a torna escassa e motivo de disputa. A água pode ser tratada como um mero recurso natural, na visão de empresas e, muitas vezes, de governos, ou como um bem essencial à própria vida. A disputa se dá por interesses e formas radicalmente diferentes de se relacionar, e os conflitos se intensificam entre a visão diversa do capital viabilizado pelos governos e a visão cosmológica dos povos e comunidades tradicionais (PACHECO, 2013, p.98).

Desde o ano de 2002 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem realizado o levantamento dos conflitos pela água no país, embora os números sejam ainda maiores, os apresentados são ilustrativos do crescimento. Apesar do Maranhão apresentar uma média de pouco mais de quatro conflitos nessa série histórica, ele ocupa a quinta colocação no número de casos registrados, ficando atrás de Minas Gerais, Bahia, Pará e Pernambuco. No mapa de conflitos por água no Maranhão, mostramos a distribuição espacial dos conflitos pela água no território maranhense. A Figura 48 traz a evolução dos conflitos pela água entre 2002 e 2015.

Figura 48 – Gráfico



Fonte: CPT, 2002 – 2015

Org.: Sodré, 2017

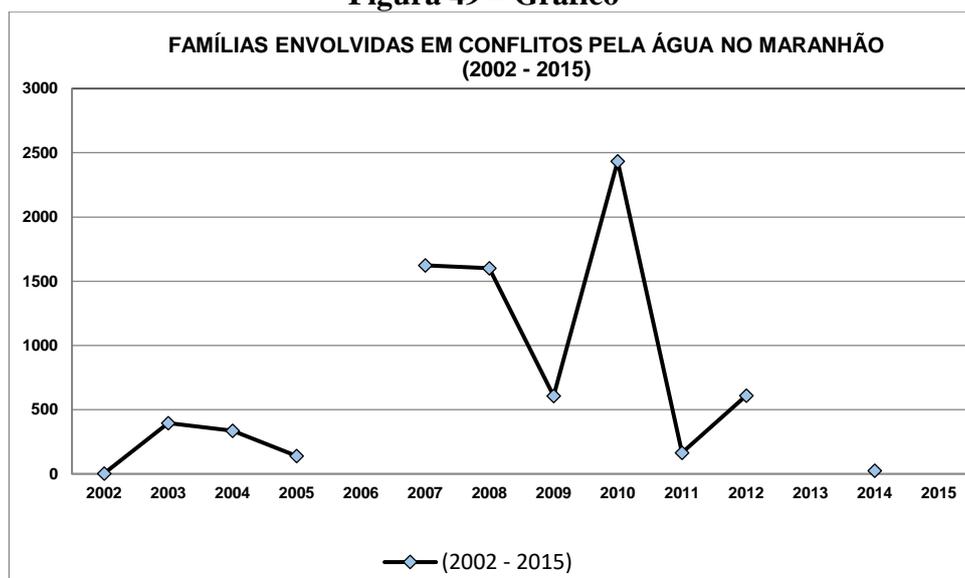
A média de conflitos pela água é de 4 por ano. Os maiores números foram registrados em 2003, 2010, 2012, em cada um desses anos foram contabilizados 8 registros. Nos anos de 2006 e 2013 não houveram registros de conflitos pela água à CPT. Segundo a Comissão, dos 54 conflitos registrados no Maranhão em 14 anos, 49% são pelo uso e preservação, em que se encontram situações de diminuição do acesso a água, ameaças de expropriações, pesca predatória, destruição e/ou poluição, entre outros. Como já afirmamos, os conflitos pela água são conflitos pelo território, onde a disputa pela água as vezes está diretamente relacionada a terra. Dessa forma, os sujeitos envolvidos nos conflitos por água não diferem dos que conformam os conflitos pela terra, assim como na terra, alianças políticas e leis são usadas para regular o uso e a propriedade da água.

A apropriação particular, responsável por 38% dos conflitos no Maranhão tornam mais visíveis essa relação, que se materializa pelo impedimento do acesso ao território, pela expropriação e pela degradação em seus mais variados níveis. A construção de barragens e açudes – maior causa de conflitos por água no Brasil (CPT,2013) – apresenta 11% dos casos. O que ressalta o estado como empreendedor de grandes obras hídricas, ainda que elas sejam destinadas a atender uma parcela mínima da população.

No período analisado a CPT contabilizou 7.938 famílias em situações de conflitos pela água no Maranhão, Na Figura 49 é possível analisarmos a evolução

desses casos. Os maiores registros ocorreram nos anos de 2010 e 2007, quando, respectivamente, 2.435 e 1.623 famílias entraram em conflitos pela água. Nos anos de 2006 e 2013, como já mencionado, a CPT não teve registros de conflitos pela água, embora tenha havido conflitos em 2015, a Comissão não conseguiu contabilizar o número de famílias em conflitos.

Figura 49 – Gráfico



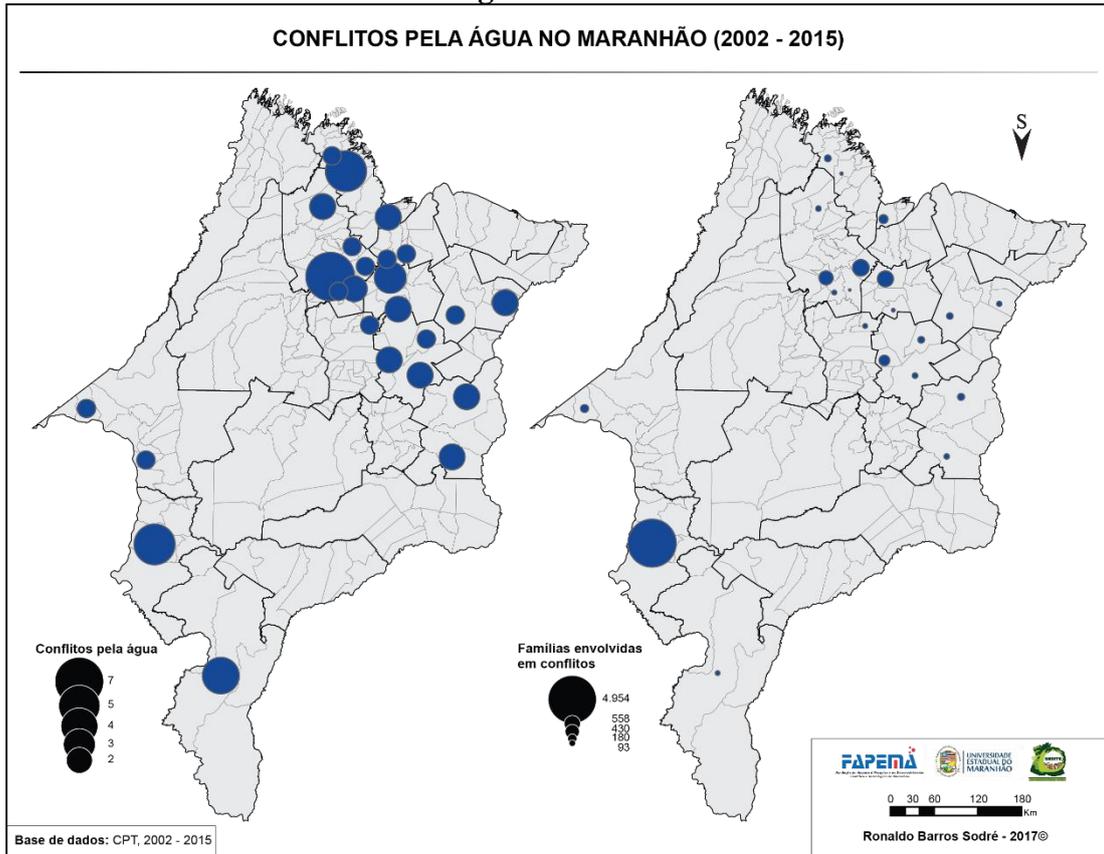
Fonte: CPT, 2002 – 2015

Org.: Sodré, 2017

A Figura 50 apresenta a espacialização dos conflitos pela água e o número de famílias envolvidas nessa categoria de conflito. A Baixada Maranhense apresenta o maior número de conflitos, é nela que está inserido o município com maior número de registros, Cajari, com 7 casos contabilizados. O município de Estreito, onde foi construída a UHE de Estreito, aparece em segundo lugar com 5 casos de conflitos.

Quanto ao número de famílias, Estreito registra os maiores números. Nos anos de 2007 e 2008 – quando iniciaram as obras do empreendimento – 1.600 famílias estiveram envolvidas em conflitos pela água. Até o ano de 2011 – quando estavam encerrando as obras de construção da Usina – foram registrados conflitos no município. O segundo município com os mais altos números de famílias em conflitos é Anajatuba, com 600 famílias. Cajari fica na terceira posição quanto ao número de famílias em conflitos pela água, 430.

Figura 50 – Prancha



Nos casos identificados no Maranhão os conflitos pela água possuem em sua natureza uma pluralidade de formas e regularidades próprias. São divisíveis, entretanto, as classes envolvidas possuem relações antagônicas, o que torna quase impossível dirimir os desentendimentos e gerir a água de modo compartilhado. Parte integrante do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) são compostos por representantes do governo, em todas suas esferas, representantes pelos usuários de água e representantes da sociedade civil e instituições técnicas e de ensino. Dentre outras competências em sua área de atuação, os CBHs devem “arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos” (art. 38. inc.II da Lei N°9344/1997) (Brasil, 1997).

A sede incessante de lucro exige do capital a incorporação de territórios de povos que ainda mantem laços estreitos com a Natureza. A oposição de interesses obriga os camponeses, ribeirinhos, pescadores, atingidos por barragens etc., a lutar contra a apropriação particular dos recursos hídricos, ou em sentido mais abrangente, a lutar pela terra (SODRÉ & MATTOS JÚNIOR, 2016b, p.222).

4.5 A luta pela terra e os assentamentos

Segundo a CPT (2013, p.10) os conflitos por terra são ações de enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a territórios como os seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, entre outros sujeitos.

Portanto, ocupações e/ou retomadas por meio de ações coletivas na (re)conquista de um território estão inseridas na categoria de conflitos por terra, assim como os acampamentos, entendidos como espaços coletivos de luta e formação camponesas. Ocupações e acampamentos são processualidades de enfrentamento, resistência e recriação, como forma contemporânea do campesinato. Para Fernandes (1999, p.8):

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado.

O acampamento por sua vez é entendido como um espaço de luta e resistência onde se reivindica a terra para produção e moradia. A formação de um acampamento acontece principalmente mediante aos trabalhos de base, que resultam da organização de famílias inseridas em movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2012a). Estrategicamente as famílias montam os seus barracos na beira das estradas, onde as difíceis condições de vida, por si só, denunciam para a necessidade de uma Reforma Agrária, além do mais, são territórios juridicamente amparados pela constituição.

É importante complementar que os acampamentos na beira das estradas fazem parte de um modelo de ocupação que se faz preciso a partir do ano 2001, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a medida provisória nº 2.109-50, na qual afim de impedir a criação de um acampamento, o governo passa a “proibir a desapropriação de uma terra enquanto a mesma estiver ocupada e durante os dois anos subsequentes à desocupação”. (COMPARATO, 2003, P. 98).

As ocupações e acampamentos são estratégias de luta pela terra frente à estrutura fundiária historicamente concentrada. Nesse sentido, as ocupações de terras que não cumpram sua função social, que desrespeitem leis ambientais e trabalhistas, são formas

pelas quais os movimentos sociais buscam chamar atenção para suas problemáticas. Essas lutas muitas vezes são atendidas por políticas como os assentamentos rurais, que de forma lenta e limitada, não provocam transformações na estrutura fundiária e agrária, mas contribui num quadro de mudanças isoladas.

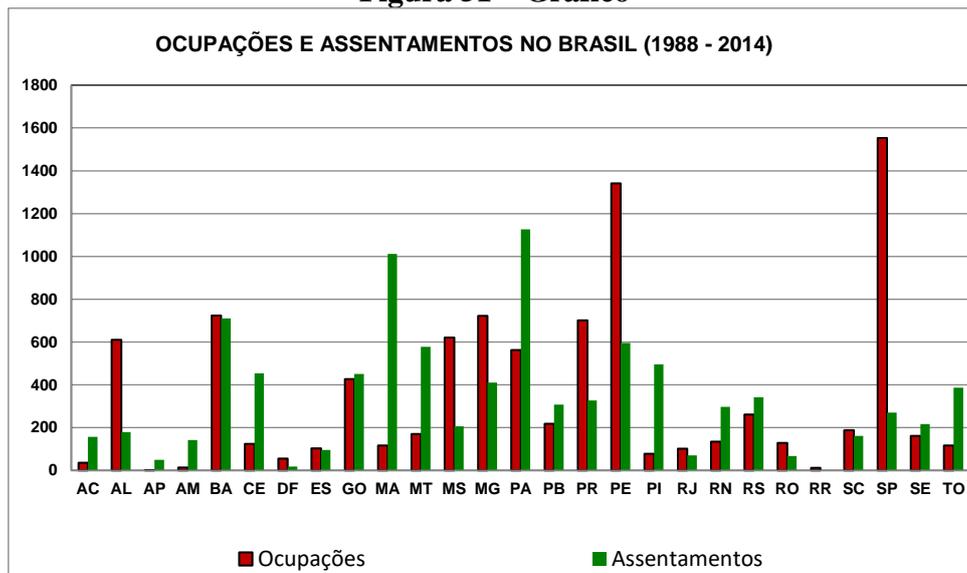
Analizamos os acampamentos e ocupações, juntamente com os assentamentos, por entender que esses últimos são importantes para o processo de (re)criação do campesinato, posto que eles são o triunfo dentro de um contexto maior.

4.5.1 Assentamentos

De acordo com Carter e Carvalho (2010, p.291) há um consenso entre os estudiosos da questão agrária que não haveria distribuição de terras no Brasil se não fosse a forte pressão social exercida pelos camponeses.

Não obstante, alguns setores do governo e as mídias de grande circulação nacional tentam provar o contrário, que as lutas camponesas em nada influenciam na criação de assentamentos, pois para eles, o “o governo não faz reforma agrária onde os sem terra estão organizados” (ISTOÉ, 2008). Para aqueles que temem a reforma agrária e todas as transformações que ela pode causar, verdades são ditas até onde lhes é de interesse e se tornam meias verdades, como é o caso das contidas na Figura 51, onde podemos notar que os estados que agregam os maiores números de ocupações apresentam em contrapartida menos assentamentos que outros com menor tradição nesse tipo de pressão social (SODRÉ, 2015, p.42).

Figura 51 – Gráfico



Fonte: DATALUTA, 2015

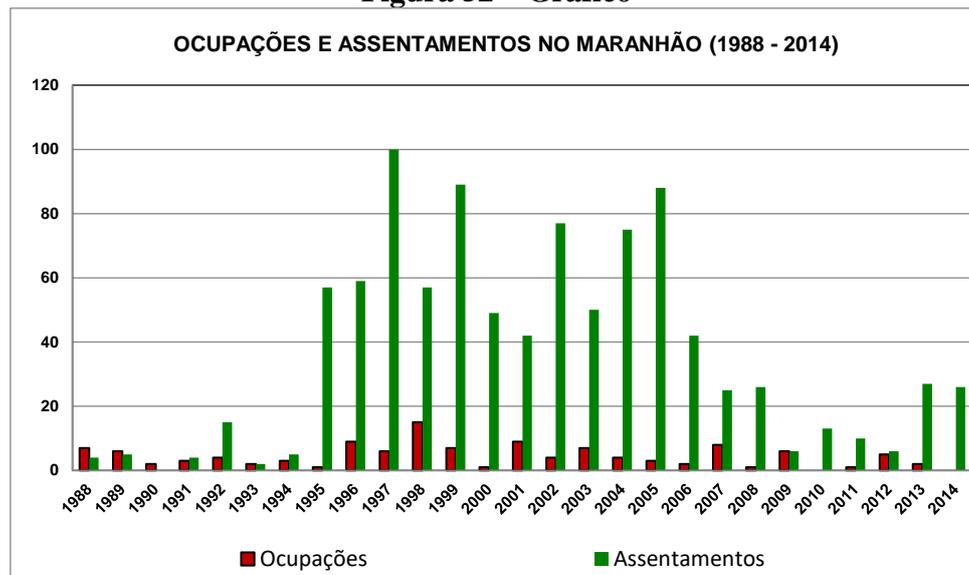
Org.: Sodré, 2017

A Figura 51 mostra que o governo assenta mais no Norte, enquanto as ocupações se concentram no Centro Sul. Em outro trabalho (SODRÉ, 2015, p.42) fazemos alguns questionamentos: não existe luta no Norte do país? O Estado reprime as lutas do Centro Sul por conta dos números de assentamentos rurais? Dois elementos nem sempre considerados nessa discussão são os projetos de colonização criados pelos militares e a regularização da situação dos posseiros que há gerações vivem em determinadas áreas.

No Norte, principalmente nos estados que fazem parte da Amazônia Legal, ainda é comum que os assentamentos sirvam para regularizar a situação de famílias que já estão territorializadas as vezes há várias gerações, mas não possuem o título de propriedade da terra. Embora essas famílias via de regra, não vivenciem os mesmos litígios das que ocupam terras, isso não significa dizer que elas não vivam em constantes conflitos com grileiros, fazendeiros, com posseiros, entre outros.

Na Figura 52 observamos que ao longo dos anos, existe um distanciamento entre assentamentos criados e ocupações realizadas. Se até o ano de 1991 tínhamos uma certa equivalência em números de ocupações e assentamentos, a partir de 1995 observamos que foram criados mais assentamentos e as ocupações seguiram na mesma quantidade, mas com algumas oscilações, ora para mais ora para menos.

Figura 52 – Gráfico



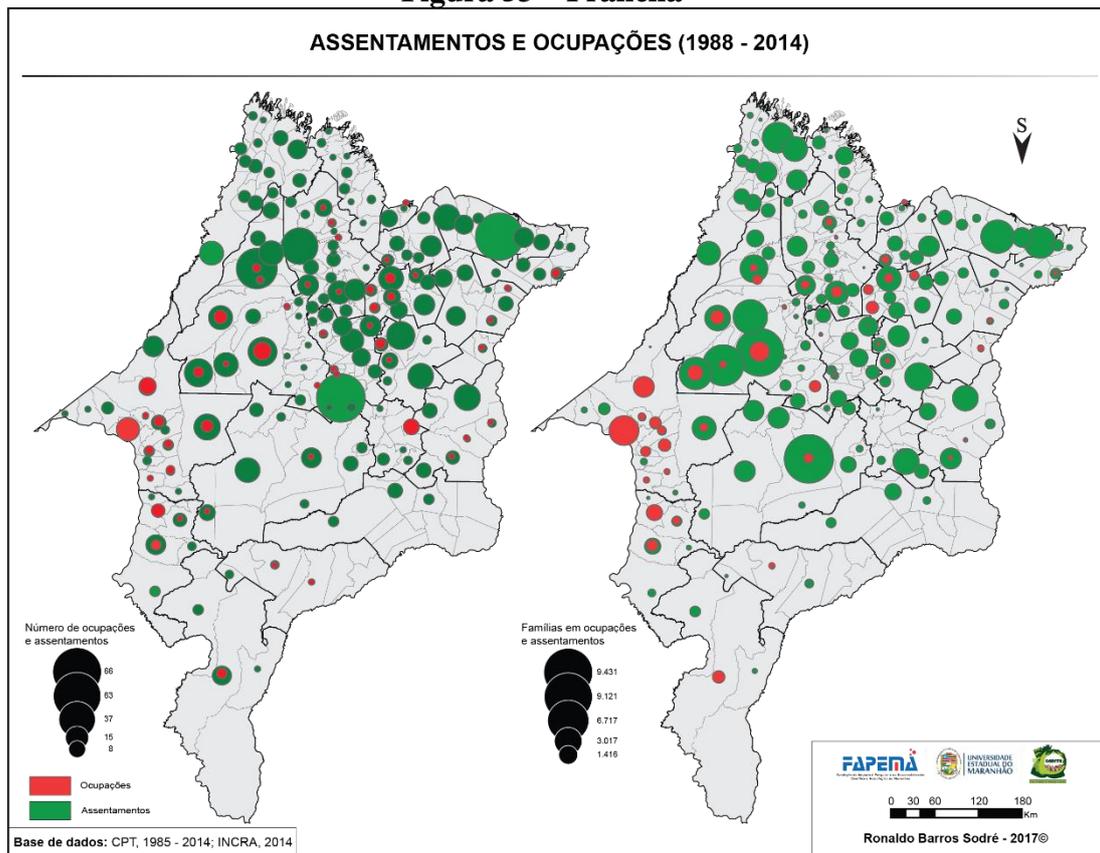
Fonte: DATALUTA, 2015

Org.: Sodré, 2017

Na Figura 53 notamos que o Maranhão apresenta uma grande quantidade de assentamentos e poucas ocupações de terra. Acompanhamos Mattos Júnior (2010, p.65) na sua conclusão que no Maranhão as ocupações realizadas não coincidem com o número de famílias assentadas. Nesse estado houve um intenso processo de regularização da situação fundiária, na medida em que as famílias já ocupavam as áreas. Situação inversa do que acontece em outras regiões do país em que o número de ocupações é muito maior do que a criação de assentamentos.

O norte maranhense apresenta os maiores números de assentamentos rurais, com destaque para as microrregiões de Pindaré, Baixada Maranhense e Médio Mearim. Quanto ao número de assentamentos, a microrregião de Pindaré apresentam as maiores quantidades de famílias. As ocupações de terra no período analisado ocorreram, principalmente, nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré.

Figura 53 – Prancha



Ainda de posse das informações da Figura 52, notamos que a partir do segundo lustro década de 1990, houve um intenso processo de criação de assentamentos, que acompanhou uma tendência nacional após o aumento de conflitos e de violência no campo. Para Mattos Júnior (2010) esses assentamentos não permitiram mudanças significativas na estrutura fundiária e funcionam do ponto de vista do Estado como instrumento de minimizar conflitos e de cumprimento de compromissos assumidos em campanhas eleitorais.

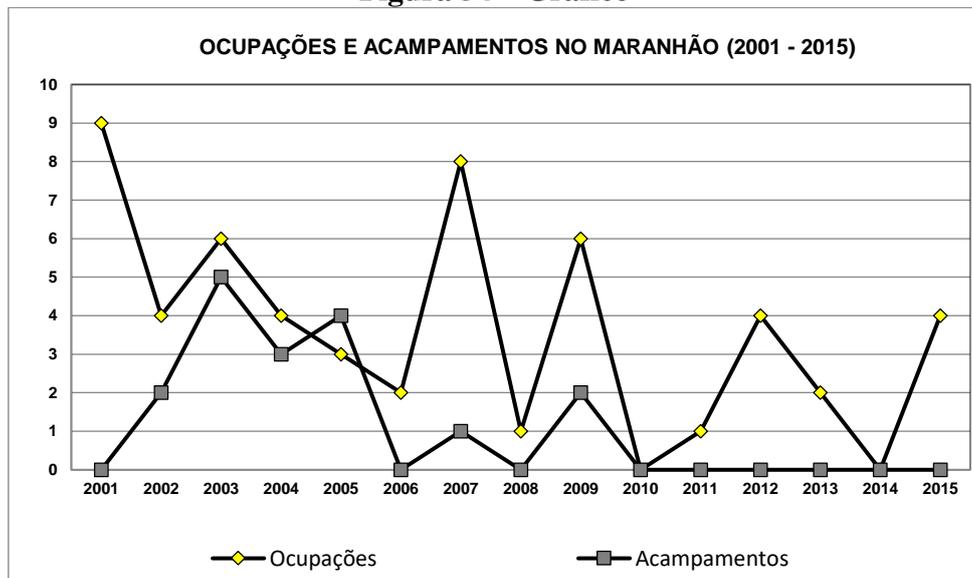
Entendemos que do ponto de vista das famílias camponesas, a criação de assentamentos no Maranhão funcionou muito mais do que uma situação de regularização fundiária, pois o crédito fomento, crédito alimentação e crédito habitação possibilitaram significativas mudanças, como a substituição de casas de taipa ou de palha por casas de alvenaria. Ou ainda, a possibilidade de acesso a um conjunto de políticas públicas que viriam ser criadas a posteriori.

4.5.2 Ocupações e acampamentos

Conforme visto na Figura 51 o Maranhão apresenta o segundo maior número de assentamentos rurais do país, por outro lado, possui um pequeno número de ocupações de terras. Em quinze anos foram registrados pela CPT apenas 48 ocupações de terras e 17 acampamentos. A Figura 54 apresenta a quantidade de ocupações e acampamentos no período que vai de 2001 a 2015. De forma geral, observamos uma constante diminuição das ocupações e acampamentos. Os maiores números de ocupações foram registrados em 2001, 2003 e 2007, notamos ainda que em 2010 e 2014 não foram registradas pela CPT nenhuma ocupação de terra.

Notamos ainda o baixo número de acampamentos, 2003 aparece como o ano com maior registro de acampamentos, 5 no total, em seguida o ano de 2005 com 4. Entre os anos de 2010 e 2015 não foram erguidos nenhum acampamento no Maranhão, situação que se repetiu em anos anteriores.

Figura 54 – Gráfico



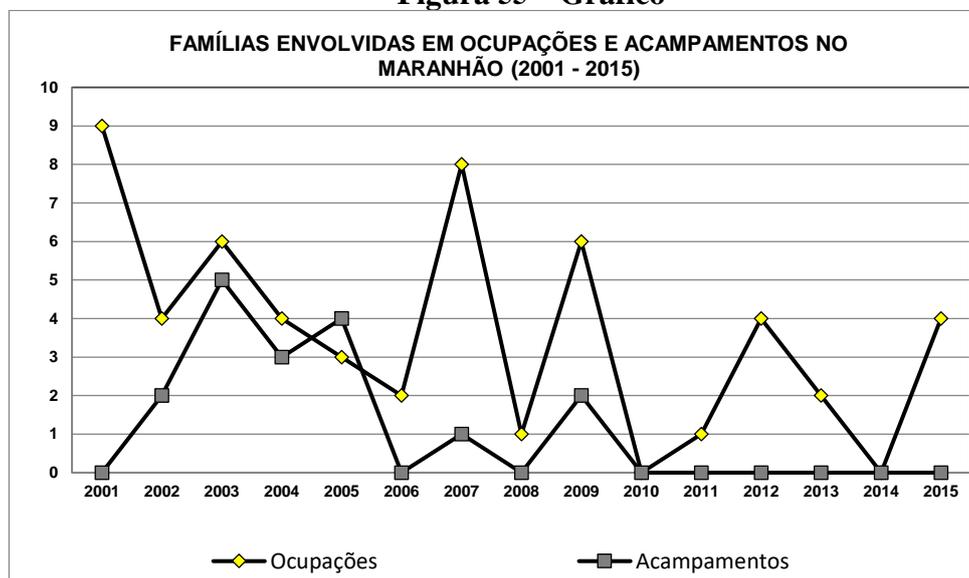
Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

A Figura 55 apresenta o número de famílias envolvidas nas ocupações e nos acampamentos contabilizados pela CPT no Maranhão no período de 2001 a 2015. A maior quantidade de famílias em ocupações está nos anos de 2003, 2004, 2007 e 2012, nesses quinze anos a média de famílias em ocupações de terras é de 537 família/ano. Quanto aos números de famílias que participaram de acampamentos, os maiores registros são encontrados nos anos de 2003, 2004, 2005, 2007 e 2009. A média de

participação de famílias camponesas em acampamentos no Maranhão é de 185 família/ano.

Figura 55 – Gráfico



Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

Nas Figuras 56 e 57 expomos a espacialização das ocupações e acampamentos no Maranhão. As ocupações estão distribuídas em 14 microrregiões geográficas, sobressaindo-se as microrregiões de Imperatriz e Pindaré, onde foram registradas ocupações em pelo menos cinco municípios diferentes. Esses municípios são historicamente palcos de ocupações de terras sob a organização de movimentos de mobilização, tais como sindicatos, associações, sindicatos e movimentos sociais. O município com o maior número de ocupações foi Bom Jardim (5) na microrregião de Pindaré, Bom Jesus das Selvas (3) na mesma microrregião, Porto Franco (3) e Balsas (3), localizados respectivamente nas microrregiões de Porto Franco e Gerais de Balsas, ambas conhecidas pelo alto grau de espacialização do agronegócio. Os municípios que registraram o maior número de famílias em ocupações foram Bom Jesus das Selvas (925), Buritirana (600) na microrregião de Imperatriz e Imperatriz (600) na microrregião de Itapecuru Mirim.

Os acampamentos estão espacializados em 8 microrregiões geográficas, as microrregiões de Imperatriz e Codó se destacam por apresentar um acampamento em três municípios diferentes. Lembramos que Codó, é o município maranhense que registrou entre 2001 e 2015 os maiores números de conflitos por terra e que conta hoje

com atuante participação de entidades ligadas ao Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba. Os municípios que registraram até 2 acampamentos foram Bom Jardim e Bom Jesus das Selvas, localizados nas microrregiões de Pindaré e Tuntum na microrregião de Alto Mearim e Grajaú. Quanto ao número de famílias que participaram de acampamentos, destacamos Imperatriz (600), Cidelândia (600) na microrregião de Imperatriz, Tuntum (332) e Bom Jardim (296).

Figura 56 – Prancha

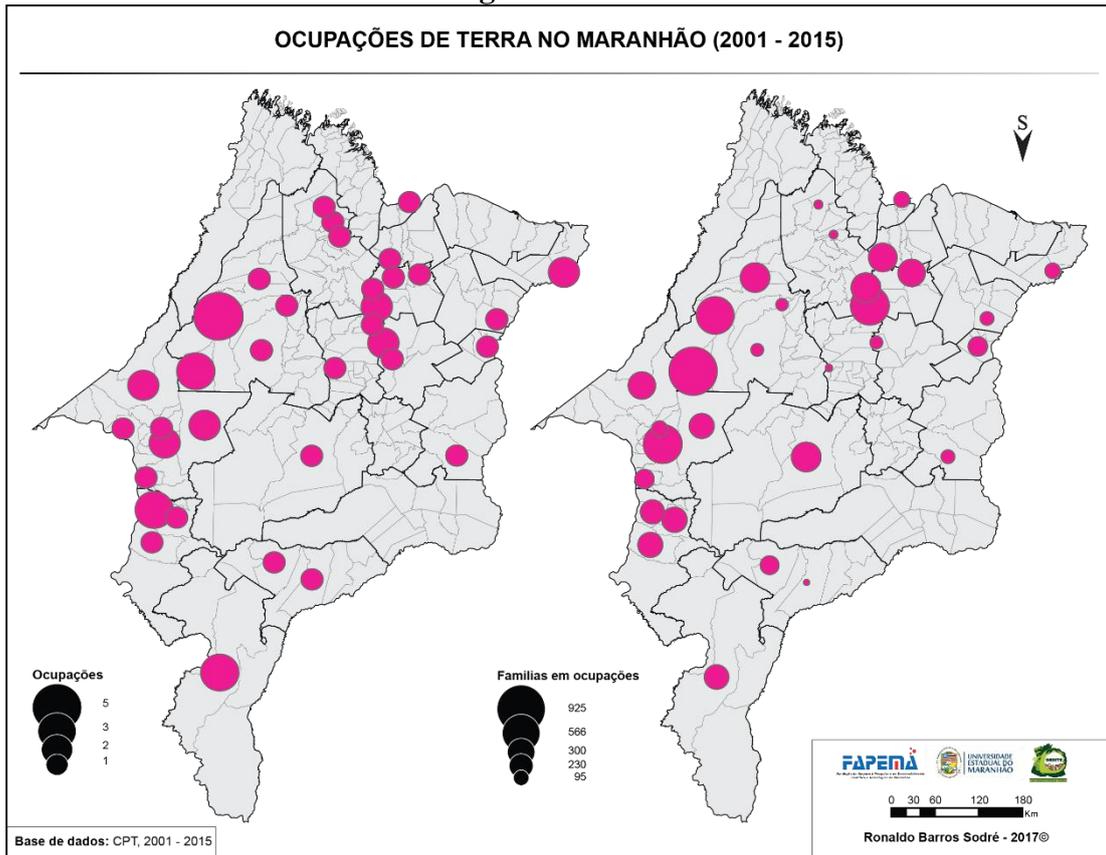
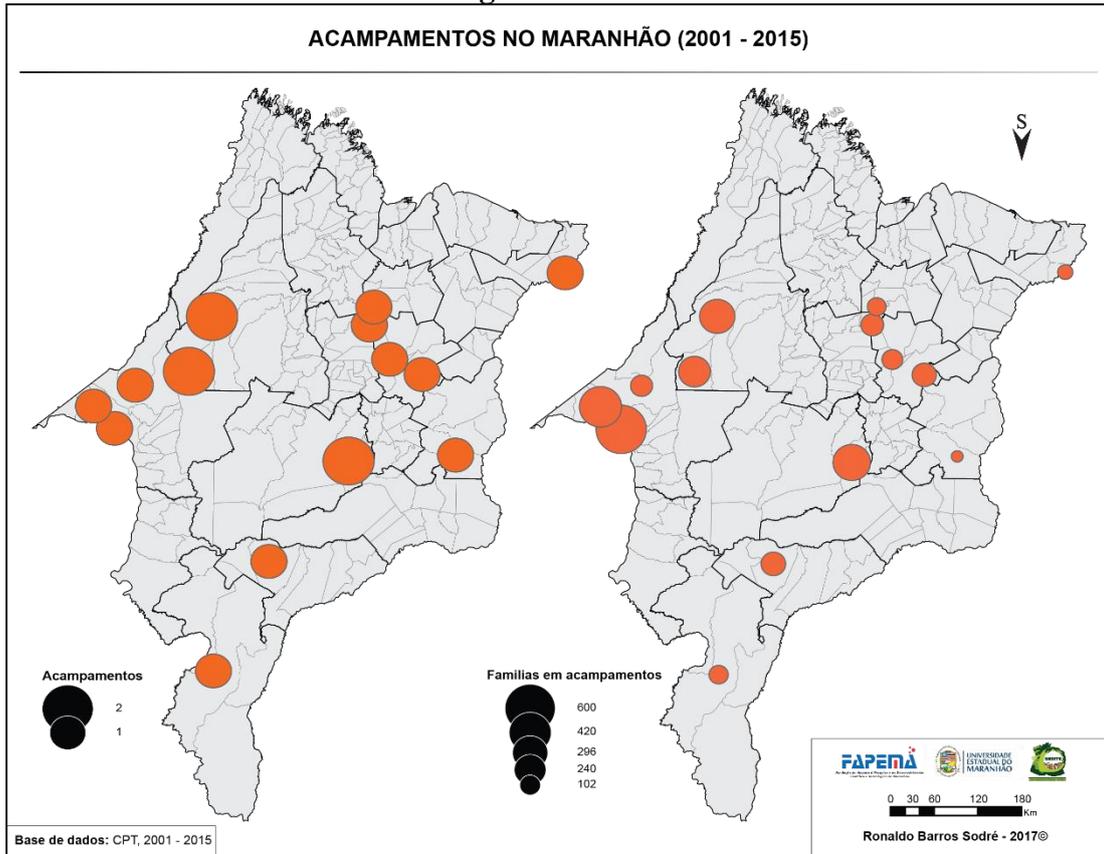


Figura 57 – Prancha

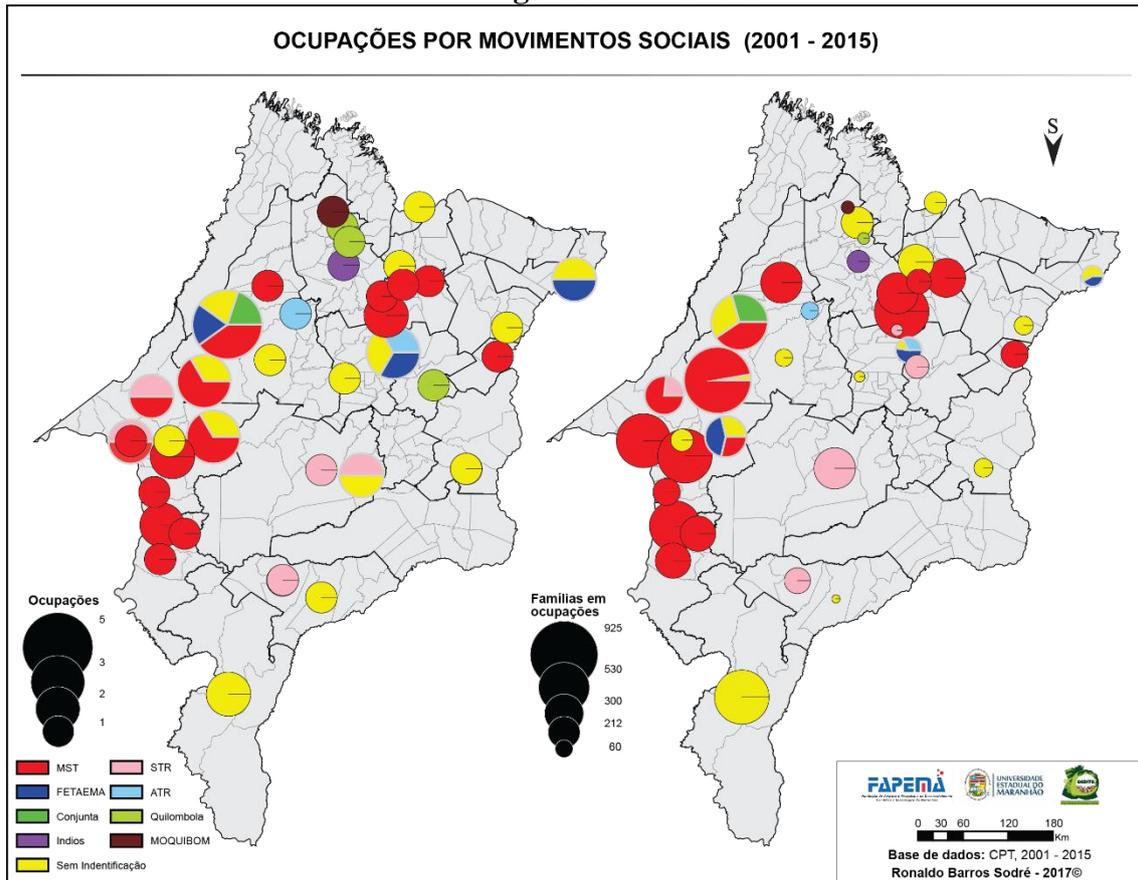


Na Figura 58 analisamos ocupações a partir da organização de segmentos camponeses no período de 2001 a 2015. Dessa forma, observamos a participação de diversas entidades em ocupações. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) realizou ao menos 22 ocupações, principalmente no oeste do estado. A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), entidade filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG), realizou ocupações em ao menos três municípios de diferentes regiões do Maranhão. Os movimentos sindicais desempenham importante trabalho na mediação de interesses de camponeses no Maranhão, no nosso período de análise, a CPT registrou ocupações organizadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de Açailândia, Barra do Corda e São Raimundo das Mangabeiras; papel semelhante é desempenhado pelas associações. As Associações dos Trabalhadores Rurais (ATR's) de Alto Alegre do Maranhão e Tufilândia também reivindicaram a partir de ocupações.

Além do Movimento Quilombola (MOQUIBOM), importante movimento social do Maranhão, foram registradas ocupações de quilombolas, na Baixada Maranhense e

na Microrregião de Codó, regiões de ocupação antiga e com significativa parcela de população quilombola. Também foram registradas ocupações dos índios Gamela²⁴ na região da Baixada. Aconteceu ainda uma ocupação conjunta entre o MST e a FETAEMA, no município de Bom Jardim. Ocorreram também ocupações em ao menos treze municípios que a CPT não identificou a organização responsável.

Figura 58 – Prancha

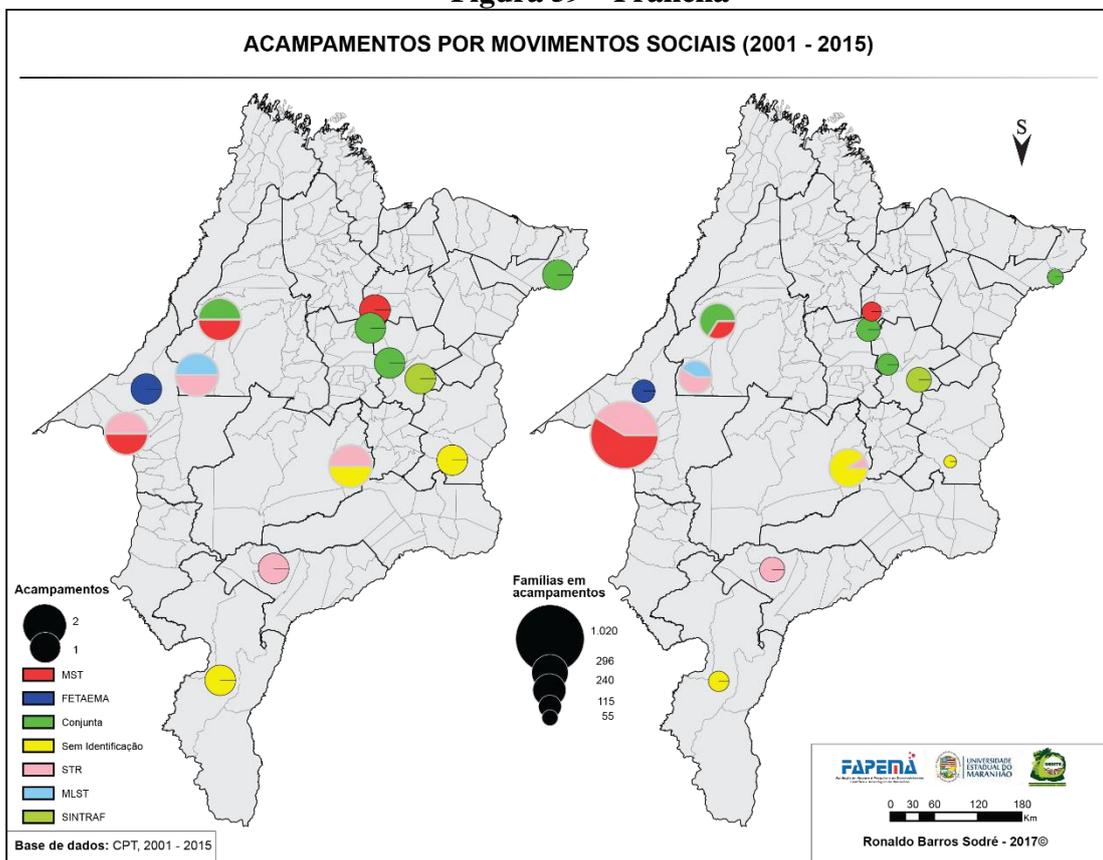


Conforme podemos observar na Figura 59, em menor intensidade que as ocupações, os acampamentos montados no Maranhão entre 2001 e 2015 foram erguidos pelo MST, FETAEMA, STR, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF), CPT e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

²⁴ Os Gamela são uma etnia indígena que possuem uma longa história de conflitos, migração, miscigenação, dispersão, extermínio e reorganização. Sem território demarcado, eles vivem em municípios da Baixada Maranhense. Desde o século XX os Gamela tem sofrido com intensos processos de expropriação ocasionados pela grilagem de terras. No ano de 2017, a questão Gamela ficou nacional e internacionalmente conhecida após um sangrento confronto com fazendeiros no município de Viana.

Com quatro acampamentos montados em distintas regiões do estado, estão famílias vinculadas aos STR's. O MST também teve três acampamentos. Chamamos atenção para os acampamentos montados com a participação conjunta de um ou mais organização, em 2002 a ocupação de uma área em frente à uma fazenda em Magalhães de Almeida contou com a participação da CUT, MST e CPT; no mesmo ano, trabalhadores vinculados ao MST e a FETAEMA ocuparam um Salão Paroquial em São Mateus do Maranhão, após sofrerem despejo. Em 2004 foi montado um acampamento às margens da BR-135 no município de Peritoró, o acampamento teve a participação da CPT e do STR. Em 2007, no município de Bom Jardim, a FETAEMA e o MST organizam um acampamento às margens da BR - 222.

Figura 59 – Prancha



Nos últimos anos ocupações e acampamentos como forma de pressão social possuem pouca expressividade quantitativa na luta pela terra no Maranhão, o que não significa dizer que não existam outras formas de resistência camponesa. Para Scott (2002) embora possam ser importantes, sintomáticos e de grande importância no

cenário político, esses eventos nos dizem pouco sobre a arena mais durável e cotidiana dos conflitos de classes e da resistência.

Scott (2002) analisa ainda que em grande medida, a historiografia da luta de classes tem sido distorcida em favor de uma posição centrada no Estado. Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos. Dessa forma, uma pequena rebelião pode se destacar mais que atos não anunciados que geram impactos maiores.

Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (SCOTT, 2002, p.11).

Nesse sentido, podemos dizer que as lutas camponesas no Maranhão do século XXI tem sido marcadamente “silenciosas”, em todo o estado, famílias resistem a expansão do capital e com todas adversidades lutam para de várias maneiras permanecer e reproduzir seus territórios.

Para muitas formas de resistência camponesa, temos toda razão de esperar que os atores permanecerão mudos sobre suas intenções. Sua segurança deve depender do silêncio e do anonimato; o tipo de resistência por si mesmo deve depender, para sua efetividade, da aparência da conformidade; suas intenções devem estar, assim, incorporadas à subcultura camponesa e à luta rotineira e normal para garantir a subsistência e a sobrevivência da unidade familiar, de modo a mantê-la inarticulada. (SCOTT, 2002, p.29)

Apesar das disputas por territórios se concentrarem onde classes opostas convergem seus interesses, os conflitos podem ser motivados por desencontros que açambarcam outros vieses, dentro de uma mesma classe, muito embora esses sejam de mais fácil resolução e, portanto, menos duradouros. Nesse sentido, quando as famílias camponesas participam de ocupações e acampamentos, elas sabem que esses embates entre realidades opostas, podem resultar em mudanças de um quadro de injustiça social, ou de uma outra forma, elas podem fazer parte dos diversos casos de violência no campo.

4.6 Poder, conflito e violência

Os conflitos agrários no campo brasileiro costumam acompanhar atos sociais violentos, que podem ir da violência verbal, como uma ameaça, até o mais extremo ato de violência, o cessamento da vida de uma pessoa. Portanto, consideramos importante, distinguir dentro das relações de poder, o conflito e a violência.

As relações de poder em torno da terra (território), alimentam conflitos e a violência, entendidos, respectivamente, como uma relação e uma teoria de relações e da ausência da ação e do diálogo, no entanto, são completamente opostas.

Os conflitos tendem a acompanhar atos danosos ou intimidatórios, isto é, violência. Dessa forma, distinguem-se ainda o uso da violência legal e da violência ilegal em um conflito. A violência ilegal contra a pessoa, é compreendida pelas ameaças, tentativas de assassinatos, assassinatos, chacinas, agressões físicas ou psicológicas (SANTOS, TEIXEIRA e BECKER, 1999 citados por BUAINAIN, 2008, p.47).

Para Buainain (2008, p.48) a violência ilegal em um conflito contra a posse e propriedade, inclui as vítimas de expulsão, destruição de casas, lavouras e também o patrimônio pessoal de famílias ameaçadas ou vítimas de despejo ou expulsão. A violência legal, regulariza essa violência através de decisões judiciais, como por exemplo, um despejo por ordem judicial de famílias acampadas.

É importante discriminar a violência do conflito, enquanto um conflito é a expressão da divergência de interesses, no âmbito do poder exercido, a violência pode ser a intensificação do conflito pelo uso da força, ela exclui e destrói o outro, diferente do exercício do poder (SAUER, 2008, p.234).

Embora já tenhamos discutido o conceito de poder como condição para a existência de um território. Sabemos que o poder emana de relações multidirecionais e não se restringe a esfera do território. Um conflito por terra, assim como todo conflito agrário, é um encontro de divergências políticas, dentro das relações de poder. Não é, portanto, uma expressão da violência.

A violência faz parte do corpo político de toda sociedade, como conceito, ela possui muitas matrizes discordantes. Um dos discursos clássicos, é o da não-violência em aspectos da vida social. Jean-Jacques Rousseau (1983, apud BARP, 1997, p.10) parte da constatação de que o homem nasce com boa índole, mas as instituições

corrompidas da sociedade o tornam pervertido. A desigualdade é um aspecto dessa sociedade e a violência seria seu sustentáculo.

Para Rousseau, as revoluções devolveriam a possibilidade de uma nova sociedade, onde haveria igualdade, e a violência, como elemento de uma sociedade destruída, não existiria. Hobbes (1999) segue uma linha distinta, para ele, a violência é da natureza humana, é exterior ao ingresso do homem na sociedade. A ideia de contrato parte do medo que os homens sentem um do outro e isso lhes obriga ter uma convivência social. Estando o pacto entre homens ameaçado, finda-se o contrato social.

A busca de poder cria um estado de tensão e o Estado, o Leviatã (o grande monstro), deve buscar meios de manter o contrato na sociedade. Para Hobbes, a violência deve ser usada para que o Estado mantenha o contrato social, ele parte da concepção de que palavras em si não sustentam nenhum acordo. Os usos da violência mostram que o Estado Moderno se alicerça teoricamente no Leviatã. Seja no campo ou na cidade os números refletem a violência como uma ferramenta a serviço do Estado²⁵.

Concordando com Trotsky, Max Weber acredita que todo Estado é um domínio do homem sobre o homem baseado na violência legítima (ARENDR, 1970). Arendt contesta Weber e outros pensadores que tomam como consenso, a violência como uma flagrante manifestação do poder (político), isto é, o poder exercido a partir da efetividade do domínio. Isso seria considerar o poder como organização da violência, como instrumento de opressão de uma classe, ou seja, o poder sobre o domínio do Estado.

Arendt concorda que o governo é a essência do Estado, assim como todas instituições políticas são manifestações e materializações do poder, não a violência. O poder político pertence ao povo, já que não existem governos apoiados unicamente na violência. Recorrendo a Montesquieu, afirma ainda que um governo tirano é um dos mais violentos, por outro lado, um dos menos poderosos.

Em outro trabalho, Arendt concluiu (1997 apud SAUER, 2008, p.236) que o “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareção do poder”.

²⁵ Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) referente ao ano de 2015, foram registradas 58.492 mortes violentas intencionais, uma modesta queda em relação ao ano de 2014, quando foram registradas 59.730 mortes. Por outro lado, aumentou o número de mortes decorrentes de intervenções policiais, enquanto em 2014 foram contabilizadas 3.146 mortes, 2015 registrou 3.345 casos.

A violência faz parte do universo dos conflitos no campo e significa uma das características mais marcantes na tentativa de retomar o poder em uma ação de natureza política. A violência no campo é uma resposta as manifestações de trabalhadores e trabalhadoras que se organizam, exigem e resistem de vários modos para obterem o que reivindicam.

O Estado de Direito é quase ausente na mediação de situações conflitivas no campo, porém, se faz presente em ações de repressão ou cobrança sobre ações que ameaçam a si, principalmente se levarmos em conta que a classe de grandes proprietários se mantém a partir do aparato do Estado. O poder público mantém o privado.

De acordo com Feliciano (2015b, p.830) o início do século XXI no campo brasileiro tem sido marcado por intensificação, concentração e aumento da violência, ligada à concentração e centralização do poder, não apenas de uma classe ou parte dela, mas também da sua unificação com o capital e também da ausência do Estado, o que leva o risco de retomada da barbárie no campo.

Os números da CPT (2001 - 2015) apresentam uma realidade assustadora, em quinze anos, foram registrados 20.408 conflitos agrários no Brasil, envolvendo 10.907.408 pessoas. A violência ilegal também é quantificada e a sua forma mais violenta merece destaque, entre 2001 e 2015 foram assassinadas 562 pessoas em conflitos agrários. Apesar do país ter grandes extensões territoriais, a má distribuição de terras, leva situações de violências que beiram a barbárie. Foram contabilizadas ainda 830 tentativas de assassinatos e 3.236 ameaças de morte.

Conforme mostramos na Figura 11 o Maranhão é o terceiro estado com maior número de vítimas de assassinatos no campo, nos quinze anos (2001 -2015) que compreende a nossa análise, foram assassinadas 45 pessoas, números maiores foram registrados pelo estado de Rondônia e do Pará, respectivamente os estados contaram com 60 e 212 assassinatos no campo. Em tentativas de assassinatos, o estado do Pará também encabeça a lista, ao todo foram registradas 244 tentativas, em segundo Minas Gerais com 78, o Mato Grosso fica na terceira posição com 66 tentativas e o Maranhão em quarto com 58 tentativas de assassinatos. Em relação as ameaças de morte, o Maranhão contabilizou 630 ameaças, ficando atrás apenas do Pará, que somou 945 ameaças de morte no campo.

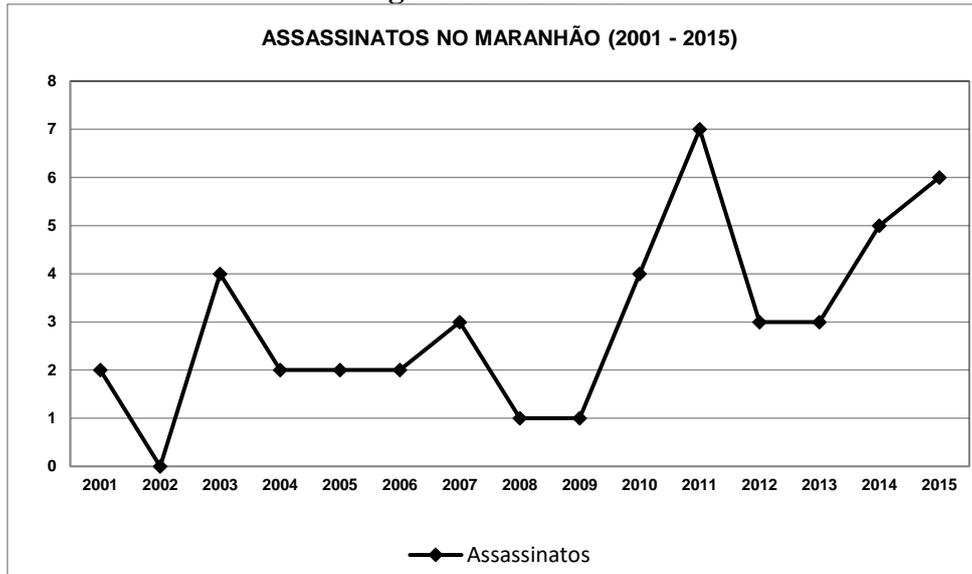
Os conflitos no campo são uma marca do desenvolvimento e do processo de formação do território brasileiro²⁶, muito embora se concentre na Amazônia, os conflitos não são características apenas das regiões de fronteiras, são fenômenos encontrados em todas as regiões do país. A violência aparece como uma forma de defesa do poder ameaçado, uma reação a uma situação de conflito. Segundo Porto-Gonçalves e Alentejano (2009, p.109) o modelo agrário-agrícola em desenvolvimento no Brasil tem caráter conflituoso e violento e se metamorfosea, é resultado de um modo de (re)produção histórico que tem na concentração fundiária e na violência, dois pilares que estruturam as relações sociais e de poder na sociedade brasileira, com implicações para além do mundo rural, implicam pois no próprio desenvolvimento do país.

A violência no campo é o caminho pelo qual o capital impõe mandos e desmandos, ainda mais em regiões de fronteira agrícola e de intensa territorialização de latifúndios como é o caso do Maranhão, que congrega o antagonismo de dois processos distintos que Oliveira (2003) chama de modernidade e barbárie, isto é, o agronegócio e sua roupagem de modernidade de um lado e o camponeses em conflito do outro.

O indicativo maior da barbárie no campo maranhense são os assassinatos como atos mais agudos da violência. Os primeiros dez anos de nossa análise mostram pequenas oscilações e um número de assassinatos que não ultrapassaram 4 registros ao ano. Conforme exibe a Figura 60 os números registrados em cinco anos representaram mais da metade dos assassinatos contados nos quinze primeiros anos do século XXI. Nesse período, somente em 2002 não foram contabilizados pela CPT assassinatos no campo, também merece notoriedade o ano de 2011, quando foram assassinadas 7 pessoas, apesar da pequena queda nos dois anos seguintes, os últimos dois anos voltaram a apresentar crescimento.

²⁶ C.F: Furtado, 2005.

Figura 60 – Gráfico



Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

As tentativas de assassinatos também apresentam grande oscilação, a Figura 61 apresenta a linha evolutiva das ameaças no nosso recorte temporal, observamos um crescimento a partir de 2003, quando a conjuntura política estimulou as lutas sociais no campo e conseqüentemente os conflitos. O ano de 2005 apresentou os maiores números de tentativas de assassinatos, 11, no ano seguinte houve uma queda significativa, uma tentativa de assassinato registrada, 2007 e 2008 vão registrar 7 tentativas cada, os segundos maiores números. Assim como nos assassinatos, 2015 sinaliza para um crescimento das tentativas de assassinatos.

Figura 61 – Gráfico

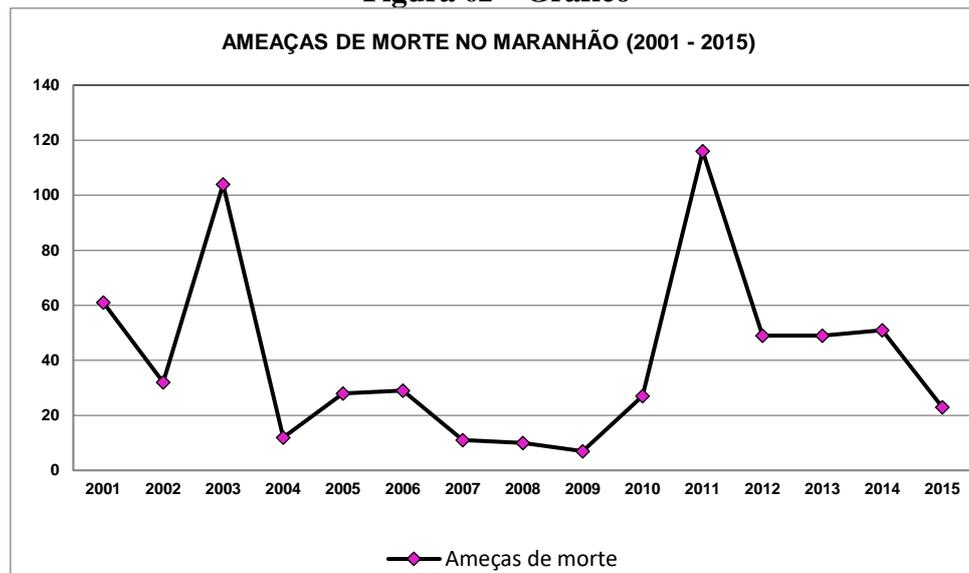


Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

As ameaças de morte também são atos de violência, pois colocam os trabalhadores em situação de tensão e/ou coação, podem ser implícitas ou veladas e acontecem principalmente quando se tenta romper com as estruturas de dominação que se perpetuam. Sabemos que esse tipo de violência é muito maior do que os que por hora aqui são apresentados, diferente dos assassinatos e tentativas de assassinatos, as ameaças não têm a mesma repercussão e divulgação. A Figura 62 indica os anos de 2003 e 2011 como os que tiveram os maiores números de ameaças, ambos, com números superiores a 100. Observamos ainda que no intervalo que separa os dois ápices é registrada uma queda, da mesma forma, observamos uma queda após 2011, com um pequeno aumento em 2014 e novamente uma queda no ano de 2015.

Figura 62 – Gráfico



Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

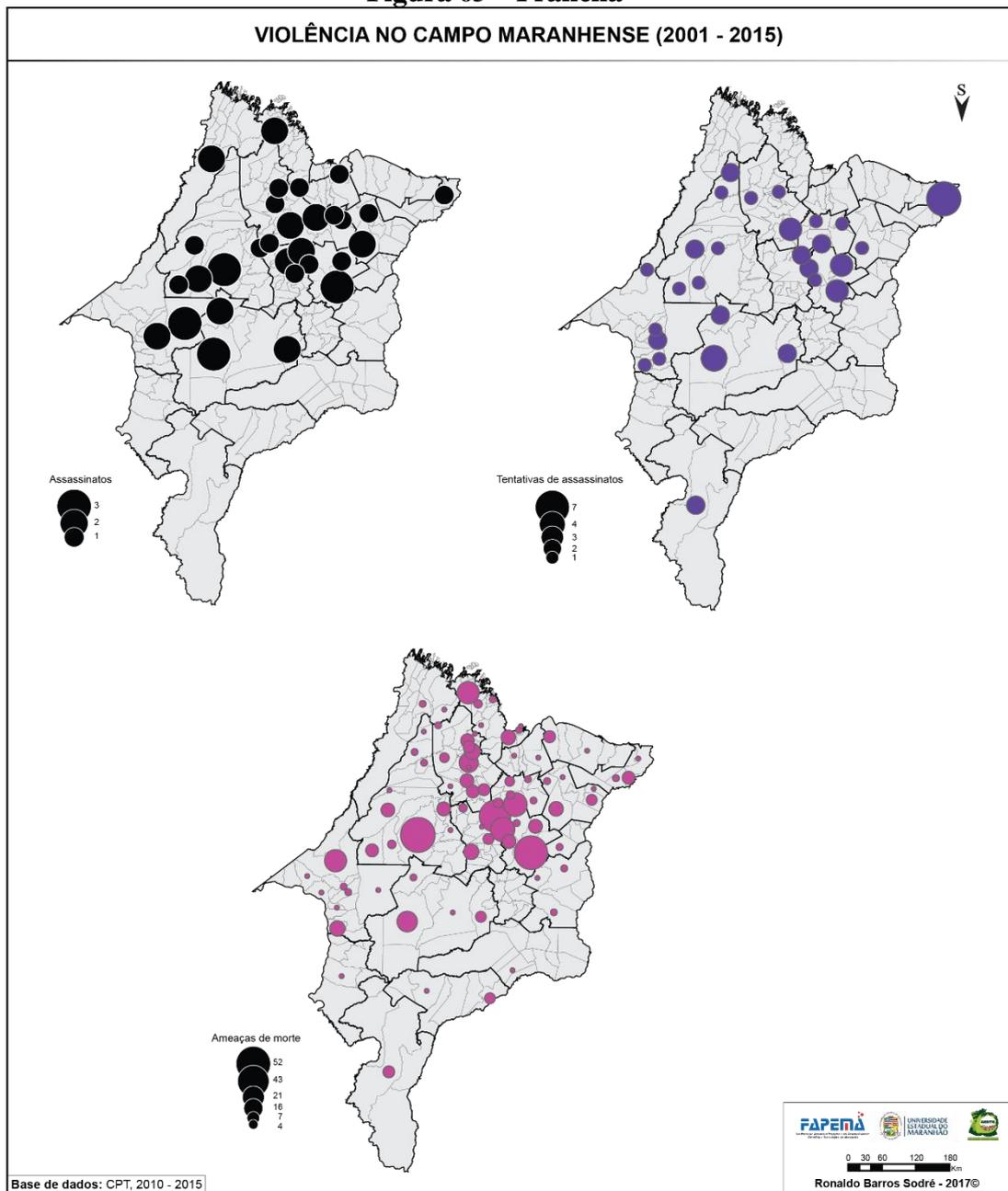
A distribuição espacial da violência no campo é apresentada na Figura 63, que conjuntamente traz mapas de assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte. Em relação aos assassinatos no campo, foram registradas mortes decorrentes desse tipo de crime em 30 municípios, os municípios de Amarante do Maranhão, Codó, Grajaú e Santa Luzia registraram 3 mortes, cada. As microrregiões com os maiores registros foram a do Médio Mearim e do Pindaré, respectivamente, elas tiveram 4 e 3 municípios diferentes registrando assassinatos. Ainda de posse do mapa de assassinatos no campo maranhense, notamos que as mortes estão distribuídas no centro-norte do estado.

As tentativas de assassinatos seguem uma distribuição parecida à dos casos consumados, porém abarcando um total de 27 municípios. Chamamos atenção para o município de Araiões na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense que registrou 7 tentativas de assassinatos, Grajaú com 4 tentativas e Arari, Codó e Timbiras com 3 tentativas de assassinatos, cada. As microrregiões que tiveram mais municípios com registros de tentativas de assassinatos foram a Pindaré com 6 e a de Codó com 4 municípios.

A violência no campo maranhense parece não ter fim, ainda mais quando analisamos os números das ameaças de morte, que parecem cada vez mais serem tratadas com naturalidade, por parte dos camponeses e trabalhadores rurais e pelo Estado que se mostra ausente nesse e em outros tipos de crimes. O mapa sobre

ameaçados de morte se mostra como o que abrange o maior número de municípios e regiões assim como apresenta os maiores quantitativos. A CPT registrou ameaças de mortes em 80 municípios do Maranhão, Santa Luzia na microrregião de Pindaré aparece em primeiro na lista com 52 ameaças de morte, em segundo Codó com 48 e São Mateus do Maranhão segue com 43 ameaças de morte. Numa análise por microrregião geográfica, a Baixada Maranhense teve 12 municípios que registraram ameaças de morte, a Microrregião de Pindaré aparece vem logo em seguida com 10 e a Microrregião de Imperatriz com 7 municípios.

Figura 63 – Prancha



A Violência no campo é estimulada pela impunidade, O Estado se torna um incentivador e financiador da violência, sua ação vai da omissão na regularização de territórios até o descaso com que é tratado os casos de assassinatos. Com base nos dados da CPT, Costa (2016, p. 34) mostra que dos 128 casos de assassinatos (com 138 vítimas) no período de 1985 – 2013, apenas 4 casos foram julgados, dois executores condenados e nenhum mandante sofreu penas.

4.7 Trabalho escravo

A CPT também registra como sendo uma forma de conflito, o desrespeito e a superexploração de camponeses e trabalhadores rurais. O trabalho escravo como caso extremo dos conflitos trabalhistas está de forma bastante presente no campo brasileiro. Concordamos com Sakamoto (2008) que a utilização de trabalho escravo contemporâneo não se configura como resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram à introdução do capitalismo, contudo, é um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão. Isto é, o capitalismo precisa de formas não-capitalistas para se desenvolver.

Fazendo uma leitura de David Harvey (2005) Rodrigues (2017, p.256) apresenta os três elementos que Harvey considera como essenciais no processo de acumulação como força motriz do capital. O primeiro será o excedente de mão de obra que irá formar o exército industrial de reserva. O segundo elemento é a existência de meios de produção que possibilitem a expansão da produção conforme o capital investido. Em ramos que a produção e a capacidade técnica são mínimas, a necessidade de mão de obra é maior, surge assim uma substituição dos meios de produção pela posse e força de trabalho. Um terceiro elemento é a existência de mercados para absorver as quantidades crescentes de mercadorias. Nas situações de aprisionamento da força de trabalho, em um primeiro momento haverá um choque, pois, não havendo liberdade da força de trabalho não haverá liberdade de consumo. A escravidão, principalmente a por dívida, é um recurso temporário inserido no contexto de acumulação do capital.

Com o crescimento do contingente de mão de obra há uma redução na participação relativa de trabalhadores na composição de capital, o excedente de trabalhadores alijados de emprego facilita a apropriação da força de trabalho pelos capitalistas. O território capitalista que absorve essa mão de obra geralmente possui pouca capacidade técnica, os trabalhadores irão substituir a inexistência dos meios de produção, seja em grandes fazendas, no corte da cana, nas carvoarias e em outras atividades que necessitam de trabalho humano.

A escravidão contemporânea não é um desvio, portanto, e sim mais uma aparente contradição do capital que utiliza formas que parecem negar a sua própria natureza, ignorando assalariamento e o contrato social estabelecido entre tomadores e vendedores de força de trabalho. Parte do Estado tem desempenhado um importante papel nesse processo ao garantir as condições estruturais e financeiras e segurança para possibilitar o desenvolvimento

econômico em situações e regiões de expansão agropecuária e do extrativismo. Proprietários rurais que utilizaram mão de obra escrava possuem representação política ou participam direta ou indiretamente das decisões que protegem esse modelo (SAKAMOTO, 2008, p.111).

O trabalho escravo contemporâneo no campo brasileiro apresenta características comuns como as formas cruéis de intimidação e a predominância da mão de obra de migrantes aliciados em regiões distante de onde são escravizados. Os trabalhadores são submetidos a longas jornadas de trabalho e a condições subumanas de alimentação, moradia e salubridade. O instrumento de controle mais utilizado é a dívida que se torna crescente e impagável, além da coação física e psicológica, a apreensão de documentos e o isolamento geográfico. O trabalho escavo geralmente é empregado em atividades como desmatamento, corte de cana, produção de carvão e limpeza de pastos (GIRARDI, 2008, p. 300).

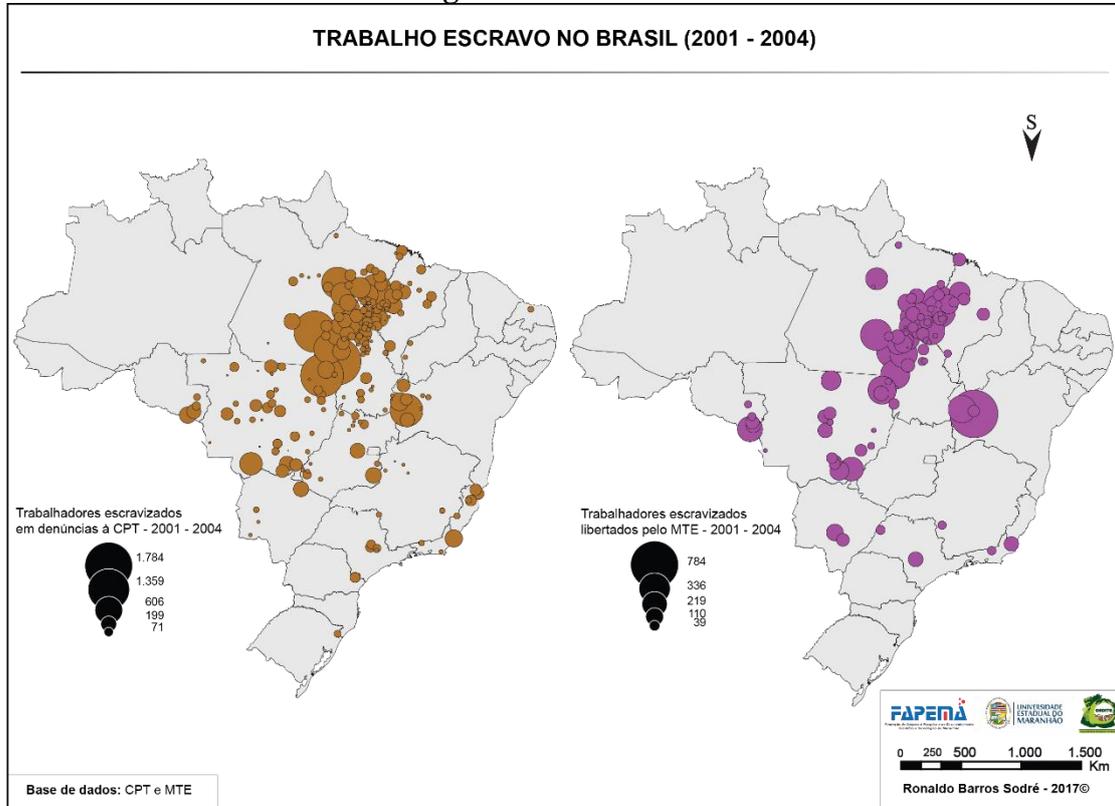
Existe uma grande rede de aliciamento que mantém o trabalho escravo contemporâneo: transportes contratados, pousadas, bares, restaurantes e prostíbulos, além de capangas contratados para fazer a vigilância (RODRIGUES, 2008, p. 270). Logo, existe um conjunto de estabelecimentos que dependem do trabalho escravo, que vai muito além da figura do contratante. Ainda que as atividades que utilizem mão de obra escrava ocorram geralmente em locais geograficamente isolados, é importante ressaltar que os contratantes na maioria das vezes não são pequenos empresários, figuras economicamente isoladas, mas capitalistas que fazem parte do comércio nacional e internacional, com representação política em diferentes instâncias dos poderes.

Embora desde 1995 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tenha criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, somente em 2003 um projeto de planejamento amplo sobre trabalho escravo contemporâneo apareceu na agenda governamental sobre a forma do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Desde 1975 a CPT através de seus Cadernos denuncia os casos de trabalho escravo em todo país. Destarte, MTE e CPT são as principais fontes sobre o trabalho escravo que se desenvolve contemporaneamente no Brasil.

Na Figura 64 apresentamos informações da CPT e do MTE referentes ao período de 2001 a 2004, respectivamente sobre o número de trabalhadores escravizados denunciados pela Comissão e os trabalhadores libertados de situações de escravidão pelo Ministério. Nota-se que as denúncias apresentam números maiores do que o caso

de trabalhadores libertos. No período analisado, a CPT registrou situações de trabalho escravo em 204 municípios envolvendo 23.258 trabalhadores, enquanto o MTE contabilizou 8.184 trabalhadores libertos em 88 municípios.

Figura 64 – Prancha



A região de fronteira que compreende o Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso apresenta as maiores quantidades de trabalhadores envolvidos em denúncias assim como de trabalhadores libertados. Essas informações são apenas um indicativo de números que são ainda maiores, se consideramos que o medo das represálias impede que muitos casos de escravidão sejam denunciados. Os dados do MTE são, pois, resultados de operações que se concretizaram após haver denúncias de escravidão em determinada área.

Segundo Rodrigues (2017, p.273) no Brasil a escravidão contemporânea segue uma distribuição geográfica que está relacionada aos ciclos econômicos e da ocupação do território. Ela avança em áreas remotas como os cerrados e a Amazônia e está nas atividades que avançam com o capitalismo. A fronteira é assim ponto de encontro entre o moderno e arcaico, entre o novo e o velho, entre relações capitalistas e não capitalistas. Não por acaso é a principal região de incidência do trabalho escravo e de atividades de avanço da fronteira.

Na figura 65 apresentamos as denúncias de trabalho escravo no Brasil no período de 2001 a 2015, apesar de apresentar recorte temporal distinto da Figura 64, notamos que o norte do país é o principal território do trabalho escravo. O estado do Pará, é o que apresenta o maior número de trabalhadores envolvidos em denúncias, 27.847 trabalhadores, em seguida o Mato Grosso, com 7.825 e o Maranhão com 6.328 trabalhadores escravizados, segundo denúncias à CPT.

Figura 65 – Gráfico



Fonte: CPT, 2001 – 2015

Org.: Sodré, 2017

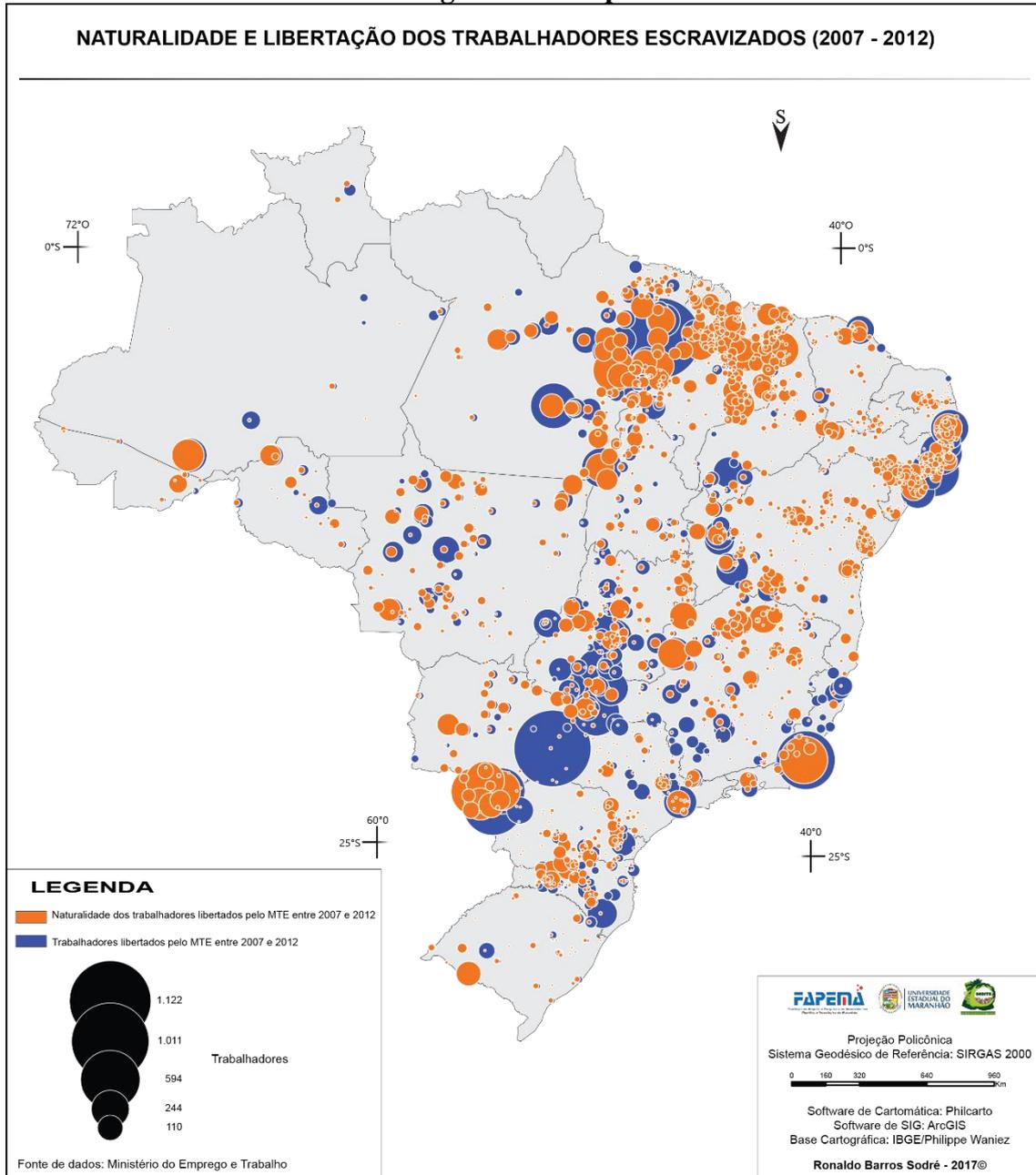
Com base nos dados do MTE de 1995 a 2016, Théry *et al* (2012) destacam o Maranhão como sendo o estado que apresenta o maior fluxo de migrantes, isto é, o deslocamento do local de nascimento para o local de trabalho, o principal destino no recorte analisado foi o Pará (800 trabalhadores) e o Tocantins (400 trabalhadores). Ainda segundo os autores, no Maranhão existe um processo de migração interno em que os trabalhadores saem do centro, do leste, sudeste e norte e migram para trabalhar no oeste, região conhecida por intensos processos de transformação social, econômica, e ambiental.

As precárias condições de vidas em que vivem muitos maranhenses tornou o estado um grande importador de trabalhadores que trabalham como escravos em todo o país, José de Souza Martins (1997, p.32) citado por Rodrigues (2017, p. 262) entende que o trabalho escravo de forma precária inclui esses trabalhadores.

[...] são pessoas excluídas, em geral camponeses expulsos da terra, ou próximos da possibilidade da expulsão, porque não conseguem mais sobreviver naquele pedaço de terra. São reabsorvidos como escravos, ou seja, trabalham pela comida, ou frequentemente, menos que a comida. Estas formas extremas e dramáticas de inclusão indicam que o modo de absorver a população excluída está mudando. A sociedade moderna está criando uma grande massa de população, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico.

A figura 66 apresenta a naturalidade dos trabalhadores e os municípios onde estavam sendo escravizados. Não necessariamente esses trabalhadores foram aliciados no seu município de origem, contudo, a espacialização das informações nos dão importantes pistas de onde saem os trabalhadores e para onde vão. Os estados do Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Minas Gerais e Bahia apresentaram entre 2007 e 2012 as maiores quantidades de trabalhadores libertos. O local de nascimento da maioria desses trabalhadores, foi o Maranhão, Pará, Bahia e Tocantins.

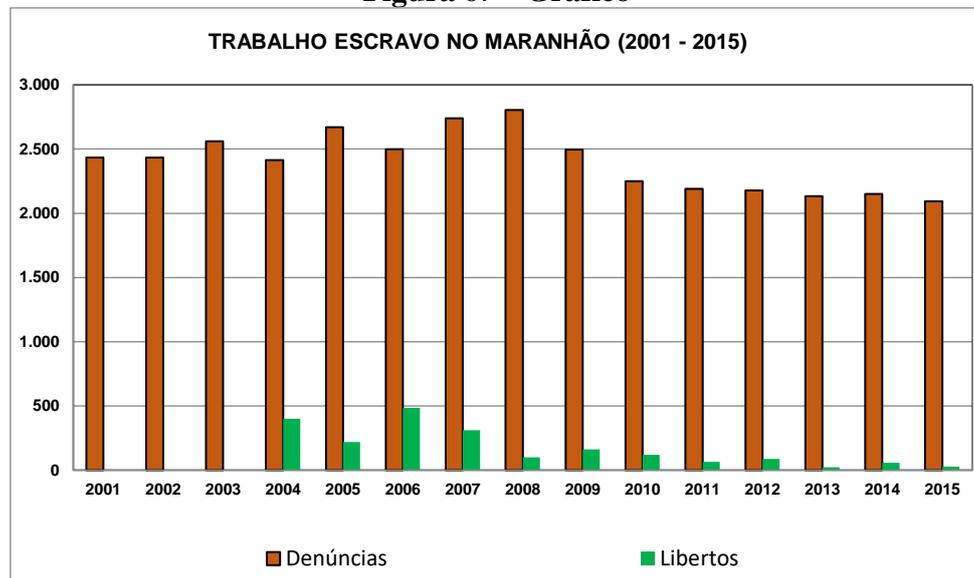
Figura 66 – Mapa



Na Figura 67 observamos o número de trabalhadores que foram incluídos em listas de trabalho escravo, assim como de trabalhadores escravizados libertos entre 2001 a 2015. Nesse período, a CPT registrou no Maranhão denúncias de trabalho escravo em 57 municípios com 36.043 trabalhadores envolvidos. A média de trabalhadores nas denúncias foi de 2.403 por ano. O número de trabalhadores libertos de trabalho escravo foi muito inferior aos das denúncias, a CPT registrou apenas 1.654 libertos em 45 municípios, a média de trabalhadores libertos foi de 110 por ano.

O século XXI no campo maranhense inicia com denúncias de trabalho escravo com mais de 2.400 trabalhadores, 2008 apresenta o maior número, 2.804. De 2008 a 2015 observamos uma diminuição do número de trabalhadores nas denúncias, contudo os números continuam superiores a 2.000. A metodologia adotada pela CPT, separa o número de trabalhadores em denúncias e o de trabalhadores libertos, esses últimos, só vão para os Cadernos de Conflitos em 2004. Nesse ano, foram libertos 400 trabalhadores, número maior só viria ser registrado em 2006, 484 trabalhadores. Os menores números de libertos foram contabilizados em 2013, 22 e em 2014, 28 trabalhadores.

Figura 67 – Gráfico



Fonte: CPT, 2001 – 2015

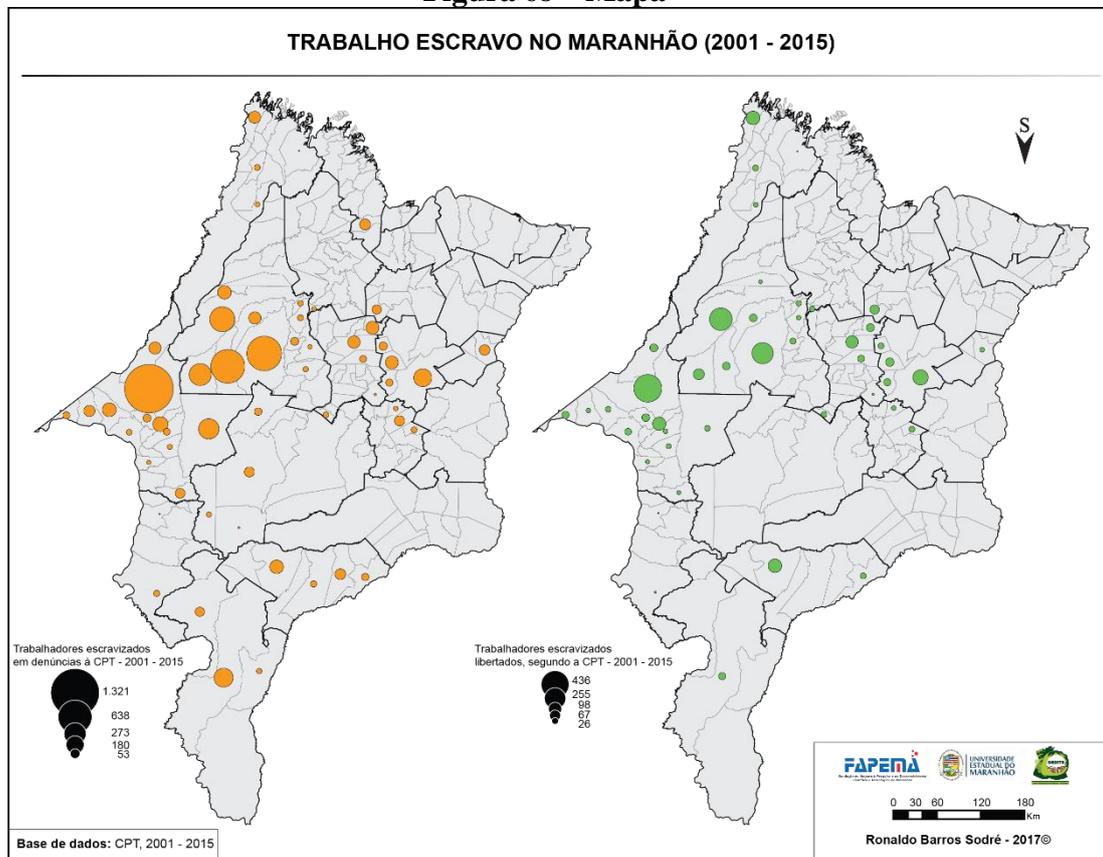
Org.: Sodré, 2017

Na Figura 68 observamos o território maranhense do trabalho escravo. As microrregiões de Imperatriz e Pindaré regiões de grandes fazendas de gado bovino, de serrarias e carvoarias, elas se sobressaem tanto pela quantidade de envolvidos como de libertos. Os municípios com os maiores números de trabalhadores escravizados, segundo denúncias foram: Açailândia (1.321), Santa Luzia (674), Buriticupu (638), Bom Jardim (349), Bom Jesus das Selvas (273), Amarante do Maranhão (233) e Balsas (202), desses, somente Balsas não está nas supracitadas microrregiões.

O mapa de libertos trás uma configuração diferente, Açailândia (453), Bom Jardim (357), Santa Luzia (277), Codó, Carutapera(106) São Raimundo das Mangabeiras (103) são os que apresentaram segundo a CPT os maiores números de

trabalhadores escravizados libertos. Destam-se cinco microrregiões diferentes Imperatriz, Pindaré, Gurupi, Codó e Chapadas das Mangabeiras.

Figura 68 – Mapa



Reconhecido como o principal fornecedor de mão de obra para as redes contemporâneas de escravidão no país. Entre 2003 a 2015, a proporção de pessoas naturais do Maranhão entre os trabalhadores resgatados foi de 23%, número bem acima dos outros estados. Os municípios que se destacaram por terem sido indicados como lugar de residência de pelo menos 2.101 pessoas resgatadas foram Codó, Açailândia, Pastos Bons, Imperatriz, Santa Luzia, Anajatuba, Colinas, São Mateus do Maranhão, Itapecuru Mirim, Pio XII. Juntos, esses municípios representam um terço dos 6.397 maranhenses resgatados em todo o Brasil no período analisado (CDVDH/CB; CPT, 2016).

Além de fornecer trabalho escravo, o Maranhão também escraviza. E os municípios que encabeçam a lista dos que mais fornecem mão de obra para a escravidão são, em parte, os mesmos que lideram o ranking dos casos de trabalho escravo dentro do

estado, em ordem decrescente, os campeões de casos: Açailândia, Santa Luzia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itinga do Maranhão, Balsas, Carutapera, Codó, Vila Nova dos Martírios. Entre 2003 e 2015, os dez municípios maranhenses onde mais se resgatou trabalhadores e trabalhadoras em condição análoga à de escravo somaram 1.322 pessoas libertadas (Ibidem).

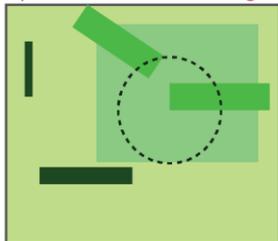
Entre 2003 e 2015, houve 312 casos de trabalho escravo em todo o Maranhão, com a libertação de 2.602 pessoas. A grande maioria das ocorrências (76%) se deu na cadeia produtiva da pecuária, 9% em carvoarias e 9% em lavouras. A pecuária – com a atividade conhecida localmente como roço de juquirá – tem se destacado como a campeã do trabalho escravo no Maranhão, enquanto os serviços relacionados à produção de carvão – que em 2002 concentravam 46% dos casos, impulsionados pelas atividades do polo siderúrgico de Carajás – reduziram drasticamente seu peso nas ocorrências de trabalho escravo, em função do aumento da fiscalização e da crise que se abateu sobre a indústria regional de ferrogusa e aço a partir de 2008 (CDVDH/CB; CPT, 2016, p.35).

As formas de trabalho degradantes e exaustivas que estão inseridas no conceito de trabalho escravo fazem parte da vida de muitos maranhenses, seja dentro do seu próprio estado ou fora dele. São trabalhadores que na maioria das vezes enfrentam o isolamento geográfico, alojamentos precários, falta de assistência médica, alimentação inadequada, falta de saneamento e água potável e na não raro, sofrem situações de maus tratos e violências. Embora seja de conhecimento do Estado o modo como vivem esses trabalhadores, existem lobbys que buscam a partir do aparato da lei ir na mão contrária do combate ao trabalho escravo, seja não votando em leis a favor do trabalhador, no impedimento a divulgação de listas de empregadores que utilizam dessa mão de obra, ou mesmo flexibilizando o que se entende por trabalho escravo.

4.8 Estruturas elementares para compreender o Maranhão Agrário

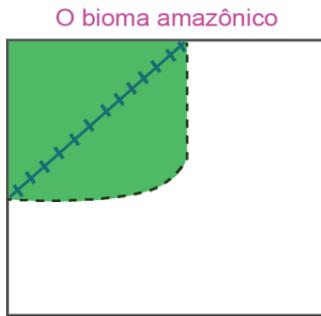
Consideramos indispensáveis para compreensão da questão agrária maranhense o entendimento das seis estruturas elementares que confluem na síntese da Figura 69.

O campesinato maranhense e os povos tradicionais indígenas



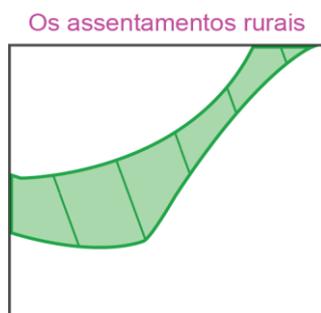
Como primeira estrutura do *Maranhão Agrário*, apresentamos o campesinato maranhense, composto por um amplo conjunto de sujeitos sociais que continuamente enfrentam situações diversas na defesa e/ou conquista de seus territórios. Essa pluralidade de conjuntos de camponeses, que por meio de diferentes graus de autonomia se dedicam a

atividades no campo, muito se deve as grandes dimensões do estado e a importância agrícola que o Maranhão vem desempenhando ao longo do tempo. A localização do estado em uma área de transitoriedade ambiental, levou a confluência de características do campesinato tanto do Norte como do Nordeste do país. Tendo considerável influência das frentes de expansão e dos conflitos que elas resultaram, e também do processo de ocupação da Amazônia, por meio de projetos de colonização, assentamentos rurais e pequenas posses. A utilização de modos de produção precários, resultam em produtividade agropecuária abaixo do seu potencial. A baixa qualidade de vida dos camponeses é expressa nos indicadores sociais negativos, que ficam entre os menores do país. Optamos por representar os sujeitos do campesinato no Maranhão, por meio de outras quatro estruturas, a maior, situada do norte ao centro, do leste, ao oeste, onde se concentra a maior quantidade de posseiros, são eles: quilombolas, indígenas, extrativistas, quebradeiras-de-coco-babaçu, ribeirinhos, pescadores, meeiros, foreiros e sem-terra. No oeste e no centro-sul, estão situados a maior população de indígenas, que recuaram sobre o avanço da frente de expansão e que hodiernamente estão em conflitos com a frente pioneira e com outras atividades que ameaçam a permanência nos seus territórios. No extremo norte e no leste do estado, regiões onde a partir do XVIII foram instaladas diversas fazendas e engenhos, duas estruturas representam a população quilombola, que é uma das maiores do Brasil. Um grande círculo representa a principal região de quebradeiras-de-coco-babaçu, mulheres que desde meados do século XX travaram diversas lutas pelo direito de acesso aos babaçuais e que ainda hoje permanecem em conflitos pelo acesso e defesa de seus territórios.



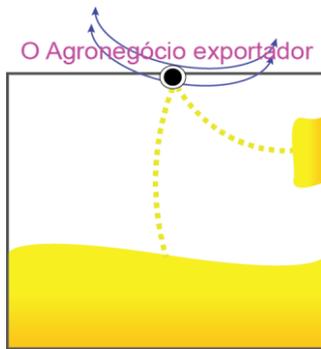
A Amazônia Maranhense compreende uma extensa área a oeste do meridiano 44°, possui uma superfície de 81.208,40 km², (24,46% do território maranhense), onde estão situados 62 municípios. Por sua vez, o bioma amazônico estende-se sobre o Litoral Ocidental, adentra a Baixada e vai até os vales extensos e perenes dos principais rios que nascem no estado.

A região que já foi uma das menos conhecidas e menos povoadas do país até a década de 1950, é hoje uma das mais desflorestadas e o Maranhão, o estado com maior densidade demográfica da Amazônia Legal. A construção da malha viária no estado permitiu o desenvolvimento socioeconômico e integração da região ao território nacional, valorizando o preço das terras e permitindo a ocupação fundiária. A proposta de “ordenar” o território e de acabar com os intensos conflitos agrários, por meio de projetos de colonização, funcionou como instrumento legal de concentração de terras e de corrupção que favoreceu latifundiários e grandes empresas capitalistas. Outro catalisador de desenvolvimento desigual e de conflitos na Amazônia Maranhense foi o Projeto Grande Carajás (PGC), que teve suas obras iniciadas na década de 1980 e mesmo já extinto, ainda hoje é um grande gerador de contradições, por meio seus projetos minero-metalúrgicos; projetos agropecuários e florestais; e projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens). A Estrada de Ferro Carajás é um dos principais símbolos das problemáticas da região, ela corta um grande mosaico de territórios, formados por assentamentos rurais, terras indígenas, comunidades quilombolas, sítios arqueológicos, unidades de conservação, entre outros, o que ocasiona uma série de impactos humanos e ambientais. O complexo de exploração de recursos naturais cria e recria novas relações de trabalho precarizadas, tendo como marcas centrais a exploração e a subordinação. Exemplos dessa relação são os parques siderúrgicos-guseiros, as fazendas de gado, as madeireiras, onde a mão-de-obra guarda remanescentes de um sistema pré-capitalista. Não por acaso, o Maranhão ocidental registra um grande número de trabalhadores resgatados da condição de trabalho escravo.

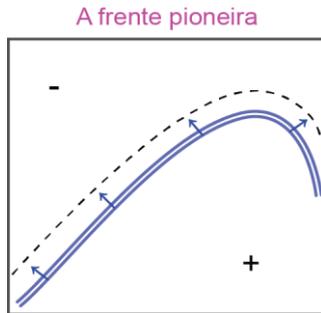


Os assentamentos rurais são políticas de governo que visam distribuir terras para aqueles que não possuem. Na ausência de uma ampla reforma agrária, os assentamentos funcionam de forma limitada e não afetam a estrutura da propriedade privada da terra. Sua ação, está na maioria das vezes voltada

a resolver problemas sociais localizados, sendo os assentamentos em sua maior parte, criados a partir de pressões exercidas por camponeses. No Norte do país, a criação desses espaços segue uma outra lógica, em que predominantemente, as famílias já residem nas áreas e os assentamentos funcionam como meio de regularizar a situação dos posseiros. O Maranhão possui o segundo maior número de assentamentos rurais entre os estados brasileiros, contudo, poucos são resultados de ocupações de terras. Embora, essas famílias não sofram os mesmos litígios das que participam de ocupações, isso não significa dizer que elas não vivenciam outros tipos de lutas, em muitos casos, elas são ameaçadas e estão em conflitos com grileiros, fazendeiros, com posseiros, entre outros. Nesse sentido, os assentamentos possibilitam uma segurança a mais as famílias camponesas pelo direito ao território.

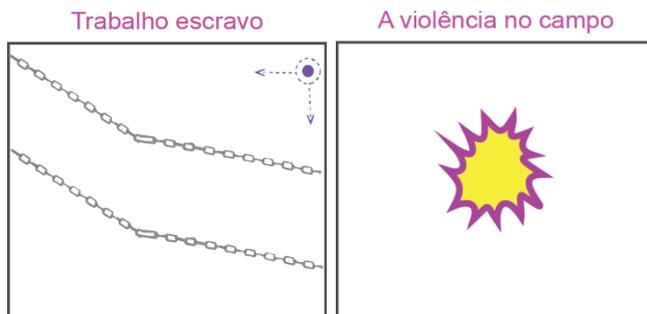


Uma outra estrutura elementar do *Maranhão Agrário* é o agronegócio, organizado a partir de um conjunto de políticas neoliberais com base na hegemonia territorial agroexportadora. Em seu pacto com o latifúndio, o agronegócio maranhense tem ocupado extensas áreas de terras para a produção de grãos (principalmente a soja), eucalipto, cana-de-açúcar, pecuária bovina extensiva, além de contribuir para a destruição de florestas com madeiras e carvoarias. A exploração dos biomas tem sido intensificada na mesma intensidade que crescem os conflitos e a violência contra os povos indígenas, quilombolas, pescadores e camponeses. Apesar do emprego de tecnologias de ponta em todas as fases de produção, o agronegócio no Maranhão também é conhecido por utilizar um elevado número de trabalhadores em atividades braçais, muitos, vivendo à margem dos seus direitos trabalhistas ou na condição de escravos. O agronegócio maranhense reproduz as contradições do sistema capitalista com bastante intensidade, enquanto a agropecuária destinada ao comércio exterior gera riqueza a centenas de empresas – muitas delas utilizando capital estrangeiro – milhares de maranhenses vivem em péssimas condições de vida, em um estado que ostenta os piores indicadores sociais do país.



A expansão do agronegócio brasileiro tem encontrado nos cerrados e na Amazônia potenciais áreas de crescimento de suas atividades. A produção agropecuária baseada no modelo agroexportador à medida que se expande força os camponeses a entrarem em conflitos. Na maioria das vezes resta como alternativa aos camponeses, o abandono de seus territórios ou a

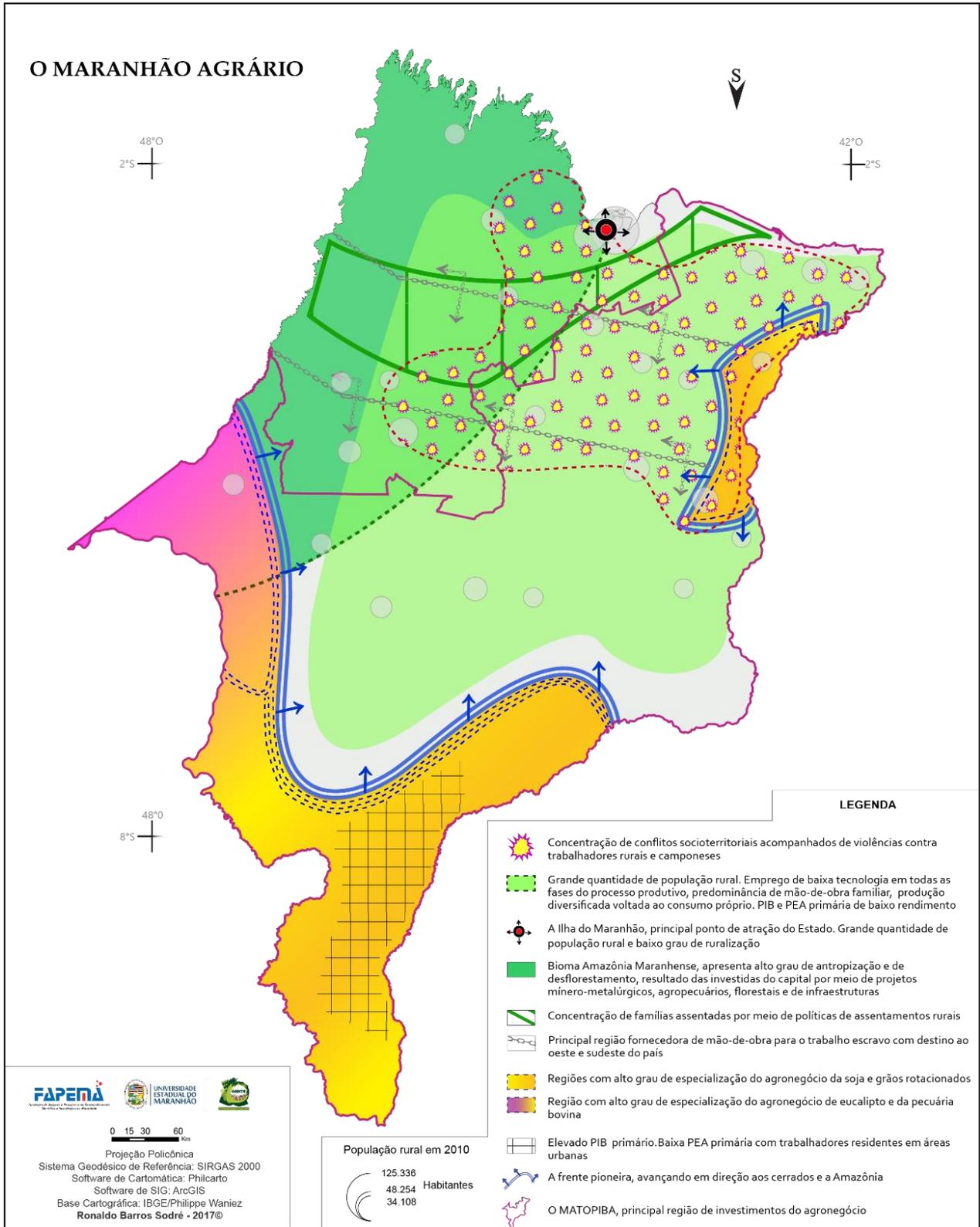
migração para localidades próximas ou para as cidades que exercem centralidade sobre determinadas regiões, onde vivem em condições de vidas ainda mais precárias que outrora. Acompanhada por aplicações de capital, tecnologia e contado com importante apoio do Estado, a fronteira agrícola tem adentrado múltiplos territórios no Maranhão desde a década de 1950. Projetos e Leis como a Lei Sarney de Terras, o PGC, PRODECER e mais recente, o MATOPIBA, são exemplos das estreitas relações que o agronegócio guarda com o aparelho estatal e que permitem a hegemonização de um modelo perverso de desenvolvimento que destrói os ecossistemas e torna as paisagens cada vez mais antropizadas e homogêneas; intensifica a concentração fundiária, diminui a produção de alimentos e dos recursos naturais; assim como aumenta os conflitos agrários e a violência no campo.



Finalizamos evidenciando a violência como última estrutura elementar do Maranhão Agrário. Representada pelos casos extremos de violência trabalhista (trabalho escravo) e da violência que se

materializa por meio das ameaças de morte, tentativas de assassinatos e assassinatos. No Maranhão os primeiros anos do século XXI tem sido marcados pelo aumento, concentração e intensificação da violência, os conflitos envolvem uma grande quantidade famílias, principalmente no leste do estado, onde a fronteira agrícola se expande em maior intensidade. A impunidade, somada a inexistência de políticas de mediação, prevenção e combate de conflitos e da violência, deixa ainda mais vulneráveis as famílias camponesas, na disputa por territórios.

Figura 69 – Mapa



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Maranhão Agrário traz um amalgama de elementos pelos quais entendemos e buscamos representar a questão agrária maranhense. Os conflitos agrários como resultados de exercícios de poder em uma relação social, confluem na criação de arranjos espaciais, portanto, são elementos que tomamos como pano de fundo para entendermos os territórios da questão agrária.

Em um dos estados brasileiros com os piores indicadores sociais, as disputas de classes, criam um conjunto de relações e correlações de forças que resultam em um acentuado grau de desigualdades que se transfigura nas péssimas condições de vida da população urbana e rural. As territorialidades do capital somadas as problemáticas estruturais do capitalismo, levam a um quadro de transformações sociais, econômicas, culturais e naturais no espaço por meio de diferentes formas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O Maranhão é um caso ímpar na questão agrária brasileira, além de comportar uma série de elementos da questão agrária comuns a outros estados, apresenta um conjunto de singularidades, que muito se deve a sua diversidade social, paisagística e a ação dos mecanismos estatais e de suas supra estruturas na incorporação de territórios.

Observamos que historicamente o campo maranhense tem se estruturado sob vigência de um desenvolvimento conservador que não envolve os camponeses sob o ponto de vista de uma divisão mais equitativa de riquezas e que, portanto, não leva a melhores condições de vida, pelo contrário, seus princípios conservadores expropriam e reproduzem o modelo de desigualdade social.

Verificamos que os conflitos no campo e as violências como formas agudas do conflito, podem ser entendidos como expressões das lutas travadas por modelos dessemelhantes de desenvolvimento. Esses conflitos estão diretamente relacionados ao quadro injusto de distribuição de riquezas e se intensificam com a territorialização de formas distintas de capital – como é o caso do agronegócio. Por meio de diferentes formas de lutas, mediados com representação ou não, os camponeses em seus múltiplos segmentos enfrentam os agentes representantes do moderno e do desenvolvido na defesa da terra e de seus territórios, como lugares de realizações de trabalho e vida.

O Maranhão em seu complexo tecido de territórios e territorialidades tem sofrido com o agronegócio de monoculturas que busca se consolidar com a exploração dos

recursos e do controle territorial e é, sobretudo, nas regiões da frente pioneira recente que os conflitos estão concentrados.

O trabalho também identificou que entre os anos de 2001 e 2015, o estado teve registrados os maiores números de conflitos no campo brasileiro, com destaque principalmente para os conflitos por terra. Nesse período, houve um processo intenso de avanço da frente pioneira do leste e sul do estado sobre Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas, Assentamentos Rurais e outros territórios camponeses.

No nosso período de análise, o Maranhão teve registrados mais de 1.600 casos de conflitos por terra, 630 ameaças de morte, 58 tentativas de assassinatos e 45 assassinatos. Esses números refletem um campo de barbárie alicerçado nos mandos e desmandos do capital, pactuado com a institucionalidade do Estado e dos proprietários de terra. Intencionalmente essa tríade torna os povos do campo invisíveis e contribuem para a concentração das estruturas fundiária e agrária, para o rentismo, para o patrimonialismo e para um desenvolvimento que na profundidade de suas contradições é moderno e é arcaico.

O Estado no uso de suas atribuições deve mediar os desencontros nas relações de poder. Todavia, ele acaba alimentando os conflitos por meio de um modelo de desenvolvimento de reprimarização econômica, que não prioriza a função social da terra e estabelece um padrão de concentração de capital e de tecnificação do campo.

Na ausência de uma reforma agrária que vise modificar as questões fundiária e agrária, a ação conjunta dos diferentes níveis de poderes pode contribuir para criação e manutenção de mecanismos que visam a resolução de conflitos, um exemplo concreto são as ouvidorias agrárias criadas no âmbito das unidades da federação e que existem em alguns estados, como é o caso do Pará.

Por meio das discussões realizadas foi possível alcançar os objetivos para essa pesquisa. Teoricamente embasados em temas como território e seus processos, os paradigmas da questão agrária, conflitos no campo, questão agrária e algumas de suas problemáticas; foi possível compreender parte da complexa questão agrária maranhense a partir dos conflitos. A Cartografia Geográfica Crítica, nos possibilitou usar o potencial dos mapas na espacialização de informações.

Trouxemos para o debate parte de uma triste realidade que insisti e persisti no campo brasileiro e como parte das contradições do capitalismo, também pode levar ao

desenvolvimento. Para os camponeses, as lutas pela/na terra são caminhos que podem levar a uma realidade transformadora na construção/defesa de territórios. Esse trabalho nasceu das nossas inquietações e do desejo de chamar atenção para as dinâmicas do campo maranhense a partir dos conflitos. Julgamos que as temáticas aqui presentes devem ser contempladas em pesquisas futuras, sobretudo, no âmbito da Geografia, dada a relevância que elas possuem e o importante papel de agente transformador assumido pela ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **E agora? Como re-inventar o Maranhão?**. In: BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. Cadernos Tempos Novos. São Luís: CPT, 1998. p. 95-102.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Introdução**. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 11 - 24.

Agência Nacional de Águas (ANA). **Conjuntura dos Recursos Hídricos: informe 2015**. Brasília: ANA, 2015.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu; um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Ensaio sobre a Realidade Maranhense**. São Luís, IPES, 1984.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. Editora Sabotagem, 1970.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz - MA: Ética, 2009.

AZAR, Zaira Sabry. **A concentração fundiária como centralidade da questão agrária maranhense**. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís - MA, 2011.

AZAR, Zaira Sabry. **GRANDES PROJETOS DE “DESENVOLVIMENTO”**: indicações sobre as relações de trabalho no campo no Maranhão. São Luís. Mimeografado, outubro de 2013.

BAENINGER, Rosana. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, n. 39. 2012.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877 - 1884)**. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 2013.

BARP, Wilson José. **Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira**. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 1997.

BERGAMASCO, SONIA Maria Pessoa Pereira; NORDER, LUÍS Antônio Cabello. O que são os assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1996.

BOBBIO, Noberto. **Poder**. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. P. 933 - 942.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1967.

BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território**. In: CORREA, Roberto. e ROSENDAHL, Zeny. (org.), **Geografia cultural: um século(3)**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002.p.83 - 131.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em 8 de junho de 2017.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Reforma agrária por conflitos**. In BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.17 - 128.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). **Apresentação CAEMA**. Disponível em: www.caema.ma.gov.br/. Acesso em 20 maio de 2017.

CANTANHEDE FILHO, Aniceto; PEDROSA, Luís Antônio; RODRIGUES, Ivan. **O projeto vida de negro**. In: BERGAMASCHI, Cláudio (org.), **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís, Ed. CPT, 1998.p. 243 - 250.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; VIEIRA, Anderson Silva, Barroso, Alex Reis; SILVA JÚNIOR, Amâncio Ferreira. **A expansão e os impactos da soja no Maranhão**. In: SCHLESINGER, Sergio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio (Orgs.), **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces da soja no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Fase Solidariedade e Educação, 2008. p. 75 -140.

CARTER, Miguel & CARVALHO, Horácio Martins de. **A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST.** In: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.** CARTER, Miguel (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.287-330.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil.** São Paulo - SP: Adusp, 2003. P. 13-19.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CRAMPTON, Jeremy. W. e KRYGIER, John. **Uma introdução à cartografia crítica.** In: ACSELRAD, H. Cartografias sociais e territórios. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p.85-111.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil. 2001.** Goiânia: CPT Nacional, 1985 - 2015.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COSME, Claudemir Martins. **Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora.** Presidente Prudente - SP: Revista Pegada, vol.17, n. 1, 2016.

COSTA, Francisco de Assis. **Chayanov e a especificidade camponesa.** In: CARVALHO, H.M (Org.) **Chayanov e o campesinato.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 189 - 216.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina, Anais.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p.6774 - 6792.

COSTA, Rogério Haesbart. **O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional.** Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

COSTA, Saulo Barros. **A (não) Reforma Agrária desenvolvimentista do Matopiba no Maranhão.** Disponível em cptnacional.org.br/. Acesso em 12 de outubro de 2016. 2015.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão.** São Luís, junho de 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. **Assassinatos no campo: a ditadura nunca acabou**. In: **Conflitos no Campo Maranhão 2015 - 2016: povos e comunidades camponesas em conflitos**. São Luís: CPT, 2016. p. 28 - 35.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Brasil 2014**. Presidente Prudente, 2014.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **O que é filosofia?** Editora 34. São Paulo - SP, 1992.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. Estudos e Sociedade e Agricultura, 5. Novembro, 1995, 75 - 88.

ESTATUTO DA TERRA. **Primeira lei de reforma agrária do Brasil – 1964**. In: STEDILE, J.P (Org.) **A questão agrária no Brasil**. V.3. 2.ed. \São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.119 - 180.

EXAME. **BONASA anuncia expansão da avicultura no Maranhão**. Disponível em: exame.abril.com.br/negocios/dino/bonasa-anuncia-expansao-da-avicultura-no-maranhao-dino89083561131/. Acesso em 21 de junho de 2017.

FEITOSA, Antônio Cordeiro Feitosa; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão: Espaço Geo-histórico e Cultural**. João Pessoa - PB. Editora Grafset, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Estado, apropriação e concentração de renda e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra**. In: Mitidiero Júnior, M.A.; Garcia, M.F.; VIANA, P.C.G (Org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1. ed. São Paulo, Outras Expressões. 2015a, p. 125 - 154.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A prática da violência no campo brasileiro do século XXI**. In: RAMOS FILHO, E. S; MITIDIERO JUNIOR, M.A; SANTOS, L. R. S (Org.). **Questão agrária e conflitos territoriais**. 1. ed. São Paulo, Outras Expressões. 2015b, p. 81 - 100.

FELÍCIO, Jorge Munir. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.1, n.2, p.14-30, ago.2006.

FELÍCIO, Jorge Munir. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo no campo**”. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST (1979-1999)**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Entrando no território dos Territórios**. In PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. 495 p.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**. In BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b. P. 173 - 230.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Sobre a tipologia de territórios**. In SAQUET, Aurélio Marcos e SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197 - 215

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Acampamento**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a. p. 115 -122.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Presidente Prudente - SP, ano 15, Ed. Especial. 2012b. p. 07-17.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**. In Stédile, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173 - 238.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo - SP, 2008.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Migração de nordestinos para o Médio Mearim - MA (1930 – 1960): literatura regional e narrativas orais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, 2011.

FONSECA, Fernanda Padovesi. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da cartografia**. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo - SP, 2004.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2016**. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/. Acesso em 19 de outubro de 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**. A vontade de Saber. 13ª ed. Trad. Albuquerque, M. T. da C. e Albuquerque, J.A.G. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 21. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em 12 maio 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Índios no Brasil**. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em 17 de agosto de 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32ª ed.2005.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2006.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STÉDILE, João Pedro (org.), **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994.p.15-44.

GOTTMANN, Jean. **The evolution of the concept of territory**. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. *Social Science Information*, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29 - 47.

GREENPEACE. **Carvoaria Amazônia: como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação de governos**. Manaus - AM: Greenpeace, 2012.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. *Confins* (online), N. 5. 2009.

HEGEL, Wilhelm Friedrich. **Introducción a la historia de la filosofía**. Alba Libros, S.L., 1998.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo, editora Nova Cultural LTDA, ISBN 85-13-00907-5, 1999.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: série de 2010 – 2014**. São Luís: IMESC, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 27 de janeiro de 2017.

ISTOÉ. **O MST fora do lugar**, 2008. Disponível em: istoe.com.br/11330_O+MST+FORA+DO+LUGAR/. Acesso em 19 de maio de 2017.

Justiça nos Trilhos (JnT). **Rede Justiça nos Trilhos**. Disponível em justicanostrilhos.org. Acesso em 17 de junho de 2017.

Justiça nos trilhos (Jnt). **Quem é a vale**. 2013. Disponível em: www.justicanostrilhos.org/Quem-e-a-Vale. Acesso em 03 de junho de 2017.

- KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta, 1968.
- LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro; PEREIRA, Agostinha Araújo; GASPAR, Eliane; FIGUEREIDO, João Damasceno; MEDEIROS, Manuel Alfredo. **Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão: conhecendo, valorizando e preservando o patrimônio cultural maranhense**. São Luís, 2013.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.
- MALVEZZI, Roberto. **O avanço do hidronegócio e os conflitos pela água**. In: *Conflitos no Campo – Brasil 2011*. Goiânia: CPT Nacional, 2012
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe** (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.
- MARANHÃO. Atlas do Maranhão. Laboratório de Geoprocessamento - UEMA. São Luís: GEPLAN, 2002.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) - **Cadastro de outorgas de água**. São Luís, abril de 2017.
- MARTINELLI, Marcello. **Mapas e cartografia temática**. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2009.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. Ensaios da Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994
- MARTINS, José de Souza. **A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST**. In Stédile, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 11-76.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).
- MATHIAS, Maíra. **Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital**. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital. Acesso em 22 de junho de 2017.
- MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O entroncamento das Políticas Públicas no Maranhão: Encontros e Desencontros Institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru-Mirim**. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2010.
- MILANEZ, Felipe. **Na Funai e no Incra, governo aposta pastores e ruralistas**. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/na-funai-e-no-incra-governo-aposta-em-pastores-e-ruralistas. Acesso em 05 de janeiro de 2017. 2017.

Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Exportações do Maranhão**. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em 29 de março de 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico**: Alexandre Von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo (USP), 1983.

MORIM, Júlia. **Quilombolas de Alcântara/MA**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar. Acesso em 14 de maio de 2017. 2014.

MOURA, Walter Cabral de; FUKUDA, Juliana Cristina; LISBOA, Evane Alves; GOMES, Beatriz Nascimento; OLIVEIRA, Sérgio Lisboa; SANTOS, Marluze Pastor; CARVALHO, Adriana Soares de; MARTINS, Marlúcia Bonifácio. **A Reserva Biológica do Gurupi como instrumento de conservação da natureza na Amazônia Oriental**. In: MARTINS, Marlúcia Bonifácio & OLIVEIRA, Tadeu Gomes (Org). **Amazônia Maranhense: diversidade e conservação**. Belém: MPEG, 2011. P. 25 – 34.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. São Paulo: Terra Livre. N. 21, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Edição do autor, 2016, 545p.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis bandidos**: um retrato do Brasil na era Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

PACHECO, Maria José Honorato. **Conflitos pela água: privatização dos bens comuns, ameaça a vida**. In: Conflitos no Campo - Brasil 2013. Goiânia: CPT Nacional, 2014.

PASQUINO, Gianfranco. **Conflito**. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. P.225 - 229.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território**: A Questão Camponesa no Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Questão Agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições no mundo do século XXI**. In: Mitidiero Júnior, M.A.; Garcia, M.F.; VIANA, P.C.G (Org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1. ed. São Paulo, Outras Expressões. 2015, p. 9-24.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A luta pela terra no Maranhão**. São Luís: UFMA/Mestrado em Políticas Públicas, 1999. 43p.

PINTO, Lucio Flávio. Ontem, hoje e nunca mais? **Revista Não Vale. Duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos**. N.2, dezembro de 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Geografia está em crise: viva a Geografia!** In: MOREIRA, Ruy. (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos**. In CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I. (COORD). **Conflitos no Brasil**. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2009. p. 109 - 117.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os índios nunca foram atrasados**. Disponível em: centrodeestudosambientais.wordpress.com/2011/12/12/os-indios-nunca-foram-atrasados/. Acesso em 21 de dezembro de 2016. 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIM, Danilo Pereira; LEAL, Leandro Teixeira; SILVA, Marlon Nunes & colaboradores. **Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil**. In CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; VALENTIM, Pinto Andrade (COORD). **Conflitos no campo – Brasil 2015**. Goiânia - GO: CPT nacional, 2015. p. 99 – 111

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 26ª. ed. 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. SAQUET, Marco Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

RODRIGUES, Sávio José. **Trabalho escravo no Maranhão e vulnerabilidade do trabalhador**. In: RODRIGUES, Sávio José; SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos; COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. (Org.) **Temas da Geografia do Maranhão: território, e desenvolvimento regional Lugar, Educação e Cultura**. 1ª ed. São Luís: Café & Leitura, Edufma, 2017. P 253 -275.

SAKAMOTO, Leonardo. **A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil**. In: **Conflitos no Campo - Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio. **Mineração, agronegócio e lutas territoriais no Maranhão**. In: **Conflitos no Campo Maranhão 2015 - 2016: povos e comunidades camponesas em conflitos**. São Luís: CPT, 2016. p. 36 - 42.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SAUER, Sérgio. **Conflitos agrários no Brasil**. In BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.231 - 266.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. In: Revista Raízes, Campina Grande, PB, vol. 21, nº 01, p. 10-31, 2002.

SHANIN, Teodor. **La Clase Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)**. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial. 1983.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Presidente Prudente - SP: Revista NERA n. 7, 2005.

SILVA, Sislene Costa da. Legado de Violações: Impactos da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. **Revista Não Vale. Duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos**. N.2, dezembro de 2014.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **AS (RE) FORMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA MARANHENSE: multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim - MA**. 98 f. São Luís - MA, 2015.

SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.10. 2016a.

SODRÉ, Ronaldo. Barros; MATTOS JUNIOR, José. Sampaio de. **O território mercantilizado da água e seus usos conflitantes**. In: CASTRO, Cláudio Eduardo; ANDERSON, Yata; MASULLO, Gonzaga. (Org.). **GESTÃO AMBIENTAL**, uma diversificada ferramenta na consolidação de paradigma ecológico inovador. 1ed.SÃO LUIS: EDUEMA, 2016b, v. 1, p. 201-218.

SOUZA, Josias de. **Governo nomeia para o Incra condenado indicado por deputado réu no Supremo**. Disponível em: josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/08/13/governo-nomeia-para-o-incra-condenado-indicado-por-deputado-reu-no-supremo/. Acesso em 05 de janeiro de 2017. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, Marcos Aurélio. e SPOSITO, Eliseu Savério. (org.), **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 641- 646.

TATEMOTO, Rafael. **MP sobre reforma agrária transforma Incra em "grande imobiliária", critica MST.** Disponível em: www.brasilefato.com.br/2016/12/23/temer-edita-mp-que-altera-regras-sobre-reforma-agraria/. Acesso em 10 de janeiro de 2017. 2016.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI.** Campo -Território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

THÉRY, Hervé. **Modelização gráfica para análise regional: um método.** Revista GEOUSP. n.15. São Paulo, 2004. p.179-188.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Julio; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil.** São Paulo: Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, 2012.

VALE. **Trem de passageiros da Estrada de Ferro Carajás.** Disponível em: www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/Passenger-Train-Service-Carajas/Paginas/default.aspx. Acesso em 21 de maio de 2017.